

**Universidade Federal de Minas Gerais**  
**Instituto de Geociências**  
**Programa de Pós-Graduação em Geografia**

**A CONSTRUÇÃO DO PLANO DIRETOR DE CAETÉ E AS  
(IM) POSSIBILIDADES À PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

**Márlon Sidney Resende**

**Belo Horizonte – M. G.**

**Maio de 2007**

**MÁRLON SIDNEY RESENDE**

A CONSTRUÇÃO DO PLANO DIRETOR DE CAETÉ E AS  
(IM) POSSIBILIDADES À PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Organização do Espaço

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Doralice Barros Pereira

Belo Horizonte

Maio de 2007

A CONSTRUÇÃO DO PLANO DIRETOR EM CAETÉ E AS (IM)POSSIBILIDADES À  
PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia, defendida e aprovada em 31 de maio de 2007, pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

---

Profa. Dra. Doralice Barros Pereira

---

Profa. Dra. Maria Cristina Villefort Teixeira

---

Prof. Dr. Sérgio Manuel Merêncio Martins

## AGRADECIMENTOS

A Suprema inteligência, Parelha Divina, Pai e Mãe, Sublime Polaridade que estrutura a vida em todas as suas dimensões.

A minha Mãe querida Tereza, carinhosa, atenciosa, meu Amado Pai Fortunato, fortuna em honestidade, caráter e fé na vida: ambos de braços sempre abertos.... Amo vocês por isto!

A minha adorada esposa MEIRE, incansável, doadora de toda atenção que possuí, compreensiva e capaz de perdoar.....

Ao Marcelo, filhote querido, presente de Deus..... enfim, podemos brincar mais e curtir o Luck.... Como vocês me dão conforto quando preciso !!!!!!!

A meus irmãos: Cristina, zelosa, preocupada; Manu, sempre entusiasmada e batalhadora como sua mãe Alice; Fernando, no seu canto mas atento a tudo... Deus abençoe todos vocês !

À Doralice, incansável, portadora de palavras e gestos confortantes, estimulantes e que abrem o caminho, sinto sincera alegria em desfrutar de sua companhia....

Ao Sérgio Martins agradeço a acolhida, seu respeito às limitações de cada um. Suas críticas são sempre construtivas.....

À Cristina Villefort, nos encontramos mais ao fim desta jornada, mas como foi enriquecedor, muito obrigado por seu desprendimento e interesse!

Ao Roberto Valadão, obrigado pela confiança de nos convidar a dividir a caminhada com você.

Especialmente à sociedade de Caeté e todos aqueles que pacientemente colaboraram, compartilhando suas vidas, suas impressões, seus sentimentos!

À Prefeitura de Caeté, agradeço toda a colaboração!

Ao povo brasileiro, laborioso, festeiro e tão constrangido, agradeço por financiar esta empreitada que abraço com muito esmero e anseio de contribuir ainda que somente um pouco por dias melhores !

Aos professores do IGC por tudo que dividimos; a todas as laboriosas pessoas que dedicam tanto carinho à biblioteca, da coordenação à quem cuida de sua manutenção; aos servidores da pós-graduação e da graduação em Geografia, considero-os amigos, sinceramente, obrigado...

A CAPES/CNPq por viabilizar o financiamento desta pesquisa.

## RESUMO

Esta pesquisa objetiva elucidar as possibilidades e entraves à participação social no processo de elaboração do Plano Diretor. Adota-se como estudo de caso o Plano diretor que se desenvolve em Caeté-MG cujo processo sóciopolítico com a criação de esferas de participação democrática, segue os postulados previstos na Lei 10.257 de 10/7/2001. Os apontamentos de Henri Lefebvre (2007; 2005; 1999; 1991) nos quais o espaço sob o sistema neoliberal tem se tornado um instrumento, passível de disputas, entre grupos com divergentes propósitos e discursos são considerados no estudo. Assim como a sociologia de Pierre Bourdieu (1998; 1989; 1996; 1983; 1974) onde o autor aponta o *campo* e as disputas entre os diferentes agentes e seus capitais pela conformação do espaço, a partir da instauração do *poder simbólico*. A *cidadania* enquanto o “direito a ter direitos” aí se insinua ou naufraga (Dagnino 2004). A análise indicou constrangimentos à realização plena da cidadania - seja pela relação de favores que segmentos sociais mantêm com agentes do Estado e/ou por não permitir a realização do *dissenso* (RANCIÈRE, 1996), razão que instaura a política por aceitar a diferença. Tais determinações ensejam somente consultas à sociedade e não o direito à deliberação. A *doxa* - representada pelo “desenvolvimento sustentável” via mineração se rebateu sobre a elaboração do Plano Diretor, onde o *Metacapital* (BOURDIEU, 1996, 1989) do Estado vem sendo usado para forçar o *consenso*, portanto negação da política (RANCIÈRE, 1996) e da cidadania (DAGNINO, 2004).

Palavras Chave: Participação Social, Planejamento Urbano, Plano Diretor, Cidadania,

Poder Simbólico, Dissenso.

## ABSTRACT

This objective research to elucidate the possibilities and impediments to the social participation in the process of elaboration of the Managing Plan. The managing Plan is adopted as case study that if develops in Caeté - MG whose sociopolitical process with the creation of spheres of democratic participation, follows the postulates foreseen in Law 10,257 of 10/7/2001. The notes of Henri Lefebvre (2007; 2005; 1999; 1991) in which the space under the neoliberal system if has become an instrument, passive of disputes, between groups with divergent intentions and speeches is considered in the study. As well as the sociology of Pierre Bourdieu (1998; 1989; 1996; 1983; 1974) where the author points the field and the disputes between the different agents and its capitals for the conformation of the space, from the instauration of the symbolic power. The citizenship while the "right to have rights" captivates or is shipwrecked there (Dagnino 2004). An analysis indicated constaints to the full accomplishment of the citizenship - either for the relation of favors that social segments keep with agents of the State and/or for not allowing the accomplishment of the dissent (RANCIÈRE, 1996), reason that restores the politics for accepting the difference. Such determinations only try consultations to the society and not right it to the deliberation. Doxa - represented for the "sustainable development" it saw mining if it struck on the elaboration of the Managing Plan, where the Metacapital (BOURDIEU, 1996, 1989) of the State comes being used to force the consensus, therefore negation of the politics (RANCIÈRE, 1996) and of the citizenship (DAGNINO, 2004

Words key: Social participation, Urban Planning, Managing Plan, Citizenship, Symbolic Power, Dissent.

## LISTA DE SIGLAS

ACIAC/CDL – Associação Comercial Industrial Agropecuária e de Serviços de Caeté associada ao Clube de Diretores Lojistas

ACS – Agentes Comunitários de saúde

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CFB – Companhia Ferro Brasileiro

CEF – Caixa Econômica Federal

CINDACTA - Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo.

CODEMA – Conselho Municipal de Desenvolvimento e melhoria do ambiente de Caeté.

CONFEA – Conselho Federal de Engenharia arquitetura e Agronomia

DNPM – Departamento Nacional de Pesquisas Minerais

EMATER – Empresa de assistência técnica e extensão rural do Estado de Minas Gerais

EC – Estatuto das Cidades (Lei 10257 de 10/7/2001).

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

FEAM – Fundação Estadual do Meio Ambiente

FRENAVRU - Frente de Vereadores pela Reforma Urbana

FMI – Fundo Monetário Internacional

IBRAM - Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM)

IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gearis

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MC – Ministério da Cultura

M.A.C.A.C.A. – Movimento Artístico, Cultural e Ambiental de Caeté

MMA – Ministério do Meio ambiente

NG – Núcleo Gestor ( grupo responsável pela elaboração do Plano Diretor, bem como sua divulgação junto à sociedade.

N-H-E - Natureza, Homem e Economia

NOVACAP – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil

ONGs – Organizações Não governamentais

OP – Orçamento Participativo

PD – Plano Diretor

PLAMBEL – Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana

PMC – Prefeitura Municipal de Caeté

PPA – Planejamento Plurianual

RIMA – Relatório de Impacto ambiental

RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte

SAEE – Sistema Autônomo de Água e Esgoto.

SEDEAMA – Secretaria de Desenvolvimento Agricultura e Meio Ambiente de Caeté

SEDRU-MG – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

ZEE – Zoneamento Econômico Ecológico.

**SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>1. ESPAÇO E POLÍTICA: O URBANO E A FORMAÇÃO DO CAMPO.....</b>	<b>20</b>
1.1 – O espaço e sua instrumentalização política.....	20
1.2 – A Cidade e seu espaço social.....	30
1.3 - Espaço urbano: Campo e Poder Simbólico.....	35
<b>2. ESTATUTO DAS CIDADES E PLANO DIRETOR: (IM) POSSIBILIDADES À REALIZAÇÃO DA CIDADANIA .....</b>	<b>47</b>
2.1 – Urbanização brasileira: da Reforma Urbana ao Estatuto das cidades .....	48
2.2 –O Plano Diretor no Estatuto das Cidades: histórico e proposições.....	50
2.3 – A trajetória de construção da cidadania .....	61
2.4 – Desafios à participação popular.....	75
2.5 – Ampliando-se a Cidadania .....	78
<b>3. O PLANO DIRETOR DE CAETÉ: CAMPO, PROCESSO E AGENTES.....</b>	<b>86</b>
3.1 – Características da formação espacial.....	88
3.2 – A inserção na RMBH via atividades turísticas e minerárias.....	96
3.3 - A construção do Plano Diretor: (im) possibilidades à participação social.....	107
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>142</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>152</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>162</b>

## INTRODUÇÃO

As metrópoles, ocupando por sua vez, o papel de síntese dos processos sociais têm revelado situações de extrema escassez para a maioria de seus habitantes e absurda abundância para uma minoria (DAMIANI, 2000). Processo que guarda em si uma radicalidade capaz de destruir a esperança de dias melhores e levar cada vez mais ao individualismo. A urbanização somente atingirá a universalidade a partir das ações populares, do conjunto da sociedade brasileira contra todas as formas de precariedades advindas da produção do espaço homogêneo, fragmentado e hierarquizado (LEFEBVRE, 2007, 2005), do estabelecimento de relações sociais e políticas voltadas à troca de favores (DAMIANI, 2000; CHAUI, 2003), da verticalização e também hierarquização de relações sociais (TELLES, 1999) que promovem o autoritarismo social (CHAUI, 2003) despolitizando a sociedade que se vê cada vez menos como sujeito, protagonista em sua história.

O Estado, sob as balizas do modelo neoliberal, tem sido cada vez mais instituído pelos poderosos enquanto simulacro de um poder que emana do povo e para ele sobrevive. Em verdade, como fonte de poder, comete absurdos, ultrapassa seus limites e se lança sobre todas as esferas da existência, não somente para distribuir a riqueza socialmente gerada, mas para consolidar a apropriação de grande parte desta riqueza em atendimento a uma minoria.

Os excluídos da sociedade insurgem-se e contestam tal opressão vivenciada cotidianamente. Embora no Brasil a transcendência deste autoritarismo se dê “lentamente” (MARTINS, 1994), ela teima em acontecer. As reformas promovidas pela reforma constitucional de 1988 revelam-se como um destes momentos de esforço no rompimento com o autoritarismo social.

O Estatuto das Cidades, Lei 10.257 de 10/7/2001 é mais uma conquista da sociedade ao longo do processo de redemocratização no País. Ele traz em seu bojo não somente os instrumentos para a desejada função social da propriedade, mas também formas de gestão compartilhada entre Estado e sociedade. A operacionalização desta gestão é consagrada ao PLANO DIRETOR – instrumento político e de planejamento. Neste sentido, tal instrumento enseja possibilidades de construção de um novo espaço e uma nova sociabilidade. Muito embora, também possa, e, muitas vezes conduza à consolidação de uma estrutura cristalizada por relações de poder representativas de um arcaísmo político identificado mesmo em metrópoles que buscam aspectos de modernidade. Em outras palavras a troca de favores, cujo clientelismo compromete o desejo de uma democracia mais igualitária....

Entretanto, como assinala Lefebvre (1999, p.126) “[...] no nível dos projetos e dos planos sempre existe alguma distância entre a elaboração e a execução.” Sendo exatamente sob o aspecto das

regulamentações pelo planejamento que este trabalho quer apresentar uma outra leitura do Plano Diretor em contexto metropolitano, ultrapassando a aparência da consolidação de um determinado modo de interferência humano, poderoso e incontestado (Damiani, 2001, p. 50).

O processo de urbanização no País deu-se de forma mais acelerada a partir dos anos 50, acentuando-se nos anos 80, posicionando o Brasil como um dos países mais urbanos do planeta (SANTOS, 2001). Entretanto, o processo não se deu de forma pacífica, pois criou cisões na cidade, a exemplo dos espaços legais e outros, ilegais (MARICATO, 2000). Migrantes do meio rural buscaram os centros urbanos com o sonho de melhor qualidade de vida, uma oportunidade para dar sentido e mantê-la através da conquista de um posto de trabalho. T tamanha pressão sobre o ambiente das cidades levou o Estado a mobilizar-se. Seja para atender aos empresários do ramo imobiliário, da construção civil, e, mesmo de outros segmentos industriais que necessitam acomodar sua força de trabalho, em busca de ampliar seus lucros, seja pela pressão exercida pelos movimentos sociais que passaram a lutar com maior vigor, a partir dos anos 70. Para Villaça (1999) esta resposta não se fez em termos do que se pode considerar como planejamento urbano: as ações seriam muito pontuais, restritas à “organização do espaço” e com um horizonte limitado, às cidades, embora tenha sido defendido pelo Estado enquanto tal. Tem início no País, neste momento, a mobilização pela construção de um novo momento, de uma verdadeira cidadania. Neste momento, nos governos locais, por sua vez, são desconhecidas as petições coletivas, atendendo-se de forma parcelar, conforme suas conveniências – instala-se assim a política clientelista (DINIZ *apud* SILVA, 1993). Divide-se o Estado para de um lado, atender aos anseios de acumulação capitalista e de outro, à acomodação das demandas da sociedade aos primeiros, tais como assistência médica-previdenciária, política habitacional, saneamento e transportes.

Um dos instrumentos de negociação, que naquele contexto poderia ser considerado como controle de contendas, o Plano Diretor torna-se simplificado nos anos 70 (VILLAÇA, 1999). Se antes continham diagnósticos, levantamentos mais aprofundados passaram nesta época a tornarem-se “Planos sem mapa” - confeccionados sob o signo da simplicidade e da ausência dos diagnósticos técnicos de outrora. Esclarece o mesmo autor que estes planos são na verdade “objetivos, políticas e diretrizes” sendo o detalhamento realizado posteriormente. O que parece apontar para a intenção de somente oferecer satisfação à sociedade do que se planeja realizar e com isto amenizar as pressões sobre reformas.

Neste contexto, alguns segmentos da população já alijados de suas mínimas garantias esforçam-se em encontrar formas de transpor estas inúmeras barreiras à construção de uma verdadeira cidadania e encontram os velhos centros que outrora apoiavam suas lutas em crise. Sader (1988, p. 10-11) interpreta o momento: “Referido à Igreja, ao sindicato e às esquerdas, o novo sujeito neles não

encontra o velho centro.... são instituições em crise[...]” crise que se revela como um distanciamento de seus respectivos públicos. Mas, trata-se de centros que se desfazem e se reconstruem sob novos discursos e práticas a partir dos movimentos sociais, seus sujeitos (SADER, 1988). Na Igreja desenvolve-se a “Teologia da Libertação” que quer ver no cotidiano as premissas do evangelho católico, os sindicatos querem alçar autonomia em suas ações, negando a tutela do Estado ou dos Partidos políticos. A esquerda tem seu ideário questionado no plano internacional e no Brasil vários militantes passam a dedicar-se a práticas voltadas à educação popular desenvolvida por Paulo Freire (SADER, 1988). Os movimentos sociais também se insurgem contra o favorecimento, a negociação em troca de votos (CHAUÍ, 1988). Estes sujeitos se apóiam, politizam o cotidiano e exigem que se concretizem seus direitos às melhores condições de vida e não apenas acesso a serviços.

Sob o clima do reconhecimento de direitos, da redemocratização do país, consolida-se uma pauta de pleitos a ser apresentada ao Congresso Constituinte que combatia um modelo de urbanização que lançara grande parcela da sociedade brasileira na clandestinidade, ou seja, na informalidade, o Movimento Nacional pela Reforma Urbana – MNRU (MARICATO, 1994). Esta pauta compunha-se de demandas em relação à propriedade imobiliária urbana, buscando-se o valor social da propriedade e o respeito à cultura; a melhor qualidade sócio-ambiental das moradias; à política habitacional, enquanto forma de acesso à moradia digna e maior participação da população na gestão da cidade. Visando consolidar o espaço de atuação junto ao Estado, resgatando possivelmente o poder que lhe fora tomado, ou impedido de ser exercido, a sociedade, representada pelos sujeitos coletivos - os movimentos sociais - mudam sua postura, sua estratégia. Aproximam-se mais do Estado, passando também a institucionalizar suas práticas. (PEREIRA, 2001)

Criam-se novos canais como fóruns, redes, conselhos e outros espaços que articulam demandas da sociedade junto ao Estado e ampliam o canal de contato deste com a sociedade. Em 1988, a reforma constitucional apresenta ao país, a “constituição cidadã” (CARVALHO, 2002) na qual a política urbana é tratada de modo - ou pelo menos se propõe a - que a propriedade exerça sua função social de abrigar os cidadãos de forma digna. Para tal, elegeu o Plano Diretor como instrumento maior para dirigir a política de desenvolvimento e expansão urbana. Tal instrumento somente veio a ser regulamentado, quase 13 anos depois - Lei 10.257 de 10/7/2001, Estatuto das Cidades – EC - como uma via de possível mudança. Entretanto, foram tecidas inúmeras críticas ao legislador que consagrou o Plano Diretor como instrumento básico da política urbana, uma vez que outros instrumentos já estavam contemplados em muitas leis orgânicas de vários municípios (COSTA, 1992).

Entende-se que o Plano Diretor é um importante instrumento para o “[...] necessário equacionamento da solução desejada, mas não o único, nem o principal” (COSTA, 1992, p. 114). Lacerda et al (2005)

tecem considerações às possíveis conformações do instrumento; ele tanto serve como plano geral de desenvolvimento quanto de ordenamento territorial. As reflexões de Costa (1992) e Villaça (2005) nos levam a compreender que setores técnicos e mesmo a sociedade terá dificuldade em conceber o Plano Diretor como uma possibilidade de democratização de acesso ao espaço urbano de melhor qualidade. Entrementes, o Estatuto das Cidades insiste no compartilhamento da gestão do território, assegurando à população o direito à manifestação, chegando inclusive a recomendar que se utilizem outras linguagens que não a exposição ou informação textual. Sugere-se pela via da manifestação artística o envolvimento do cidadão no processo, apontando a arte, a música, a religião, a expressão corporal e até mesmo a propagação das histórias vividas como momento de mobilização, divulgação do Plano Diretor (PINHEIRO E ROLNIK, 2005).

Entretanto o Plano Diretor somente reflete-se sobre a cidade e a sociedade que abriga a partir de sua aprovação e implementação. Esta nova etapa do planejamento urbano não anulará os conflitos, as práticas arcaicas ou modernas, democráticas adotadas em sua elaboração. Porém revelar-se-á quem sabe como uma possibilidade de democratização da própria sociedade (TELLES, 1999) e mesmo do compartilhamento do poder decisório do Estado (BAVA, 2000).

A construção que se fez até aqui vem delimitar os liames da relação Sociedade Civil e Estado na construção da cidadania, ou seja, do “direito a ter direitos” (DAGNINO, 2004). Em conformidade com as proposições do Estatuto das Cidades, materializadas na proposta do Plano Diretor Participativo<sup>1</sup>, identifica-se no processo a “(im) possibilidade” de compartilhamento da gestão democrática da cidade. Tal arena pode servir ao pleno exercício dos direitos de cidadania, entretanto como expõe o historiador José Murilo de Carvalho (2002), a *cidadania* embora possa ser polissêmica e venha sendo utilizada algumas vezes até levemente (pode-se acentuar), tem como cerne 3 caminhos para assegurar a liberdade do indivíduo: os direitos políticos, civis e sociais. Como preceitos jurídicos, o indivíduo teria assegurada a liberdade de exprimir-se, de mobilizar-se em torno de uma causa, sendo sua liberdade tolhida somente a partir de um processo legal com amplo direito à defesa e também, asseguradas as condições sociais de sua reprodução social; saúde, educação, habitação, ambiente salutar, lazer, locomoção, dentre outros. Aprofundando os sentidos da cidadania conquistada, dialoga-se com a cientista política Dagnino (2004) a cerca do deslocamento de sentidos – protagonizados pelo projeto neoliberal que graça no País e o projeto de cunho democrático que vem se debatendo junto a frações subalternas da sociedade - que se concede à *cidadania*. Esta se movimenta entre uma aspiração social

---

<sup>1</sup> Titulação oferecida pelo Ministério das Cidades - MC, a partir de sua criação em 2003, veiculada no “Kit das Cidades”, principal material de apoio aos municípios e entidades que se dedicam à elaboração do Plano Diretor, constando de cartilhas, manuais, cartazes e vídeos explicativos.

a que se possa romper com as fronteiras do “autoritarismo social” assegurando aos indivíduos a possibilidade de poderem atuar como sujeitos sócio-políticos e construir novos espaços de diálogo e nova sociabilidade. Entre constrangimentos causados por parte do projeto neoliberal que apregoa a inserção no *mercado* como sentido para esta cidadania que já não consegue realizar-se no âmbito das ações de um Estado – cada vez mais reduzido, submisso se realiza fragmentária e precariamente. As reflexões da filósofa Chauí (1994) favorecem o entendimento do boicote à ampliação das arenas de manifestação da vontade popular e à participação da/na coisa pública. A inflexibilidade da sociedade - cindida em classes que se digladiam, que não se reconhecem como legítimas para exercerem os direitos assegurados pelo ideal democrático - é fértil aos propósitos neoliberais. Estes se vêem realizados pela supressão cada vez maior das instâncias de debate sobre o público e o privado, inibindo a emancipação, o protagonismo já que se relacionam com seus governantes como se fossem “enviados” para salvar a pátria (CHAUÍ, 1994). Numa sociedade, na qual mesmo exercendo a vontade pelo voto, crê-se – que os direitos são objetos de reconhecimento “gracioso” pelos governantes, e o ato de ser consultado valha como deliberação – cria-se grandes barreiras à concretização do ideal da plena cidadania. Tais deliberações da sociedade influem na construção morfológica e social da cidade. Lefebvre, reconhecido mundialmente por sua numerosa e profunda análise da sociedade e o espaço que *produz* esclarece que o espaço é político e instrumental, tendo tornado-se por inteiro em mediador da reprodução das relações de produção capitalistas, tornando-se, pois *político* (LEFEBVRE, 2005; 1999). A cidade é, pois, “mediação entre as mediações”, local de encontro e reunião dos opostos, dos diferentes, portanto, local de embates. (LEFEBVRE, 1991), embora sob a égide do neocapitalismo tenha sido instrumentalizada enquanto produto, mercadoria a se repetir para consumo do lugar (LEFEBVRE, 1991). Fruto da elevação da esfera financeira até mesmo à captura do cotidiano, tem-se na cidade o embate constante de grupos que querem subordinar os espaços às relações de troca. O processo de elaboração do Plano Diretor vai se dar neste espaço.

A sociologia *disposicional* e *relacional* de Bourdieu (1989, 1996a) elucida a disputa pela construção de categorias de “di-visões” realizadas por aqueles que se arvoram em firmar distinções, promover fragmentações, subordinações de parcelas da sociedade por meio do “Poder Simbólico”. Este assegura a seus detentores a consagração enquanto *dominantes*, isto é, legítimos e competentes para discursar sobre a realidade, de tal modo que o fazem não pela força física, mas por outra forma de violência, a simbólica (BOURDIEU, 1989, 1996a). Este poder não é absoluto, está sempre em disputa, pelos *dominados*, os que buscam ampliar sua competência para elaborar a heterodoxia que é por si, outra forma de *poder simbólico*. Dominantes e dominados (BOURDIEU, 1989) produzirão seus discursos pelo espaço, pela cidade, mediação entre as mediações (LEFEBVRE, 1991).

## Objetivos e justificativas

Esta pesquisa objetiva contribuir com reflexões a cerca da relação sociedade e Estado - sob o ângulo da participação social - enquanto exercício pleno da cidadania - no processo de elaboração do Plano Diretor (instrumento legitimado pela Constituição Federal de 1988, art. 182 §1º, como instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana).

O processo de construção do Plano Diretor do município de Caeté - iniciado em fevereiro de 2006 e submetido à aprovação da Câmara dos Vereadores em 19/9/2006 que o aprovou em 5/6/2007, aguardando somente a sanção do Executivo, constitui-se processo relevante para o propósito da pesquisa. Postulava-se nos primórdios da pesquisa que a exigüidade de tempo para conclusão do processo como previsto no EC levaria os agentes do Estado a empenharem-se em concluí-lo em prazo legal, ou seja, em 10/2006.

Mesmo tendo-se em considerando os limites do Plano Diretor como instrumento político de gestão do espaço urbano (VILLAÇA, 2005; Maricato, 2000) e a imposição legal de sua efetivação, impondo-se penalidades aos prefeitos e vereadores que não o realizarem – tal processo revelou-se aos olhos do pesquisador enquanto processo não desprezível. Inclusive por significar um dos momentos no qual vários segmentos da sociedade de Caeté-MG poderiam dialogar consigo mesmos, ao se debruçar sobre a cidade: suas riquezas, as carências, espaços e práticas opressoras. Trata-se de um processo que para melhor ser compreendido demanda reflexões dos vários saberes, opondo-se à fragmentação da ciência, tão combatida por Lefebvre (2007, 2005, 1999). No âmbito da Geografia, onde esta pesquisa se fez, encontram-se consistentes reflexões a cerca das relações que o homem desenvolve no ambiente onde vive (MORAES, 1994) revelando-se a dialética relação entre o ser humano com a cidade, espaço da manifestação de sua existência (CARLOS, 2001; DAMIANI, 2006).

Milton Santos (2002a) um dos grandes expoentes mundiais da geografia propõe uma nova geografia entendendo que o ser humano, de forma não totalitária, vem se conscientizando de que parte de seu sofrimento reside nas próprias transformações que realiza no espaço.

Seu entendimento do que significa o *espaço* – objeto de estudo privilegiado na Geografia - é esclarecedor e muito pertinente ao que se busca nesta pesquisa:

“O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. [...] verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares”. (SANTOS, 2002a, p. 153)

As bases éticas em que se desenvolve a ciência e o constante diálogo com as demais áreas do conhecimento, têm a seguinte interpretação para esse autor:

“Quando a natureza se torna social, cabe à geografia perscrutar e expor como o uso consciente do espaço pode ser um veículo para a restauração do homem na sua dignidade. Os geógrafos, ao lado de outros cientistas sociais, devem se preparar para colocar os fundamentos de um espaço verdadeiramente humano, um espaço que uma os homens por e para seu trabalho[...]” (SANTOS, 2002a, p. 267)

Entretanto, a guisa de contribuições de outras ciências, considera Hissa (2002) - autor de “A mobilidade das fronteiras - inserções da geografia na crise da modernidade” que a socioespacialidade, ou o conhecimento socioespacial é construído a partir da aproximação de saberes, da “ruptura de fronteiras interdisciplinares” (HISSA, 2002).

Refletindo sobre a geografia no século XXI, Manoel Correia de Andrade (1994) aponta as contribuições da geografia a que se preserve a identidade cultural e a boa qualidade de vida, respeitando-se as idiossincrasias. Estas se dariam nos seguintes termos: “[...] os geógrafos não podem ser excluídos desta responsabilidade, a fim de que dêem uma contribuição que se estenda em duas direções, uma horizontal – o espaço – e outra vertical – o tempo” (ANDRADE, 1994, p. 15).

Este compromisso ultrapassaria aos próprios interesses e se dirigiria à busca de “soluções para sociedade”, prioritariamente (ANDRADE, 1994). Ruy Moreira (2006) buscando contribuir na elaboração de uma epistemologia crítica para a Geografia, rompendo com visões fragmentárias, segundo o qual, teria a ciência se fixado ao esquema N-H-E, relações entre Natureza, Homem e Economia, como um esquema capaz de a tudo interpretar. Conduz, pois a se abrir novos horizontes para o olhar geográfico através do vislumbrar da “distribuição” ao invés da localização, conferindo dinamismo ao espaço.

Carlos (1994) de forma esclarecedora aponta as transformações sofridas na ciência geográfica a partir dos anos 60, no Brasil, época em que os esforços dirigiam-se muito mais ao planejamento do que a oferecer respostas às inquietações teóricas. Nas reflexões que tece, a autora relata um momento vivido na geografia quando o espaço era visto como palco das ações humanas, dissimulando-se as contradições da existência, enfocando-se muito mais a localização e a descrição, ou seja, preocupava-se mais com as disposições do espaço. Ao final da década de 70, surgem novas inquietações e o “fazer-se” da geografia avança para novas práticas. Essas se voltam tanto à produção teórica, fruto de um novo olhar sobre o espaço, um olhar crítico, quanto à própria postura, ao agir do geógrafo. Se antes era apregoada a postura “fria e distante” do pesquisador, nas novas bases, a atitude do sujeito cognoscente é de entrosamento à realidade, ao invés do distanciamento (CARLOS, 1994). Reflexo

desta nova concepção do homem e da produção que realiza do espaço, tornando o espaço, humano, relata a autora, a evolução da concepção de cidade. Segundo Carlos (1994, p. 160) “De organismo funcional passa a ser entendida, a partir da idéia de trabalho materializado, enquanto elemento de uma totalidade espacial, marcando o limite entre a cidade e o urbano.” A cidade passa então a ser analisada como lócus da produção; reprodução da força de trabalho e a interação da existência humana com todas as contradições que abarca. Mudança que se faz da *organização racional do espaço* para a *produção do espaço*, espaço geográfico, produto da sociedade, portanto, espacialização das relações sociais. Abarca tal mudança de concepção a consideração à dialética relação homem e natureza, natureza que é histórica, socializada. Dirigem-se as pesquisas ao espaço como objeto a investigar, no compromisso de a partir de uma postura crítica, construir as bases de uma sociedade mais democrática, mais justa e respeitosa da vida em suas várias manifestações.

À parte as críticas feitas à predisposição em se fazer uma ciência síntese, importa ao contexto deste trabalho o fato da Geografia ter por objeto o espaço, o tempo e a sociedade dinamicamente transformando-o. Assim, torna-se pertinente considerar que a complexidade do mundo moderno exige da Geografia um dissipar para além de si mesma e de uma leitura descritiva,

A questão é sermos geógrafos para tentar compreender o papel da organização do espaço na sociedade, tendo em vista a compreensão desta sociedade e, ao mesmo tempo, sermos geógrafos para a produção de um conhecimento que nos permita transformar a realidade. (GONÇALVES, 1987: 25)

E o Plano Diretor não poderá vir a se constituir num desses momentos de transformação?

## **Questões norteadoras**

O espaço, produto da sociedade, humanizado, espacialização das relações sociais oculta, dissimula contradições. Para Lefebvre (2007; 2005), o espaço tem se tornado sob a égide do neocapitalismo, instrumento, revelando o aspecto político em sua produção. Instrumentalização que é muito mais voltada à dominação (CHAUÍ, 2003) do que à convivência das diferenças, ou seja, impedimento ao *dissenso* (RANCIÈRE, 1996). Sendo o Plano Diretor, instrumento consagrado à gestão coletiva do espaço urbano, pela Lei 10.257 de 10/7/2001, revela-se como processo potencialmente capaz de

convergir os olhares sobre o espaço urbano, configurando-se em um *campo* (BOURDIEU, 1989) de disputas para a conformação da cidade. Almeja-se ao refletir sobre o processo de construção do Plano Diretor em Caeté, elucidar criticamente (LEFEBVRE, 2007, 2005, 1999, 1991; CARLOS, 2006, 2001) as bases nas quais se constituíram as (im) possibilidades à participação social.

## Metodologia

Inicialmente, apontam-se as razões pelas quais a questão de pesquisa foi escolhida pelo pesquisador, a seguir é apresentado o direcionamento metodológico adotado, bem como a organização dos conteúdos que compõem os capítulos da presente dissertação.

### Considerações a respeito da escolha do objeto de pesquisa

O pesquisador atuou como psicólogo social em processos de execução de programas sócioambientais no contexto de instalação de empreendimentos hidrelétricos, em Minas Gerais, tendo vivido com comunidades que sentiriam o efeito da transformação de seu território e conseqüentes alterações em seu modo de reprodução sócio-cultural. E embora os estudos de impacto ambiental contemplem muito superficialmente, quando o fazem, ou somente esbocem as reações, sentimentos, concepções da sociedade sobre tais ações, estes não são atualizados durante a implantação de tais empreendimentos e se o são, ocorrem sem maior aprofundamento. Constitui para o pesquisador, como motivação para a investigação, a visão de cada morador, de cada produtor rural, criança, jovem, homens, mulheres, deficientes físicos sobre as alterações que neste contexto se verificavam: aflição, angústia, sensação de perda irreparável, medo, luto, alegria pela mudança, expectativa de renovação de seus projetos pessoais. O que cada um visualizava em sua vida a partir daquela experiência, o que estaria sentindo e os sentidos que passava a construir sempre estiveram entre minhas indagações.

Até setembro de 2005 vinha-se pesquisando a respeito da relação que estabelece a sociedade com o ambiente, porém em circunstâncias nas quais as determinações sobre o ambiente já se encontravam definidas. Em se tratando de áreas preservadas, por exemplo, onde os órgãos ambientais dirigem-se à sociedade, via de regrar, para somente informá-la da nova realidade, já que o poder de decidir sobre o uso do território pertence ao Estado, ou seja, de cima para baixo.

O grande interesse que despertou o contexto de Caeté reside no fato de ser possível identificar a possível inserção, ou afastamento da participação popular na definição dos usos, apropriações, enfim, da produção do espaço, suas contradições, os constrangimentos e também as alianças, a solidariedade, a alteridade que é construída para superar as limitações da ação do Estado. Muito embora o processo de elaboração do Plano Diretor não seja totalizante, ou seja, não represente uma ação que vá dar conta de toda a assimetria que existe na produção da cidade e na extensão das relações capitalistas de produção ao cotidiano. Mesmo considerando que outros processos ocorrem simultaneamente, às vezes até superpondo ou sobrepondo a elaboração do Plano Diretor, e ainda levando em conta, os limites delineados no Estatuto das Cidades – EC, sua construção e implantação, sugere o possível exercício de manifestação da vontade popular. Considera-se que seja um processo bastante significativo, embora criado a partir de um instrumento legal, a Lei 10.257 de 10/7/2001, a qual estabelece prazos para conclusão e punições.

Considerou-se também como um aspecto facilitador, o fato deste processo - sob o prisma dos desdobramentos sobre a sociedade, envolvendo sua participação - encontrar-se em fase inicial, o que poderia facilitar a compreensão de como se realizam as atuações dos diversos segmentos sociais em seqüência imediata à ocorrência dos fatos. Com isto, estariam mais nítidos na memória de cada sujeito – nas mais diversas formas de interação com o processo - os vários momentos políticos em que o processo se desenvolveu. E ainda, o acesso a documentos, registros, folders, materiais publicitários, mídia impressa e sonorizada se fariam com maior profundidade, pois em muitas gestões municipais os arquivos são preteridos, relegados e até destruídos. 2

### O acesso ao município de Caeté

No primeiro contato<sup>3</sup> no contexto da pesquisa, em Caeté, em fins de outubro de 2005, o Senhor Secretário da SEDEAMA, recentemente empossado (outubro de 2005) explicitou as necessidades de sua pasta, em relação ao andamento dos trabalhos subsidiários ao processo de construção do Plano

---

<sup>2</sup> Mesmo em Caeté já se fez uso da queima de registros anteriores afim de não haver contribuições de uma gestão à que lhe sucede, ou mesmo, para apagar testemunhos de atos corruptos, perseguições políticas e outros objetivos escusos.

<sup>3</sup> O acesso ao campo (em 26/10/2005) foi acompanhado dos professores do Instituto de Geociências – IGC, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Professor Roberto Valadão e Professora Doralice Barros Pereira, além de um dos mestrandos do Professor Roberto, Sr. Alexandre Alby. Tal visita partiu de convite do Professor Roberto Valadão - pesquisador que já vem atuando na região no âmbito da pesquisa em hidrologia e geomorfologia. Neste primeiro encontro realizou-se contato com o diretor do Sistema autônomo de Água e Esgoto - SAAE, autarquia vinculada à Prefeitura Municipal de Caeté e o secretário coordenador da SEDEAMA – Secretaria de Desenvolvimento, Meio Ambiente e Agricultura.

Diretor no município. Apresentou este, seu planejamento que consta de: zoneamento econômico ecológico do município; pesquisa socioeconômica na área urbana e rural; a posterior discussão com as sete regionais na qual o município foi dividido para atuações no contexto do processo e, sobre o trabalho desenvolvido e o entendimento da população a respeito das decisões técnicas. A princípio, manifestou que dentre estes trabalhos, a pesquisa socioeconômica seria a mais urgente contribuição ao processo de elaboração do Plano Diretor.

Em seu planejamento, o secretário havia estruturado a pesquisa socioeconômica, contando, em sua execução, com os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) - profissionais que realizam os trabalhos de acompanhamento da saúde dos habitantes, no âmbito do Programa de Saúde da Família – PSF<sup>4</sup>. Tal proposta se fez constar do Termo de referência, firmado entre o município e o Ministério das Cidades - MC que endossou liberação de recursos para as ações do Plano Diretor junto à UNESCO. O secretário solicitou cooperação, no sentido de que fosse realizada uma atualização do questionário que os ACS já vinham aplicando junto à população, quando de suas rotineiras visitas voltadas às ações de saúde da família. Em paralelo, solicitou que o autor desta dissertação, baseado em sua experiência com pesquisa socioeconômica e a formação em Psicologia, acompanhasse os ACS em suas visitas aos municípes. Tal intento - acreditava o Senhor Secretário - favorecia a abordagem a ser concluída pelos ACS, levando a facilitação na obtenção das informações que se demandava para a elaboração do Plano Diretor.

A partir daquele momento passou-se a colaborar com a pesquisa socioeconômica já em operação. Agendou-se a próxima reunião para 8/11/2005, na SEDEAMA, aonde estas já vinham acontecendo com frequência semanal. Porém, a tarefa era mais ampla. Pediu-se simultaneamente auxílio à SEDEAMA no levantamento que tentavam realizar junto às secretarias, qual seja a “agenda” de cada órgão: suas dificuldades e seu planejamento, através de um levantamento mais sistematizado com a aplicação de questionários e entrevistas aos secretários e seus assessores chave.

Realizou-se uma visita à Secretaria municipal de educação, em novembro de 2005. Em janeiro de 2006 foi realizado um breve contato com a Secretaria de Administração, mas que não se converteu num contato mais formal. Para as referidas reuniões eram convocados os assessores de todas as Secretarias para tratarem do processo de elaboração do Plano Diretor.

As bases em que esta participação se deu restringiram-se a contribuir no melhoramento do questionário socioeconômico da SEDEAMA, no sentido em que esta Secretaria buscava maior e melhor conhecimento sobre os problemas ambientais do município. Almejava-se também conhecer a

---

<sup>4</sup> Este programa é financiado pela União, mas, sua administração está a cargo dos municípios – Caeté-MG conta com uma cobertura de 85% do território.

percepção de seus habitantes em relação à identificação destes problemas e à vocação econômica do município, e mesmo seu conhecimento/expectativas a respeito do Plano Diretor (ANEXO – N). Neste movimento pode-se abstrair uma tendência à elaboração de um diagnóstico rápido, mas se mostrando totalitárias no desejo de abarcar realidades, nem sempre abstraídas instantaneamente do processo de vida de diferentes segmentos sociais municipais. As informações obtidas subsidiariam os trabalhos realizados nas oficinas do Plano Diretor, quando da leitura popular da realidade, segundo proposição desta Secretaria. Este assunto é detalhado em outro momento desta pesquisa. E ainda, para tal tarefa, necessitava-se que os ACS fossem acompanhados em suas visitas domiciliares. Esta interessante oportunidade se configurou favorável aos propósitos da pesquisa, posto se tratar dos primeiros contatos com as manifestações da população e seu desconhecimento a respeito do que implica e se constitui um Plano Diretor – ademais da possibilidade de participação.

Adaptando-se o questionário (ANEXO – N) da pesquisa socioeconômica aos objetivos da SEDEAMA, iniciaram-se as visitas efetuadas pelos ACS junto à população a partir de 13/12/2005. Neste ínterim, buscou-se contato com outros agentes do Estado que interagem no município, como Emater, Ministério Público, outros integrantes da Prefeitura, supervisores dos postos de saúde. O acompanhamento se dava à medida que os supervisores de saúde de cada posto de saúde municipal - o que equivale a uma regional – apresentavam à SEDEAMA dificuldades de sua equipe. Tal acompanhamento não foi possível a todas as regionais e mesmo à área rural. Dada a concentração da população na área urbana, o processo de pesquisa iniciou-se nesta, em 12 de dezembro de 2005 para então avançar para os distritos em suas áreas urbana e rural. Nos distritos o questionário teria de sofrer nova revisão, no que não foi possível contribuir.

Com a evolução dos trabalhos de apoio à SEDEAMA observou-se que as necessidades desta Secretaria de apoio aos processos internos vinculados às ações do Plano Diretor, uma delas a pesquisa socioeconômica, eram volumosas. Tornou-se inviável ao pesquisador, ampliar sua colaboração para além do que vinha realizando, pois, a um pesquisador, ainda que em dedicação integral a seus estudos sejam atribuídas outras demandas que estão para além do contexto enfocado pela pesquisa. Pode-se observar que na realidade, esta Secretaria necessitava de um profissional que coordenasse a pesquisa socioeconômica, inclusive a estruturação dos dados em relatórios, trabalho que por si só absorveria totalmente a atenção de quem a ele se dedicasse. Foi preciso então esclarecer que enquanto pesquisador a atuação seria possível respeitando-se alguns critérios. Um deles limita o tempo de atuação, dado que a pesquisa não se limita à atuação somente dos sujeitos coletivos legalmente responsáveis pela estruturação do pacto que consolida o projeto de lei do Plano Diretor a ser aprovado pelo Legislativo, mas também a população. Outro critério diz respeito à

necessidade de o pesquisador realizar seus trabalhos de pesquisa acadêmica, e inclusive, participar de eventos científicos que abordem temas atinentes à pesquisa. Deste modo, foi esclarecida à SEDEAMA, em fins de março de 2006, a necessidade de o pesquisador redimensionar a cooperação que vinha realizando junto àquela secretaria.

#### Diretrizes teóricas

As respostas aos questionamentos objeto desta pesquisa são elaboradas a partir da contribuição multidisciplinar, ressaltando-se as contribuições da Geografia, da Sociologia, da Psicologia, da Ciência Política, da Filosofia, do Planejamento urbanístico e do Direito urbanístico.

O direcionamento tomado no âmbito da Geografia é o da construção da *urbanização crítica* consoante às elaborações de geógrafos que lidam com o planejamento urbano. Bem como as reflexões do filósofo Henri Lefebvre que dão conta da dimensão política da *cidade* enquanto mediação das mediações, local de embate das diferenças, dos contraditórios. Tal como propõe Lefebvre (2007; 2005; 1999; 1991) toda pesquisa ou definição do espaço demanda a conceituação do espaço. Nesta pesquisa, adotam-se as definições desse autor, segundo as quais, o espaço: resulta do trabalho e da divisão do trabalho, portanto, é objetivação do social; engloba os objetos produzidos, sendo assim, funcional; como meio, instrumento é um *médium* entre a concepção mental, social, filosófica e a realização destas concepções, revelando-se produto social e lugar dos produtos. Como instrumento de mediação é caracteristicamente ideológico, porque nele se realizam propósitos de frações da sociedade, e também saber, por abrigar, revelar representações dos seres humanos. Com base no acima exposto, Lefebvre (1999) vê a cidade como uma obra privilegiada, resultando sua morfologia e as relações sociais dos modos de produção que a produziu. Tempo e espaço são apropriados, pois conforme essas determinações, embora também haja apropriações de tempo e espaço para a festa, o lúdico, o ócio, o prazer. Nestas bases esta pesquisa compreende o Plano Diretor como processo que aglutina visões, representações do espaço. O diálogo com outros autores no âmbito desta ciência levou em consideração essa premissa, considerando-se o Plano Diretor, instrumento político do planejamento urbano como possibilidade de avanço à democracia, à participação social, embora não se omitam as contradições próprias à extensão das relações capitalistas de produção ao cotidiano.

Embora não se tome o Plano Diretor como vetor totalizante das transformações sociais e espaciais – e não obtenha a mínima credibilidade por parte de alguns pesquisadores (VILLAÇA, 2005; 1999,

MARICATO, 2000) - não se despreza a atenção que a ele dirigem, tanto os agentes hegemônicos, como os dominados, aqueles que tecem o discurso contrário.

Lefebvre (2007; 2005; 1999) considera o método dialético como o mais profícuo ao conhecimento da cidade e suas contradições. Concebe-se que o diálogo com a sociologia *relacional e disposicional* de Pierre Bourdieu (1996a, 1996b, 1989) é enriquecedor no sentido de elucidação dos interesses, disputas e estratégias adotadas pelos vários agentes a fim de implantar a *doxa*: poder de criar di-visões, de formar grupos e construir códigos, enfim, construir e fazer valer a visão sobre a realidade, o *Poder Simbólico*.

#### Direcionamentos adotados

A construção do objeto de pesquisa é uma tarefa que se faz paulatinamente, num movimento do olhar do observador sobre a teoria e seu objeto de pesquisa. Como expõe Bourdieu (1989) tal processo não se realiza de uma só ação. Resulta de consecutivas aproximações, de correções, retoques sucessivos, e mais, do uso de variados instrumentos de acesso ao objeto pesquisado. Nas palavras de Bourdieu (1989, p. 26) “[...] a pesquisa é uma coisa demasiado séria e demasiado difícil para se poder tomar a liberdade de confundir a *rigidez*, que é o contrário da inteligência e da invenção, com o *rigor* [...]” o que limitaria a utilização dos variados instrumentos construídos pelas demais ciências.

Nesse sentido adotou-se a pesquisa bibliográfica, sem pretensão de esgotar a extensa produção tanto no contexto da Geografia, como no das demais ciências. Foram consultados os arquivos da própria Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG; da Assembléia Legislativa de Minas Gerais; do município de Caeté; Fundação João Pinheiro. O levantamento bibliográfico atende as necessidades de embasamento teórico da pesquisa delineando os possíveis encaminhamentos e os instrumentos que a ciência desenvolveu até o presente para elucidação da problemática pesquisada, assim como atualiza o pesquisador<sup>5</sup> favorecendo o estabelecimento de uma metodologia mais eficaz e exeqüível. As fontes referenciadas guardam não somente conteúdos teóricos, mas também a memória de processos

---

<sup>5</sup> No 2º semestre de 2006 - atendendo indicações da Banca que qualificou o projeto para sua etapa final, em 7/2006 - concluiu o pesquisador, 2 disciplinas junto ao Programa de Pós-Graduação do IGC-UFMG. Planejamento e gestão urbano-ambiental tratou da atualização sobre o planejamento urbano e suas interações com as temáticas ambientais evidenciando o papel dos diversos atores, contribuindo para o amadurecimento da visão crítica sobre os instrumentos do planejamento urbano e as tendências atuais, nacionais e internacionais. Trabalho orientado: Espaço e reprodução social na obra de Henri Lefebvre II voltou-se à análise das determinações do sistema neoliberal vem lançando sobre o espaço por meio da versão em tradução ( pelos professores Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins) para o português do original: La production de l'espace. 4e ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). As discussões em torno da obra com o aporte de outros autores contribuíram para a interpretação inclusive de outras obras do mesmo autor que embasam esta pesquisa.

correlatos. A UFMG, bem como a Fundação João Pinheiro exemplificam tal contribuição. A Assembléia Legislativa oferece em seus arquivos a visão do âmbito do Legislativo, portanto, no mundo das leis sobre o planejamento urbano, além de ser a entidade que discutirá e aprovará o Plano Diretor Metropolitano. Já a Fundação João Pinheiro reflete a experiência que possui junto à administração pública, possuindo relatos sobre a elaboração do planejamento urbano, mas também acervo teórico. Em Caeté os arquivos de sua biblioteca municipal são esparsos, a administração pública é bastante burocratizada na atual gestão e mantém as informações sob “rédeas curtas”.

Os sítios eletrônicos de órgãos oficiais consultados, como: Ministério das Cidades, Câmara dos Deputados, Assembléia Legislativa, Instituto Estadual de Florestas–IEF e Câmara Municipal de Caeté apresentam a visão oficial, instituída do planejamento urbano. O acesso via meio eletrônico facilita não somente a visualização do discurso do Estado, mas também o acesso e obtenção de documentos ( leis, pronunciamentos, cartilhas) e aos próprios agentes do Estado.

Procedeu-se ainda à avaliação de documentos oficiais (atas, leis, panfletos, publicações em jornais locais) voltada à construção do discurso oficial o qual foi contrastado com as práticas verificadas assim permitindo vislumbrar as contradições e estratégias. Ainda estenderam-se esta avaliação aos veículos extra-oficiais, como jornais, panfletos, folders e outros veículos de comunicação que abordassem estritamente o Plano Diretor e temas correlatos. Esses contemplam também as críticas da sociedade, outras interpretações do processo que não a dos agentes coordenadores.

O registro das observações decorrentes do pesquisador a respeito do processo consoante participação em eventos, em Caeté-MG, voltados especialmente à elaboração do Plano Diretor como: oficinas de esclarecimento e trabalho com a comunidade, reuniões privativas do Núcleo Gestor, audiências públicas, reuniões na Câmara Municipal constituiu-se em instrumento metodológico para a análise do processo. E ainda a participação em demais eventos pertinentes aos temas tratados, tais como: debates programados na Assembléia Legislativa de Minas Gerais; eventos acadêmicos e científicos.

Segundo Tittoni e Jacques (2002) nos anos 90, a Psicologia Social - embasada nas críticas de Morin (1986): questionamento à objetividade, “verdade-absoluta” pretendida para se obter o status de ciência; isenção política do pesquisador e distinção entre questões teóricas e empíricas – abre-se ao exercício de múltiplas formas de conhecer a realidade. São amenizados os atritos que geram tensão entre a pesquisa empírica e a teórica e entre Ciência e Política, o que conseqüentemente, leva também a avanços na concepção da relação indivíduo e sociedade, passando-se a considerar mais as interações às distinções. Tais transformações levam também a novos direcionamentos metodológicos que concebem a pesquisa qualitativa mais apropriada aos novos momentos. Ressaltam Tittoni e Jacques

(2002) que a pesquisa qualitativa é encarada como uma possibilidade a mais de pesquisa, e não mera contraposição aos métodos quantitativos.

A pesquisa dos aspectos vivenciais, das percepções, posicionamentos políticos, enfim do que é a cidade de Caeté, seus conflitos, aspirações da sociedade caeteense, seu relacionamento com o Estado e mesmo da sociedade entre si demandou a interlocução com vários atores. Tanto com atores que participaram diretamente e oficialmente do processo de elaboração do Plano Diretor, como daqueles que notadamente tem atuado na história local, elaborando uma síntese do processo de elaboração do Plano Diretor a partir de sua percepção e posicionamento político. A aproximação a esses interlocutores se deu paulatinamente às explorações de campo. Em muitos contatos, entrevistas e até mesmo durante o deslocamento até a área de estudo, pode-se interagir e assim ampliar a possibilidade de interlocução posto que a cada contato, novos interlocutores eram vislumbrados.

A interação com estes interlocutores deu-se preponderantemente por meio do diálogo e entrevistas semi-estruturadas. Quivy e Campenhoudt (1998) concebem a pesquisa exploratória como meio eficaz para pesquisas em ciências sociais, ressaltando aquelas que são desenvolvidas de forma maleável onde a predisposição do pesquisador é de mais ouvir do que perguntar. Segundo os autores, “[...] as entrevistas exploratórias servem para encontrar pistas de reflexão, idéias e hipóteses de trabalho, e não para verificar hipóteses preestabelecidas.” (QUIVY, CAMPENHOUDT, 1998). Oliveira (1998) tece considerações à liberdade do pesquisador para atuar com imaginação e não somente, acomodar-se às regras metodológicas - afirmando que: “O cultivo da capacidade imaginadora separa o técnico do pesquisador; somente a engenhosidade saberá promover a associação de coisas, que não poderíamos sequer intentar pudessem um dia se compor, num dado cenário social.” (OLIVEIRA, 1998, p. 19). Ainda assegurando ao pesquisador, o exercício da autonomia na condução da pesquisa, entende o mesmo autor que cabe ao pesquisador e somente a ele, construir situações, aproximações com os interlocutores com base em posturas éticas. Ética inclusive na ação de ao analisar o conteúdo obtido nas entrevistas, que não se recorte a fala dos entrevistados a esmo, buscando situar-se no contexto aonde vive o entrevistado. Thiollent (1987) pressupõe que a entrevista não-diretiva ainda representa algumas limitações. No contexto de sua aplicação há ainda que se levar em conta a diferença social e de linguagem entre entrevistador-entrevistado. O autor reporta-se a Bourdieu (1987), para quem é preciso construir uma “sociologia da situação de entrevista”, pois ter-se-ia dirigido as reflexões muito mais à subjetividade que ao contexto social. Contudo, Thiollent (1987) não contra-indica o método semi-estruturado de entrevista, considerando que como não se trata de comparação ou adição de discursos, mas da compreensão dos indivíduos em seu grupo social de pertença, tal instrumento tem sua validação. Esse autor entende que a categorização apressada, no contexto da entrevista, bem

como a projeção das expectativas e crenças do pesquisador devem ser também objeto de análise para os que adotam a metodologia de entrevista não-diretiva. Esse último quesito, o da abordagem da visão, da expectativa do entrevistador é também ressaltado por Oliveira (1998), porém no sentido em adotado por Wright Mills (1982): “Os pensadores mais admiráveis não separam seu trabalho de suas vidas.” (OLIVEIRA, 1998, p. 19). Deste modo haveria um fluxo de conhecimentos, visões de mundo que se constrói a partir do encaminhamento das práticas de pesquisa e do viver do pesquisador.

Quivy e Campenhoudt (1998) compreendem haver três categorias de interlocutores: i) os docentes, peritos, especialistas; ii) as *testemunhas privilegiadas*, as quais podem inclusive pertencer ao público objeto da pesquisa e por fim, iii) o público alvo da pesquisa. Esta pesquisa interagiu com os três tipos de interlocutores, porém, deteve-se com maior frequência nos sujeitos *testemunhas privilegiadas*.

Assim, foram entrevistados: funcionários públicos (Prefeitura Municipal de Caeté, Polícia ambiental, Ministério Público, Empresa de assistência técnica e extensão rural do Estado de Minas Gerais - Emater, servidores da educação estadual e municipal); munícipes (cuja abordagem se deu até mesmo em situação de deslocamento do pesquisador entre Belo Horizonte e Caeté e vice-versa); empresários com atuação no município e membros de entidade classista que os representa; integrantes de movimentos socioambientais e culturais ( inclusive alguns membros do Núcleo Gestor).

O aprofundamento da atual pesquisa atingiria seus propósitos com maior eficácia a partir da interlocução com a terceira categoria de interlocutores acima apontada por Quivy, Campenhoudt, (1998), aqueles a quem Lefebvre (1999; 1991) intitula como usuários, habitantes posto que estes vivenciam cotidianamente as determinações que se faz sobre sua cidade: relações políticas, sociais, natureza, costumes, cultura, apropriação tempo e espaço.

Observa-se a existência de relações políticas arcaicas no município<sup>6</sup> - cujos constrangimentos à livre exposição alcançam não somente as autoridades, mas também a sociedade a quem o Estado deveria assegurar a livre expressão. Deste modo, assegurando-se o anonimato o qual permitiria maior liberdade ao entrevistado ao expor seus posicionamentos, sua visão da realidade, além de também resguardar a imagem do sujeito entrevistado no ambiente social, político, adotou-se o uso de nomes fictícios para os interlocutores. Tal prática revela o compromisso ético do entrevistador com os interlocutores desta pesquisa. Segundo relatos de membros de alguns movimentos socioambientais, a

---

6 O jornal Opinião, mídia impressa semanal, e, também disponível no site [www.caetenews.com.br](http://www.caetenews.com.br), um dos veículos de comunicação do município, desde 1967, veiculado em 7/12/2006 traz em manchete de capa: Delegada, afastada, denuncia ser vítima de perseguição. A reportagem, na pág. 7 afirma que a delegada Joana D'Arc Temponi, há 11 meses atuando em Caeté, Taquaraçu de Minas e Nova União, teria sua remoção pedida por estes três municípios que compõem a Comarca. Porém, conforme a reportagem, ao procurar a Superintendência de Polícia Civil, não lhe foram apresentadas, formalmente, tais reclamações. Razão pela qual a Delegada, sente-se perseguida, e, imputa tal perseguição ao bom desempenho que vem realizando e ainda, ao fato de ser mulher.

oposição à atual gestão municipal chega mesmo a constranger o acesso aos serviços e equipamentos coletivos no município. Embora alguns interlocutores dispensassem tal tratamento, adotou-se como critério tal procedimento, já acordado no início da entrevista.

Lefebvre (2007) entende que as *representações do espaço*, o *espaço concebido* dos planejadores, dos tecnocratas revelam a ideologia de um grupo sobre a cidade, pois, a ideologia precisa produzir seu espaço para se realizar. É preciso considerar o espaço concebido, pois, “[...] o saber coloca-se a serviço do poder com admirável inconsciência.”, aclara Lefebvre (2007, p. 67). Quando o referido autor pontua a relevância das representações do espaço, quer referir-se a seu papel enquanto reveladoras de um *projeto* inserido num contexto espacial específico. Tais representações, concepções devem alcançar sua efetividade para a realização do projeto que anunciam. Sob esta ótica, a pesquisa considera relevante abordar as representações do espaço, discurso do/no espaço, veiculadas pelo kit do Ministério das Cidades – MC.

Os procedimentos exploratórios encerraram-se em dezembro de 2006, após as duas únicas audiências públicas realizadas pela Câmara Municipal em Caeté.

Essa dissertação é estruturada em 3 capítulos.

O **Capítulo 1** explana a respeito da instrumentalização do espaço para a reprodução das relações de produção capitalistas sob a égide do modelo neoliberal. Constrói teoricamente a formação social do espaço com base na obra do filósofo Henri Lefebvre (2007; 2005; 1999; 1991). Faz-se a interlocução das elaborações teóricas de Lefebvre e Pierre Bourdieu (1996a; 1996b; 1989) no que concerne à formação do *campo* que na proposta dos dois autores não criam antagonismos, mas avanços, ampliações conceituais e práticas. O estabelecimento da *doxa*, o *poder simbólico* também é alvo de reflexões nas bases propostas por Pierre Bourdieu. Delineia-se ainda, a referência que faz à política, dissenso, consenso consoante às construções de Rancière (1996). as categorias que contribuem para elucidar a participação social no processo de elaboração do Plano diretor e seus avanços ou retrocessos. A dimensão política do espaço, ampliando o diálogo com a Geografia utiliza as obras de Milton Santos (2002a; 2002b; 2001; 1990; 1988), Carlos (2006; 2001), Damiani (2006; 2001; 2000) e Edward Soja (1993) como seus maiores expoentes.

O **Capítulo 2** intenta um breve histórico da urbanização brasileira, procurando relacionar as bases nas quais se consolidou o Estatuto das Cidades. Neste documento, o Plano Diretor figura-se como a operacionalização dos vários instrumentos de gestão do espaço urbano, junto à sociedade o que conduz à reflexão sobre o significado de sociedade civil, cidadania e participação popular delimitando-se bases em que foram contempladas nesta pesquisa.

O **Capítulo 3** contempla a discussão do processo de elaboração do Plano Diretor em Caeté-MG. Aborda-se a formação espacial de Caeté desde o ciclo do ouro, perpassando o ciclo industrial/siderúrgico, alcançando a fase atual, bem como sua inserção na região Metropolitana de Belo Horizonte. É realizado um esforço para elucidar os rebatimentos desta construção sóciopolítica do espaço sobre o Plano Diretor, tratando-se das ações de Estado na coordenação do processo, as visões e estratégias dos agentes em torno do campo que se constituiu. Reflete-se sobre os avanços e retrocessos da participação social neste momento de gestão democrática do espaço urbano.

## CAPÍTULO 1

### Cidade e Política: O urbano e a formação do campo

Este capítulo vota-se à interlocução entre a sociedade e seu espaço produzido - *a cidade* (LEFEBVRE, 2005). Concebe-se o espaço em sua dialética: espaço de reprodução da vida, como apropriação realizada pelos sentidos, pelo corpo e o espaço instrumento, fragmentado, hierarquizado, homogeneizado (LEFEBVRE, 2005). A cidade é vista como lócus da vida e também da conversão do espaço em mercadoria, sob a ótica da ideologia neoliberal. A análise se faz com base nas contribuições de Henri Lefebvre (2007; 2005; 1999; 1991) em suas abordagens do espaço produzido a partir do *urbano*, processo que sucede à industrialização e pela mesma não pode ser explicado.

A disputa pela cidade como apropriação para o uso, reprodução da vida e/ou sua instrumentalização para domínio dos homens pelos próprios homens é aclarada sob os cânones da filosofia disposicional e relacional de Pierre Bourdieu (1996a, 1996b, 1989, 1983). Ela constrói o mundo, a realidade sensível, a partir da localização político-econômica dos sujeitos: o volume de capital, de poder que dispõem os indivíduos em seus variados tipos, nas diversas situações em que essa disputa ocorre ainda que latente.

A compreensão da dinâmica pelo estabelecimento da *doxa*: poder quase mágico de nomear as coisas existentes, de fazer crer, ver e confirmar a visão de mundo, capaz de criar a submissão sem ser reconhecido como arbitrário, inclusive promovendo a divisão dos indivíduos em grupos, graças ao reconhecimento desse poder (BOURDIEU, 1996a, 1990, 1989) na efetivação da *instrumentalização do espaço*: processo no qual as cidades constituem-se em elementos da força produtiva, estendendo-se as relações de produção capitalistas, sustentadas em relações de troca a todo cotidiano, submetendo as relações de *uso* a seu domínio (LEFEBVRE, 2007, 2005, 1991; CARLOS, 2006, 2001). Sob tais bases será possível explorar com profundidade a elaboração do Plano Diretor - instrumento consagrado pela Constituição Federal de 1988 para o planejamento do espaço das cidades.

#### 1.1 – A cidade e sua instrumentalização política

O espaço é o lócus de reprodução da vida, da sociedade que, a cada instante, o modela, o modifica historicamente. As relações sociais se estabelecem ao longo do/de um tempo e ocorrem sobre o espaço, nos mais variados locais: cidade, campo, montanhas. O espaço abriga toda a aventura

humana: o nascimento, a morte, as festas, a guerra, as colheitas e o comércio, a religiosidade e a política. Para alguns pesquisadores, o espaço é abstrato, de difícil definição pela amplitude dos processos que abarca; contudo, mesmo que abstrato guarda a materialidade, a concretude da realização da humanidade (CARLOS, 2001).

A filosofia<sup>1</sup>, segundo Henri LÉFEBVRE (2005) questiona a prática social e política, tratando de trazer a realidade ao nível do conceito, da teorização. Sob essa ótica, a transformação da sociedade até o atual estágio, ou seja, sua transformação em sociedade urbana – tal como se concebe no século XXI – recebeu do autor grandiosa elaboração. Dá-se relevo às mudanças que a sociedade sofre ao longo da história, em períodos que vão da sociedade agrária, à cidade industrial – que amplia a urbanização mundialmente – e à sociedade urbana.

A princípio, a industrialização é o motor das mais diversas transformações e também de contradições. A intensificação do processo industrial leva à implosão-explosão da cidade e da morfologia da cidade antiga, conseqüentemente, as relações socioeconômicas e políticas sofrem alterações (LÉFEBVRE, 1991). Este mesmo autor deixa claro que cada modo de produção erigiu um tipo de cidade que o exprime em seu terreno, inclusive através das relações sociais mais abstratas. A cidade acumulou ao longo deste processo o conhecimento, as técnicas, pessoas, valores e capital (LÉFEBVRE, 1991). David Harvey (1994) - ao analisar *O Capital* de Marx, no capítulo que trata da Colonização, e também, a doutrina de Von Thünen sobre o Salário fronteiro e a *Filosofia do direito*, de Hegel - evidencia a necessidade do capitalismo em adequar o espaço não somente às suas necessidades de ampliação, como também às de sobrevivência. A leitura de Harvey (1994) pontua que nas concepções de teóricos como Marx e Von Thünen não foi bem concebida a essência do espaço para a reprodução do capital. Na obra de Hegel, Harvey (1994) assinala um esboço de inclusão do espaço como elemento da reprodução capitalista.

---

<sup>1</sup> “O conhecimento do espaço oscila entre a descrição e a fragmentação. Descrevem-se coisas no espaço, ou porções do espaço. Recortam-se espaços parciais no espaço social. Apresenta-se assim, um espaço geográfico, ou etnológico, um espaço da demografia, um espaço da informática, etc. Ou ainda um espaço pictural, um espaço musical, um espaço plástico. Esquece-se que se vai à direção de um sentido, de uma fragmentação desejada não somente pela linguagem e pelos especialistas, mas pela sociedade existente, que se recorta a si própria em espaços heteróclitos, no sentido de uma totalidade severamente controlada, então no sentido do homogêneo: os espaços do habitat, do trabalho, dos lazeres, os espaços do esporte, do turismo, da Astronáutica, etc. Então, a atenção se dispersa e se perde em consideração tanto sobre isto que existe no espaço (as coisas, tomadas à parte, referenciadas a si próprias, a seu passado, a seus nomes), quanto sobre o espaço vazio (separado do que ele contém) tanto então, sobre os objetos no espaço, quanto sobre o espaço sem objeto, neutro. É então, portanto em recortes e representações que se desencaminha este conhecimento, integrado sem o saber à sociedade existente operando em seus quadros. Frequentemente abandona-se o global, aceitando a fragmentação e reunindo os pedaços. Às vezes “totaliza-se” arbitrariamente a partir desta ou daquela: tal ou tal especialidade. É preciso mostrar a diferença entre a “ciência do espaço” sonhada ou buscada, e o conhecimento de sua produção. Esta em diferentes recortes, interpretações, representação, reencontrará o tempo (e de início aquele da produção) no e através do espaço.” (LÉFEBVRE, 2007, p. 32).

Para Harvey (1994), os três autores analisados expressam a necessidade de expandir a prática capitalista para regiões nas quais as práticas econômicas, sociais têm outro desenvolvimento. Tais práticas derivam das lutas “interimperialistas” no ímpeto de delimitar um centro “decisor” e uma periferia a receber as determinações políticas, econômicas, fornecer matéria-prima, mão-de-obra e mercado, bem como a consumir os produtos dos centros. Esses movimentos são claros testemunhos do papel do espaço para a sobrevivência do capitalismo e, portanto, expressam contradições. Assim, a posse dos meios de produção capitalista, da cultura e da informação amparada na burocracia estatal passa a garantir a distribuição e a realização da mais-valia, não só na cidade, como também fora dela, pois o meio rural não é deixado à parte do processo (LEFEBVRE, 1991). Se a cidade, na fase agrária construiu-se como *obra*, fruto do amor dos seus cidadãos - mesmo que banqueiros, mercadores, predominando mais valor de *uso* do que de *troca* - na fase industrial a cidade toma outras conformações.

Contudo, o processo de industrialização produz também a *antichidade*, pois nega, ou torna cada vez mais raro o valor de *uso*, que é o sentido da cidade (LEFEBVRE, 2005). Ela é resultante das práticas, valores e representações que os vários grupos constroem sendo considerada por alguns como *obra* ou *produto*, dependendo, portanto, do modo de produção que cada sociedade desenvolve (LEFEBVRE, 1991). Sob as bases do regime de acumulação capitalista as cidades têm se tornado sobremodo, verdadeira mercadoria.

Entretanto, não é tão nítida para todos a imbricação da monetarização da vida. Para alguns, se resume aos agentes do setor financeiro (bancos, bolsa de valores, financeiras) e às áreas específicas do Estado, cada qual com sua parcela de contribuição, conduzindo a uma visão fragmentária e insuficiente. Alerta Lefebvre (2007) que o capitalismo é composto por vários elementos: mercados diversos (o da mão-de-obra, do saber, o do solo, o de capitais) que buscam realizar a acumulação em todas as dimensões do cotidiano: no trabalho, no lazer, no campo e na cidade. O capitalismo inclui a repetição, a produção de bens e seu consumo, porém, deve-se sempre ter em conta a dinâmica própria de seu sistema na manutenção da hegemonia de uma classe (LEFEBVRE, 2007). Para tal, saber, informação e manobras políticas figuram-se como estratégias, como engrenagens de uma máquina. Sua extensão a todo o espaço não se realiza sem contradições, haja vista a mudança *qualitativa* no processo histórico de constituição das sociedades urbanas, qual seja:

“[...] o modo de produção capitalista deve se defender num *front* muito mais amplo, mais diversificado e mais complexo, a saber: a re-produção das relações de produção. Essa re-produção das relações de produção não coincide mais com a reprodução dos meios de produção; ela se efetua através da cotidianidade, através dos lazes e da cultura, através da escola e da universidade, através das extensões e proliferações da cidade antiga, ou seja, através do espaço inteiro”. (LEFEBVRE, 2005, p. 21)

Tais determinações sobre a cidade, natureza e sociedade constituem a *problemática urbana*, LEFEBVRE (2005). Essa toma como base para análise não somente os problemas atinentes aos processos de produção de mercadorias, como também a extensão das relações de produção capitalistas a todas as dimensões da vida social. Este espaço, tornado mercadoria, tem sido estruturado como espaço *homogêneo, fragmentado e hierarquizado*, cujas determinações têm avançado até mesmo sobre o saber adquirido, desenvolvido pela sociedade (LEFEBVRE, 2005).

Esse processo de monetarização das relações sociais, da conformação da natureza a mero “recurso natural”, materializando-se no espaço e estendendo-se por todo o mundo, demanda maiores reflexões.

Francisco de Oliveira (2005) concebe a mundialização da economia como resultante da “[...] separação que o liberalismo operou entre o poder político e o poder econômico [...]” a qual “[...] cria um poder privado, o econômico, cuja gestão é retirada do cidadão comum” (OLIVEIRA, 2005, p. 13). A partir desse, os Estados nacionais não têm mais suas dinâmicas ditadas pela soberania que conquistaram, suas políticas desenvolvem-se não para atender aos anseios de seus cidadãos. Elas atendem às determinações de agentes hegemônicos no cenário mundial como a OMC – Organização Mundial do Comércio; o FMI – Fundo Monetário Internacional entre outros, já que, na verdade, o que ocorre é a “especialização do capital produtivo determinada pelo capital financeiro”; portanto, uma desterritorialização, onde a Nação torna-se submissa e somente sobressai o Estado (OLIVEIRA, 2004). O processo da mundialização para Pierre Bourdieu (1998) é concebido como mito que vem sendo anunciado como o “inevitável”, ou seja, paulatinamente, os preceitos liberais têm sido coroados como uma nova fase na história humana.

Tal deliberação, que vem se realizando há 30 anos como “fim das ideologias ou fim da história”, teria encontrado apoio na matemática como ciência suprema a se desenvolver amplamente nos cânones da ciência econômica como abstração expandindo-se pelos canais midiáticos a fim de alcançar o cotidiano.

Sua gênese se dá a partir 1947<sup>2</sup>, que propugnava o combate ao “Estado de bem-estar”, proposto por Keynes, executado pelos norte-americanos (New Deal). Teria trazido a existência humana em direção única e exclusiva na produção de bens, representando a competitividade e a produtividade, os motores do desenvolvimento da humanidade (BOURDIEU, 1998; CHAUI, 2000).

---

<sup>2</sup>Deste grupo - de cientistas políticos, filósofos e economistas - faziam parte Karl Popper e Lippman que se associaram a Friederic Hayek (mais importante teórico e articulador da 2ª geração da Escola Austríaca, autor da obra traduzida em português, *O caminho da servidão*). Contando ainda com Milton Friedman (economista representante da Escola de Chicago, defensor da liberdade econômica e política ameaçada, segundo o teórico, pela igualdade defendida pelo “Estado Providência” de Keynes). Juntos, fundaram a Sociedade de Mont Pélerin, Suíça, 1947. Reuniam-se a cada dois anos para combater as políticas do Welfare State (BOURDIEU, 1998).

Com base no cenário internacional das instituições financeiras, considera este sociólogo que

“[...] a globalização não é uma homogeneização, mas ao contrário, é a extensão do domínio de um pequeno número de nações dominantes sobre conjunto das praças financeiras nacionais.” (BOURDIEU, 1998, p. 54)

Essa estratégia demonstra o movimento dos dominantes em estender e manter seus privilégios, contrariamente à distribuição de tecnologia, conhecimento, ampliação da riqueza socialmente construída e sua conseqüente distribuição. Nesse contexto há um contra-senso, isto é, ao invés de ampliar a acumulação capitalista baseada na incorporação cada vez maior de indivíduos e grupos ao mercado de trabalho e consumo, tem-se a exclusão de um grande contingente de cidadãos. Tal contrasenso mostra a violência implícita nesta ideologia que polariza a sociedade em dois grandes blocos: “o da carência absoluta e o do privilégio absoluto” (CHAUÍ, 2000, p. 49).

O neoliberalismo, ancorado na ciência econômica, busca um status de programa científico (BOURDIEU, 1998), e teria na atualidade (anos 2000) elevado a ciência a um novo status. A ciência de outrora (antiga) buscava compreender a realidade em suas elaborações, independente do ser que pesquisa. A ciência sob o véu do liberalismo econômico “[...] acredita que não contempla nem descreve realidades, mas as constrói intelectual e experimentalmente nos laboratórios.” (CHAUÍ, 2000, p. 49). Ciência e Técnica são tomadas como motores da produção plenamente capazes de promover mudanças sociais, políticas; podendo-se citar como exemplos a engenharia genética, a engenharia política e tantas outras (CHAUÍ, 2000). Seus defensores ancoram-se na tese da “competência”, alcançada nas escolas, servindo como uma justificativa para seu domínio sobre os demais campos do saber. Tese essa também aceita pelos dominados. Infelizmente, tal projeto “científico” necessita de adequação política que dê vida à Teoria Econômica Neoliberal e que tenha como bandeira, a “destruição metódica dos coletivos” (BOURDIEU, 1998), a começar pelo Estado e, na seqüência, por outros grupos da sociedade civil, sindicatos, movimentos sociais, família. Através da ciência e da técnica podem ser reduzidas e cooptadas sublevações que derivariam das deficiências ao atribuir deveres e obrigações recíprocas aos diversos segmentos da sociedade.

Para Oliveira (2005), a ideologia neoliberal cria um mundo que operaria por signos, distanciando-se do real. A sociedade atomizada vive a política como um espetáculo no qual onde o mercado é a política, ameaçando a sobrevivência da democracia ao elevar os valores, o código ético às regras do mercado. Tal atomização estende-se também ao espaço que é dividido entre promotores imobiliários, tecnocratas do Estado, políticos, urbanistas, arquitetos e tantos outros que atendem a demandas e encomendas que lhes são dirigidas (LEFEBVRE, 2007, p. 24).

Diretrizes como: a livre concorrência, afastamento do Estado das relações de mercado que devem reger-se com autonomia, direcionamento da Ciência e da Técnica ao processo produtivo e outras que igualmente elevam a potência do valor de troca refletem-se na definição das políticas públicas sociais. Os direitos sociais - garantia dos direitos civis ou políticos - tendem a sucumbir porque, na ausência do Estado, privatizam-se os direitos e somente quem está inserido no mercado (aquele capaz de pagar para consumir) pode usufruí-lo (CHAUÍ, 2000).

Oliveira (2005) verifica no caso brasileiro um “estado de exceção”, no qual as políticas públicas cobrem as falhas que o mercado não contempla. Tal desiderato – globalização e mundialização da economia - vem sendo conquistado pouco a pouco, inserindo-se no cotidiano mediante eufemizações que vêm da precariedade em todas as áreas: saúde, educação, assistência social, relações sociais mais voltadas à competição do que à solidariedade no ambiente de trabalho, flexibilização como luta contra privilégios dos trabalhadores - simples “redução de gorduras” (BOURDIEU, 1998). Esse conjunto de ações constitui-se de palavras que circulam intermitentemente nos meios midiáticos, nos discursos de agentes “notáveis, competentes” (doxósofos), reforçando a maleabilidade, a desregulamentação, a flexibilização e consagram a doutrina neoliberal como “libertação”. Eles promovem o ataque às formas de vida que a duras penas, conquistaram condições de reprodução social mais condizente à realização humana, fazendo crer que a produtividade, a conversão do sentido da vida em consumo, portanto, quantificado, represente a libertação do homem. A não adesão à transformação dos direitos sociais convertidos em empecilhos ao desenvolvimento como forma de resistência ocorre, por vezes, em frentes inesperadas: os conservadores nomeiam como reacionárias a luta para conservar ou restaurar direitos historicamente adquiridos. Chegam a adjetivar negativamente tais direitos (em sua maioria, trabalhistas) como privilégios.

Contra esse movimento, Bourdieu (1998) propõe que se lute contra tais promessas falsas de libertação, que levam à destruição do interesse público a favor do privado. Se o liberalismo defende a subsunção dos coletivos (sindicatos, famílias, associações, Estado) em razão da “competência”, do individualismo, que se fortaleça e se multiplique a esperança pela “[...] busca racional de *fins coletivamente elaborados e aprovados*” (BOURDIEU, 1998, p. 148). Mesmo que o discurso neoliberal aponte-os como manutenção de privilégios. Chauí (2000) também insiste na destruição da concepção da “inevitabilidade do neoliberalismo”: como ideologia criada em um momento e que possibilita a acumulação de capital, pode o neoliberalismo, a qualquer momento, ser refutado pelos próprios homens. Nos termos de Oliveira (2005), a mundialização da economia ao converter a política em mercado ameaça a democracia como governo das maiorias, dos coletivos, forçando, por vezes, a busca de líderes políticos que em seus discursos (e em suas práticas) tentam preencher as lacunas que o afastamento da política criou. Tal cenário não é profícuo ao amadurecimento da vida

democrática, pois trata os cidadãos como merecedores de favores e não sujeitos políticos que conquistaram direitos.

Mas ainda que ofereça os meios de realização da urbanização, o processo industrial não traz em si a elucidação do fenômeno urbano, embora seja um processo não desprezível para alcançar tal elucidação. Adverte Lefebvre (1991, p.141) que a compreensão do que significa este novo momento da existência humana – a urbanização de toda a sociedade - somente é obtida quando se vislumbra a sociedade urbana como “objetivo e finalidade da industrialização”. Acentua o autor que “[...] o crescimento quantitativo da produção econômica produziu um fenômeno qualitativo [...]” (LEFEBVRE, 2005, p. 40).

O mesmo autor argumenta que a cidade deve ser estudada a partir de sua localização espacial, por meio de diversos métodos e técnicas, sendo o espaço urbano e rural compreendidos a partir do modo de produção e da divisão do trabalho no interior da sociedade que lhe dá forma. Sendo resultado da projeção da sociedade sobre um local, deve-se ainda tomar em consideração que essa projeção se dê “[...] não apenas sobre o lugar sensível como também sobre o plano específico, percebido e concebido pelo pensamento [...]” (LEFEBVRE, 1991, p. 56).

Mas a cidade não comporta a vida humana somente para a reprodução das relações capitalistas de produção (DAMIANI, 2001). A cidade enquanto “mediação das mediações” abriga a sociedade com sua história, o Estado, poderes políticos, repressão e liberdade que dão os contornos à cidade como uma obra de arte (LEFEBVRE, 2005; 1991). Estas mediações dão-se em torno de uma *ordem próxima* que é a própria sociedade em suas múltiplas relações sociais, políticas, econômicas, culturais, os grupos e suas corporações (sindicatos, associações: de bairro; profissionais; culturais, religiosas, ecológicas e outras). Tal como propõe o autor trata-se de uma construção histórica conduzida por pessoas e grupos que disputam a apropriação do espaço conforme suas exigências éticas, estéticas, ideológicas (LEFEBVRE, 2005; 1991). E também, se estruturam essas mediações a partir de uma *ordem distante*, a qual engloba os poderes que se rebatem sobre a cidade: a Igreja; o Estado (a União e os governos estaduais); os grandes Agentes financeiros mundiais (Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID; Fundo Monetário Internacional – FMI); os conglomerados econômicos e também, a regulação jurídica e a “uma cultura” (LEFEBVRE, 1991). Determinações que incidem sobre a cidade determinando o uso do tempo, portanto, os ritmos da vida (LEFEBVRE, 1991). Tão fortes, presentes e tão dissimulados são estes poderes que não se revelam facilmente à reflexão. A *ordem distante* subjuga a *ordem próxima* e faz-se ocultar, sendo seu desvendamento através da reflexão pelas vias da dedução, indução, tradução e transdução (LEFEBVRE, 1991). Sob essa dinâmica ele infere que a cidade é um subsistema, um subconjunto não isolado do que a contém e daquilo que ela contém.

Nesta direção é necessário focar-se em dois processos: a *industrialização* e o *urbano*. A industrialização promove a conversão do valor de uso em valor de troca, expandindo a lógica da produção de mercadorias ao espaço (urbanismo), estendendo a lógica das relações de produção às relações sociais (dominação), o que converte a cidade em “lugar de consumo e consumo de lugar” (LEFEBVRE, 1991). É importante considerar que “Se há uma produção da cidade, e das relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mais do que uma produção de objetos.” (LEFEBVRE, 1991, p. 46-47) o que configura a “exploração de toda a sociedade” (LEFEBVRE, 1991, p. 57): classe operária e as classes não dominantes.

O *urbano* é um processo imediato à expansão da industrialização - mas ainda em construção, ou seja, inacabado. Por ele a cidade passa a ser vista como processo de reunião, simultaneidade, enfim agregação de todos os elementos da vida social (frutos da terra, símbolos e obras culturais) dispersos a partir da implosão-explosão da cidade industrial (LEFEBVRE, 2005; 1991). Com base nas considerações de Lefebvre (2005, 1991), a cidade é então vista como possibilidade de realização do *urbano* enquanto processo que encaminha o convívio humano para o encontro, para intensificação das relações que valorizam o uso, o gozo a se realizar. Muito embora o *urbano* não dilua as contradições que o fenômeno urbano carrega consigo.

Tal assertiva de Lefebvre (1991) delinea a cidade como um objeto próximo a uma *obra* (de arte), portanto, não repetível como um *produto*, o que sob as luzes do *urbano*, enquanto simultaneidade (LEFEBVRE, 1991), revela-se como a condição na qual se poderia estabelecer uma nova sociabilidade: a da gestão compartilhada e democrática do espaço e do tempo. Haja vista que para a realização do urbano, necessita-se de um novo *espaço* e uma outra apropriação do tempo (LEFEBVRE, 2005).

A era industrial trouxe fragmentação, hierarquização e homogeneização, construindo a *centralidade* a partir da riqueza e do poder e conseqüentemente, estabelecendo a segregação dotando os centros decisórios de grande poder sobre o plano da vida, do cotidiano e de suas representações. Esta centralidade, vista como própria ao *urbano*, que é união, o contato, o convívio entre os diferentes, ou seja, a lógica do uso, do gozo, da festa e do encontro (LEFEBVRE, 1991) torna-se também uma estratégia de classe para dissimular a dominação total. Domínio sobre os homens enquanto produtores e consumidores de seus próprios produtos, isto é, consumindo a própria cidade e os objetos que ela abriga (LEFEBVRE, 1991). É possivelmente neste sentido que o autor aponta espaços repressivos, pois o urbano ao reunir os diferentes não evita o conflito, a proximidade também se revela como choque de idéias, representações. Mas mesmo havendo repressão e segregação para manter a distância e evitar o conflito, o urbano é “o lugar da expressão dos conflitos” (LEFEBVRE, 1999, P. 160). Há na cidade um movimento duplo: dialeticamente é reunido aquilo que é criado e não se cria nada,

mas a reunião cria tudo! Os diferentes sobrevivem a partir de suas peculiaridades, mas ao mesmo tempo se distanciam excluindo-se, o que leva à construção e destruição da centralidade (LEFEBVRE, 1999). E mais, o urbano promove esta reunião em qualquer ponto da cidade não importando o conteúdo. O centro urbano, pouco a pouco foi integrado aos modos de produção, pois era preciso assegurar a formação da *mais-valia* que passou a se realizar pelas vias financeiras, comerciais da cidade. Não somente para a compra/venda dos espaços da cidade, mas visando-se essencialmente a subordinação dos meios produtivos a esta centralidade. A conformação da cidade às necessidades da expansão industrial não se realiza mais fora de centros decisoriais, centros políticos que orientam a vida: tempo, espaço, fluxos (de bens, pessoas, valores) passam a receber mais investimentos - em pesquisas, e recursos financeiros. Consta o autor que "A cidade deixa de ser o recipiente, o receptáculo passivo dos produtos e da produção." (LEFEBVRE, 1991, p. 142) e o centro decisoriais - próprio do *urbano* - incorpora-se aos meios de produção capitalista, não de modo passivo, mas interferindo nos *meios de produção* (LEFEBVRE, 1991).

A análise da cidade - enquanto *obra* de arte - toma outra direção: da logística, do espaço isento da ação política, passa-se a focar as contradições do espaço na sociedade e na prática social, apontando-se para a visão *dialética* do espaço (LEFEBVRE, 2005) onde os monumentos diversos e o emprego do tempo têm de ser contemplados no exercício desta reflexão. A partir de então, o *espaço urbano* não pode ser considerado unicamente como um instrumento que propicia a produção de objetos, coisas, pois ele se revela mais complexo. A sociedade industrial é que tinha por suporte teórico esta visão, míope, conforme seus postulados. Olhar que mostra superado, equivocado. Dado o espaço conter uma dupla dimensão: localização e também conteúdo social (CARLOS, 2001), volta-se o olhar não somente para a localização das atividades humanas, como também para a prática social enquanto reprodução da sociedade - prática socioespacial que é "produção/apropriação/reprodução" (CARLOS, 2001) - trazendo a dimensão política, estratégica na qual o espaço está envolto: não se despreza a contribuição da história humana e dos elementos naturais, mas entende-se que estes foram conformados politicamente para moldar o espaço (LEFEBVRE, 2005).

Se as cidades passaram após a ampliação da atividade industrial a conter o destino do homem (CARLOS, 2001), o processo de metropolização por seu lado,

"[...] aparece, hoje (2001), como manifestação espacial concreta do processo de constituição da sociedade urbana, apoiado no aprofundamento da divisão espacial do trabalho, na ampliação do mercado mundial, na eliminação das fronteiras entre os Estados, na expansão do mundo da mercadoria e da instauração do cotidiano." (CARLOS, 2001, p.30-31)

Esse processo marcará, então, no espaço, as relações de poder, hierarquizando-o. A metrópole assume um papel de orientadora e ponto de convergência, de contato com a ordem mundial através do

espaço. Ela também se torna central e emanante das determinações econômicas, jurídicas, sociais, subordinando as demais cidades em seu raio de ação. Segundo Amélia Damiani, na cidade, mais particularmente na metrópole, as classes sociais, em especial a classe trabalhadora, massificada, se reproduz de modo concentrado ainda que os avanços na divisão do trabalho produtivo levem à desconcentração. Elabora a autora que tal fato é reflexo de uma exigência do próprio sistema capitalista, qual seja o de concentrar tanto o trabalhador como seu produto, as finanças com seu fluxo (DAMIANI, 2001).

Com base na metrópole Paulista, esse conflito leva à seguinte conclusão: “A metrópole é um acúmulo muito grande de objetos e sujeitos, é o centro de riqueza, de poder, de informação e conhecimento.”, que ameaça o espaço de reprodução da vida, onde o corpo apropria-se do espaço, num tempo que é o do experimentar<sup>3</sup>, do conhecer, do relacionamento com o outro, tempo da alteridade, tempo da vida (CARLOS, 2001). Considerando-se que cada sociedade constrói uma determinada morfologia na cidade, apropriando-se do espaço-tempo de modo específico é aí que se verifica a identificação do homem, do sujeito com sua obra. Esta apropriação do espaço-tempo transcende a mera satisfação das necessidades e promove a realização dos desejos. Apropriação diferenciada, num ritmo no qual o habitante sente-se em sua casa. Entretanto considera Carlos (2001, p. 331) que

“Por sua vez, a generalização do processo de mercantilização do espaço urbano produz uma morfologia dotada de poder, pela fragmentação e pela impregnação da normatização que reduz o uso-justificado pelo pensamento operacional que ordena e dirige a gestão do espaço.”

O que se configura como ameaça porque a velocidade na qual a morfologia do espaço metropolitano vem se alterando – implodindo/explodindo a morfologia da cidade - corrói os laços, a amizade, o conhecimento realizado entre a vizinhança, o qual permite ao homem reconhecer seu lugar e os que nele habitam. Corrosão que leva ao *estranhamento*,

“O movimento do estranhamento-reconhecimento se realiza, a nosso ver, como modo de perceber, no espaço da realização da vida, o desencontro cidadão-metrópole, momento do processo atual de reprodução do espaço, nos interstícios da produção de uma nova relação espaço-tempo.” (CARLOS, 2001, p. 347)

A metrópole como ponto de contato do local com o global, tende a tornar-se espaço do consumo, da troca, o que empobrece a sociedade que vive a metrópole como um cenário, sendo o habitante um espectador. O esvaziamento da rua, outrora espaço de convívio e atualmente, lugar da circulação de automóveis, mercadorias exemplifica tal fenômeno. Essa freqüente alteração na morfologia, nos ritmos de apropriação que não respeita o tempo que o corpo necessita para acomodar-se, conhecer os

---

<sup>3</sup> Para Jorge Larrosa (2002, p. 23) “a experiência é cada vez mais rara pela falta de tempo”.

espaços da cidade, reflete-se também nas relações sociais: se essas antes eram de cumplicidade, de estreitamento de laços afetivos; desvelam-se em desconhecimento, rompimento de laços solidários e estabelecimento de laços fundados largamente no âmbito da troca. Substituindo-se as relações de *uso* pelas de *troca*, a realização do humano nas grandes cidades revela-se como impossibilidade (CARLOS, 2001), haja vista a mediação das relações humanas por meio da posse de mercadorias e não pelos sentimentos, relações de parentesco. O espaço da metrópole “[...] se transforma em vertiginoso e contínuo jogo de impressões brevíssimas, aponta a construção de um mundo sem espessura, sem memória, pois a fluidez elimina a sensação do que dura e persiste.” (CARLOS, 2001, p. 341) Sob as bases dessa efemeridade, os cidadãos estranham-se a si e ao espaço onde se reproduzem, pois a morfologia urbana sempre em movimento atende muito mais aos impulsos da realização do espaço-mercadoria do que do espaço da vida.

## 1.2 – A cidade e seu espaço social

Henri Lefebvre (1991) esclarece que a cidade comporta não só uma base prático-sensível como também o conteúdo que dá forma ao espaço, a sociedade. Assim, ela comporta a sociedade e a natureza (ainda que alterada, transformada), pouco restando de suas características: criação e fornecimento de valores de uso, bens que não se reproduzem como ocorre no processo industrial (LEFEBVRE, 2007). Segundo Pedrosa (2005)<sup>4</sup>, a relação Homem-Natureza dar-se-ia nas bases da dominação pretendida pelos homens sobre a natureza para não somente submetê-la, como também aos seus próprios pares. Tal obsessão seria reativa, pois, não sendo característica intrínseca do ser humano, foi construída historicamente. O conhecimento teria, a princípio, garantido a sobrevivência ante as agruras da aventura humana, mas, em um segundo momento, teria assumido o papel de instrumento para tornar objeto a própria natureza, negando à mesma, seu valor-em-si. O que para Pedrosa (2005) levaria a uma impossibilidade de comunicação entre homens e a natureza refletida no espaço urbano metropolitano, onde a “natureza cede espaço sem cessar” para que esse espaço subordine-se à lógica da mercadoria - um dos motivos pelos quais também há o estranhamento do cidadão na metrópole. Contudo, a empreitada não logra sucesso: “Hoje, apenas presumimos dominar a natureza, mas de fato, estamos submetidos à sua necessidade...” (HORKHEIMER e ADORNO, 1985, p. 20 *apud* PEDROSA, 2005, p. 54). Esse conteúdo social ainda compreende o mundo das instituições:

---

<sup>4</sup> As reflexões de Pedrosa baseiam-se na obra O conceito de Esclarecimento. (HORKHEIMER e ADORNO, [1944], 1985)

Estado, instituições financeiras, proprietários da informação, enfim, em termos sociológicos poder-se-ia apontar os que têm o domínio (dos mais diversos recursos), os que ordenam e provém o que consumir, e, os subordinados, dominados; aqueles que consomem. O que Lefebvre (2007) insiste em demarcar a fragmentação que as ciências têm construído a respeito do espaço: “Especialistas desmembram o espaço e sobre ele agem parcelando-o, colocando barreiras mentais e cercas prático–sociais.” (LEFEBVRE, 2007, p. 29). Dessa forma, conforme a “divisão social do trabalho” a uns caberia analisar o espaço, enquanto receptáculo a receber um conteúdo; a um outro incumbiria analisar as relações sociais; a outros, caberia a análise dos processos naturais. O autor elucida que:

No lugar de revelar as relações sociais implicadas nos espaços (aí incluídas as relações de classe), no lugar de se voltar para a *produção do espaço* e para as relações sociais inerentes a essa produção (que introduzem nela contradições específicas, retomando a contradição entre a propriedade privada dos meios de produção e o caráter social das forças produtivas), cai-se na armadilha do espaço “em si” e como tal: da espacialidade, do fetichismo do espaço.” (LEFEBVRE, 2007, p.30)

Essas considerações de Henri Lefebvre encaminham o olhar sobre a cidade para uma tentativa de síntese da realidade; não se toma o espaço como inerte, inocente, passivo, receptáculo, tampouco, toma-se a sociedade como uma força a agir independentemente do meio na qual se reproduz. Assim, a forma do espaço social é a da simultaneidade, da reunião não somente do que o homem produz, como também, da natureza, seja de forma pacífica, cooperativa, seja conflituosa.

O espaço social teria uma regra, uma dinâmica: a *troca* (LEFEBVRE, 2007). Sob tal dinâmica, a sociedade em suas múltiplas relações fundar-se-ia tornando possível a acumulação de objetos, signos, formas de vida, símbolos, poder.

O espaço social tomaria um caráter de *obra* e *produto* ao mesmo tempo. Por isto é necessária a visão dialética da cidade a fim de que ela não seja reduzida somente à materialização das relações de *troca*. Deve-se avançar na análise e vislumbrar que há outras formas de relações na e com a cidade que transcendem a troca. A sociedade historicamente constrói a cada momento um modo de apropriação de espaço-tempo que configura, dá forma à cidade: em cada momento histórico tem-se uma cidade e suas possibilidades (CARLOS, 2001). Por isto deve-se levar em conta que o uso também se faz presente, como o gozo, a festa, a morte, a revolução.

Esse espaço, complexo, fragmentado, homogêneo e hierarquizado (LEFEBVRE, 2005) abriga a sociedade que o constrói e a partir dele constitui suas relações. Voltado a essas complexas relações, propõe o filósofo e sociólogo Pierre Bourdieu (1996a, 1989) a visão *relacional* e *disposicional* do mundo

social. O que significa que a realidade, o mundo social é composto das relações entre agentes<sup>5</sup> que se fazem diferentes, distintos pela posição ocupada no espaço social e pelo volume e composição do capital, ou seja, de poder disponível individualmente.

A partir do avanço do regime capitalista de acumulação predominam nas sociedades capitalistas os capitais econômico e cultural sobre os demais, devendo ser objeto de investigação a monetarização das várias manifestações da existência humana (BOURDIEU, 1998)<sup>6</sup> que atingiram o cotidiano, como nos indica LEFEBVRE (2007, 2005, 1999). Em outros termos, Bourdieu (1996a) definiria essa forma de leitura da realidade como “topologia social”, pois, cada indivíduo, cada grupo ocuparia um lugar neste mundo social, diverso do espaço dos demais, havendo constantes disputas por posições mais privilegiadas. Para Bourdieu (1989, p. 135) o mundo, o espaço social é compreendido como “[...] espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição actual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas [...]”. O mundo social conteria, pois, vários campos onde disputa-se a possibilidade de classificar, de dividir, de formar grupos e impor regras. As proposições sociológicas de Bourdieu buscam aclarar as diferenças sociais em termos de gostos, opções e o respectivo agir de cada grupo na construção da realidade, de modo a manter a distância, a firmar cada vez mais as diferenças. Distinções que não se fazem de modo natural, mas de maneira artificial, proposital, estratégica e a partir de uma posição que se ocupa no espaço social. Portanto, Pierre Bourdieu (1996, 1990, 1989) constrói uma “Sociologia das visões de mundo”, valendo-se não só das estruturas objetivas e independentes da vontade humana, a qual aos homens orienta, coage, influencia. Mas também se valendo da existência de esquemas de construção da realidade elaboradas com base na interação social, geradoras do *habitus* e ainda, das estruturas sociais que formam os campos e grupos (BOURDIEU, 1990).

Sendo o espaço urbano, e, notadamente, o metropolitano fragmentado, homogêneo e, ainda, hierarquizado (LEFEBVRE, 2007), pode-se entender que essa forma espacial não se faz sem contendidas, embates entre grupos.

Elegem-se para reflexão os embates que se fazem entre esses grupos que diferentemente, tecem suas estratégias a partir do *habitus* incorporado por seus agentes. Tais embates visam construir a realidade, fazendo-a valer enquanto *doxa*. Enfocando-se suas determinações sobre o espaço, demarcam-se aqui visões diferentes de mundo, concepções que se rebatem sobre a cidade: por um lado, grupos que insistem em transformar todo o espaço em *mercadoria*, inclusive com o apoio da técnica, da ciência, e, de outro lado, os que almejam o lazer, o prazer, a festa, o folclore, o encontro e não a subordinação.

---

<sup>5</sup> Bourdieu (1989, 1996a) utiliza o termo agente para nomear os indivíduos, sujeitos dotados de vontade e capacidade para a ação, a qual ocorre tanto individualmente quanto coletivamente.

<sup>6</sup> O autor constrói esta análise em 1998, mas esta pesquisa a considera prevalecente.

Tomado o espaço como passível de ser instrumento político, pode-se considerar que,

“A cidade sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto, com sua composição e seu funcionamento, com seus elementos constituintes (campo e agricultura, poder ofensivo e defensivo, poderes políticos, Estados, etc.), com sua história. Portanto, ela muda quando muda a sociedade no seu conjunto.” (LEFEBVRE, 1991, p. 46)

A cidade é fruto das relações sociais que a sociedade em seu conjunto desenvolve, refletindo-se esta na morfologia do espaço que produz a cada momento. Cada sociedade, portanto, produz seu próprio espaço (LEFEBVRE, 2007) com as ferramentas que dispõe a seu tempo.

Martins (2000) tece críticas à prática da conversão dos objetos construídos pelos homens e a natureza em *coisas* a serem quantificadas, enumeradas e descritas. Tal prática se reflete sobre a concepção de cidade e, conseqüentemente, mobiliza sujeitos e recursos do Estado rumo à produção de um planejamento que realize esta concepção. Vainer (2000) apresenta críticas ao discurso do planejamento estratégico que ora propaga a cidade como produto a ser comercializado; ora como empresa que deve atrair investimentos, portanto, competitiva; ora como pátria, local de consensos e busca da realização da vontade dos cidadãos através de seus líderes. Na verdade, tais representações e práticas tomam a cidade por um ente, um corpo unificado, que se reuniria em torno de um projeto. Haveria, na visão do autor, uma despolitização da cidade como condição de torná-la mais atraente para os *parceiros privados* (VAINER, 2000). Ainda pondera o autor a dependência de um líder forte, determinado, para que as disposições contrárias, isto é, que os partidários oponentes a este projeto sejam anulados. Tais deliberações desprezam as divergências, desprezam a diversidade de outras interpretações e apropriações. O espaço social comporta os homens e suas diferenças, suas guerras e seus laços.

Em Rancière (1996) “[...] a racionalidade da *Política* é a de um mundo comum instituído, tornado comum, pela própria divisão.” (RANCIÈRE, 1996, p. 368). Esse autor identifica a *política* como um desvio na vida social, pois o normal seria a substituição de um sistema de dominação por outro. Nesse sentido, as distinções seriam somente uma - ou se é bem nascido, recebendo títulos que o distinguem, que *se faça contado*, ou adquira-se propriedades, bens materiais que garantam tal distinção, assegurando o poder de governar. Ao contrário, faz-se (ou não) parte do *demos*, daqueles não-contados, daqueles que não têm parte alguma, e, portanto, encontram-se excluídos como sujeitos, esses devem ser governados. A Política requer a igualdade de qualquer cidadão falante com outro cidadão falante (RANCIÈRE, 1996) e promove uma ruptura, um novo encaminhamento da realidade, da vida, dos processos. Condições nas quais se dá então, o *dissenso* (RANCIÈRE, 1996), que é a falta de concordância não somente entre pontos de vista opostos, ou seja, não se trata de combate unicamente. O dissenso quer permitir a discussão, a construção de novas configurações da realidade.

Quando se trata de visualizá-lo no âmbito da discussão sobre o espaço, sobre a cidade, enseja-se construir a possibilidade de aprofundar mais nos debates e trazer ao diálogo, as várias visões da cidade, não somente a de uma classe que entende saber o que a outra precisa. Para Rancière (1996), o *consenso* realiza a supressão da *Política*, anulando-se o *dissenso*. Nos termos do *consenso* obtém-se uma homogeneização dos posicionamentos, levando a percepção dos cidadãos a convergirem para uma decisão mais razoável, ou melhor, de hegemonia. Porém, tratando-se da supressão de uma razão à outra, tem-se, na verdade, somente uma única opção, isto é, não se têm múltiplas possibilidades de construção da realidade, mas somente uma: a mais razoável, a consensual.

Nas proposições do Estatuto das Cidades, ainda que conceitualmente, a participação se faz inclusive na tomada de decisões, superando-se a *participação-audição* e alcançando-se a *participação-negociação* (OLIVEIRA, 2005). Ainda que o gestor público tenha a palavra final sobre as decisões, pois as urnas referendam seu poder, ele deverá apoiar-se em técnicos que permitam avaliar os dados da realidade e as possibilidades de agir, bem como em seus governados, de quem emanou o poder que exerce. Nos liames da administração, não só o Poder Executivo, assim como o Legislativo são obrigados a viabilizar espaços para a discussão via *participação-negociação*, podendo-se recorrer aos tribunais quando tal processo não ocorre (OLIVEIRA, 2005). Na visão do autor, no âmbito do Direito, concebe-se então que:

A cidadania não é somente o ato do voto. É muito mais que isso. É discutir decisões; é tomar parte em deliberações; é opinar a respeito dos diversos setores da vida social, é questionar planos, é enfim, participar efetivamente da vida política da urbe. (OLIVEIRA, 2005, P. 142)

Tais considerações assinalam os desafios que o PLANO DIRETOR evoca como instrumento político de gestão das cidades. As representações que a sociedade cria vem à tona neste espaço de discussão sobre o que é a cidade inclusive sobre o aspecto das determinações do que LEFEBVRE (2005) aponta como a *ordem distante*. Esta, ainda se considerando o espaço metropolitano tão fortemente orientado pelas ações do Estado e pela “instauração do cotidiano como elemento constitutivo da reprodução do mundo moderno da metrópole.” (CARLOS, 2001).

Na metrópole, as determinações de outros lugares (outros estados-nação) convergem para que se instale num ponto do território o fluxo incessante e ininterrupto de energias, produtos, mercadorias, tecnologia, hierarquizando os lugares. Sob respectivo aspecto, o local, a metrópole e os municípios que a integram são ponto de reflexo das determinações mundiais (CARLOS, 2001).

### 1.3 – Espaço urbano: *Campo e Poder Simbólico*

A sociologia relacional e disposicional de Pierre Bourdieu (1996a, 1989) traz contribuições ao entendimento dos embates travados pela sociedade burocrática de consumo (LEFEBVRE, 1991) sob a égide da mundialização da economia, ou seja, a extensão de determinações de alguns estados-nação detentores da hegemonia (econômica, militar, cultural) sobre o mundo. Bourdieu (1989) desenvolveu suas reflexões durante a descolonização francesa da Argélia e a revolta estudantil de 1968. Suas elaborações surgiram no momento de discussão de grandes teorias como as proposições de Sartre, Lévi-Strauss, Saussure, Marx e Freud, bem como da reformulação das bases da Sociologia (BOURDIEU, 1989).

Na biografia de Bourdieu, Wacquant (2002)<sup>7</sup> denuncia a trajetória de Bourdieu para dedicar-se mais à filosofia. Mas, no pós-Grande Guerra, os direcionamentos o levaram à Antropologia e, logo em seguida, à Sociologia. Numa discussão sobre as mudanças da Sociologia após a morte de Bourdieu, salienta Brito (2002)<sup>8</sup> que os críticos do autor foram poucos, pois a maioria sequer possui uma teoria própria e seus trabalhos anteriores, se referem a uma produção conjunta ou em consonância com as teorias do mestre. As críticas existentes foram edificadas por categorias da grande teoria e não pelo conjunto da obra. Brito (2002) toma como exemplo a crítica de Jeffrey Alexander (2000) ao conceito de *habitus*, por este último entender que a elaboração de Bourdieu reflete a visão mecanicista das atitudes do indivíduo no contexto social. Jean-Claude Kaufmann (voltado à sociologia da família) e Bernard Lahire (focado na sociologia da educação) criticam o conceito de *habitus* no sentido de que é necessária sua comprovação por dados empíricos, o que, aliás, compõe a proposta reflexiva de Bourdieu. (BRITO, 2002) Para Lahire (2002)<sup>9</sup>, a obra de Bourdieu despertou admiração e verdadeiras contestações, propondo proceder a uma leitura crítica e para além desta. Ressalta ainda Lahire (2002) que na França é difícil tecer críticas a um sociólogo sem ser confundido como um desafeto pessoal, ou seja, o aspecto político das críticas sempre se sobressai à racionalidade.

A obra de Bourdieu, no que se refere à escolha de objetos de estudo, apresenta inovações ao se voltar para o estudo de “[...] sociedades tribais, sistemas de ensino, processos de reprodução, critérios de classificação e lógicas de distinção [...]” (BOURDIEU, 1989, p. 1). O enfoque volta-se à percepção

---

<sup>7</sup> Loïc J. D. Wacquant é professor da University of California, Berkeley e membro do Centre de sociologie européenne du Collège de France.

<sup>8</sup> Pesquisadora do Centre National de la Recherche Scientifique e professora do Département des Sciences de l'Éducation, Faculté de Sciences Humaines et Sociales de l'Université René Descartes.

<sup>9</sup> Professor de Sociologia da Escola Normal Superior de Letras e Ciências Humanas de Lyon (França).

social e ao estabelecimento de relações informais de poder, desenvolvendo-se também noções operatórias, pilares de sua obra, como, *habitus*, reprodução, poder simbólico, capital, campo entre outras (BOURDIEU, 1989). Outra inovação é a consideração à posição do investigador considerado sujeito capaz e também produtor de sentido no processo de investigação.

Bourdieu (1990) atribui à sua obra os seguintes direcionamentos: “constructivist structuralism” ou “structuralism constructivism”. O sentido estruturalista quer apontar para a existência no mundo social de estruturas postas para além da ordem simbólica e que suplantam a consciência e a vontade individual. No âmbito construtivista revela a construção de sentido a partir da formação social dos esquemas de percepção que levariam às atitudes, ao *habitus*, bem como revela a existência de campos e grupos, e, portanto de classes sociais (BOURDIEU, 1990). O desafio a superar corresponde à dicotomia entre construções da realidade baseada no subjetivismo (psicologismo) e do objetivismo (fiscalismo), cujos direcionamentos ora convergem para a visão dos fatos sociais como “coisas” - a partir de Durkheim - ora tecem “explicações de explicações”, ou seja, a realidade a partir das explicações dos sujeitos (BOURDIEU, 1990).

Essas concepções substancialistas, Bourdieu (1990) tenta superá-las, fundamentando-se na análise da realidade social, não só das estruturas que oferecem sentido, significado para os indivíduos, como também das representações que os homens atribuem às regras que estruturam o espaço social. O autor contesta o pensamento que aceita como natural aquilo que promove distinções, diferenças, afirmando:

“Em resumo, é preciso cuidar-se para não transformar em propriedades necessárias e intrínsecas de um grupo qualquer (a nobreza, os samurais, ou os operários e funcionários) as propriedades que lhes cabem em um momento dado, a partir de sua posição em um espaço social determinado e em uma dada situação de *oferta* de bens e práticas possíveis.” (BOURDIEU, 1996a, p. 17-18).

A grande crítica de Bourdieu constitui-se em contestar a concepção da diferenciação social como um processo natural, pois, assim, a dominação cultural não se estabeleceria como objeto de pesquisa. Bourdieu (1990) propõe o convívio dialético entre o objetivismo e o subjetivismo. A pesquisa social seguiria um percurso, ora objetivo - construção das estruturas da realidade social, ora subjetivo – construção das representações. Tal concepção de que a realidade social se faz por relações seria o grande avanço do estruturalismo, em contraposição ao substancialismo de Cassirer, que somente concebe a realidade pela via da intuição imediata do cotidiano de grupos e indivíduos (BOURDIEU, 1990).

O *espaço social*, concebido por Bourdieu (1989, 1996a), abarca o mundo das relações sociais composto de inúmeros pontos de disputa, de contato - entre agentes com estilos de vida diferentes,

capitais econômico, cultural e poder-se-ia dizer político, distintos - construindo pontos de convergência de interesses e disputas. Esses são enunciados como campos, onde se trava uma dinâmica própria ao estabelecer as regras, as verdades e até mesmo, qualificar quem pode deles participar. O *campo* conceituado como um “universo relativamente autônomo” é o espaço de luta pelo próprio direito de inclusive, dividi-lo legitimamente, definir as regras que o estruturam - onde o que está em jogo é a possibilidade de se construir a realidade (BOURDIEU, 1996a). Elucida o autor

“Trata-se, portanto, em cada momento de cada sociedade, de um conjunto de posições sociais, vinculado por uma relação de homologia a um conjunto de atividades (a prática do golfe ou do piano) ou de bens (uma segunda casa ou o quadro de um mestre), eles próprios relacionalmente definidos.” (BOURDIEU 1996a, p.18).

Entretanto, existem vários *campos*, tendo Bourdieu estudado - por exemplo - o da alta costura; o intelectual e da produção cultural. Em cada um deles existe uma correspondência de capital específico, um poder próprio a cada atividade, que se torna primordial. No campo cultural, acadêmico, o capital cultural tem maior probabilidade de oferecer ganhos em contraposição ao campo econômico. Observa-se que no campo cultural, os empresários, banqueiros estão em situação de desigualdade (1996a). Extrapolando os limites do campo cultural, no campo financeiro, os professores estariam em condições de subordinação, tomando-se o capital econômico como o que está em disputa, por possibilitar aos seus detentores, a *doxa*. Essa revela um “[...] ponto de vista particular, o ponto de vista dos dominantes, que se apresenta e se impõe como ponto de vista universal [...]” (BOURDIEU, 1996a, p. 120). A Teoria, então, pontua o capital econômico e o cultural como preponderantes sobre o espaço social global, principalmente nas economias capitalistas (BOURDIEU, 1989, 1996a), onde o valor de troca se torna a pedra de toque das relações sociais, invadindo até mesmo as políticas públicas de Estado.

Os campos, concebidos como universos autônomos são regidos por um princípio homólogo, qual seja:

“[...] que é o da estrutura da distribuição das formas de poder ou dos tipos de capital eficientes no universo social considerado – e que variam, portanto, de acordo com os lugares e os momentos.” (BOURDIEU, 1996a, p. 50)

Tal construção aponta o dinamismo existente no espaço social e as divisões, pois os grupos se estruturam a partir do movimento de aproximação e distanciamento, produzindo, cada campo, suas regras, os símbolos de reconhecimento. As dimensões dessa diferenciação seriam; em primeiro nível, o volume global de capital e; em segundo, a distribuição dos diferentes tipos de capital que forma o capital global. Os grupos criam, para sua coesão, “siglas, nomes, signos de adesão, manifestações públicas”, rituais diversos e outros signos que garantem a diferenciação (BOURDIEU, 1996a). Esses

signos, símbolos que trazem a distinção, o pertencimento ou o distanciamento levam às próprias representações que se faz do campo.

Lahire (2002) entende que em alguns universos - a exemplo do familiar - pode-se atuar enquanto sujeito que não luta, que não disputa. E, ainda, em outros universos, poder-se-ia negar a entrar no jogo, atuando então como amador. O autor toma - por exemplo - o caso de um sujeito que treina tênis, mas que não almeja títulos ou disputas com aqueles que estão investidos no jogo (os portadores de títulos). Deixa claro o autor que

“De fato, os campos correspondem bastante bem 1) às esferas das atividades profissionais (e/ou públicas), o que exclui as populações sem atividade profissional (e entre elas, uma maioria de mulheres); e, mais precisamente ainda, 2) às atividades profissionais e/ou públicas que comportam um mínimo (e até um máximo) de prestígio (capital simbólico) e podem, portanto, organizar-se em espaços de concorrências e de lutas para a conquista desse prestígio específico (em oposição às profissões ou atividades que não estão particularmente engajadas nas lutas dentro desses campos: pessoal administrativo de baixo escalão, pessoal de serviços, operários...)” (LAHIRE, 2002, p. 50-51).

Tais alegações, conforme Lahire (2002) indicam limitações à Teoria dos campos enquanto possível universalidade. O autor toma a realidade social como composta também por aqueles tantos que estão “fora do jogo”, os que denomina por subalternos. Para algumas atividades, não há disputa de poder que alcance tamanho prestígio como obtém o campo político, o campo financeiro. Há atividades rotineiramente executadas por operários, funcionários do corpo administrativo, nas quais a disputa pelo poder não sobressai como nos campos citados acima. É nesse sentido que a teoria dos campos de Bourdieu, podendo ser chamada de “Teoria dos campos do poder” (LAHIRE, 2002) embora revele uma face importante da realidade, deve ser considerada como somente uma “regionalização da realidade social” (LAHIRE, 2002).

Uma das materializações do estudo de campo, na área ambiental, foi a do sociólogo Eder Jurandir Carneiro, em sua tese de doutorado, intitulada “Modernização recuperadora e o campo da política ambiental em Minas Gerais”, na qual se discorre a respeito da formação do campo da política ambiental no estado. As reflexões apontam para a necessidade de frações do capital mobilizarem-se à guisa de garantir o acesso aos bens naturais e ampliar seus ganhos, elaborando um campo sofisticado que uniria, “as elites científicas, políticas, técnicas e econômicas locais”. Com base em tal propósito, ter-se-ia estruturado o campo da política ambiental em Minas Gerais, de modo à “[...] organizar a gestão política das condições naturais do território de forma a garantir sua utilização “racional” (e não “predatória”) [...]” (CARNEIRO, 2003). Estas determinações seriam construídas de forma compartilhada entre a sociedade, por meio de suas entidades intelectuais afinadas com as causas ambientais, os movimentos sociais e o Estado através das instituições reguladoras e fiscalizadoras. Conclui Carneiro

(2003) que para o acesso aos bens naturais, estes convertidos em forças produtivas e sem maiores conflitos de ordem moral com a sociedade, conflitos de ordem política e legal com o sistema licenciador do Estado<sup>10</sup> foi preciso estabelecer o desenvolvimento sustentável como doxa, ou seja, como verdade inquestionável. O que somente foi possível, através da tecnologia e ingresso racional às condições naturais. As lutas do campo deram-se em torno da tecnoburocracia aliada a aspectos da cultura mineira, como expõe Carneiro (2003), voltando-se ao “diálogo” para o “entendimento”.

As elaborações contidas na obra “Pierre Bourdieu e a Teoria do Mundo social” (2000) de Louis Pinto<sup>11</sup> (2000) tratam da teorização do mundo social através de seus vários campos enquanto método, uma possibilidade de análise “[...] que permite explicar as práticas consideradas evitando recorrer a fatores externos como o princípio exclusivo de inteligibilidade” (PINTO, 2000, p. 71). Quando este autor se refere à análise das obras literárias de Bourdieu percebe-se com clareza que não se pode observá-las pelo seu conteúdo somente: o sentido está vinculado ao campo no qual foi criada, aos agentes que disputam a legitimidade, ao poder de definir se é moderna, clássica, voltada aos burgueses ou aos proletários, enfim, a quem se destina e a qual escola pertence o autor.

Ainda persistindo nas possibilidades da análise do campo, considerado como instrumento de pesquisa, afirma Louis Pinto (2000, p. 71) que:

“O sociólogo deve utilizar a noção de campo sobretudo como norma de trabalho que o obrigue a ir tão longe quanto possível na análise de cada uma das séries independentes (disposições, obras, instituições, etc.), antes de se arriscar a sair dessa trilha para apelar para fatores logicamente heterogêneos. Noção crítica, o campo é menos uma “tese” do que um método que permite controlar as condições e os limites do uso do raciocínio causal.”

Esse pesquisador refere-se à conceituação de Bourdieu enquanto um modo seguro de perscrutar a realidade com inúmeras vantagens na elucidação dos processos sociais. A princípio, favorecia a superação de um dilema – o ter de basear-se em posicionamentos individuais, singulares ou mesmo no de contemporâneos – uma vez que a estrutura do campo favorece o esclarecimento dos conflitos, das regras, das controvérsias. De outro modo, propicia ainda a noção de *campo*, o conhecimento entre as deliberações do mundo social, ou seja, o exterior e as deliberações específicas do *campo*. Prudentemente, sempre tendo em conta que a dominação no espaço social global reflete-se nos campos, por vezes atritando-se com as normas determinadas pelo campo em análise (PINTO, 2000). Henri Lefebvre (2002) fazendo alusões também à noção de *campos* amplia o conceito, superando a

---

<sup>10</sup> Citam-se Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM e as câmaras constituintes do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM.

<sup>11</sup> Filósofo e sociólogo, pesquisador do Centre National de La Recherche Scientifique, França.

perspectiva histórica, econômica, ou sociológica, salientando-o no sentido de uma “concepção global” que alcance o homem enquanto ser pensante, reflexivo e atuante:

“O termo “campos” (referindo-se ao agrário, industrial e urbano) não designa apenas camadas sucessivas ou superpostas de fatos, de fenômenos, mas modos de pensamento, de ação, de vida.” (LEFEBVRE, 2002, p. 41) grifos nossos.

A dimensão do conceito em Lefebvre (2002) aprofunda e estrutura a análise, pois envolve também espaço e tempo no entendimento das relações de forças e dos conflitos. Os campos agrário, industrial e urbano são vistos como:

“Três “campos” não apenas de “fenômenos sociais”, mas de sensações e percepções, de espaços e de tempos, de imagens e de conceitos, de linguagem e de racionalidade, de teorias e práticas sociais [...]” (LEFEBVRE, 2002)

O tratamento ao conceito dado por Lefebvre (2002) não significa uma invalidação, ou redução do valor da elaboração em Bourdieu, mas, valida a expansão da possibilidade de elucidação da realidade que a categoria possui na escola de Pierre Bourdieu. Se para este o campo é então a disputa em torno de atividades, de bens, voltada à construção da realidade por meio dos dominantes (BOURDIEU, 1996a, 1989), para Lefebvre (2002) este aspecto é concebido com base em um referencial maior. Tal referencial engendra práticas, ideologia, representações, que se lançam sobre o espaço em um sentido conjuntural: implica práticas da sociedade, do Estado e dos detentores do poder econômico. O *campo cego* identificado por Lefebvre (2002) reside na impossibilidade de a visão alcançar a complexidade da realidade urbana por utilizar-se dos conceitos, dos mesmos instrumentos que permitiam outrora aclarar os processos da formação da sociedade industrial. Assim,

“Os campos cegos instalam-se na re-presentação. Há de início, a apresentação dos fatos e dos conjuntos de fatos, o modo de percebê-los e de agrupá-los. Em seguida, há a re-presentação, a interpretação dos fatos. Entre estes dois momentos, e em cada um deles, intervêm desconhecimentos, mal-entendidos. O cegante (os conhecimentos que se adotam dogmaticamente) e o cegado (o desconhecido) são complementares na cegueira.” (LEFEBVRE, 2002, p. 39)

Lefebvre (2002) toma o urbano como *campo* porque o considera como conjunto da realidade, sem invalidar as perspectivas de Bourdieu, para elucidar a realidade baseada nas posições dos agentes e dos capitais que põem/dispõem em busca da construção da *doxa*. Lefebvre (2002) quer ressaltar a visão para o conjunto de direcionamentos que cada sociedade constrói. Pois, se cada sociedade produz seu próprio espaço, lócus onde os campos se constituem e o homem realiza sua existência,

resta lançar o olhar não somente para essas relações. Também, sobre o modo como tal sociedade se realiza a partir da apropriação do espaço e do tempo nos quais se reproduzem.

O que é disputa do/nos campos, aquilo que sempre está em jogo, é a conformação do mundo à realidade dos dominantes, os que possuem o controle sobre as regras do jogo, o qual é jogado em cada campo e do montante de recursos necessário a esta dominação (BOURDIEU, 1989). Realiza-se, dessa forma, uma eterna disputa pela designação, classificação e construção ou conservação das estruturas do campo - do que é real, legal, aceito, pactuado, ou seja, a *doxa* e conseqüentemente, o proscrito, ilegal, portanto inaceitável – que também pode ser compreendido como embate de vários “estilos de vida”. Então,

“[...] o mundo social por meio, sobretudo das propriedades e das suas distribuições, tem acesso, na própria objectividade, ao estatuto de sistema simbólico que, à maneira de um sistema de fonemas, se organiza segundo a lógica da diferença, do desvio diferencial, constituído assim em distinção significativa”. (BOURDIEU, 1989, p.144)

As relações que estruturam este mundo ou campo social são então aquelas próprias à disposição de cada agente, de cada grupo. Com base em sua posição neste campo e do capital que possui cada agente constrói a realidade, faz ver o mundo conforme sua própria visão, oferecendo classificações, definindo di-visões (BOURDIEU, 1996). Em tais bases, à construção da visão do que é real, legal, aceito socialmente denomina-se *Poder Simbólico* (BOURDIEU, 1989) sob o prisma de um poder que estrutura a realidade produzindo um conhecimento, uma verdade sobre o mundo (gnoseologia) em busca de construir um consenso. Construção essa que se realiza a partir da produção de “sistemas simbólicos” – estruturas estruturadas – que

“[...] enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação [...], tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração “lógica” - é a condição da integração “moral”. (BOURDIEU, 1989, p.10)

Tal consenso sobre a realidade é construído por meio das comunicações - que sempre refletem “relações de poder” - variáveis em sua forma e conteúdo em relação ao poder concreto, material e simbólico acumulado. Buscarão os detentores dos dados e informações sempre aglutinar e bem informar às classes dominantes, permitindo-lhes diferenciar-se hierarquicamente das demais, privilegiando, por sua vez, a desqualificação, a desmobilização dos dominados. Assim, a classe dominante, assentada em seu capital econômico e cultural pela hierarquização como modo de construção da realidade, utiliza-se da produção simbólica e do recurso a especialistas. Esses

profissionais criam modos próprios de legitimação dessa dominação, embora também se organizem para favorecer seus interesses e visões.

A sociologia disposicional e relacional de Bourdieu (1996a, 1990, 1989) identifica na cultura mais do que manifestações da vida que se realizam em distintas formas como reflexos de múltiplas visões de mundo. A cultura representa um dos capitais estruturadores da realidade e por meio do qual se disputa no espaço social, o poder simbólico. A partir dele, indica-se o que é verdade, realidade e pertencimento representando valores e apreciações exclusivamente para as classes superiores e decretando o que deve ser dirigido às classes inferiores.

Assim se expressa o autor:

“Ao designar e ao consagrar certos objetos como dignos de serem admirados e degustados, algumas instâncias como a família e a escola são investidas do poder delegado de impor um arbitrário cultural [...]. Na medida em que produz uma cultura (no sentido de competência) que não passa da interiorização do arbitrário cultural, a educação familiar ou escolar tem por efeito mascarar de modo cada vez mais acabado, através da inculcação do arbitrário, o arbitrário da inculcação, ou seja, o arbitrário das significações inculcadas e das condições de sua inculcação.” (BOURDIEU, 1974, p. 272)

A cultura instrumenta, regula e formata a reprodução social, na qual se mantêm, no espaço social, os agentes com seus distintos capitais, guardando-os indiferentes aos privilégios para uns e submissão a outros. A reprodução cultural garante a manutenção da estratificação social. Enquanto parte da estrutura de dominação, as regras no campo da transmissão cultural asseguram o retorno do capital cultural às classes dominantes. O que é possível face à elaboração de um código que permitirá somente aos dominantes decifrar os valores, os sentidos dos bens culturais. Não é somente a concentração do capital econômico que inibe o acesso aos bens culturais como um todo para a sociedade. Também a própria oferta dos instrumentos que permitiriam a satisfação pela apreciação de tais bens e mesmo de sua posse.

Bourdieu (1996a) identifica ainda no Estado o poder unificador da cultura – uma dimensão do *capital de informação*. Seria, pois, o Estado o grande aglutinador do mercado cultural ao determinar leis, regras, códigos que uniformizam os sistemas: jurídico, lingüístico, o de transmissão da cultura, estabelecendo formas homogêneas e burocratizadas de propagação de valores, visões de mundo e de nação.

Essas razões imputam à cultura a função de dissimular a hierarquização, pois a partir da comunicação, do fluir dos conteúdos simbólicos, pode-se ter a idéia de uma cultura que une como também uma cultura que reproduz diferenças na forma de culturas inferiores: “A unificação cultural e lingüística é acompanhada pela imposição da língua e da cultura dominantes como legítimas e pela rejeição de todas as outras como indignas (patuá)” (BOURDIEU, 1996a, p. 107). A transformação do mito em religião revela uma outra forma de tal processo, pois nele, os conhecimentos religiosos passam a pertencer a um grupo específico que, já reflexo de uma hierarquização do trabalho, consegue distanciar

estes conhecimentos daqueles que são colocados para além de suas fronteiras, ou seja, os leigos (Bourdieu 1989). A imposição de categorias - sistema de classificação - consegue assim dissimular, deslocar a luta de classes, o embate pelo poder de representar o mundo. Faz-se, então, uma transposição da arbitrariedade:

“O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; *poder quase mágico* que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário.” (BOURDIEU, 1989, p. 14) (Grifos nossos)

Entende o autor que está nas relações determinadas no campo de embate, a possibilidade de manutenção, de reprodução da crença. A ordem, mantida ou subvertida, seria fruto do poder investido na legitimação de quem fala e da mensagem proferida. É o poder simbólico, um poder capaz de “condensar em si” os demais capitais, conseguindo amplamente ocultar a violência simbólica que realiza.

O contraponto reside na produção de um discurso “heterodoxo” que faça sucumbir a crença na legitimidade investida neste poder, esclarecendo o arbitrário, fazendo reconhecer a dominação. Discurso que também é um poder simbólico, capaz de reverter, de trazer à tona o “poder potencial” dos subjugados, dos preteridos. O embate pela supremacia em apresentar e fazer valer uma visão de mundo, o poder de explicar e dar inteligibilidade ao mundo, se dá num *campo* no qual os agentes possuem posições definidas. Nesse campo, linguagens, estratégias são estabelecidas para

“Compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, *tornar necessário*, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado os actos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir”. (BOURDIEU, 1989, p. 69)

Deste modo é que uma análise dos atos, das lutas travadas, dos capitais específicos a cada agente somente se consegue levando em conta a contextualização do *campo*, percebendo-se as intenções dos agentes e as posições que ocupam em tal relação, na estruturação do campo. Ademais, Bourdieu (1989) vislumbra nas ações dos agentes e em seu movimento, a conquista de conhecimento que lhes garante um *haver*, um *capital*. O que constitui uma predisposição para participar do jogo, da luta: seu *habitus*. Este revela uma determinação quase postural, como quer o autor, em construir objetos, em agir e criar e assim acumular um *capital* que lhe é específico. Na direção desse propósito, Sergio Miceli

(1974), na introdução da obra de Pierre Bourdieu “A economia das trocas simbólicas”, expressa o *habitus* como

“[...] um sistema de disposições duráveis e transferíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações, e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas que permitem resolver os problemas da mesma forma e graças às correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidas por estes resultados”. (BOURDIEU apud MICELI, 1974, p. XL-XLI)

Ele atua, pois, como *modus operandi* entre uma estrutura e uma conjuntura que levará a determinadas práticas, com isto, tem-se um aprendizado constante, pois a cada resultado insatisfatório, haverá a correção através de uma prática respectiva. Ele revela a interiorização de estruturas exteriores. Exemplificando a operacionalização do *habitus*, Bourdieu utiliza-se da experiência educacional:

“Assim como o *habitus* adquirido através da inculcação familiar é condição primordial para a estruturação das experiências escolares, o *habitus* transformado pela ação escolar constitui o princípio estruturador de todas as experiências ulteriores, incluindo desde a recepção das mensagens produzidas pela indústria cultural até as experiências profissionais”. (BOURDIEU apud MICELI, 1974, p. XLII)

O *habitus* ocupa, pois, o papel de um aprendizado que se vai completando, acumulando e transformando ao longo das condições de existência. Como ele é compartilhado, Bourdieu (1989) o entende como um mecanismo “mais sólido e melhor dissimulado” de interação entre grupos, agindo como uma recuperação “controlada” do conceito de consciência de classe já que sua reprodução implica pertencimento, reconhecimento entre agentes com o mesmo sentido do jogo, mesmas práticas (BOURDIEU, 1989).

Esse sentido do jogo, “senso prático”, aprendido é compartilhado, a partir das relações no campo. O *habitus* atua como linguagem: gostos (o que se come, o que se veste, o clube que se frequenta para o lazer, etc.), escolhas, classificações da realidade (bom, mau, ético, antiético, por exemplo) (BOURDIEU, 1989). O direcionamento da análise unicamente devotado à vontade, à capacidade de deliberação de cada agente, sem se atentar para sua posição no campo de lutas, soaria como “angelismo”, superficialidade que poderia transparecer a uma “recusa de saber pelos interesses ligados a uma posição” (BOURDIEU, 1989). Para que haja o jogo, é preciso a adesão, a crença, a mobilização de valores, sentimentos, afetos e aspirações a conquistas no campo onde se disputam os objetos contidos num capital específico.

Aos agentes cabem duas posições: declinar de um jogo por outro – já que a pura abstenção resultaria numa “morte social”.

Ou aceitarem o embate, dispendo-se a

“lutar para manterem ou melhorarem a sua posição no campo, quer dizer, para conservarem ou aumentarem o capital específico que só no campo se gera, contribuindo assim para fazer pesar sobre todos os outros os constrangimentos, frequentemente vividos como insuportáveis, que nascem da concorrência”. (BOURDIEU, 1989,p.85)

A partir de então, haveria uma convergência entre as disposições individuais a implicar cada agente no jogo, pois não haveria jogo sem as “[...] vontades, as intenções, as aspirações [...]” (BOURDIEU, 1989, p.85). As quais são frutos do próprio jogo e variarão conforme o posicionamento de cada agente e o poder que detém sobre os “títulos objectivados do capital específico”. Em muitas ocasiões, as manobras nas características do jogo podem auxiliar mais a um grupo, por exemplo, promovendo uma resignificação das posições, favorecendo a aprovação de um projeto conjuntural.

O autor ainda destaca que não se impute a uma única vontade ou entidade – Estado, Igreja, Partido – como agente central e do qual promana todas as determinações, pois, cada agente realiza uma contribuição peculiar – dada sua condição de produção, motivações, interesses - cientes ou não de que o fazem. Por vezes, agem submissos a propósitos específicos que lhes transcendem porque, no instante em que os embates ocorrem, não são elucidadas as motivações. Os objetivos de cada agente e, na melhor das hipóteses, a elucidação dar-se-á num momento futuro e além do contexto do *campo* onde se desenrolam as lutas. Pois a tal subordinação,

“[...] orquestração sem maestro, só se realiza mediante a concordância que se instaura, como por fora e para além dos agentes, entre o que estes são e o que fazem, entre a sua “vocação” subjectiva (aquilo para que se sentem “feitos”) e a sua “missão” objectiva (aquilo que deles se espera), entre o que a história fez deles e o que ela lhes pede para fazer, concordância essa que pode exprimir-se no sentimento de estar bem “no seu lugar”, de fazer o que se tem que fazer, e de o fazer com gosto – no sentido objectivo e subjectivo – ou na convicção resignada de não poder fazer outra coisa, o que também é uma maneira, menos feliz certamente, de se sentir destinado para o que se faz. (BOURDIEU, 1989, p.87)

As posições adotadas, defendidas pelos sujeitos em embate, encontram ressonância na sociedade e uma vez investidos nos postos conquistados, esses sujeitos geram uma síntese entre *habitus* e hábito, qual seja, incorporando valores, assumindo disputas, adentrando no campo em busca de construir significados. Torna-se, pois importante captar as condições nas quais as estruturas constroem o *habitus* que garantirá sua reprodução. Tais estruturas introjetadas irão oferecer a seus agentes todo um sistema de valores, condutas, códigos que orientarão suas ações no sentido da permanência e continuidade das bases da estrutura que os criou, fazendo com que se perpetuem os sistemas de dominações entre grupos e classes. Certas estruturas tendem mesmo a se cristalizar, pois, o círculo de

agentes que as compõe se fecha de modo a não ser possível sua recomposição, não importando por qual novo membro. É o exemplo do Copam, abordado por Carneiro (2003).

O espaço onde se reproduz a vida e realiza-se a apropriação pelo corpo é também o espaço que, fragmentado, homogeneizado e hierarquizado pela ideologia neoliberal, aprisiona o homem nas teias das relações de troca. Abarca a vida e aprisiona sua espontaneidade. O embate entre os que idolatram a troca e se rendem à acumulação e aqueles que prezam o uso, a apropriação pelos sentidos formam campos nos quais se disputa uma visão hegemônica para a cidade. No Brasil, o referido embate vem se fortalecendo desde a ampliação do processo de urbanização, o qual atraiu enorme contingente de cidadãos vislumbrando dias melhores nas cidades. Foi necessária muita mobilização para que as elites “aceitassem” o clamor dos trabalhadores e, ao menos, no plano legal, burocrático, fosse instituído o planejamento compartilhado do espaço urbano.

Carvalho (2002) interpreta a caminhada para a conquista da cidadania como um “longo e lento caminho” que vem se construindo a partir da redemocratização do País. Considerando-se a “internacionalização do sistema capitalista” poder-se-ia falar de uma crise dos estados-nação com seus rebatimentos sobre as políticas públicas de cada estado-nação, trazendo insegurança a respeito de direitos (sociais, civis, políticos) conquistados. Mesmo nos estados onde tal reconhecimento já se fazia corrente (CARVALHO, 2002). Dagnino (2004) atualiza o diálogo e propõe o deslocamento do sentido de termos: sociedade civil, participação e cidadania. Deslocamentos que se dão sob a égide do avanço da filosofia neoliberal em seus desdobramentos na sociedade e conseqüentemente, sobre o espaço. (LEFEBVRE, 2007, 2005).

Se a cidade é fruto da sociedade que nela habita e a produz (LEFEBVRE, 2007; 2005; 1999) debruçando-se sobre as relações sociais, as crenças desta sociedade, é possível vislumbrar as determinações que conformam a cidade. É o proposto no próximo capítulo, que abordará as relações sóciopolíticas e a construção da cidadania.

## CAPÍTULO 2

### **Estatuto das Cidades e Plano Diretor: (im) possibilidades à realização da cidadania**

Este capítulo trata da trajetória do Plano Diretor enquanto instrumento político de planejamento urbano desde sua eleição como base da política de expansão e desenvolvimento urbano, preconizada no Capítulo II da Constituição Federal em 1988, § 182 e 183, perpassando por sua regulamentação (Estatuto das Cidades - EC, Lei 10.257 de 10 de julho de 2001) até os dias atuais. Embora o processo de urbanização no País tenha se iniciado nos anos 30, intensificando-se nos anos 80, e o Plano Diretor seja um instrumento de planejamento urbano já adotado em outros momentos na história urbana brasileira, sua abordagem dar-se-á a partir de sua consagração no EC.

As mobilizações da sociedade em prol de uma verdadeira *cidadania*, nas quais se reconhece aos cidadãos seu status de *sujeito sócio-político* (Dagnino, 2004) compõem as reflexões. Nos termos da mesma autora com os quais pactua esta dissertação, concebe-se a *cidadania* como: o “direito a ter direitos” inclusive com a possibilidade de se definirem novos direitos - a exemplo do direito às diferenças (culturais e a sua manifestação) e não somente à igualdade de tratamento; o reconhecimento de que os cidadãos são sujeitos sóciopolíticos, dotados de vontade e capacidade para lutarem por seus direitos e não serem apenas alvo de favores de membros do Executivo, Legislativo, e/ou da iniciativa privada e, por fim, ainda mais substancial; o direito a discutir sobre o sistema, para inventar novas formas de sociabilidade que combatam a exclusão social, política e econômica, assim como, o preconceito e o desrespeito às culturas locais. Nesta direção a participação é definida como o compartilhamento do poder decisório sobre a vida nas cidades, não somente como resposta à pesquisa de opinião ou canais de consulta abertos pelo Estado. Participação é atuação é discussão, encaminhamento e debate sobre as decisões. Opostamente à atuação como convidado, significa participar como habitante, cidadão, voz legítima para também deliberar, embora nem sempre prevaleça a visão ou demanda da sociedade.

## 2.1 – Urbanização brasileira: da Reforma Urbana ao Estatuto das cidades

A urbanização brasileira deu-se com maior intensidade a partir de 1950, quando os núcleos com mais de 20.000 habitantes tiveram sua população aumentada. A seguir, o processo passou a se desenvolver de forma concentrada em cidades de tamanho intermediário para então atingir a fase de metropolização (SANTOS, 2001). Na metade do século XX existiam 33 milhões de camponeses no Brasil e em movimento de expansão, já nas cidades, 19 milhões, sendo que em 1999, ter-se-ia uma sociedade urbana que “sextuplicaria” alcançando a casa dos 102 milhões de habitantes (DÉAK, SCHIFFER, 1999).

Face às dificuldades de se controlar e organizar o espaço urbano em ampla expansão detona-se um processo de urbanização que na visão de Raquel Rolnik, (1994, p. 351) aponta:

“[...] consolidou-se no País uma visão de que o *locus* de formulação de uma política urbana, especialmente em sua dimensão territorial, é a esfera técnica de planejamento urbano, implantada enquanto setor da administração pública, sobretudo a partir do final dos anos 60, início dos anos 70”.

Maricato (2000) deixa claro que o processo de urbanização brasileiro será fortemente influenciado por lutas patrimonialistas e relações de favor (coronelismo) que remontam ao período colonial, embora o processo se dê sob o regime republicano. As postulações da autora são de que não somente a esfera técnica é capaz de dar conta dos inúmeros conflitos socioambientais verificados na sociedade e no território brasileiro. Há não somente demandas por serviços coletivos, mas também, pelo direito à liberdade de expressão, ao reconhecimento das diferenças, entre outros.

Maricato (2000) enumera as seguintes características do processo de urbanização brasileiro:

- i) Industrialização com baixa remuneração e reduzidos investimentos no mercado residencial para a classe operária. A oferta de residências para a classe trabalhadora sempre esteve aquém da ampliação do contingente de trabalhadores nas cidades, levando a que esta reposição de moradias se desse de modo espontâneo, em favelas, a partir da autoconstrução (mutirões) e outras formas.
- ii) Direcionamento de investimentos públicos em atendimento à lógica da ampliação da acumulação capitalista muito mais do que da democratização do acesso à moradia. A administração estadual e municipal tem por tradição investir os recursos públicos muito mais em áreas que atendem aos princípios da valorização imobiliária do que em atendimento à reprodução da força de trabalho. O que tem levado a criação de assentamentos onde o Estado se faz ausente em termos de oferecer melhores condições urbanísticas.

iii) Arcabouço legal ambíguo e implementação da lei sem critérios de justiça social. A legislação permite ao Estado agir somente nos locais onde lhe interessa: nas áreas mais nobres, dada a pressão dos lobbies imobiliários, há impedimento de ocupações ilegais. Nas demais áreas fazem-se “vista grossa”, ou seja, age-se com leniência. Tal atitude leva à ocupação de encostas, baixadas, locais ambientalmente impróprios à habitação, expondo os moradores a riscos em sua saúde e mesmo em sua integridade física.

A limitação ou até a interrupção da liberdade de expressão e ação dos cidadãos durante o regime militar conduz à organização de lutas coletivas pela redemocratização não somente sentida como liberdade de expressão, mas também visando melhores condições de reprodução social nas cidades. Souza (2003) vê a Reforma Urbana, após o período de redemocratização como:

“[...] Um conjunto articulado de políticas públicas, de caráter redistributivista e universalista, voltado para o atendimento do seguinte objetivo primário: reduzir os níveis de injustiça social no meio urbano e promover uma maior democratização do planejamento e da gestão das cidades.” (SOUZA, 2003, P. 158)

O autor ainda elucida que tais propósitos levaram a que se instituísse mais do que meras “intervenções urbanas” voltadas à estética e funcionalidade. A Reforma Urbana resultou da aglutinação de movimentos sociais que apoiados por entidades como Instituto dos Arquitetos do Brasil, Associação dos Geógrafos do Brasil dentre outras entidades, culminasse na elaboração de uma emenda popular com 130.000 assinaturas de eleitores, forçando o Congresso Constituinte a adotar os ideários ali pretendidos. Tal não ocorreu em sua integralidade e na Constituição Federal de 1988, somente dois artigos trataram da política de desenvolvimento urbano.

Rolnik (1994, p. 357) destaca deste processo uma “[...] mera inclusão formal das demandas populares na lógica do regime urbanístico em vigor [...]” na qual o Estado passaria a coordenar todo o processo de planejamento e o Plano Diretor seria o instrumento competente para o desenvolvimento urbano. Para a autora, as disputas entre representantes da sociedade e os empresários do setor imobiliário foram mediadas entre congressistas e tecnocratas de Estado. Estes agentes do Estado “convergiriam para uma posição conservadora” na qual se manteve a propriedade privada do solo e conseqüentemente, da legislação urbanística de loteamento, uso e ocupação do solo (ROLNIK, 1994). No intervalo de tempo - entre a aprovação da Constituição Federal em 1988, na qual é integrante o capítulo da política urbana, e sua regulamentação, o Estatuto das Cidades - EC (Lei 10.257 de 10/7/2001) - construíram-se outros arcabouços jurídicos para se buscar a ordenação territorial, trata-se da Lei Orgânica. O possibilitou aos municípios a ampliação da gestão pela esfera local com maior autonomia em relação à estados e à União.

## 2.2 – O Plano Diretor no Estatuto das Cidades: histórico e proposições

Segundo Souza (2006) a partir da redemocratização do Brasil e na expectativa de avanços na área social teria havido a ampliação da pauta dos movimentos que lutavam pela reforma urbana.

Sob uma concepção progressista, teria como proposta:

“[...] um conjunto articulado de políticas públicas, de caráter redistributivista e universalista, voltado ao atendimento do seguinte objetivo primário: reduzir os níveis de injustiça social no meio urbano e promover uma maior democratização do planejamento e da gestão das cidades (objetivos auxiliares ou complementares, como a coibição da especulação imobiliária, forma e são, também, muito enfatizados).” (SOUZA, 2006, p. 158)

Tais demandas requerem novos direcionamentos no planejamento urbano: almeja-se não somente estética, funcionalidade, ou seja, melhorias na dimensão espacial. O pleito é por direito à vida, justiça social e melhor distribuição das riquezas socialmente construídas (SOUZA, 2006).

Privilegiou-se, na Constituição de 1988, o Plano Diretor enquanto instrumento de planejamento do desenvolvimento urbano, o que para o referido autor significou “derrota estratégica” (SOUZA, 2006), pois questões substantivas como a função social da propriedade da terra, não foram temas debatidos. Ressalta-se ainda o fato deste instrumento não compor a pauta da Reforma Urbana:

“De fato, o momento pós-1988, com a tentativa de captura, pelo campo da esquerda, dos planos diretores como um meio de promoção da reforma urbana (lembrando que isso jamais tinha sido uma reivindicação do MNRU, mas sim uma situação que se instalou na esteira do esvaziamento da emenda popular na constituinte e que obrigou as forças pró-reforma urbana a se reposicionarem), assistiu a uma predominância crescente de certo “tecnoctatismo de esquerda” (SOUZA, 1998), aninhado na perspectiva do “plano diretor como instrumento de reforma urbana”, ou seja, a tendência a superestimar a importância das leis e dos planos, a se subestimarem as contradições sociais e a se cultivar otimismo exagerado a respeito das possibilidades de estabelecimento pacífico de novos “pactos territoriais” e consensos”. (SOUZA, 2003, p. 163)

Esta é a base do que o autor denomina “planejamento politizado” (SOUZA, 2006, VILLAÇA, 2005, 1999a) tendo emergido num momento em que o ideário da reforma urbana estaria mais voltado a aspectos operacionais, o que enfraqueceria este ideário. Haveria, portanto, certo desprezo ou descrédito às ações de ativistas ou movimentos sociais urbanos. Para Souza (2006) um enorme obstáculo à concretização dos ideais da reforma urbana por meio *unicamente* deste instrumento de planejamento se voltaria às questões como: a globalização, a redução do “Estado desenvolvimentista” e o avanço do empresarialismo o que culminaria na construção de um ideário mais radical e de longo prazo do que supunha o “planejamento politizado”. Mas no Brasil já se construíam planos desde 1930 e

estes têm suas bases no “planejamento regulatório clássico” com aportes do “urbanismo modernista” (Souza, 2006).

O arquiteto Cândido Malta Campos Filho (1989) aponta a visão dos urbanistas “político-globalizantes”, aqueles que defendiam a construção de uma cidade idealizada a ser atingida num espaço de tempo, uma década ou duas, como contribuintes para a implantação da concepção dos Planos Diretores em toda a América Latina. Seus pressupostos eram promover um ordenamento espacial a fim de que também se conquistasse a qualidade de vida para os habitantes, atuando tanto no espaço físico quanto no social, econômico, político. Sua base conceitual provém do pós-guerra nos EUA, onde as questões urbanas passaram a contemplar também aspectos sócio-políticos (CAMPOS FILHO, 1989). Tal corrente torna-se distinta em relação à corrente técnico-setorial – esta última, voltada à realização de estudos sistemáticos, sérios e profundos, entendia que o caos urbano levaria às suas possíveis soluções, portanto - uma concepção mais racional, técnica das questões urbanas. De base sanitária, a corrente técnico-setorial volta-se muito mais a normas estéticas e funcionais que dão racionalidade ao uso do espaço. Os manuais sanitários e os códigos de uso e ocupação do solo são seus frutos, bem como a legislação de parcelamento do solo. Relata o autor que em vários momentos, os urbanistas da corrente técnico-setorial mobilizaram-se junto à administração pública e mesmo junto ao empresariado imobiliário. Teriam garantido deste modo, o processo de acumulação e ainda, promoveriam a validação de seus pressupostos em relação aos defendidos pela corrente político-globalizante (CAMPOS FILHO, 1989). Tais correntes deram início ao planejamento urbano moderno, nos primórdios da Revolução Industrial (CAMPOS FILHO, 1989).

Maricato (2000) entende que sob o aspecto irregular e circunstancial da aplicação da legislação urbanística, estaria o Plano Diretor desvinculado da gestão urbana. Ele serviria muito mais enquanto discurso sobre o planejamento urbano do que como um instrumento de promoção do desenvolvimento urbano. Para a autora, o planejamento modernista, funcionalista que se implantou no Brasil nos anos de 1945 a 1975, teria heranças positivistas que orientavam as ações para um progresso linear, um enfoque sistêmico e um discurso universal. Tais propósitos instauraram no País um sistema de diretrizes e de planejamento até os anos 70, com grande produção de Planos Diretores e igual proliferação de órgãos públicos e pesquisas acadêmicas (MARICATO, 2000). Estas perspectivas para o planejamento urbano estariam até hoje ecoando pelos departamentos governamentais e no ambiente acadêmico, propondo-se um planejamento neutro, focado em respostas técnicas, impulsionado pelo Estado (MARICATO, 2000).

Rolnik (1994) entende que o planejamento urbano no Brasil tem sido orientado por uma visão urbanista higienista, funcionalista, aliada a economia política desenvolvimentista com forte privilégio para as intervenções do Estado. Ela privilegia o regime jurídico da propriedade privada do solo urbano,

hierarquizando-o em suas funções através do zoneamento. Sob o ponto de vista da Economia Política, as intervenções buscam a construção de um espaço harmônico, integrado, idealizado de forma a opor-se às contradições sociais pelo emprego das técnicas de urbanização a partir dos investimentos do Estado. Modelo que após o enxugamento do Estado demonstrou-se totalmente inoperante. A autora avalia que a opção que o Legislador tomou quando da elaboração da Constituição de 1988, em consagrar o Plano Diretor como instrumento básico para a atuação dos planejadores urbanos municipais, dificultou a realização dos ideais da reforma urbana. Ele teria, entretanto, assegurado aos urbanistas, o privilégio de decidirem sobre as cidades, de forma corporativista limitando o campo de atuação sobre a realidade urbana. Tal barreira ainda se soma ao imperativo econômico que busca aportes do Estado para garantir a acumulação conduzindo a uma visão de cidade que encara os assentamentos “ilegais” como problemas a sanar e não como uma outra forma de reprodução das condições de habitação da classe dos trabalhadores. Conforme Rolnik (1994) a visão tecnocrática da cidade deve ser superada (ROLNIK, 1994).

Para Flavio Villaça (2005) a idéia de Plano Diretor existe no Brasil desde 1930, trazida pelo engenheiro Alfred Agache, quando do lançamento do Plano de embelezamento para a cidade do Rio de Janeiro, naquele ano. Na década de 1940 e 1950, registra-se a ampliação do uso deste instrumento na concepção dos planejadores urbanos, sobretudo, a classe de urbanistas devotados ao *comprehensive planning*. A tese do autor é de que por influência francesa, o Plano Diretor teria se desenvolvido por toda a América Latina, já nos países anglo-saxões (Estados Unidos e Inglaterra) não teria obtido notoriedade. A partir de então, escolas de arquitetura e urbanismo, de engenharia, além de políticos, empresários do setor imobiliário e mesmo a imprensa teriam elevado o status deste instrumento em nosso país (VILLAÇA, 2005,1999a). Neste período, o Brasil estaria ingressando num momento de ênfase positivista no planejamento urbano, conforme Villaça (2005) se refere à Marilena Chauí (1981) dever-se-ia “saber para prever, prever, para prover”. Sob este pensamento, o Estado deveria conhecer em profundidade a realidade para atuar racionalmente, cientificamente sobre ela (VILLAÇA, 1999a).

Villaça (1999b, p.238) – com base em sua experiência e buscando consensos nas práticas adotadas pelos municípios que elaboram e implantam o Plano Diretor – o interpreta como sendo:

“[...] um plano que, a partir de um diagnóstico científico da realidade física, social, econômica, política e administrativa da cidade, do município e de sua região, apresentaria um conjunto de propostas para o futuro desenvolvimento socioeconômico e futura organização espacial dos usos do solo urbano, das redes de infra-estrutura e de elementos fundamentais da estrutura urbana, para a cidade e para o município, propostas estas definidas para curto, médio e longo prazos, e aprovadas por lei municipal.”

Complementa o autor, ainda com base em sua prática e pesquisa acadêmica que uma outra concepção para esse instrumento concentrar-se-ia somente nos aspectos físico-territoriais do

município. Embora o diagnóstico alcançasse a esfera regional, as propostas referir-se-iam apenas aos aspectos físico-territoriais, já que estes se caracterizam pelo fato de serem predominantemente da competência do governo municipal (VILLAÇA, 1999b).

Villaça (2005)<sup>1</sup> entende haver um desencontro de concepções sobre este instrumento entre os planejadores, urbanistas e acadêmicos. Zoneamento e Plano Diretor desenvolveram-se paralelamente no Brasil, apesar de o Zoneamento ser mais antigo (VILLAÇA, 1999b). O zoneamento embora abarcasse questões sociais, econômicas estaria limitado á ordenação do espaço físico. Já o Plano Diretor, alcançaria a cidade como um todo, numa visão mais global dos problemas, devendo para alguns destes defensores, delinear ações para as esferas estaduais e federais.

Nesta visão de “endeusamento ao Plano Diretor”, não se despreza o zoneamento, a questão é que este está contido no Plano Diretor, é parte dele e não um instrumento a mais no planejamento urbano. Outros questionamentos verificam-se em relação aos usos e funções privilegiados pelo zoneamento, quem o elabora e para atender a quem, quais demandas ele viabilizaria.

Para Villaça (2005, 1999a, 1999b) o Plano Diretor não mereceria tamanho crédito, pois entre 1940 e 1990 não teria cumprido seu papel, ficando mais no âmbito do discurso sobre o planejamento do que na prática. Assim, o seu enfoque deveria estar muito mais sob o viés da ideologia que comporta do que pela eficácia de sua aplicação, realização. Afirma Villaça que “É ilusório pretender-se no Brasil, estudar a ação do Estado no urbano por meio dos planos e por meio do discurso dominante sobre planejamento urbano.” (VILLAÇA, 1999a, p. 223). Segundo o autor, no Brasil os planos não refletem políticas públicas, diferentemente de países Europeus ou dos Estados Unidos. Para Villaça (199a) os planos não chegariam nem mesmo a construir uma “visão de cidade”, ou seja, realizar políticas públicas, não conseguindo mesmo ‘hierarquizar” obras a serem realizadas, num período de tempo que atravessa mandatos de vários prefeitos (VILLAÇA, 1999b).

Sob estes aspectos, Villaça (2005, 1999a, 1999b) é bastante cético quanto à eficácia atribuída pela imprensa, pela academia, e outras entidades ao Plano Diretor enquanto instrumento do planejamento urbano que possa realmente contribuir para a elaboração de políticas públicas urbanas. Em sua avaliação o Plano Diretor é somente “discurso”, devendo ser encarado ideologicamente já que não é uma peça “puramente científica e técnica, mas uma peça política” (VILLAÇA, 1999a, p. 237), ideologia que deposita na técnica, na racionalidade todas as expectativas de soluções para demandas que necessitam de avaliação e decisões políticas (VILLAÇA, 2005). Haveria descrédito em relação ao plano junto às camadas populares, bem como junto às classes dominantes que não teriam como responder às demandas das camadas populares por meio deste instrumento. Sugere Villaça (2005) que o

---

<sup>1</sup> O autor baseia-se em sua experiência acadêmica além do acompanhamento de debates públicos durante a realização do Plano Diretor Estratégico de São Paulo em agosto de 2005.

planejamento siga um caminho contrário: que ele parta da sociedade, a qual não seria mera “convidada”, ao invés de, surgir da classe hegemônica, detentora do conhecimento, “os que convidam”. Defende ainda um trabalho conjunto, no qual não somente o meio acadêmico, técnico traga as respostas, mas que seja realmente uma construção coletiva.

Tanto Souza (2006) quanto Villaça (2005, 1999a) demarcam uma ruptura no modo como vinha se realizando o planejamento urbano no Brasil. Villaça (1999a) entende que a politização revela certo avanço na mobilização e conscientização da sociedade brasileira, havendo mudanças inclusive na metodologia que orientava este planejamento. Os diagnósticos técnicos são preteridos em favor da percepção da sociedade dos problemas que a afligem e mesmo da solução desses. Já que o Plano Diretor é um instrumento político, o que se discute são as propostas e a seqüência na qual será atacado cada problema. O conteúdo também foi mais dimensionado aos limites da tomada de decisões municipal. Deixou-se de incluir temas muito amplos e que demandam integração no próprio aparelho de estado local e mesmo regional. Trata-se agora de questões locais voltadas ao espaço urbano, portanto, questões imobiliárias. As causas dos problemas e o combate a estas não são colocadas verdadeiramente na pauta das discussões e nem as possíveis proposições de mitigações a estas.

Lacerda *et al.* (2005) debate a obrigatoriedade constitucional de realizar o Plano Diretor em cidades com mais de 20 mil habitantes, como um retorno à atividade do planejamento urbano na esfera municipal. Propõe-se então que seja contemplada a possibilidade deste instrumento político de planejamento urbano ser um condutor do desenvolvimento municipal ou mesmo assegurar seu ordenamento territorial. A autora concebe o instrumento enquanto estratégico para estes propósitos pelo conhecimento que se obtém do município, o que favorece a atividade do planejamento em termos de hierarquização dos problemas a serem tratados ao longo do tempo. Considerando-se também os recursos disponíveis, e a obrigatoriedade legal de os demais instrumentos de políticas públicas estarem integrados ao Plano Diretor, como o Plano Plurianual, a Lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual dentre outros. Entretanto, existem diversos desafios, com destaque para o diálogo entre a dimensão política e técnica necessária ao planejamento. Diálogo igualmente proposto por Souza (2006), o qual ressalta o aspecto político do planejar/intervir no espaço. Lacerda *et al.* (2005) ainda consideram o Plano Diretor como estratégico pelos princípios constitucionais, consubstanciados na Lei 10.257 de 10/7/2001, o Estatuto das Cidades que orientam sua elaboração e implantação. Estes tratam da função social da cidade e da propriedade urbana aliada ao princípio da gestão ambiental de forma a respeitar o equilíbrio ambiental, sob a modalidade da gestão participativa. Contudo, Lacerda *et al.* (2005, p. 59) são críticos: além do engajamento do município às normas, diretrizes federais e estaduais, deve o administrador municipal ter em conta que; “[...] o Plano Diretor não é uma panacéia capaz de resolver todos os problemas municipais, embora possa contribuir enormemente para o

desenvolvimento econômico e social do município”. Ainda contribui a autora com outro questionamento: Será o Plano diretor extensivo à área rural? Segundo Lacerda *et al.* (2005) não há uma concordância sobre a extensão do Planejamento proposto pelo Plano Diretor à área rural, mas o município tem competência para legislar sobre temas da área rural impactantes para as áreas urbanas. Ressalta ademais que sob a ótica do desenvolvimento local, urbano e rural, estes não se dissociam. Torna-se relevante a dimensão ambiental do espaço natural ou urbano, propõe a autora que o Plano Diretor atue na ordenação físico-territorial, sem desprezo à cultura, à história que se mantém no espaço e mais, melhoria dos padrões de equidade social e ampliação das práticas de co-gestão das questões municipais (LACERDA *et al.*, 2005).

Em 10 de outubro de 2001, após quase 13 anos de análise no Congresso Nacional, regulamentaram-se os artigos 182 e 183, da Constituição Federal que tratam da Política Urbana. Segundo o Ministério das Cidades, tais formulações trariam inovações, quer pelo lançamento de um conjunto de instrumentos urbanísticos para induzir as formas de usos e ocupação do solo, quer pela ampliação da possibilidade de participação da sociedade na gestão de seu próprio destino e ainda, pela oportunidade de regularização da propriedade urbana.

Voltado a dar publicidade e ampliar a divulgação do Estatuto, foi elaborado pelo Ministério das Cidades - MC um kit que posteriormente foi repassado aos municípios, escolas, conselhos profissionais e demais agentes envolvidos no planejamento urbano como apoio à implantação das inovações que a Lei preconiza. Ele consta de: um pequeno manual intitulado Plano Diretor Participativo-Guia para elaboração pelos municípios e cidadãos, elaborado pelo Ministério das Cidades com apoio do Conselho Federal de Engenharia arquitetura e Agronomia - CONFEA, e um CD intitulado *Planejamento territorial e Plano Diretor Participativo - Implementando o Estatuto da Cidade*, elaborado pelo Instituto Polis e a Caixa Econômica Federal - CEF. Trata-se de uma exposição em mídia eletrônica de noções de planejamento, marcos legais para a implementação do Estatuto das Cidades, fontes e formas de financiamento, bem como do processo de construção do Plano Diretor. Ele conta ainda com folders, cartazes que convidam a sociedade a considerar-se no seu todo, um todo homogêneo, de certo modo, desprezando aspectos singulares culturais, e particulares a cada município e suas localidades, a participar da elaboração do Plano Diretor, instrumento de planejamento consagrado no EC. Seu conteúdo enfoca de forma privilegiada, o Plano Diretor e seus vários temas correlatos. Na 4ª versão deste mesmo guia o ministro das Cidades, Olívio Dutra (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2002) afirma que o Estatuto das Cidades possui um desafio: planejar o futuro da cidade sem desprezar nenhum dos espaços, nenhum dos seus habitantes. Um dos vídeos produzidos, intitulado “Plano Diretor Participativo – a cidade de todos” (em VHS) apresenta visões distintas sobre a cidade enfocando o aspecto político da cidade. Não aborda abertamente os conflitos, pois a cada sujeito é dada a

oportunidade de verbalizar suas preocupações, sua visão sobre ambiente, cultura e Estado, mas em monólogo. Os diálogos apresentam a urbanização como progresso, pois atrairia empregos, desenvolvimento (confundido com crescimento), porém, ao mesmo tempo, visualiza-se o “peso” que a estrutura urbana provoca sobre o ambiente. Num dos momentos, há uma disputa posta entre um sujeito da elite que deseja realizar um empreendimento num determinado local e a comunidade que luta para não se ver expulsa e perder o local de lavar suas roupas e banhar-se. Tal empresário quando questionado responde que cabe à sociedade buscar seus direitos, pois enquanto empresário necessita meios de retorno a seu investimento. Assim, atribui-se a comunidade a responsabilidade de legitimar o seu direito face a um uso tradicional e anterior que se depara com o interesse do empresário.

Outro tema polêmico no meio acadêmico é a nomeação da cidade que cresce espontaneamente como *illegal* e a outra que seria planejada, como a cidade *legal*. Nesta enumeração de interesses, embates e conflitos que abarcam o avanço das práticas capitalistas sobre o cotidiano, o Plano Diretor é visto como instrumento capaz de construir a “cidade de todos”. Alerta-se para vários entraves à efetividade de tal instrumento: a aquisição do Plano Diretor pronto, como produto de consultorias, sem participação da sociedade; as alterações realizadas no anteprojeto enviado à Câmara Municipal pelos vereadores ao arrepio da sociedade, e ainda, o próprio esvaziamento da participação, face à descrença de que este instrumento se constitua seja efetivamente o representante de sua realidade, necessidades e desejos. Não é apresentado um contexto mais aproximado do real, a exemplo das oficinas de trabalho - não que se consiga somente por elas abstrair a realidade, bem como outros procedimentos adotados pelos municípios para aproximar a sociedade da discussão sobre os problemas e soluções a serem adotadas. É exposto, por exemplo, uma visão fragmentária da reprodução social no espaço urbano e rural, e os conflitos não vêm à tona, criando-se a falsa impressão de que basta se informar e desejar participar e pronto, poderá ser mudado o contexto. Outra mídia utilizada é o “Vídeo das Cidades” (em DVD) que já em seu início veicula a imagem contextualizando três cidades, podendo-se supor uma hierarquização entre local de trabalho, de descanso na velhice e de lazer para a juventude. A primeira, uma “cidade grande e feia”, repleta de oportunidades e formas de diversão, mas com muitos problemas e um trânsito bastante congestionado. A segunda, “pequena, quase parada, sem atividades” sugerindo monotonia e um cotidiano sem atrativos, sem belezas. A terceira, “litorânea, cheia de prazeres, contato com a natureza”, com jovens, sugere deleite, prazer e aventura. Ambas com crescimento desordenado e injusto, relatando-se haver a sobrevalorização das áreas centrais em detrimento da periferia que paulatinamente, incha. A tantos problemas, conflitos pela terra que sugere texto e imagens bastar planejar, ordenar a ocupação humana das cidades para que a injustiça se desfaça: apresenta-se, a seguir, a figura do urbanista como o “demiurgo do espaço” (LEFEBVRE, 2007) delimitando usos, funções, circulação. Também neste vídeo algumas práticas de mercado e Estado associadas,

transformam a cidade enquanto *produto* (LEFEBVRE, 1991), negligenciando os habitantes em suas possibilidades de experienciar e vivenciar um outro urbano. O urbanista com suas “boas intenções” esquadrinha o espaço e aponta funções para cada fragmento, praças, residências, comércio e outros. Na cidade grande, o prefeito “esperto” assenta alguns moradores antes sem residências e muda o espaço, construindo uma avenida que divide a cidade ao meio. Na cidade pacata, o prefeito também constrói uma avenida que leva à escola e também à porta de sua fazenda. Na cidade litorânea, surge um anjo para proteger as pessoas que seriam realocadas por estarem em área de proteção ambiental, esta iniciativa por ser uma ação ilegal, tem como conseqüência a sua prisão. Como o vídeo foca mais no EC, aborda-se a possibilidade de aplicação dos instrumentos jurídicos nele contidos. Pleiteiam-se ações planejadas para um prazo maior que exceda aqueles voltados às demandas emergenciais, portanto, pontuais. Ressalta-se a qualidade e beleza da cidade como direito coletivo. Para lidar com tal empreitada, afirma-se que os instrumentos oferecidos pelo EC propiciam à sociedade, o combate aos excessos, por meio de sujeitos coletivos rumo à “cidade que queremos”. Despreza-se aqui, a necessidade de capacitação técnica e política da sociedade para atuar junto a estas instâncias. Como Bourdieu (1989) aponta claramente, a realidade é construída em meio a simbolismos impostos por sujeitos possuidores de capacidades discursivas de imposição - como o os agentes de Estado e o poder juridificador, ou os intelectuais do planejamento – cujo saber sempre suplanta as construções locais, regionais, submetendo os demais segmentos da sociedade. Até que um contra discurso destrua, ou reconfigure a realidade em outras bases.

O kit busca enumerar como objetivo do MC, a conversão do Plano Diretor de mera formalidade, imposta por Lei para municípios com mais de 20 mil habitantes, em cidades mais justas e equilibradas, com possibilidades de transformação concentradas neste instrumento. Distingue-se ainda a necessária fonte de financiamento que o município deve possuir para desenvolver-se *democraticamente* (grifos do texto original).

Dá-se relevo ainda neste texto do MC, à apresentação de um “termo de referência” – Princípios e diretrizes para elaborar e revisar os planos diretores municipais, no qual espelharia a “proposta de política urbana construída pelo Ministério das cidades e já debatida na I Conferência Nacional das Cidades” (p. 9). O guia pondera que não se deve tomar este termo de referência como um paradigma único para realização do processo, ou seja, conclamam-se a serem respeitadas as diversidades sócio-econômicas, políticas, culturais e ambientais de cada cidade. Apregoa-se que “Todos os cidadãos estão habilitados a participar do planejamento de sua cidade e podem intervir na realidade de seu município” (p.13), o que mais adiante, será mais bem discutido, pois entre instituído e o realizado, há grandes divergências.

Em 2005, o MC lançou um novo componente do Kit: o manual que se conhece por Estatuto da Cidade – guia para implementação pelos municípios e cidadãos. Este confeccionado em colaboração entre a Câmara dos Deputados (Comissão de desenvolvimento urbano), o Instituto Polis e a Caixa Econômica Federal - CEF. O MC concebe o Plano Diretor como um instrumento legítimo para intervenção territorial em substituição à “[...] ficção tecnocrática dos velhos Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado, que tudo prometiam (e nenhum instrumento possuíam para induzir a realização do modelo idealizado proposto!)” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2005, p.13). Ainda no Estatuto da Cidade, guia para a implementação pelos municípios e cidadãos (2005), seu conteúdo aponta:

“O Estatuto abarca um conjunto de princípios – no qual está expressa uma concepção de cidade e de planejamento e gestão urbana – e uma série de instrumentos que, como a própria denominação define, são meios para atingir as finalidades desejadas (p.21)”.

O texto esclarece ainda que cabe aos municípios através de um processo transparente e envolvente, explicitar estas finalidades e ter o Estatuto e seus instrumentos agregados como “um tipo de “caixa de ferramentas” para a realização da política urbana em escala local.

Já no Capítulo II relativo aos instrumentos da política urbana, o artigo 4º parágrafo III, aponta os instrumentos de gestão municipal de planejamento, indica-se o Plano Diretor como o primeiro deles, sendo também consagrado como instrumento básico para a implementação de políticas de desenvolvimento e expansão urbana, no artigo 40, capítulo III. Este capítulo integralmente dedicado à instituição do Plano Diretor, obrigatório para municípios com mais de 20.000 habitantes inseridos em regiões metropolitanas; nos quais o poder público decide utilizar os instrumentos previstos no § 4º do art. 182 da Constituição Federal; que integrem área de especial interesse turístico; contidos em área de influência de atividades ou empreendimentos com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional, conforme artigo 41. Tratava-se, pois, de uma obrigação legal, com prazo definido para sua implementação expirando-o em outubro de 2006. Ele aponta penalidades para os casos em que houver omissão tanto do poder Executivo, encarregado de coordenar o processo junto à sociedade e quanto do Legislativo que deve analisar as proposições da sociedade e torná-las leis aplicáveis.

As reflexões sobre a evolução do planejamento urbano no Brasil indicam evoluções a partir da mobilização coletiva pela gestão compartilhada dos destinos das cidades e do País (ROLNIK, 1994; MARICATO, 2000). Mesmo não sendo exigência do movimento da reforma urbana, o Plano Diretor foi eleito pelos representantes da sociedade no Congresso Nacional, como instrumento político para trazer desenvolvimento urbano através da atribuição da função social à cidade e à propriedade urbana. Os municípios a duras penas obtiveram maior autonomia para planejar, processo que se tornou político, participativo. O Plano Diretor tem sido apontado como instrumento tecnocrático (VILLAÇA, 2005;

MARICATO, 1994) mais voltado ao discurso do que à mudança social da sociedade e consequentemente, do espaço. Também como prática do planejamento que mais alimenta ilusões que realidade, donde ineficaz aos preceitos de justiça social. Contudo, pode o Plano Diretor promover a ordenação territorial e por sua vez o desenvolvimento urbano com respeito aos aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais dos lugares. Este propósito, contudo demanda novas sociabilidades, novos referenciais cuja conquista se estabelecem com respeito à individualidade; ao pleno direito de aceitar e revogar as deliberações sócio-políticas contidas no ideário neoliberal ancorado no Estado.

É essencial na análise da cidade e de sua produção enquanto *obra*, portanto irreprodutível ou a cidade enquanto *produto*, a ser consumida como as demais mercadorias compreende-la como “mediação das mediações” (LEFEBVRE, 1991). Compreende-se então que a cidade se estrutura sob uma base prático-sensível: a sociedade que abarca e lhe dá forma, se apropria dela - ou não - para sua reprodução, portanto, história, cultura, práticas políticas e econômicas que refletem a ordem próxima. Também recebe a cidade a atuação de agentes que atuam numa *ordem distante* a qual sendo dotada de poderes (LEFEBVRE, 1991) – Igreja, grandes grupos financeiros, os códigos jurídicos - vêm sendo alvo das estratégias destes. O Plano Diretor atuaria nesse sentido como um instrumento do planejamento tecnocrático a deliberar sobre a apropriação do espaço e tempo urbanos, envolvendo todo o dinamismo local. Tal como Campos Filho (1989) expôs traria o Plano Diretor a racionalidade para o caos do ambiente urbano sugerindo-se assim a modernização das cidades a partir de uma racionalidade técnica. Entretanto Lefebvre (1999) é cético em relação tanto à atuação do Estado como provedor desta felicidade dos homens quanto dos especialistas com seu olhar parcelar sobre a realidade urbana. Muitas das vezes essa ordem distante trouxe somente a apropriação do espaço para a reprodução das relações capitalistas de produção com sua respectiva dominação. Nestes termos é que em muitas situações o Plano Diretor apresenta-se como um instrumento desacreditado junto à sociedade.

Martins (1999) em suas reflexões a partir do texto “Crítica à economia política do espaço” salienta os fundamentos nos quais a economia política, tentando isolar-se da sociedade, não concebia como essência da reprodução e ampliação do capital, a necessidade histórica da reposição das condições sociais de reprodução das práticas capitalistas. Tal reposição viabilizada por meio da extensão dessas práticas às relações sociais. Relações que são de dominação (MARTINS, 2000; MARTINS, 1999). Tratando-se, pois da economia associada à dimensão política, o Estado que na proposição de Keynes nos anos 30 traria o equilíbrio, passaria a ator primordial, consubstanciando a “*produção estatista do espaço*” (MARTINS 1999). Nas interpretações desse autor, o Estado agora não pode mais retirar-se da cena; é “parte constitutiva” e “opera globalmente como pressuposto geral e necessário”.

Lefebvre (2007) aponta o Estado como um conversor de diferentes interesses que disputam a produção do espaço. A partir de então, as cidades e a sociedade passam a constituir-se em força produtiva das empresas: não somente pelos trabalhadores que garantem a produção e o consumo, mas “os múltiplos serviços, transporte e subcontratações” (LEFEBVRE, 2007, p. 85) passam a compor o *consumo produtivo do espaço*. O Estado é ainda apontado como o empecilho à realização da sociedade urbana (MARTINS, 1999), haja vista o bloqueio operado por ele, frente às iniciativas da sociedade em romper com o *modus operandi* da industrialização: a lógica de produção de mercadorias (LEFEBVRE, 1999). O Estado atua como um redutor (LEFEBVRE, 2007; 1999b): redução que consoma pela ideologia da mercadoria que se opera por meio da extensão da racionalidade das práticas industriais a todas as dimensões da existência humana. Uma das reduções está na *compartimentação do saber sobre o espaço*: para Lefebvre (2007, p. 55) a redução, embora tenha um caráter político, toma ares de cientificidade e o especialista “limita-se à nomenclatura e à classificação do que se encontra *no espaço*”. Sua prática se restringirá a “constatar, descrever, classificar os objetos que ocupam o espaço” (LEFEBVRE, 2007, p.55), se desvelando na fragmentação, na liquidação do tempo convertido em mais uma variável a ser superada.

Martins (2000) identifica nesta redução a própria gênese do urbanismo, nascido enquanto necessidade das classes dominantes em ordenar o espaço a seus princípios. Ampara-se esse autor nas reflexões de Henri Lefebvre (2007, 2005, 1999, 1991), as quais delimitam o conhecimento, ligado à ciência e o saber político, amalgamado à ideologia que o sustenta. O urbanismo é entendido como um saber comprometido com a economia política e voltado à *produção do espaço* (LEFEBVRE, 2007) por meio da elaboração da *economia política do espaço*, donde se depreende um saber político.

Uma outra redução verificada decorre do âmbito das ações do Estado, ao atribuir sentido à burocracia, justificando-a enquanto legítima e transparente: trata-se de ledor engano – “[...] ela é opacidade, o indecifrável, o ilegível. Do mesmo modo, os aparelhos (estatais e políticos).” (LEFEBVRE, 2007, p.109). Na burocracia pode-se também acomodar uma estratégia de manter o capital simbólico do Estado, ao mesmo tempo garantindo-lhe reconhecimento e legitimidade (Bourdieu 1996a). Tal submissão não se dá de forma tácita, é construída, mesmo enquanto um *habitus* que predispõe a aceitar, a conviver e mesmo a reproduzir o que o Estado põe e dispõe como realidade (BOURDIEU, 1996a). Lefebvre salienta se tratar de uma ilusão estatista, que consiste num projeto colossal e irrisório:

“O Estado saberia e poderia gerir os assuntos de várias dezenas de milhões de sujeitos. Ele erigir-se-ia tanto como diretor de consciência, quanto como administrador superior. Providencial deus personificado, o Estado tornar-se-ia centro das coisas e das consciências terrestres. Sobre esta ilusão, poder-se-ia dizer que ela se esboroa assim que é formulada” (LEFEBVRE 1999: p. 140)

A crítica a atuação do Estado volta-se às práticas que prezam o quantitativo, enquanto catalisador desse processo. Já o urbano voltado ao desenvolvimento, à apropriação do espaço e do tempo pela sociedade, requer uma nova atuação do Estado: que passe a um papel secundário (LEFEBVRE, 1999). Ele requer que se supere o *campo cego* que esta redução tem promovido, no limite, superar a lógica da racionalidade empresarial que a tudo torna operante como os processos de uma indústria. Nos próprios termos *lefebvrianos* significa romper a “superposição e consolidação do patriarcalismo (camponês) e do paternalismo (industrial)” que sustentam as representações que crêem no “chefe de Estado perfeito” (LEFEBVRE, 1999, p.49).

Mas a tarefa não se faz sem esforço: Bourdieu (1996a) toma o Estado como aquele que possui o monopólio do exercício legítimo da violência física e simbólica e senhor de um *metacapital*, capaz de influenciar todos os demais (em suas taxas de câmbio e nas próprias relações entre seus detentores), portanto, nada desprezível. O *metacapital* constitui-se em um campo de embates; um “campo de poder” no qual se disputa o domínio sobre este metacapital. De outro modo, o Estado sobrevive não somente pela objetividade da força física e simbólica que dispõe, mas também pelas estruturas subjetivas que orientam “esquemas de pensamento e percepção” (BOURDIEU, 1996a, p.98). Como resultantes dessa assimilação, o questionamento à ordem estabelecida, o colocar em dúvida a legitimidade do Estado, dar-se-ia, conforme esse autor, somente nos momentos de crise, sugerindo o caráter de luta que a sociedade deve empreender para ser protagonista em sua história. Logo, imputar somente ao Estado a construção da realidade é ao mesmo tempo aclamar a tecnoburocracia e nos termos da Sociologia de Bourdieu (1989) negar a existência do discurso heterodoxo, o discurso contra hegemônico dos que desafiam o *status quo*.

### **2.3 – A trajetória de construção da cidadania**

O campo das ciências sociais e políticas convivem com grande multiplicidade de visões, sentidos com os quais se constroem um mesmo conceito. Razão pela qual também o conceito de *sociedade civil* tem tomado conotações diversas (NOGUEIRA, 2003). Torna-se imprescindível pontuar os usos do termo, a partir de Antônio Gramsci, cujas definições são tomadas a todo o momento para sua atualização (NOGUEIRA, 2003). O diálogo se faz a partir da leitura da obra de Bobbio (1982) – *O conceito de sociedade civil* com as contribuições de Nogueira (2003) e Bresser - Pereira (1999). Bobbio (1982) identifica Hegel como o autor que melhor delinea o conceito de sociedade civil e Estado na modernidade, concebendo-os, em novas bases: se antes, representavam-se os dois termos como

negação entre si (Hobbes-Rousseau), como conservação-regulação – (Locke-Kant), em Hegel ter-se-a o Estado como aperfeiçoamento da sociedade civil, isto é, sem negá-la (Bobbio, 1982).

Nestes termos,

O Estado contém a sociedade civil, não para resolvê-la em outra coisa, mas para conservá-la tal como é; a sociedade civil, historicamente determinada, não desaparece no Estado, mas reaparece nele com todas as suas determinações concretas (BOBBIO, 1982, p.22).

Em Marx e Engels, poder-se-ia sublinhar 3 determinações para as visões de Estado: a) *elemento coercitivo*, b) *instrumento da burguesia*, e c) *secundário, subordinado à sociedade* (BOBBIO, 1982). Nos *Cadernos do Cárcere* de Antônio Gramsci (2003, vol. 3) citado por Nogueira (2003) o Estado alcança outros contornos: não é um fim em si mesmo, é um meio, um aparelho; abarca propósitos exclusivistas; situa-se no mesmo patamar da sociedade civil, sendo reflexo desta, produto desta e tem uma vivência definida, não perene. Bobbio entende que Gramsci reporta-se à sociedade civil nos mesmos cânones de Hegel, no qual a idéia de que sociedade civil constitui-se no “conteúdo ético do Estado” é construída a partir do momento em que havendo a regulação dos vários interesses, configura-se então, o Estado.

Para Gramsci, as determinações econômicas não representam o motor do Estado, ou seja, a gênese das ações políticas, porém, as interpretações construídas a partir destas determinações econômicas é que determinam as ações políticas (BOBBIO, 1982). O conceito de *Hegemonia* em Gramsci, descrito por Bobbio (1982) apresenta o vigor que a sociedade civil tem em relação ao Estado: se voltando à ação política e à difusão cultural, buscando não somente oferecer as condições para uma transformação social, mas criando um novo aparelho de Estado, a partir da coletividade, a fim de originar uma nova concepção de mundo. É reconhecida ao sujeito a possibilidade de agir com liberdade ao lidar com a necessidade, de modo que as condições materiais não sejam as únicas causas do agir, entretanto permitam um agir para além do suprimento das necessidades. A liberdade soaria para Gramsci “[...] a história do homem é história humana e não natural, já que não é história da necessidade cega, mas da necessidade reconhecida, aceita e utilizada.” (BOBBIO, 1982, p. 58) Teria então Gramsci não apenas delineado Estado e sociedade civil, mas um projeto político (NOGUEIRA, 2003).

O tema Sociedade civil alcança certa autonomia, de tal modo que se poderia ter sociedade civil, Estado e economia.

Segundo Nogueira (2003, p. 187)

“Transitou-se assim de uma imagem de sociedade civil como palco de lutas políticas e empenhos hegemônicos, para uma imagem que converte a sociedade civil ou em recurso gerencial – um arranjo societal destinado a viabilizar tipos específicos de políticas públicas –, ou em fator de reconstrução ética e dialógica da vida social.”

Com base nos preceitos de Chauí (2003) consagra-se a *autonomia* como pedra angular da elevação do ser humano ao status de protagonista de sua história, sendo, pois, concebida como “[...] capacidade interna (ao homem) para dar-se a si mesmo sua própria lei ou regra e, nessa posição de lei-regra, pôr-se a si mesmo como *sujeito*.” (CHAUÍ, 2003, p. 302). Como bem expõe a autora, sendo a liberdade a consciência da necessidade, entre ambas não haveria estranhamento. Esse, excepcionalmente haveria, no caso de se tomar a necessidade por algo exterior ao sujeito e a liberdade por pura escolha, portanto passível de cerceamento, de heteronomia. Tal percurso filosófico, social quer apontar para a possibilidade humana de não apenas dominar o “curso da história”, e sim “compreender este curso para transformar-lhe o percurso” (CHAUÍ, 2003, p.303). Pois, as necessidades históricas (produzidas pelos homens) postas aos próprios homens como desafios, não foram objeto de sua escolha: mas a partir do conhecimento de sua origem e dos resultados, poderão definir outras bases nas quais a história se constrói.

Quatro fatores conforme Nogueira (2003) teriam favorecido um novo entendimento para o conceito de sociedade civil: i) a *complexificação, diferenciação e fragmentação* para os quais teriam se encaminhado as sociedades, fruto do vigor capitalista que imperou mundialmente; ii) a *interligação e integração econômicas* ofertaram maior proeminência ao *social* em detrimento do *político*, pois as nações estariam em contato mais próximos que outrora; iii) a *crise da democracia representativa e alterações sócio-culturais* a partir da globalização, o que teria promovido uma “espetacularização” da política, trazendo-a para a mídia; e iv) finalmente a “expansão da cultura democrática”, o ativismo comunitário que teria deslocado a arena de embates para uma nova esfera, desvinculado do formalismo dos partidos e dos órgãos sindicais e de Estado (NOGUEIRA, 2003). Neste contexto, associaram-se discursos contra o Estado, tornando-o inimigo: o que igualará tudo o que era estatal à ineficiência, a corrupção e o desperdício (Borón, 1996, p. 78 *apud* Nogueira, 2003). Nogueira (2003, p. 188-189) ressalta que “a democratização nascerá e avançará, assim, perversamente articulada com uma *desvalorização do político* e uma recusa à política institucionalizada, ou seja, com uma *despolítica da política e da cidadania*.” (grifos nossos).

Para Bresser-Pereria (1999) a sociedade civil é a *esfera política* do Estado, aquela que lhe dá forma: ambos compõem o Estado-nação. Atribui o autor à sociedade civil o papel de sujeito ativo ante as

transformações de Estado e mercado, relatando que no Brasil, outrora se impunha o Estado às oligarquias. Entretanto, face aos avanços conquistados pela sociedade brasileira, a sociedade civil, tendo construído espaços, arenas de vivência política, democrática, teria hoje (1999) o papel de reformar o Estado brasileiro.

O autor destaca ainda que a partir da crise que sofreu o Estado nos acreditava-se que se podia abrir o país ao mercado ou à sociedade civil, esclarecendo que

Na verdade, existe um espaço maior tanto para um quanto para outro, mas não à custa do enfraquecimento do Estado, e, sim, concomitantemente com seu fortalecimento, ou seja, com o aumento de sua capacidade de governança e governabilidade. (BRESSER-PEREIRA, 1999, p. 92)

Assegura o autor que o poder da sociedade civil cresce à medida que se amplia a governança e a governabilidade em moldes democráticos. Todavia, Lefebvre (2005, p. 4) alerta que “[...] sempre e onde quer que exista, o poder abusa.”. Faz-se ainda uma crítica à transformação do conceito de sociedade civil, reduzindo-o ao conjunto das instituições, atores que em nome de um coletivo atuam e que seriam os responsáveis por refrear deliberações do mercado e do Estado. O que representa uma conversão do caráter *sociológico, histórico* do conceito para um caráter *normativo* (BRESSER-PEREIRA, 1999). Bresser-Pereira (1999) concebe a sociedade civil fora do Estado - na qual os cidadãos teriam idênticos direitos, mas poderes diferentes, advindos de três fontes: organização, dinheiro e conhecimento – pode-se retomar o conceito em bases historiográficas, sociológicas, pois fica aí resguardada a dimensão de campo de embates de interesses e visões de mundo diferentes.

A sociedade civil seria então campo de embate por instaurar a democracia (BRESSER-PEREIRA, 1999), levando demandas para o Estado e o mercado. Para o autor

O conceito de sociedade civil que estou usando não se limita às organizações públicas não-estatais e às organizações corporativas (que somadas formam o “terceiro setor”). Em termos de propriedade, envolve também as empresas privadas. Ou melhor, o poder dos indivíduos e grupos que participam da sociedade civil não deriva apenas do papel que desempenham nas entidades públicas não-estatais e corporativas do terceiro setor, mas também do poder que empresários e executivos derivam do controle das empresas privadas. Em termos sociais, abrange todas as classes sociais, e não apenas os grupos envolvidos em atividades do terceiro setor. A sociedade civil é constituída por cidadãos individualmente, por empresas, e por organizações do terceiro setor, ponderados pelo poder que derivam de seu capital, de sua capacidade de representação, e de seu conhecimento técnico e organizacional. Entidades representativas de interesses, organizações públicas não-estatais de serviço, como as escolas, hospitais e entidades de assistência social, e organizações públicas não-estatais de controle social, como as organizações não-governamentais (ONGS), os movimentos sociais, e as associações de base (*grassroots*) são entidades do terceiro setor que formam, mas não esgotam a sociedade civil. (BRESSER-PEREIRA, 1999, p. 102-103)

Insiste o autor que na reforma desejada para o Estado, a sociedade civil possui, pois um papel ativo, no intuito de construir valores éticos que delimitem ações da esfera econômica e do Estado, construindo o

ambiente que permitirá florescer os “direitos republicanos”, quais sejam, aqueles que consubstanciarão a cidadania. Entretanto, a complexidade se revela maior ao considerarmos a colocação de Martins (1994, p.11) “a história contemporânea do Brasil tem sido a história da espera do progresso” - e como ele não veio, nem a revolução - tem-se uma história inacabada, na qual as transformações sociais se apresentam em diferentes momentos. É a história a se fazer, sempre, lentamente (MARTINS, 1994), pois o processo de construção democrática não é contínuo, porém sempre contraditório e fragmentado (DAGNINO, 2002). Os direitos, sociais, políticos não se fazem sem atritos, constrangimentos e até mesmo a morte dos que por eles lutaram. Dagnino (2004) refere-se a um deslocamento do sentido do termo sociedade civil para as Organizações Não-governamentais – Ong’s ou Terceiro Setor, em escala global, cujo maior tributário são as agências internacionais de financiamento. O Estado em suas múltiplas escalas, temendo a politização da interlocução com os movimentos sociais e organizações de trabalhadores, tem também promovido esse deslocamento. Tais organizações afastaram-se nos anos 90, paulatinamente do “vínculo orgânico” estabelecido com os movimentos sociais e conquistando autonomia frente ao Estado e aos órgãos de financiamento, arvoram-se em “representantes da sociedade civil” (DAGNINO, 2004).

Buscando-se construir historicamente este lento processo de amadurecimento da democracia no país, processo histórico, portanto, inacabado. A partir de meados dos anos 80, após a redemocratização, registram-se mudanças, em face da relação dos movimentos sociais urbanos com o Estado e a apresentação no cenário de novas lutas:

“[...] acesso à terra e por sua posse, pela moradia, expressas nas invasões, ocupações de casas e prédios abandonados; articulação do movimento dos transportes; surgimento de organizações macro entre as associações de moradores; movimentos de favelados ou novos movimentos de luta pela moradia; movimentos de desempregados; movimentos pela saúde.” (GOHN, 1997, p. 278)

Aproxima-se a sociedade do Estado, principalmente, dentre outras práticas, sob a pressão do movimento “pelas Diretas já”. Deste novo cenário de “[...] aprofundamento de novos vínculos da sociedade civil com o Estado” (PEREIRA, 2001, p. 132) passa-se à fase na qual alguns movimentos sociais direcionam suas ações políticas; de uma prática de espontaneidade para a orientação técnica, institucional redes, conselhos, fóruns, ambientes de diálogo são criados para estreitar a relação entre sociedade civil e Estado (PEREIRA, 2001). Gondim (1993) indica algumas conseqüências desta mudança, muito embora, seja também a organização que permita aos movimentos se colocarem como “[...] o único meio de dar uma existência concreta mais permanente a um sujeito coletivo sistematicamente excluído do poder [...]” (GONDIM, 1993, p. 73). Riscos emergem da possibilidade de cooptação pelo Estado das lideranças, pois elas tenderiam a se voltarem à negociação ao invés de se

debruçarem sobre os objetivos do movimento. Mas, é também a institucionalização que favorecerá a melhor coordenação de recursos (políticos e econômicos), a superação do imediatismo e a permanência no tempo. Amplia-se desta forma, a capacidade de visualizar o conjunto dos ordenamentos do Estado e ainda, as próprias determinações da sociedade, acrescentaríamos nós.

Neste período, perder-se-ia a efervescência, o “otimismo” passando-se a um momento em que se perderia a orientação libertária, revolucionária (GOHN, 1997). A postura dos próprios integrantes dos movimentos também se altera, profissionaliza-se a gestão dos movimentos e por vezes, estabelece-se até mesmo o distanciamento entre a direção e as bases, a raiz do movimento, pois a aproximação com o Estado e o estabelecimento de novos canais força esta profissionalização.

Com tais características e a partir do primeiro governo civil pós-ditadura, entre os anos 1985 e 1990, novos paradigmas emergem no âmbito

“[...] sócio-políticos entram em cena: recuperação do Estado e da nação, novos canais de pluripartidarismo partidário, substituição da “pedagogia popular” por propostas relacionadas à democracia, à cidadania, ao fortalecimento da sociedade civil, à atuação de ONGS com trabalhos de parceria junto ao Estado e a projetos propositivos na esfera pública, como os conselhos da criança e do adolescente, da educação, da saúde, da habitação e dos movimentos culturais.” (PEREIRA, 2001, p. 133).

A partir deste período, as instituições, as identidades coletivas passam a exercitarem o poder de construir uma nova condição social no País (GOHN, 1997). Nos espaços de atuação política em torno da produção espacial é cada vez mais comum, a presença das ONGS como mediadoras da sociedade civil e o Estado. Estas ONGS, ao menos nas suas estratégias de ação atual, não apresentam uma autonomia ampla que as possibilitem representar a sociedade civil, pois têm tendido a uma aproximação cada vez maior com o setor empresarial e o Estado. O referencial “teórico” da prática das ONGS se apresenta baseado na divisão do espaço em esferas de atuação como ambiental, social, econômico etc., favorecendo a consideração apenas de certos aspectos, não possibilitando avaliar as contradições da produção do espaço. (GOHN, 1997)

No plano econômico, transformações mundiais tornaram prementes para os estados nacionais, a busca pelo aprimoramento técnico e a *flexibilização* da legislação trabalhista a fim de reduzir o custo para a produção industrial (SANTOS, 2001). Concomitantemente, tais características conduzem ao avanço sobremaneira da informalidade no Brasil e coloca um exército de famintos nas ruas, homens, mulheres, crianças. Priorizam-se na esfera do Estado, as determinações do mercado que passam a delinear até mesmo políticas públicas com o intuito de levarem a inclusão e superar a condição de marginalização da sociedade. No afã de se preparar para corresponder ao Mercado, o Estado através do discurso da eficiência, dos “choques de gestão” lança mão da racionalidade técnica e divide com as organizações

não governamentais – ONGS, a responsabilidade no encontro de uma saída para a situação caótica na qual se encontra (DAGNINO 2004).

O Estado reconfigura sua concepção de sociedade civil e “aceita” a criação de novos espaços de manifestação da vontade popular que transitam entre as esferas pública e privada. A criação dos Conselhos Gestores e do Orçamento Participativo exemplificam estes novos espaços públicos (DAGNINO, 2002; 2004) visando o resgate de laços de solidariedade, o reforço das identidades e contribuem para expandir a cidadania que agora passa a englobar a coletividade. Delineia-se a “reinvenção da república” que teria resgatado possibilidades de manifestação dos excluídos, ou seja, sua inclusão no plano político que passaria a não mais recusar o conflito (GOHN, 1997).

Nesta nova ordenação observa-se a transformação das demandas que outrora, eram voltadas à obtenção de melhores condições infra-estruturais, nos anos 90, alcançarem uma instância maior da vida, os direitos sociais e uma alimentação mais digna. No campo da política são estabelecidas discussões mais acirradas sobre a ética, a transparência na gestão do que é público como um algo a ser conquistado, havendo cada vez mais pressão da sociedade sobre o Estado.

Nos anos 90, o Estado brasileiro adota práticas econômicas e políticas mais condizentes com seu ingresso no mercado internacional. Cada vez mais racional, ele enxuga seus quadros via privatização inclusive e transfere parte de suas responsabilidades à sociedade. E o faz a partir de uma nova reconfiguração do que é sociedade civil, legitimando o espaço situado entre Sociedade e Mercado, ocupado por sujeitos coletivos que passaram a tratar com instituições do Estado, buscando-se uma posição mais de parceria, que de confronto (GOHN, 1997).

O Estado passa então a somente distribuir os recursos que as ONGS irão administrar a partir do conhecimento que já possuem da realidade, conseguindo articular ações, projetos (Razeto, 1993 *apud* Gohn, 1997). Assegura este autor citado por Gohn (1997) que estas organizações deixam então seu papel de assessoria técnica, pedagógica, financeira e passam a representar os pleitos sociais da sociedade ante o Estado e com isto, aperfeiçoa-se o uso dos recursos tecnológicos da informática e dos meios de comunicação.

Conforme Gohn (1997) a mobilização se volta para a ação de estruturar as comunidades, oferecendo-lhes os instrumentos/estratégias para terem emprego, renda e produtos para seu consumo. No âmbito local formam-se redes que administram projetos sociais. Seus militantes, em número decrescente, estão muito mais voltados à manutenção de sua sobrevivência no mercado de trabalho do que disporem de tempo para discussões sobre temas ideológicos.

Entretanto, a importância desta escala salienta Gohn (1997) é a ausência de

“[...] movimentos organizados nem população minimamente aglutinada em torno de interesses coletivos, os novos programas sociais de parceria têm se implantado como “serviços sociais”, ou seja, não como direitos, mas como prestação de serviço, despolitizando totalmente os programas, desvinculando-os de qualquer conteúdo político, retrocedendo a problemática da cidadania de seus termos coletivos para os antigos patamares da cidadania individual”. (GOHN, 1997, p. 316)

Este aspecto pode sobremaneira contribuir para o descrédito que alguns movimentos populares carregam. Dagnino (2004, p.100-101) esclarece que na verdade, os governos têm um papel fundamental, independente da escala, pois seu anseio é por “[...] parceiros confiáveis e temem a politização da interlocução com os movimentos sociais e com as organizações de trabalhadores, uma tendência alimentada pela mídia, com frequência por motivos semelhantes”. Nos termos da autora, trata-se de projetos políticos antagônicos, nos quais, o Estado ancorado em concepções neoliberais tem maior vínculo com deliberações para responder às demandas econômicas, já os movimentos sociais, em sua luta por outras deliberações, mais voltadas aos direitos humanos, direitos trabalhistas, e outros, caminham noutra direção.

A participação no processo de elaboração do orçamento municipal e em câmaras setoriais tem se constituído como experiência rica, inovadora. Nestes espaços criados, o Estado passa a ser encarado como um parceiro e não mais alvo de combate. Conquista-se um novo espaço político, o “público não-estatal” (GOHN, 1997). Entretanto, tal interlocução não é vista sem ambigüidades: se representa conquista, ganhos a se manter, por outro lado é também a contribuição da sociedade na gestão dos recursos públicos com maior eficácia, mas não sem embates políticos. Souza (2006, p. 342) ressalta este aspecto político no processo de “gerenciar os fins e não apenas otimizar os meios” favorecendo à participação social diretamente na administração. Tal envolvimento seria ineficiente para administradores, economistas e outros *experts* que com suas críticas “pouco fundamentadas” apegam-se ao tecnocratismo, ao cientificismo e mesmo ao legalismo (ao afirmarem a inconstitucionalidade desta gestão compartilhada), negando a emancipação da sociedade (SOUZA, 2006).

Praticamente, a partir dos anos 90, a relação com o Estado é quase toda ancorada na institucionalidade e as ONGS, com base em sua competência específica, no “saber acumulado” (RAZETO *apud* GOHN, 1997, p. 315), apoiadas por organismos internacionais, superaram em alguns casos, os movimentos sociais (DAGNINO, 2004; GOHN, 1997). O risco aqui se pauta na possibilidade de um deslocamento do eixo da noção de sociedade civil identificando-a com as ONGS e Fundações empresariais, o *Terceiro Setor*, marginalizando os movimentos sociais – “onguização” (ALVAREZ *apud* DAGNINO, 2004, p. 100). Não que o Estado não se reporte aos anseios da sociedade, mas ocorre de

forma normalizada e sob as balizas dos grupos mantenedores do poder, buscando-se interlocução com aqueles que detêm maior e melhor conhecimento. Os que têm voz são então, os atores capazes de realizar a síntese e prever situações que a ordem capitalista atual demanda (GOHN, 1997).

Paradoxalmente, embora tenha havido desmobilização dos sujeitos individualmente na maioria dos pleitos dirigidos ao Estado, verificam-se alguns avanços, aponta Gohn (1997). Para essa autora, embora os governos ainda pratiquem o clientelismo como forma de gerirem os recursos e as demandas, a sociedade não se faz surda, muda ou cega ante a situação. E o Estado precisa da capacidade dos movimentos sociais de prever as situações, de anteciparem dificuldades para ser mais eficaz:

“O capitalismo hoje não se move mais pelo modelo fordiano, de previsibilidade das ações. Ele precisa de atores competentes e criativos, inovadores. [...] e os movimentos sociais são o espaço por excelência, da inovação, da criatividade” (GOHN, 1997, p.323).

A construção que se fez até aqui dos movimentos sociais no Brasil objetiva compor um breve histórico, contextualizando o cenário no qual se vem construindo o conceito de “cidadania” - plataforma que mobilizou estes movimentos. A gênese dos direitos, segundo Bobbio (1992) remonta as doutrinas jusnaturalistas e as Declarações dos Direitos do Homem que compõem a Constituição dos Estados Liberais, embora somente a partir de 1948 tenham realmente emergido no cenário mundial. Nesta fase, os direitos são universalizados e tornam-se positivos, contemplando os cidadãos do mundo, e ratificados pela humanidade. São positivos porque se requer sua implantação, sua proteção, até mesmo contra o próprio Estado (BOBBIO, 1992). Ainda na exposição do autor, a multiplicidade dos direitos se fez ante a progressão dos bens que merecem cuidado, tutela; também pela extensão dos direitos a outros sujeitos diversos do homem. Também face ao próprio homem, nas várias etapas de sua existência ser reconhecido enquanto indivíduo. A progressão também se deu na forma como estes direitos eram assegurados – de sistemas fracos, leis naturais, morais, códigos de conduta - para sistemas fortes, sistemas jurídicos dos Estados Nacionais, expandindo-se pouco a pouco à humanidade (BOBBIO, 1992).

No Brasil, o tema ganha grande espaço no ideário da sociedade brasileira, após a redemocratização do Brasil. José Murilo de Carvalho (2002) declara que o termo cidadania se tornou de domínio público, propagado pela sociedade, pela mídia, pelo meio científico e pelos cidadãos no cotidiano, muitas vezes de forma até autônoma, substituindo o posicionamento dos sujeitos, age-se em nome da cidadania. Conforme o autor, a cidadania seria considerada em três dimensões: i) a dos direitos políticos, ii) a dos direitos sociais e iii) a dos direitos civis. Esclarecendo os termos, nos *direitos políticos* temos a garantia da possibilidade de exercício pleno da liberdade de participar da vida política do país, como candidato e como eleitor, sendo garantida a possibilidade de livre expressão de pensamentos, ideais. Partidos

políticos e a instituição de um governo formado a partir da vontade do povo são seus pilares. Os *direitos civis* asseguram que os cidadãos possam se movimentar pelo território, serem tratados igualmente perante a lei, terem direito de defesa e serem julgados conforme um rito transparente e fundamentado em leis constitucionais. Baseia-se nas liberdades individuais que “[...] garantem as relações civilizadas entre as pessoas e a própria existência da sociedade civil [...]” (CARVALHO, 2002, p. 9). Já os *direitos sociais*, por sua vez, asseguram, ou melhor, criam bases nas quais a sociedade possa pleitear que o bem-estar produzido no país seja repartido pelos cidadãos, revertendo-se em que direito ao justo pagamento por seu trabalho, educação de qualidade e assistência à saúde, bem como, assistência social quando se atinge a idade de não mais laborar. Baseiam-se tais direitos nos pressupostos da justiça social – concepção que engloba as três dimensões anteriormente tratadas. Não se concebem direitos políticos, sem a garantia das liberdades civis, tampouco se pode construir justiça social, sem a estruturação política da sociedade de forma organizada, atuante. No Brasil, além de se acentuarem as ações voltadas aos direitos sociais, estes antecederam os civis e políticos, diferentemente de outros países, como Estados Unidos, Inglaterra e França, nos quais inicialmente, surgiram os direitos civis e políticos e finalmente, os sociais.

A “Constituição cidadã”, de 1988 – institui, muito mais no plano do discurso, pois no País nem todas as leis tornam-se realidade imediatamente à sua promulgação - a ampliação dos direitos políticos, expandindo o contingente de brasileiros a decidir o futuro de seu país; os analfabetos, bem como os jovens a partir de 16 anos votando facultativamente em seu governante maior e os representantes legislativos. À organização partidária, por sua vez, permitiu-se a formação de múltiplos partidos, garantindo-se o acesso à mídia e o livre trânsito dos parlamentares entre as agremiações. Todavia, Chauí (2003) interpreta a atuação dos partidos políticos como uma “monopolização” do fazer político, situando-se os partidos políticos entre Estado e sociedade. A representação por meio de partidos políticos têm sua gênese na concepção liberal e conforme as análises da autora transitam da concepção dos partidos como “mal necessário” para “essência da democracia”. As nuances desta transição carregam dois vetores; representa-se não a razão, a verdade e os propósitos gerais, mas grupos e classes. E mais, representar significa agir em nome de (baseada nos movimentos operário-populares do séc. XIX) Chauí (2003) alega não haver uma história de partidos políticos no contexto do País, havendo agremiações que por vezes, sobrevivem somente a alguns pleitos (são, portanto epifenomenais). Apesar da vida efêmera dos partidos haveria três correntes. O partido clientelista, medieval e conservador, movido à base de relações de favor. O partido populista, soma de correntes conservadoras e iluministas, o representado é incapaz para exercer sua vontade e a tutela do partido garante este exercício de forma racional e respeitando a coletividade. Os vanguardistas também consideram seus representados imaturos para a emancipação que advogam, sendo alguns integrantes

do partido eleitos como portadores da potencia de transformação pretendida. Atuam, pois a partir da tutela, da pedagogia e do favor, anunciando a si mesmos como portadores da potencia de transformação que um dia seus representados conquistarão (CHAUÍ, 2003). A contribuição maior da autora nesta análise encontra-se na elucidação da ação destas agremiações: ambas despolitizam as relações de poder, pois se interpõe entre a sociedade e o Estado e jamais permite a esta última, a autonomia que é imprescindível à cidadania, à democracia. Contudo, é exatamente neste período que se acentua a mundialização da economia e o Brasil se apressa a adequar-se aos parâmetros da liberalização econômica, empenhando-se em reduzir ao máximo, o tamanho do seu Estado. A partir da maior mobilidade do capital que se movimenta alheio às barreiras nacionais, apropriando-se da inovação tecnológica da mídia entre outras inovações, tem-se uma nova fase na história da humanidade.

Milton Santos (2001) chama atenção a que não se tente entender o processo somente como técnica ou política, mas uma conjugação. Segundo o autor, “em nossa época, o que é representativo do sistema de técnicas atual é a chegada da técnica da informação, por meio da cibernética, da informática, da eletrônica” (SANTOS, 2001, p. 25). Outro aspecto também ressaltado é a “convergência dos momentos” que significa a possibilidade de se ter conhecimento do que ocorre com o outro em tempo instantâneo, mas as informações não são globalizadas, e sim capitaneadas pelos atores hegemônicos que a circulam conforme seus interesses. Acrescenta-se ainda a “mais-valia universal” (SANTOS, 2001) na qual o dinheiro, o consumo, o crédito, as mercadorias tornam-se mundiais, os avanços em um país, em uma empresa, levam a desdobramentos em outras regiões no mundo. Têm-se um clima de competitividade e não de competição, gerando sempre um movimento que visa superar o concorrente. O planeta é cada vez mais conhecido que outrora, os elementos da natureza sofrem novas combinações, produzem-se outros objetos. Mas não é só conhecimento sobre a natureza a fim de transformá-la, é também conhecimento dos lugares, daqueles que darão maior rendimento, melhor retorno aos capitais que nele aportam, ou seja, incorporam-se novos espaços e seus potenciais aos circuitos do capital. Os atores dominantes precisam destas informações para se instalar e operarem reproduzindo e produzindo espaços e relações sociais de acumulação. Pratica-se uma

“[...] reconversão industrial (denominada por alguns como pós-fordista) que tem como características a automação, a flexibilidade e a terceirização dos processos de trabalho, que tem, do ponto de vista espacial, uma implicação na eliminação progressiva das tradicionais plantas industriais e na disseminação de uma enorme cadeia de “subempreiteiros” e prestadores de serviço.” (ROLNIK, 1994,p.354)

Ajustes forçosos na área previdenciária e ainda, a consideração de que a rubrica “gastos com políticas sociais” onerava e ameaçava o equilíbrio fiscal levaram os sucessivos governos a redução da extensão

dos benefícios sociais, indo de encontro aos preceitos apregoados pelo modelo neoliberal já anteriormente gestado, segundo a referida autora. Se os direitos políticos foram ampliados, podendo-se contar inclusive com maior alfabetização da sociedade, o que garantiria em princípio, uma maior e melhor participação política, a distribuição da riqueza produzida no país ainda não conquistara evolução a níveis mais justos e que assegurassem a sobrevivência mais digna. Segundo Carvalho (2002, p.208), a pesquisa do Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) informa que em 1990, os 50% mais pobres detinham 12,7% da renda nacional e, em 1998, 11,2%. Os resultados são nefastos tanto para o ambiente urbano quanto para o rural. O fato dos direitos civis, políticos e sociais estarem afixados no texto constitucional não resulta em garantia direta de sua aplicação: “Um direito cujo reconhecimento e cuja efetiva proteção são adiados *sine die*, além de confiados à vontade de sujeitos cuja obrigação moral ou, no máximo política, pode ainda ser chamado corretamente de “direito”? (BOBBIO, 1992, p.78) Este questionamento revela ser preciso mais do que leis para que os direitos se afigurem como reais e sejam usufruídos pelo homem. A sociedade brasileira ainda não eliminou o *discurso competente* e nos dizeres de Chauí (2003), ainda olha-se o outro de cima e por ele se decide. Configura-se então, a privatização das relações sociais que reduzem pela “projeção de critérios de validade que não fazem referência a uma esfera compartilhada de valores e significações [...]”, onde “[...] os homens (do poder) tenderão, para impô-los no mundo, a fazer uso da violência” (TELLES, 1990, p.3).

Com vistas às classes sociais no Brasil, os direitos civis são aplicados diferentemente, como afirma Carvalho,

“Do ponto de vista da garantia dos direitos civis, os cidadãos brasileiros podem ser divididos em classes. Há os de primeira classe, os privilegiados, os “doutores” são invariavelmente brancos, ricos, bem vestidos, com formação universitária. [...] Frequentemente, mantêm vínculos importantes nos negócios, no governo, no próprio judiciário. Esses vínculos permitem que a lei só funcione em seu benefício.” (CARVALHO, 2002, p. 215)

Prossegue o autor salientando que convivendo com tais privilegiados existe um total de 63% das famílias brasileiras sob o status de “cidadãos simples” recebendo entre 2 e 20 salários mínimos, tendo seus direitos civis “relativizados” pelos órgãos de segurança pública que lhes aplicam o código civil e penal de forma “parcial e incerta”. São eles, os cidadãos de segunda classe. Já os de terceira classe foram definidos como – “[...] a grande população marginal das grandes cidades, trabalhadores urbanos e rurais sem carteira assinada, posseiros, empregadas domésticas, biscateiros, camelôs, menores abandonados, mendigos” (CARVALHO, 2002, p.216) - ou não têm, ou têm a menor educação. Seus direitos, não são sequer respeitados pelo Estado quanto mais por outros segmentos da sociedade. Quando se defrontam com a lei eles saem em prejuízo e por vezes, optam por assumirem sua marginalidade e desafiarem o “*status quo*”. Como se depreende, o caminho para a cidadania que se diga *plena* será longo e lento (MARTINS, 1994). Principalmente quando nos deparamos com a

consagração do modelo liberal como paradigma da justiça, da liberdade e o desenvolvimento econômico como sua premissa básica.

Dagnino (2004) atenta para uma convivência conflituosa entre o projeto político democratizante, participativo e o projeto neoliberal. Para a autora, haveria um deslocamento de significados nos termos *Sociedade Civil, Participação e Cidadania* que reduziria o espaço político alcançado pela sociedade através da despolitização de questões como a desigualdade social.

O projeto político democratizante caminha lentamente como já referenciado, rumo a crescente movimentação da sociedade em direção ao diálogo com as forças do Estado a partir da - livre escolha dos governantes associado à existência multipartidária permitindo maior participação da sociedade nos destinos do país - registrando-se nos anos noventa, “[...] numerosos exemplos deste trânsito da sociedade civil para o Estado” (DAGNINO, 2004, p.96). E também da criação de novos espaços de manifestação da vontade popular, como, os orçamentos participativos e os Conselhos Gestores de Políticas Públicas. Por sua vez, o projeto neoliberal, representado por aquele que em 1989 ocupava o lugar de um “salvador da pátria” conspira para a crescente redução da atuação do Estado na promoção de espaços de diálogo e atuação popular. E ainda, transfere para a sociedade a gestão dos conflitos sociais. (CHAUÍ, 1994). A autora em outro estudo destaca,

“Uma das determinações constitutivas da sociedade nascida com o modo de produção capitalista é a divisão interna operada entre a esfera econômica das relações de produção e a esfera política do poder, separação que, ao mesmo tempo, torna legível na essência e invisível na aparência a determinação econômica das relações sociais e a peculiaridade da dominação política como algo distinto da mera autoridade [...]” (CHAUÍ, 2003, p. 273-74)

O efeito verificado se desvela na separação entre a esfera política em relação à jurídica, a qual se distancia do saber que por fim, isola-se do conhecimento independente. Entretanto, tais fragmentações são somente aparências, sob o signo do econômico, unem-se e deliberam sobre a sociedade, sobre a cidade. Uma vez que a sociedade civil comporta a diversidade e que por vezes haja conflitos, dominação, o Estado surgiria como o unificador e codificador de uma sociabilidade menos ameaçadora ao existir (CHAUÍ, 2003).

Nestes dois projetos, antagônicos por natureza (DAGNINO, 2004) é requerida a participação da sociedade civil de forma propositiva, ativa, pois, Estado e sociedade civil não se excluem (NOGUEIRA, 2003; BRESSER-PEREIRA,1999). Haveria então um deslocamento semântico que ofuscaria as reais intenções do projeto neoliberal. Para aclarar estes deslocamentos de sentido e as respectivas práticas - que se rebatem sobre o processo de construção democrática no Brasil, as relações entre Estado e sociedade civil, a problemática da constituição de espaços públicos e sua dinâmica de funcionamento -

insiste a pesquisadora no aprofundamento da noção de “projeto político”. Essa noção a partir de uma perspectiva gramsciana representa

“[...] conjunto de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a vida política dos diferentes sujeitos”. (DAGNINO, 2004, p.98).

A partir desta visão concebe-se que tais projetos políticos não somente direcionam ações, mas estabelecem sentidos para a visão do que significa política e assim, criam uma cultura específica.

Para Rancière (1996) política significa a ausência total da dominação; “[...] a política não é em primeiro lugar a maneira como indivíduos e grupos em geral combinam seus interesses e seus sentimentos. É antes um modo de ser da comunidade que se opõe a outro modo de ser [...]” (RANCIÈRE, 1996 p. 368). O autor concebe a igualdade como princípio único que fundamenta a política sendo os homens por natureza iguais. Nesta concepção, a política seria a integração do *demos*, isto é “a cidade política em sua totalidade” sendo imprescindível, reconhecer a todos como iguais. Ninguém nasce com direito à autoridade: “O poder não pertence ao nascimento ou à sabedoria, à riqueza ou à antiguidade. Não pertence a ninguém.” (RANCIÈRE, 1996, P. 370). Se alguém o assume, o faz por uma contingência (RANCIÈRE, 1996). Propõe Rancière (1996) que a política é um desvio do fluxo normal da dominação que passa por cada um dos elementos anteriormente enumerados e que ao longo da história humana justificaram a dominação. A política seria, pois, um desvio, uma anormalidade, pois pressupõe não haver divisão entre os homens no tocante à livre manifestação do pensamento, do desejo. A palavra de cada homem tem o mesmo valor ante outro homem falante, um discurso não tem privilégio sobre outro. O que insere o *demos* - um ser duplo -como portador de voz. Este, composto daqueles que são nada (como parte do todo) e também a comunidade em seu conjunto, isto é, a cidade política formam assim, uma comunidade do litígio. Litígio advindo da injustiça que o todo impõe à parte que é um nada. Este combate pela inclusão no todo, pelo reconhecimento à voz é, pois, a própria política (RANCIÈRE, 1996).

Para as classes dominantes, são grandes os riscos em tal aproximação,

“[...] a coincidência na exigência de uma sociedade civil ativa e propositiva, que estes dois projetos antagônicos (o político democratizante participativo e o neoliberal) apresentam, é, de fato, emblemática de uma série de outras “coincidências” no nível do discurso, referências comuns que, examinadas com cuidado, escondem distinções e divergências fundamentais. Assim, o que essa “confluência perversa” determina é um obscurecimento dessas distinções e divergências, por meio de um vocabulário comum e de procedimentos e mecanismos institucionais que guardam uma similaridade significativa.” (DAGNINO, 2004, p. 99)  
(Grifos nossos )

Assim, novas representações e sentidos são criados junto à sociedade civil organizada de modo a trazer-lhe a sensação de que está construindo junto ao Estado, um novo país. Todavia, na prática, está assumindo as ações nas quais Ele vem intencionalmente, omitindo-se. Se a política é o próprio *dissenso* (RANCIÈRE, 1996) - a aceitação dos diferentes e de seu direito a falar, a discursar – não se pode considerar esta fala como “perturbação” à ordem, pois todos podem falar e mesmo peticionar num regime democrático.

Articula-se um novo sentido ao termo sociedade civil que passa a ser o Terceiro Setor, constituído pelas Fundações empresariais e as ONGS. Estas ao assumirem o papel de filantropos tornam-se representantes do conjunto da sociedade, movimento que é visto como despolitizador, ou de renúncia à politização (NOGUEIRA, 2003). O deslocamento de sentido do que seja a sociedade civil para as organizações não- governamentais - ONG's engendra um enorme desafio à manutenção dos espaços de diálogo com a vontade popular pois estas entidades alcançaram certa autonomia e seus interesse por vezes podem suplantar as razões de sua atuação. Elas atuam muitas vezes, entre um agente financiador internacional – a quem prestam contas de sua atuação – e um governo que as tem como um prestador de serviços. Sua sobrevivência torna-se deste modo mais importante do que a representatividade que possuem junto à sociedade. Elas adquirem certo status ante o Estado e alguns sujeitos da sociedade civil de competência para tal representação haja vista sua imersão na realidade vivida por grupos diversos como negros, indígenas, mulheres, favelados, movimentos ambientais entre outros. Agem como que guardiões dos anseios mais legítimos da sociedade. Mas como afirma Dagnino (2004) é muito mais por um encontro fortuito de interesses do que por uma articulação clara, objetiva entre as demandas da sociedade e das ONGS. Nota-se, portanto a mobilização do Estado para que esta situação se perpetue sendo convocados para o diálogo, sujeitos escolhidos pela sua inserção na mídia, por exemplo. Na prática, não se observa um verdadeiro critério de representatividade política como condição para este convite. O que se busca é anestesiar indivíduos levando-os a perderem de vista os fundamentos de sua própria condição de pessoa, sujeito para vigorarem instrumentos de controle social. A construção coletiva cede lugar à despolitização dos indivíduos e opera pela fragmentação da sociedade.

## **2.4 – Desafios à Participação Popular**

Compartilhar com o Estado o poder de decidir o futuro do País e das cidades tem sido palco de luta para os brasileiros, desde o período colonial (CARVALHO, 2001). Tal iniciativa da sociedade tem sido

reprimida pelas elites que se apoiando no Estado e em seu poder de repressão vêm reprimindo, por vezes de forma violenta, por vezes, de forma dissimulada este verdadeiro anseio do povo brasileiro.

Para Bava (2000) este apossamento do Estado significa uma privatização e “Desprivatizar a ação do Estado significa recuperar o sentido original da república, significa a construção de espaços públicos de negociação dos interesses distintos presentes na sociedade.”<sup>2</sup> Trata-se, pois, a participação, da noção de coletividade, ação de múltiplos sujeitos na direção de se fazerem respeitados. Esclarece Dagnino que se podem observar inúmeras tentativas do projeto neoliberal em redimensionar, despolitizando, o conceito de participação popular:

“Por um lado, a re-significação da participação acompanha a mesma direção seguida pela reconfiguração da sociedade civil, com a emergência da chamada “participação solidária” e a ênfase no trabalho voluntário e na “responsabilidade social”, tanto de indivíduos como de empresas.” (DAGNINO, 2004, p.102)

Tal tratamento para a participação popular promove uma redução dos espaços políticos nos quais os sujeitos poderiam contribuir até mesmo na discussão das bases em que esta participação se daria. Obtém-se desta forma, a individualização de questões que acometem a sociedade brasileira em seu todo, como por exemplo, pobreza, fome, exploração sexual por meio do deslocamento do sentido político e coletivo que o termo solidariedade contém (DAGNINO, 2004).

Contraopondo-se a esta redução do espaço político para a co-gestão sociedade e Estado, propõe Gondim; Lima e Moreira (2006, p. 285) que se tenha em consideração que “A verdadeira participação supõe condições para o debate das propostas, para o encaminhamento de sugestões e para influir sobre as ações do Poder Público.”, e não, a mera resposta a uma consulta dos gestores, ou mesmo, a ampliação dos canais de interlocução com estes gestores. Tal como Villaça (2005) e Gondim, Lima e Moreira (2006) entendem, a partir de suas experiências com a implantação de Planos Diretores, que a sociedade deva atuar como sujeito sócio-ativo, com capacidade política para agir e decidir os rumos de sua cidade, de seu país, e não apenas comparecer como “convidada”.

Pode-se ainda ampliar o entendimento do que significa participação a partir das elaborações de Hannah Arendt (1995) para quem o homem não pode recusar-se a falar, posto que a omissão significa a morte. Sobre discurso e política, pontua a referida autora que “Sempre que a relevância do discurso entra em jogo, a questão torna-se política por definição, pois é o discurso que faz do homem um ser político” (ARENDR, 1995, p. 11).

Para Telles (1999) os direitos criam nos sujeitos a construção de uma linguagem própria e que os leva a criticar o lugar que lhes é determinado, exigir a aplicação dos direitos universais e questionar a

---

<sup>2</sup> Silvio Caccia Bava é sociólogo, Mestre em Ciência Política, Coordenador executivo, pesquisador do Instituto Pólis e membro do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

igualdade, são “sujeitos falantes”. Carvalho (2001) identifica um “momento de inflexão” no processo Constituinte, aonde os direitos pleiteados transcendem debater o instituído: discute-se a ampliação dos direitos com sua conseqüente gestão e ainda, mais que inclusão, querem estes sujeitos inventar, criar uma nova sociedade. Neste sentido a autora entende que participação é também uma ação voltada à democratização da própria sociedade brasileira. Em muitas ocasiões ocorre que os representantes da sociedade civil são convidados a apoiarem a implantação de políticas públicas já definidas pelo governo, o que também é sinalizado como participação e não como gestão, seu verdadeiro significado. Chauí (2003) tece comentários ao esforço em despolitizar as demandas sociais e elabora a concepção de uma “indústria política” que quer a partir da captação de opiniões levar aos cidadãos, a falsa impressão de que se fizeram ouvidos: “[...] os cidadãos isolados, privatizados e despolitizados, imaginando que a expressão, em público de suas angústias, de seus medos, de seus desejos os converteriam em sujeitos políticos ativos” (CHAUÍ, 2003, p. 300). Tais reflexões apontam a participação popular como um processo coletivo que requer da sociedade a mobilização para uma prática política que demanda a superação da visão imediatista e somente voltada a soluções individuais.

Sendo a participação popular no processo decisório um aprendizado em marcha na sociedade brasileira, depara-se com os seguintes desafios:

- a) Superação das concepções minimalistas do projeto neoliberal que limitam atuações do Estado com reflexos sobre o sentido do que é Democracia e Política (DAGNINO, 2004);
- b) Exigir do Estado por meio da atuação de seus agentes que assuma o papel que “legal e politicamente” lhe foi imputado que é mediar o processo do fazer urbano, mediando os conflitos e ampliando arenas de debate (GONDIM; LIMA E MOREIRA, 2006);
- c) Combater a falta de vontade e de uma cultura política voltada ao compartilhar o poder, observada tanto em gestões a partir do ideário da Esquerda, quanto da de Direita (CARVALHO, 2001), requerendo dos gestores (Executivo e Legislativo) a elaboração de instrumentos legais que normatizem a participação popular na tomada de decisões (LACERDA *et al.*, 2005);
- d) Mobilizar os gestores do Estado a alocar recursos (financeiros, equipamentos, prazos e servidores em número e capacitação para a co-gestão junto à sociedade) que favoreçam a participação popular - haja vista tratar-se o compartilhar o poder - de um aprendizado tanto para os gestores do poder público quanto da sociedade (LACERDA *et al.*, 2005);
- e) Exigir do poder Legislativo maior autonomia em relação ao poder Executivo rompendo com a cultura clientelista que submete a Câmara Municipal aos desígnios da Prefeitura (LACERDA *et al.*, 2005);

- f) Ampliação da qualificação técnica dos vários atores sociais no sentido de melhor conhecimento dos trâmites administrativos, legais até mesmo para aperfeiçoá-los (CARVALHO, 2001). Esta aproximação não se fará sem luta, pois os governos municipais dificilmente dão publicidade a esses trâmites exatamente para não dividir informação – que é poder. Quando não oculta, os governos e as elites que os mantêm usam de uma linguagem técnica, cifrada o que impede o melhor posicionamento da sociedade ante o que está sendo decidido (LACERDA *et al.*, 2005; BAVA, 2004a).
- g) Amadurecimento da prática de negociação de conflitos, aprendendo-se a lidar com os múltiplos, e por vezes, legítimos interesses dos demais atores (CARVALHO, 2001).
- h) Compreender que a participação popular é legítima, pois o habitante, o usuário (LEFEBVRE, 1999) é quem melhor conhece a cidade onde vive, porém, nem sempre o que entende como sendo o melhor para sua cidade seja o viável para se implantar naquele momento (GONDIM; LIMA E MOREIRA, 2006).

A superação de tais desafios não é uma tarefa das menores e requer um grande esforço da sociedade em fazer valer sua voz. Sobretudo, esforço em superar o imediatismo das soluções que muitas das vezes não contemplam resultados que poderiam alcançar a melhoria na qualidade de vida de um número mais expressivo de brasileiros. É preciso superar o imediatismo e a visão restrita somente a sua rua, seu bairro e mesmo, de somente sua cidade.

Os governos não abrem mão do poder espontaneamente: se não há pressão sobre o Estado, este não vê por que compartilhar o poder. Tal pressão que a sociedade faz sobre os governos é que permitirá a mudança do paradigma neoliberal (BAVA, 2004a) rumo a um outro mais condizente com a manutenção das várias formas de manifestação da vida, superando-se a mera elaboração de políticas “compensatórias” ao invés de ações realmente voltadas a ampliação da qualidade de vida para os brasileiros (BAVA, 2004c).

## 2.5 – Ampliando-se a Cidadania

Um terceiro termo que vem sofrendo sucessivos deslocamentos para atender ao projeto neoliberal seria a *cidadania* (DAGNINO, 2004). Defendida nos anos 70, com base em demandas por infraestrutura e nos anos 80, associadas à ampliação de direitos individuais, traria em seu bojo uma nova dimensão à cultura política do país. Novos sujeitos atuariam e novos direitos viriam compor a pauta de

diálogos com o Estado, no qual se encaixaria o combate ao que Dagnino (2004) designa como “autoritarismo social”; cultura que justificaria os desníveis sócio-econômicos e todas as suas conseqüências, inclusive no embasamento de políticas públicas diferenciadas. A *nova* cidadania traria ainda a concepção de que é possível, é lícito ter “direito a ter direitos” e que estes não apenas figurariam no ordenamento jurídico, mas seria objeto de luta legítima, como a liberdade sobre o próprio corpo, o direito a um ambiente saudável, direito à igualdade e à diferença, entre outros. Acoplada a estes novos direitos, está a autonomia, ou seja, o reconhecimento do cidadão como um ente capaz de agir politicamente, de pleitear mudanças e contestar a ordem vigente, diferentemente de (só se preocupar em) se realizar uma política de inclusão deste no mercado, como trabalhador por exemplo. A esse respeito, o terceiro aspecto desta nova cidadania é a superação desta mera inclusão no mercado, ou seja, é poder discutir em que bases se dão o próprio sistema econômico em que se vive.

Pedro Demo (1995), no âmbito da ciência política manifesta-se sobre o posicionamento entre mercado e cidadania:

“Uma das conquistas mais importantes do fim deste século é o reconhecimento de que a cidadania perfaz o componente fundamental do desenvolvimento, reservando-se para o mercado a função indispensável de meio” (DEMO, 1995, p.1).

Esta primorosa assertiva demonstra que não é possível se desenvolver sem mercado, mas ele não se constitui no fim do desenvolvimento. A cidadania, sim. Para tal autor, a cidadania representa a “raiz dos direitos humanos”. Ser incluído é dar adesão ao que já está estabelecido e a nova cidadania pleiteia o debate dos interesses comuns e privados em espaços de co-participação da gestão da coisa pública, encaminhando para a negociação e não a simples adesão ao que já está decidido.

Nas postulações de Dagnino (2004), a cidadania proposta requer a consagração de uma nova concepção do agir político, o qual vem sendo objeto de tentativas de cooptação pelo projeto neoliberal. À luz das correntes neoliberais, o conceito de cidadania está restrito ao indivíduo e não a uma coletividade e o exercício desta cidadania está no acesso ao mercado de trabalho, como produtor ou consumidor. Tal postulação defende uma transferência das obrigações do Estado para o mercado. Considerando-se a sociedade civil como um terceiro termo (da relação sociedade civil, Estado e mercado) e sendo o Estado o mediador/regulador das relações sociais, como pode esse isentar-se de seu papel? Ora, para o mercado a conquista de direitos sociais realizada pelos trabalhadores, sindicatos e partidos de esquerda recebe sob o viés do projeto neoliberal a conotação de atraso, empecilho à ampliação das oportunidades de trabalho. Tal entrave deve ser combatido com modernas estratégias atrativas para as grandes empresas, qual seja, a flexibilização de direitos trabalhistas e a precariedade a todo o momento, e em todos os espaços. Dagnino (2004) vê neste movimento – da

conquista dos direitos sociais como avanço à sua reconfiguração como empecilho, atraso – uma inversão: pois tais direitos agora têm seu sentido deslocado: bloqueiam a modernização. Berman (1986, p. 15) a vê assim:

“Existe um tipo de experiência vital-experiência de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida – que é compartilhada por homens e mulheres em todo o mundo hoje. [...] Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. [...] pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e de contradição, de ambigüidade e de angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, “tudo o que é sólido desmancha no ar”.

Marshall Berman (1986) expõe em sua obra “Tudo que é sólido desmancha no ar”, um misto de possibilidades e também de desolação, de frustração ante a perspectiva de inovação em todas os aspectos da existência, prometida pelo modernismo. Acorda-se com o autor em que a modernidade, propondo a liberdade e a abertura a uma infinidade de sensações, de experiências não se realizou de forma tão esplendorosa como se propunha. Os avanços que a tecnologia e a racionalidade trouxeram potencializaram para algumas sociedades as promessas de conforto, saúde, abundância, mas não locupletaram a vida de um sem número de homens e mulheres, alguns destes, convivendo mesmo nos arredores dos que se abastaram. As relações sociais não alcançaram tamanha transformação: ainda há muito que se construir em termos de solidariedade, alteridade, respeito à vida. Não apenas à vida humana, mas à vida das demais espécies que habitam o planeta.

Noutra dimensão, a proposição de uma *nova* cidadania também requer uma atualização da relação entre os membros da sociedade que ultrapassa a conquista de direitos, assim expressa:

“A nova cidadania é um projeto para uma nova sociabilidade: não somente a incorporação no sistema político em sentido estrito, mas um formato mais igualitário de relações sociais em todos os níveis, inclusive novas regras para viver em sociedade (negociação de conflitos, um novo sentido de ordem pública de responsabilidade pública, um novo contrato social, etc.)”. (DAGNINO, 2004, p. 105)

A Geografia contribui para a efetivação deste projeto elucidando o estreito relacionamento entre a sociedade e suas relações com a cidade que produz (LEFEBVRE, 2007, 2005, 1999; SANTOS, 2002; DAMIANI, 2001). Damiani (2001) entende que a cidadania demanda o conhecimento do espaço, da rede de relações a que se sujeita e na qual se estabelece a vida. O oposto, a negação à apropriação do espaço, a conversão estrita ao valor de troca, tornando o espaço uma mercadoria a ser vendida aos pedaços, convertendo o tempo de apropriação, de uso e gozo em tempo de privação, de dominação é

o que constitui a *infracidadania* (DAMIANI, 2001). Em outros termos; trata-se da geometrização do espaço e seu corolário, a alienação, conforme a pesquisadora

“É infracidadão aquele que não se reconhece em sua obra e vivência, de forma totalmente alienada, suas relações humanas, sendo seu espaço vivido reduzido ao espaço geométrico. Essa restrição da vivência não atinge somente os mais pobres, embora os alcance preferencialmente.” (DAMIANI, 2001, p. 52)

Tais proposições anseiam pela instauração de um novo momento na sociedade brasileira no qual ao invés de privilégios, de tratamento desigual, as diferenças pudessem ser tratadas a partir da negociação dos conflitos na base de uma verdadeira ética da vida social. Muitos conflitos não podem ser resolvidos, pois se tratam das contradições do próprio sistema capitalista. Dagnino (2004) afirma que entre os anseios dos movimentos sociais, os cidadãos seriam tomados por “sujeitos sociais ativos” capazes de alterar o posicionamento social que lhes é definido socialmente e culturalmente. É prudente atentar aos limites da ação dos cidadãos brasileiros, isoladamente do contexto mundial.

No plano da grande desigualdade social em que está mergulhado o país, desloca-se o sentido da cidadania para o apelo à “responsabilidade moral da sociedade”, a solidariedade. Não se assegura o papel de sujeito ativo aos cidadãos, a este é dirigido um apelo emocional aos seus pares para que caridosamente acolham os menos afortunados, ao invés de se discutir uma melhor repartição das riquezas socialmente construídas.

Este deslocamento rouba à sociedade a construção de uma arena política de debate sobre o sistema econômico, político, social e cultural em que baseia a sociedade. As causas de tamanha desigualdade sequer são ventiladas, negando a constituição de uma sociedade de sujeitos políticos ativos, ao se estabelecer políticas setoriais e mesmo da iniciativa privada, desconexas, pontuais. A sociedade é convocada a participar como forma de ampliar uma suposta cidadania, porém está envolta também nesta visão reducionista às ações que têm curto alcance. Age muito mais voltada à distribuição de serviços e benefícios sociais, o que de certo modo abafa o amadurecimento da ação política. Configura-se a *Cidadania tutelada* (DEMO, 1995), fortalecida por elites que querem reproduzir-se infinitamente, buscando manter a *pobreza política* (DEMO, 1995) que alija da emancipação. Ao invés de se reconhecer direitos, ela se presta a assistência aos cidadãos, com concessões e serviços pontuais e esporádicos. Os efeitos decorrentes são nefastos:

“Quando se processa a desmontagem das mediações institucionais e políticas que possibilitam que o direito possa ser formulado, reivindicado e instituído como parâmetro na negociação do conflito, o significado da idéia de pobreza como denegação de direitos se completa (TELLES *apud* DAGNINO, 2004, p. 108)”

Nestes termos há um acréscimo do privatismo que impede a eclosão de uma sociedade mais justa, democrática. Para Demo (1995) existiria um nível intermediário à Cidadania antecipatória que seria a *Cidadania assistida*; nesta já se esboçaria algum direito - como evolução - ao invés de um favor. Exigir assistência já é uma semente à emancipação, aclara o autor, todavia, a persistência deste estado a impede:

“Entretanto, ao preferir assistência à emancipação, labora também na reprodução da pobreza política, à medida que, mantendo intocado o sistema produtivo e passando ao largo das relações de mercado, não se compromete com a necessária equalização de oportunidades”. (DEMO, 1995, p. 6-7)

Conclui-se, pois que a base na qual se assenta o projeto neoliberal está explicitada a estratégia de redução do campo de ação política. O Estado se torna mínimo não somente na gestão dos interesses sociais, mas também porque constringe a criação de espaços efetivos de participação dos sujeitos políticos ativos. E quando são observados tais espaços, eles tendem a ser reduzidos cada vez mais por uma sedimentada base da liberalidade econômica com a exaltação da individualidade à coletividade. Conforme Chauí (1994) o distanciamento do cidadão da arena de diálogo é fruto da repetição dissimulada do “mito fundador” no qual o Brasil foi envolvido desde o descobrimento. Tal representação o coloca como o país da terra prometida, o paraíso a ser governado por um emissário da “Divina Providência”, enquanto fiel intérprete da lei, dos direitos. A este cabe dispor de todos os bens (território, acesso aos recursos naturais, concessões, etc.) que na verdade são partes de si, pois, está revestido da graça divina, seu poder emana de uma fonte inesgotável. Suas decisões são as mais sábias e inquestionáveis, sendo um enviado divino, dissipará as trevas, sendo, portanto, sabedor dos direitos, das leis, portador do poder de fazê-las existir e cumprir, e, conseqüentemente, quem são dirigidas. Amparado pela ideologia que reveste suas práticas, o populismo se instaura numa sociedade inflexível, tal como aduz Chauí:

“A matriz mítica se conserva porque é peridiodicamente refeita com noções que correspondem ao presente histórico. Em outras palavras, a mitologia é conservada através das ideologias. Estas, por seu turno, encontram uma base material para se constituírem como expressões imaginárias da sociedade brasileira: o *autoritarismo social*. [...] Há uma relação de “feedback” entre mitologia e sociedade, sociedade e mitologia”. (CHAUÍ, 1994, p. 27) (grifos nossos)

Esta inflexibilidade, fruto do autoritarismo social a que se refere a autora se expande para todas as relações sociais e inibem ideais revolucionários, tais como, igualdade de direitos e igualdade jurídica em suas concretizações. O hiato que é estabelecido ante tais constrangimentos é responsável por estabelecer uma sociedade que vive em busca de privilégios para uma classe minoritária, mas que se apodera do Estado. A desigualdade na efetivação dos direitos leva a relação de tutela, troca de favores, impedimento à liberdade, a felicidade e à justiça social. Não havendo a universalização dos

direitos e a conversão dos privilégios como benefício para a coletividade, torna-se impossível a erupção de uma verdadeira cidadania. Pois não há como construir um pacto se as partes não reconhecem a legitimidade umas das outras para tal acordo. A cidadania fica impossibilitada porque não se reconhece que os cidadãos são sujeitos e têm o direito de reivindicar. Se não é reconhecida sua autonomia, seu conhecimento social, então, quem sabe é o governante protagonista que dita o que será possível conceder, o que será possível barganhar. Muitos políticos que se encontram no poder em função do mandato tornam-se, portanto demiurgos sem criarem de fato a realidade, mas trabalharem com representações dela derivadas. Lefebvre (2005, p. 86) aclara tal atuação: “Quanto à política como tal, ela constituiu e manteve tão somente relações políticas, e não relações sociais [...]”. Para o autor, tanto políticos quanto especialistas têm barrado a instauração da democracia urbana: “Eles apoderam-se dela (da prática social) através das instituições e dos aparelhos. Mais exatamente, os políticos especializados, como todos os “especialistas”, barram o caminho à constituição de uma racionalidade superior, a da democracia urbana.” (Grifos nossos) (LEFEBVRE, 1999, p. 131). Postula o autor que a ciência, debruçando-se sobre o fenômeno urbano seria capaz de oferecer instrumentos para a elaboração de uma estratégia. A partir de então, a sociedade poderia atuar criticamente rompendo as limitações que especialistas e políticos impõem à adoção de uma nova forma de apropriação do tempo e espaço, a qual ele define como “uma forma superior da *liberdade*” (LEFEBVRE, 1999, p. 131). E muito embora Lefebvre (2007; 2005; 1999) seja crítico do papel do Estado em gerir as cidades, tem o autor em conta que é preciso construir uma nova proposição para a gestão da vida na/cidade. Convivendo com estes - que sob o domínio do neoliberalismo - tem-se voltado somente à extensão das relações de reprodução capitalistas de produção ao cotidiano.

Damiani (2001) tem a representação como uma questão complexa e *crítica*, pois o representante em muitas situações reduz o representado. Reportando-se a José de Souza Martins (1994), afirma a autora vivermos sob o regime de favorecimentos, o qual regula as relações políticas em nosso País, haveria um compromisso moral entre representantes e representados, não o exercício de direitos, ou seja, o exercício da reciprocidade e da igualdade como base das relações sociais.

Há que se entender também que a supressão do espaço político e que tolhe a expressão democrática dos sujeitos está apoiada na privatização deste espaço público, pois, no populismo o governante encarna o poder, já o dissemos - na democracia se dá o inverso (CHAÚÍ, 1994). No mundo democrático, poder e governante são distintos. O poder é exercido em nome da sociedade, existe uma mediação entre o poder e os governados, partidos políticos, representações. As decisões pertinentes à coisa pública são publicamente tomadas e espaços são criados para que a vontade popular possa dar o seu direcionamento, inclusive o de revogar o que foi publicamente decidido. Já sob a luz do populismo, o neoliberalismo encontra um campo fértil para se manifestar, o Estado é privatizado para o

direcionamento dos favores, a manutenção de privilégios. Os dominantes sequer se preocupam com a satisfação de outras classes, ainda que fosse a guisa de ludibriar os anseios da sociedade. Suprimidas então as arenas de debate, eliminada a intermediação, resta somente à sociedade aguardar de seu governante, “o iluminado”, a realização do bem, a orientação de seu “rebanho”.

Como Milton Santos (1988) esclarece o que distingue o homem de outras espécies, é o trabalho, a capacidade de inventar, de superar a repetição e refletir sobre seu trabalho, antes que o mesmo ocorra. O viver, enquanto processo de troca recíproca e permanente entre Homem e Natureza, na forma trabalho “[...] exige um aprendizado prévio, o homem necessita aprender a natureza a fim de poder apreendê-la. Quando aprende, apreende; quando apreende, aprende.” (SANTOS, 1988, p. 88). Neste sentido, a ação humana se configura sempre em uma ação de produzir espaço e nesta produção “a natureza se socializa e o homem se naturaliza.” (SANTOS, 1998, p. 89).

A cidadania ampliada na acepção de Damiani (2001) refere-se à cidadania em um país, uma cidade, um lugar que abarca toda a aventura humana. A história brasileira está sempre a se fazer, pois, o atraso no Brasil é um instrumento de poder, amparado por práticas político/administrativas arcaicas do Estado conduzem a conclusão de que “A cidadania não é o milagre do discurso fácil” (MARTINS, 1994). Sob esta reflexão, pode-se inferir que houve avanços desde a redemocratização do País, mas lembra-nos Chauí (1994) que cidadania é mais do que votar e poder peticionar: para se alcançar a cidadania plena, emancipada (DEMO, 1995) enquanto evolução do sujeito histórico, um novo espaço criado a partir de uma nova sociabilidade se faz premente. Ao habitante, usuário (Damiani, 2001) enquanto senhor de seu espaço; sujeito sóciopolítico capaz de atuar politicamente (DAGNINO, 2004) deve ser reconhecido o direito a romper com as práticas de seus representantes onde se desenvolvem planos que incluem a opressão de forma dissimulada (DAMIANI, 2001).

A propósito das reterritorializações, Haesbaert (2004) ressalta que

“[...] o que está dominando é a complexidade das reterritorializações, numa multiplicidade de territorialidades nunca antes vista, dos limites mais fechados e fixos de guetoificação e dos neoterritorialismos aos mais flexíveis e efêmeros territórios-rede ou “multiterritórios” da globalização. Na verdade, seria correto afirmar que o grande dilema deste novo século será o da desigualdade entre as múltiplas velocidades, ritmos e níveis de des-re-territorialização, especialmente aquela entre a minoria que tem pleno acesso e usufrui dos territórios-rede capitalistas globais que asseguram sua multiterritorialidade, e a massa ou “aglomerados” crescentes de pessoas que vivem na mais precária territorialização ou, em outras palavras, mais incisivas, na mais violenta exclusão e/ou reclusão socioespacial”. (HAESBAERT, 2004, p. 372)

Ao olhar a sua volta e perceber que não possui - por vezes - a mínima condição de sobrevivência, dadas as condições do espaço que lhe é permitido ocupar sua própria moradia, o transporte que utiliza, cria-se desesperança, raiva e uma imagem de crueldade em relação à própria sociedade e mesmo à cidade. Se o *urbano* (LEFEBVRE, 2007), enquanto união, simultaneidade, proximidade, “[...] reunião

de todos os elementos da vida social, desde os frutos da terra [...] até os símbolos e as obras ditas culturais.” não se realiza só se tem um simulacro da espontaneidade do viver, pois, seu oposto é o constante constrangimento que ora Mercado e Estado realizam sobre a sociedade. Os conflitos sobre este espaço da cidade, constrangedor refletir-se-á, possivelmente, no Plano Diretor, um choque entre proposições para *uso* e *troca* do da cidade.

O próximo capítulo abarca a contextualização de Caeté a partir de sua formação socioespacial, ressaltando-se processos econômicos, sóciopolíticos e culturais que têm construído o espaço urbano da cidade, bem como as determinações que Caeté recebe a partir de sua inserção no contexto Metropolitano. O processo de elaboração de seu respectivo Plano Diretor é abordado a partir da atuação dos vários agentes que nele interagem enfocando-se a análise das (im) possibilidades à participação social.

## CAPÍTULO 3

### O PLANO DIRETOR DE CAETÉ: CAMPO, PROCESSO E AGENTES

Para contextualizar os processos, os sujeitos e as respectivas dinâmicas, este capítulo apresenta a espacialidade construída sob a *cidade* (LEFEBVRE, 1991) de Caeté condicionada pelo comando e mando da indústria siderúrgica, num primeiro momento e posteriormente pelas mineradoras. A Companhia Ferro Brasileiro - CFB, sucedida pela Cia. Bárbara teve uma atuação/presença mais intensa de 1925 a 1995 quando os seus traços, marcas e resíduos ainda se constituem importantes às modificações posteriores que se operam.

O *urbano* guarda simultaneidades e não processos estanques (LEFEBVRE, 1991) com tal diretiva, busca-se compreender a construção de Caeté a partir da visão dos interlocutores entrevistados (suas representações) em momentos distintos: ora de efervescência política, econômica, social, ora de estagnação, lentidão e até mesmo retrocesso nas possibilidades/ impossibilidades de reprodução da sociedade local.

Em um segundo momento, o texto discute como foi desenvolvido o *Poder Simbólico* (BOURDIEU, 1989) e a estruturação do *campo* (dos campos) em torno do PLANO DIRETOR. Nesse sentido é apresentada a caracterização dos agentes e seus capitais, e as disputas que abrigam práticas e discursos de *dominantes* e *dominados* (BOURDIEU, 1996a; 1989).

Na presente análise intentou-se contemplar as impressões, posicionamentos dos interlocutores de Caeté, preferencialmente, aqueles a quem se reputa serem os mais atuantes no processo de construção do Plano Diretor. Representando o Estado em escala local, tem-se agentes da Prefeitura Municipal, Ministério Público, Emater - Empresa de assistência técnica e extensão rural do Estado de Minas Gerais, integrantes de movimentos sócio-ambientais, (inclusive membros do Núcleo Gestor<sup>1</sup> que representam a sociedade civil e o Estado). Também foram considerados como interlocutores aqueles que embora não houvessem participado de eventos oficiais, são atuantes na construção da história sóciopolítica do município. E ainda, abordaram-se outros munícipes durante a pesquisa de campo, até

---

1 O Núcleo Gestor é um órgão colegiado que delibera sobre os temas e a formulação do anteprojeto de lei que é enviado à apreciação pela Câmara Municipal. Em Caeté, este órgão constou de 16 membros; 8 representantes da sociedade civil; 4 representantes do Poder Executivo e 4 do Legislativo.

mesmo durante o percurso de deslocamento do pesquisador entre Belo Horizonte e Caeté e vice-versa, aproveitando a oportunidade de conversar com pessoas que lhe cruzaram o caminho.

Parte-se da premissa de que estes interlocutores 2 possuem em seus registros, não somente fatos registrados oficialmente, mas também aqueles que passam à margem dos registros oficiais, mas que evidenciam os valores, a história, política e cultura da sociedade de Caeté. Entretanto a análise considera dados oficiais obtidos junto ao IBGE, Fundação João Pinheiro, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Urbano – SEDRU-MG, Prefeitura Municipal de Caeté, e demais órgãos de Planejamento e gestão.

O critério utilizado é o da análise ao longo do tempo das determinações econômicas, sociais e políticas sofridas por Caeté-MG em razão de uma *ordem distante* (LEFEBVRE, 2005, 1991) - demandas provenientes da metrópole de Belo Horizonte – MG, do Estado de Minas Gerais e dos atores hegemônicos em escala global - bem como aquelas que são frutos de uma *ordem próxima* (LEFEBVRE, 2005, 1991) que se circunscreve à sociedade local e suas instituições e os agentes do mercado. Determinações que levam ao processo de produção do espaço e das relações sociais que dão sustentação ao local, transcorrendo, simultaneamente, sobrepostos, superpostos. Ademais, como Milton Santos (2002a, p. 173) esclarece, o espaço é cercado de *rugosidades*, e estas

“[...] nos oferecem mesmo sem tradução imediata, restos de uma divisão de trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizados”

Para ilustrar esta colocação quando a siderúrgica sai dos limites da fábrica e toma e doma a cidade através de práticas como a criação de bairros 3 para os operários ou a obtenção da propriedade de terrenos, estes se manterão mesmo em 2006 como rugosidades. Assim, a cidade é, portanto marcada, transformada, verificando-se testemunhos de momentos e modos específicos de produção. Estes movimentos foram tratados por Lefebvre (2007): “Contudo, nada desaparece completamente; o que se conserva não saberia se definir somente pelo traço ou a recordação ou a sobrevivência. O anterior no espaço permanece o suporte deste que o segue. As condições de tal espaço social guardam uma duração própria e uma atualidade no meio deste espaço”. Os meios de produção nunca se realizam

---

2 Ressalta-se novamente que os nomes adotados para os interlocutores são fictícios e não correspondem aos nomes verdadeiros posto que em Caeté não há liberdade de expressão. O posicionamento político leva à retaliações de natureza diversa, inclusive nos serviços coletivos.

3 De acordo com Seabra (2003, pág. 1): “o bairro apareceu, no processo de urbanização, como uma entidade sociocultural muito diversa, portadora de uma identidade que lhe ia sendo atribuída de fora, ou seja, do contexto da cidade. O que só era possível porque o bairro se integrava aos processos gerais da cidade, que paulatinamente moldavam um modo de vida urbano”. A autora apresenta em seu estudo na pág. 5 “que o bairro e o não-bairro seguiam juntos”.

sem a influência dos que lhes precederam, sempre há a influência dos antecessores e o espaço vai sendo produzido paulatinamente, sem desprezo aos objetos geográficos anteriores (SANTOS, 2002a).

### **3.1 - Características da formação espacial**

#### **A construção de Caeté a partir da mineração e religiosidade**

Caeté, que também significa mata virgem ou espessa tem sua fundação por intermédio de atividades minerárias especialmente a exploração de ouro. Na segunda metade do século XVII e princípio do século XVIII já se conhecia a fama de Minas Gerais face à sua riqueza mineral. Um grande contingente de pessoas afluiu para o estado, em busca de enriquecer-se com o ouro. Este metal então exposto em maior quantidade no leito dos rios promoveu a fixação dos imigrantes, que constituíram povoados que pouco a pouco se ampliavam (VITORIANO 1985).

Em 1704, a atual Caeté já era bem conhecida e atraía muitos paulistas, baianos e mesmo portugueses. Em sua estrutura urbana contava com: a igreja matriz Nossa Senhora do Bonsucesso, (atual Praça João Pinheiro), alguns casarões, chafarizes e prédios públicos e um pelourinho - monumento que representa o poder real na Vila, isto é, o poder de repressão do Estado (CAETÉ, 2005; VITORIANO, 1985).

Em 1707 foi palco de uma disputa conhecida na história do estado como “Guerra dos Emboabas” - ocorrida na localidade que viria a denominar mais tarde como distrito de Morro Vermelho. Naquele episódio, paulistas e portugueses (estes conhecidos como emboabas, por usarem botas de cano alto) se digladiaram na disputa política pelo território e suas riquezas minerais. Até então, o território encontrava-se nas mãos de bandeirantes paulistas que distribuíam as datas para exploração - já que pela lei, ao descobridor era conferido o direito à exploração - entre 1708-1710. Em 1715, já nomeada Vila Nova da Rainha, vê-se a população de Morro Vermelho, desgastada com a tirania da MetrÓpole mobilizar-se contra a cobrança de taxas sobre o ouro obtido nas bateias, o que é reconhecido na atualidade, como demonstração da força da união da população, conforme relatou um dos representantes do distrito, integrante do Núcleo Gestor do PLANO DIRETOR da cidade (VITORIANO, 1985). A princípio extraia-se ouro a partir de técnicas mais rudimentares que não permitiam a extração em morros e mesmo em cavidades subterrâneas.

Vila Nova da Rainha que mais tardiamente denominar-se-ia Caeté também se foi firmando como cidade e tendo ampliada sua divulgação partir da peregrinação religiosa e mesmo por sua beleza

natural. Segundo levantamentos históricos de Paes e Araújo (2003) registra-se por volta de 1760 a aparição de Nossa Senhora a duas moradoras da região, tendo tal notícia alcançado cada vez maior notoriedade. Tal devoção teria estimulado um pedreiro português Antônio da Silva Bracarena a erigir uma Capela à Nossa Senhora da Piedade concluída em 1778. (ANEXO C – Figura 1) Pesquisadores naturalistas de passagem pelo Brasil também dão conta da exuberância natural da região, bem como da religiosidade ali verificada. Essa religiosidade é assim retratada pelos dois pesquisadores:

A Serra da Piedade possui uma forte tradição oral, sendo sua história, fatos e lendas mantidos e repassados por romeiros que procuram o local há mais de dois séculos: “A menina muda de nascença”, “A visão da Virgem Maria”, “A moça que se perdeu nas grimpas da serra”, “Irmã Germana” e “Os milagres dos Capuchinhos”. (PAES E ARAUJO, 2003, p. 22)

Dada a decadência da lavra aurífera, e ainda, a participação na revolta militar de 1833, teve Caeté seus foros de Vila, suprimidos, até meados de 1840.

Em 25 de novembro de 1865, através da Lei Provincial 1258, a vila de Caeté foi considerada cidade, adotando o nome pelo qual é a conhecida. Nesta época consolida-se a área urbana central da cidade, nas últimas décadas, reconhecida como “centro histórico” ou “Caeté”, pelos moradores que a ele se referem “eu vou à Caeté para dar um pulo na prefeitura”. Contudo, o centro histórico não ocupa a centralidade econômica do município, mas sim a política, pois nele se situam os prédios públicos, as famílias tradicionais, a Praça João Pinheiro com os monumentos símbolos dos poder como o pelourinho, o fórum, a sede da Polícia, bem como as principais igrejas. Caeté é administrativamente constituída por sua sede e mais 4 distritos: Antônio dos Santos, Morro Vermelho, Roças Novas e Penedia. E mais os povoados de Água Limpa, Posses e Rancho Novo. ( ANEXO – B)

### A produção do urbano a partir da indústria

O ciclo do ouro, enquanto atividade econômica predominante que sustenta a vida da cidade finaliza tornando-a vazia, tendo a população de buscar outras formas de vida, ressaltando-se atividades como a exploração de carvão, argila e minério de ferro. A emigração rumo à Capital ou outras cidades mostrou-se uma das saídas, já que a agricultura, dada a técnica do momento, não permitia absorção de mão-de-obra em grande escala, ainda mais se considerando as características do solo (VITORIANO, 1985).

Em meados de 1818, o inglês John Morgan tenta fundar uma fábrica de louças e porcelana, nos primórdios de um novo ciclo econômico que se iniciara: o ciclo da industrialização, a qual só tardiamente se firmaria. O local de instalação da fábrica ficaria marcado por sua presença sendo

atualmente denominado Morgan. Neste mesmo local, em 1893, funda-se a Cerâmica Nacional, cujo proprietário, dá origem a uma saga de políticos que influenciaram a história do Estado. Além da bem sucedida empreitada econômica – ele manteve as atividades da empresa até 1929, atendendo a instalação de Belo Horizonte – e torna-se governador de Minas Gerais por dois mandatos, exercendo outros cargos do legislativo estadual e de Caeté. Por volta de 1920, a cerâmica é modernizada pelo filho Israel Pinheiro da Silva e passa a ser denominada Cerâmica João Pinheiro voltada à fornecer materiais para a construção de Belo Horizonte. Suas atividades se encerrariam em 1929 por razões políticas. (CAETÉ, 2005b)

Em abril de 1925, José da Silva Brandão funda a J. S. Brandão & Cia, Usina Gorceix (o nome refere-se ao professor da Escola de Minas, em Ouro Preto, Henrique Gorceix). A partir de então, o município passo a passo vai consolidando sua posição nos circuitos de produção industrial do estado. Em 1931 inaugura-se a Companhia Ferro Brasileiro, sucedendo a J. S. Brandão & Cia, incorporando-a, sendo em 1935 inaugurado seu 2º alto forno com repercussão nacional. Logo em 1938 recebe grandes investimentos e passa a produzir tubos de 3 e 6 metros, o que assegura sua sobrevivência. (CAETÉ, 2005b; J. S. BRANDÃO, 1999; COMPANHIA, 1962)

Outro grande investimento na área siderúrgica foi a empresa Cia. Mineira de Metalurgia ao final de 1928, a qual passou a denominar-se Barbará em 1931, também com a meta de produzir tubos de ferro fundido centrifugados. Em torno de cinco anos depois, encerra suas atividades em Caeté e transfere-se para Barra Mansa - RJ. O retorno da empresa à Caeté também traz grandes repercussões sociais, políticas e econômicas, incorporando-se a Companhia Ferro Brasileiro, a 30 de outubro de 1991. (BARBARÁ, 1999; BARBARÁ, 1995b; BARBARÁ, 1995c)

A indústria necessita produzir o espaço urbano à acomodação de suas necessidades: Milton Santos (1998) observa que para esta “produção do espaço urbano” é necessária a adequação do planejamento público às necessidades de acumulação privatistas, estendendo-se a lógica de acumulação capitalista e toda a sua racionalidade e dinâmica às atividades do Estado. Aos movimentos da sociedade em direção ao questionamento de tal prática ou mesmo sua contestação responde-se com atitudes burocráticas, de modo a afastar as resistências, daí a construção de verdadeiros enclaves políticos.

Dado que o processo se repete, pois o capitalismo há muito incorporou as cidades como parte de sua força produtiva (LEFEBVRE, 2007, 2005, 1991) e conforme os estudos de Rosélia Piquet (1998) sobre estes processos de extensão da lógica industrial ao espaço como um todo, nos municípios observa-se que o processo de instalação da indústria no Brasil, levando à conversão do que se intitula cidades-empresa (*company towns*) – é um processo estrutural (PIQUET, 1998). Assim, pode-se encontrar em várias localidades brasileiras, processos com algumas similaridades. Em Minas Gerais, os processos

de formação das cidades de Itabira (Companhia Vale do Rio Doce), Ipatinga (Usina Siderúrgica de Minas Gerais), João Monlevade (Companhia Belgo-Mineira) e Ouro Branco (Aços Minas Gerais) exemplificam as cidades-empresa, algumas inclusive como “mono-indústriais”, numa associação do capital privado nacional e estrangeiro (PIQUET, 1998). Sob estes aspectos, resguardadas as particularidades de cada processo são válidas as reflexões de Costa (1995) a cerca da produção do espaço urbano sob as influências da indústria moderna, no Vale do Aço – MG, esclarecendo que

“O espaço é ao mesmo tempo a materialização de processos específicos de produção e apropriação – principais agentes, diferenciais de qualidade sócio-ambiental – e meio de produção, através de infra-estrutura econômica, concentração fundiária, etc.” (COSTA, 1995, p.16)

As determinações sobre a cidade de Ipatinga-MG, por exemplo, ilustra que

“ A produção das condições gerais de reprodução da força de trabalho, por parte da Usina, não se restringe, naturalmente, à moradia em sentido estrito. Da mesma forma que no caso da Acesita, a Usiminas se responsabilizou pela implantação inicial da infra-estrutura e demais serviços e equipamentos sociais complementares à habitação (educação, saúde, abastecimento, etc.[...] De qualquer forma, a influência das Usinas sempre foi um fator decisivo para garantir que os bairros de seus funcionários fossem atendidos prioritariamente. “(COSTA, 1995, p. 100).

Estas práticas também se verificam em Caeté, quando em 1980, a CFB oferecia 3000 empregos diretos, promovendo a atração e multiplicação da população. A cidade foi produzida conforme o ritmo que atendia à indústria, hierarquizando-se os usos do espaço. O Bairro<sup>4</sup> José Brandão, “aberto a golpes de picareta, por imigrantes nordestinos, europeus e asiáticos”<sup>5</sup>, nos “domínios da empresa”, por volta dos anos 40, atendia às necessidades de acomodação dos funcionários. O bairro Europeu acomodava especificamente a diretoria composta por europeus e em maior número, franceses. O bairro Americano foi estruturado para abrigar os trabalhadores de nível intermediário em termos da sua formação técnica e de ocupação.

---

4 Para Lefebvre *apud* Ramos (2002) o bairro deve ser entendido a partir da totalidade da cidade onde se insere, não sendo seus elementos, ou a vida que nele se desenvolve compreensível somente a partir do local. Ademais, prossegue o autor alertando que Lefebvre (1975) reporta-se sempre a um centro como base da vida urbana, a partir do qual o bairro se desenvolve. Gomes (2006) concebe o bairro como local de reprodução social em tempo e modo distintos, não prevalecendo a troca, revelando-se a vida do bairro como promissora. Essa concepção apóia-se em Seabra (2003) para quem o bairro configura-se como uma “entidade sócio-cultural muito diversa”, apontada pela cidade, principalmente pelo fato de as relações de proximidade, compadrio e mesmo parentesco permitirem construções coletivas do espaço voltadas a uma apropriação para o uso, a identificação.

5 Entrevista realizada em 15/12/05 com o Sr. Juliano (nome fictício), morador em Caeté há mais de 60 anos e ex-funcionário da CFB.

O município ainda contava com 24.000 empregos indiretos, havendo financiamento direto da iniciativa privada (prioritariamente a Companhia Ferro Brasileiro – CFB e as demais empresas que ofereciam suporte às atividades principais de siderurgia) não somente pela implantação, mas pela manutenção. As necessidades dos funcionários, mesmo que diversificadas, eram tratadas com grande assistencialismo, paternalismo (lactário, armazéns, lazer para os funcionários ocupantes de níveis hierárquicos intermediários) o que leva a questionamentos sobre quais propósitos dirigiam estas ações: trata-se de obtenção e manutenção de boas condições para a produção; ou representa também controle, submissão da classe operária às diretrizes da empresa ou como mencionado por um entrevistado, a Companhia perseguia os ideais socialistas em voga à época? De acordo com a percepção do Sr. Getúlio (nome fictício)<sup>6</sup>, criou-se junto à sociedade local um estado de dependência do em relação ao financiamento que vinha realizando a iniciativa privada (a indústria) para a instalação de: hospitais, construção de residências e infra-estrutura, banda de música, times de futebol, festas. Em outras palavras foram conformações de territórios: os territórios do uso. Segundo o Sr. Olímpio (nome fictício) “[...] Se precisasse de um electricista para solucionar problemas nas residências dos operários, a Companhia mandava.”<sup>7</sup> Margareth Rago (1987) critica esta transformação, do espaço urbano no intuito de acomodar a classe operária pois tais concepções indicam que seus propósitos estão afeitos muito mais à disciplina do operariado, no início do século XX, inclusive nos aspectos que tangem à economia do próprio operário que teria um espaço de movimentação bem menor, mais factível aos olhares da gerência da fábrica. Conforme a autora

“Através da organização do espaço urbano, a classe dominante pode vigiar e cercar o trabalhador minuciosamente, desde os momentos mais íntimos de sua vida diária. Todos se conhecem, dos proprietários aos vizinhos, e se observam, se espiam, se controlam. “ (RAGO, 1987, p. 183)

Insistirá ainda, a autora, que a Igreja e a Família também foram mobilizadas pelo capital para promover a disciplina do trabalhador, mantendo-o sempre dócil, voltado à família, próximo ao ambiente de trabalho e, portanto, sempre à disposição para a produção e reprodução da força de trabalho.

Outro exemplo das determinações da dinâmica socioeconômica na produção do espaço urbano, reside nas conclusões que Costa (1995) tece em sua pesquisa. Essa autora ressalta que no atual modelo de produção flexível, as premissas estabilidade na geração de renda e o retorno à arrecadação municipal dos investimentos destinados à expansão urbana tornam-se questionáveis, pois, nestes moldes “[...] não há necessariamente coincidência espacial entre a indústria e o espaço urbano”

---

<sup>6</sup> Entrevista concedida em 11/2005 em Caeté.

<sup>7</sup> Entrevista concedida em 6/10/2006 a alunos do dept. de Geografia do IGC/UFMG e gentilmente cedida.

(COSTA, 1995, p. 282). O que resulta em um panorama de indefinições para as expectativas de vida digna e com geração de emprego e renda, além da necessária qualidade ambiental. Ora, o *urbano* como processo social e modo de vida, tanto apresenta inclusões produtivas quanto exclusões “necessárias” ao processo de reprodução da sociedade.

Segundo declarações do Sr. Jairo Bahia, já se anunciava por volta dos anos 70 que a utilização de ferros fundidos para obras de saneamento seria pouco a pouco substituída pela tecnologia do PVC. Assim, no início dos anos 80, a CFB começa a encontrar dificuldades para manter todo o aparato assistencial que oferecia ao município. Paulatinamente a empresa reduz seus quadros - entre 12/1982 e 10/1991 (data de sua incorporação à empresa Barbará), demite em torno de 720 empregados - e sua presença no município é cada vez menos sentida – o hospital foi fechado em 1993 (BARBARÁ, 1995b). Todas estas medidas respondem à ordem internacional de reorganização das plantas produtivas e a uma nova ordem de divisão internacional de trabalho.

Harvey (1994) recorrendo à “escola da regulamentação” aponta ser necessária à realização do regime de acumulação capitalista, a normatização/regulamentação de todo um corpo de crenças, procedimentos, condições financeiras, infra-estrutura que marcarão os procedimentos do Estado e relações sociais como condições para esta acumulação. Entre 1945 a 1973 predominou nas economias capitalistas a regulamentação via sistema fordista-keynesiano cujas bases se assentavam na crença na racionalidade empresarial como paradigma estruturante da vida, da subjetividade dos trabalhadores, e também na crença de que a economia seria controlada pelo Estado, a partir de cada Estado-nação. O controle se efetuará até mesmo sobre as associações dos trabalhadores que deveriam favorecer a disciplina no trabalho: conceito que abarca a adequação do trabalhador aos ditames da atividade produtiva. É, aliás, neste mister que Harvey (1994) entende ser mais contundente a atuação do fordismo pós-guerra. Entretanto, tanto não foi possível ao Estado e ao Capital dominar a classe operária e a economia, pois, a recuperação econômica da Europa Ocidental e Japão, e ainda, outros países recém-industrializados questionaram a hegemonia americana e acirraram a competição por mercados consumidores para seus produtos. Imputa-se à rigidez com que o Estado atuava – quer no comando econômico, quer na proposição de políticas públicas de bem-estar social - a razão para tal insucesso. Tal contexto conduz a proposição de uma nova racionalidade na regulamentação: passa-se à acumulação flexível que para Harvey (1994) se configura como “[...] flexibilidade nos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrão de consumo.” (HARVEY, 1994, p. 140). As mudanças da acumulação flexível, isto é, a desregulamentação promoveu novas apropriações de espaço e tempo. O que se dá através da dispersão geográfica e das respostas mais imediatas e adaptadas aos mercados de trabalho, aos processos produtivos e ao mercado de consumo (HARVEY, 1994).

Outra estratégia utilizada pela empresa neste período é a terceirização dos serviços não vitais (subcontratação de trabalhadores das áreas de vigilância, limpeza e outras não ligadas diretamente à atividade fim da empresa). Tal prática adotada pelas organizações visando garantir/ampliar sua acumulação por meio de redução da desoneração da produção, o que também resultará em despolitização da classe trabalhadora (CHAUÍ, 2003) ao tentar desagregá-la (HARVEY, 1994). Tal prática é concebida pelo presidente do sindicato dos metalúrgicos de Caeté, Sr. José Américo<sup>8</sup>, como “aluguel de trabalhadores”, pois segundo ele, “[...] os empregados foram contratados por salários até 60% mais baixos.”<sup>9</sup> Antunes (1998) aponta esta tendência, dentre outras, como condicionantes do capitalismo contemporâneo, no qual o desemprego estrutural atinge a escala global. Seriam estas metamorfoses então: a desproletarização do trabalho industrial fabril associada ao assalariamento do setor de serviços; a heterogeneização do mundo do trabalho que passa a assimilar as mulheres no ambiente produtivo e a ampliação da precarização do trabalho, subcontratação, ou terceirização (ANTUNES, 1998, p. 41).

O processo de encerramento das atividades da Empresa não se deu abruptamente e foi um processo agonizante, por vezes controverso, segundo os moradores e operários que o relatam. Repleto de “informações desencontradas”<sup>10</sup> até mesmo nas próprias declarações da empresa o que criou um clima de incerteza. Se por um lado o processo de fechamento da CFB mobilizou a sociedade, suas instituições - pois como Vainer (2001) deixa claro, são os processos que constroem as escalas de atuação política - para o Sindicato dos Metalúrgicos, esta mobilização foi parcial. Pois a elite não se dispôs a defender a bandeira de continuidade da empresa em Caeté (JORNAL OPINIÃO, 3/1995). Na visão de alguns munícipes o próprio governo federal, um grande cliente, poderia ter se mobilizado para o não encerramento das atividades em Caeté se houvesse vontade política, uma vez que a empresa possuía o monopólio da fabricação de tubos no País. O Sr. Jairo Bahia entende que a razão do fechamento da empresa foi vista como um “[...] problema de mercado e de evolução industrial. Nada mais”. Já para o Sr. Carlos Rosito<sup>11</sup> - Diretor de relações com o Mercado - no último decênio, o mercado de tubulações para adutoras e redes de distribuição de água nos centros urbanos apresentou um decréscimo da demanda, da ordem de 50% em relação à registrada no início de 1980. Essa redução, na visão da Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos seria intolerável, tamanha a necessidade do país em assegurar melhores condições ambientais para a reprodução da sociedade: “[...] tudo que é

---

<sup>8</sup> O Sr. José Américo foi funcionário da CFB por mais de 30 anos, tendo assumido a presidência do Sindicato por mais de uma gestão, sendo agraciado, em relação de sua atuação sindical, pela coluna do Jornal Estado de Minas “ Os melhores de 89” no quesito liderança trabalhista.

<sup>9</sup> Entrevista concedida pelo Sr. José Américo ao Jornal Opinião em 6/4/1995.

<sup>10</sup> Entrevista concedida pelo Sr. José Américo ao Jornal Opinião em 3/1995.

<sup>11</sup> Entrevista concedida ao Jornal Opinião em 24/3/1995, p.15.

falado em campanhas eleitorais sobre saneamento não passa de uma grande mentira.”<sup>12</sup> Para o Sindicato dos Metalúrgicos, na verdade a Barbará retornou a Caeté para fechar esta unidade que concorria com sua sede em Barra Mansa-RJ.

Autores como Lefebvre (2005; 1999); Damiani (2006); Harvey (1994); Piquet (1998) dentre outros criticam o processo de internacionalização do capital para o qual se faz imprescindível a expansão geográfica em busca de vantagens que favoreçam a acumulação flexível. As plantas industriais que no sistema fordista produziam grandes contextos para acomodar os processos produtivos e a força de trabalho, gerando as cidades-empresa, sob a acumulação flexível, seguem uma determinação contrária. Demanda-se agilidade e facilidade no deslocamento de parte do processo produtivo ou mesmo conceutivo – o que equivale à desconcentração espacial - (PIQUET, 1998; HARVEY, 1994).

Na visão de alguns interlocutores, o Poder Público não teria se preparado para o encerramento das atividades da empresa que era responsável por 95% da arrecadação de ICMS e 70% dos demais tributos. Entretanto, setores de comércio e serviços ainda sobreviveram e vão pouco a pouco produzindo a cidade.

Como o espaço para o capitalismo é produzido de forma fragmentada, hierarquizada e homogênea (LEFEBVRE, 2005) há sempre a definição de uma *centralidade* em torno da qual a cidade se faz. A centralidade político-administrativa em Caeté persistiu após o fechamento da CFB no poder do Estado e nos agentes hegemônicos, concentrando-se no centro histórico, espaço onde este poder é materializado não somente pelas relações sociais, mas pelos símbolos que o compõem <sup>13</sup> (ANEXO C – Figuras 4,5,6,7). Alijaram-se os distritos e mesmo bairros que têm uma vida econômica e social mais pujante do âmbito das decisões sobre a cidade: tais espaços e as relações que se desenvolvem nestes, são tomadas como periféricas. O bairro Pedra Branca, cuja ocupação inicia-se por volta de 1970, recebeu a princípio pequenas e médias empresas que serviam aos funcionários da CFB e as famílias desses. Enquanto periferia, distanciado geograficamente e também, politicamente do centro de decisões (centro histórico, administrativo - conhecido pelos caeteenses como “Caeté”) – desenvolveu-se com uma dinâmica própria. Com as indenizações e aposentadorias, os aposentados durante cinco anos buscaram investir, principalmente no setor da construção civil. Tal preferência pode ser verificada pela presença em uma das vias principais do bairro, a Avenida João Pinheiro, onde estão instaladas instituições financeiras, casas de materiais de construção, farmácias, principalmente (para atender aos aposentados). A importância do número de estabelecimentos, na atualidade permite afirmar que a Avenida João Pinheiro tornou-se o principal eixo econômico do município.

---

<sup>12</sup> Entrevista concedida pelo Sr. José Américo ao jornal Opinião em 3/1995.

<sup>13</sup> Neste espaço encontra-se a sede da PMC, o Fórum, a delegacia, a Igreja Matriz e o Pelourinho do Poder e em seu redor, a Câmara Municipal.

A cultura da população privilegiava o ser empregado de uma instituição privada ou pública e não aqueles de espírito empreendedor, segundo o Sr. Getúlio <sup>14</sup>. Todas as expectativas de pais e seus filhos era a de ter uma oportunidade de trabalho na CFB, “3 a 4 gerações agiram assim” conforme este interlocutor. Para a Companhia esta dedicação foi positiva. Na visão do Sr. Getúlio “o desafio agora é mudar o pensamento de 4 gerações, e oferecer ocupação para seus moradores....” Assim, a modernização via indústria desencadeou formas de emprego do tempo que alcançaram a casa, a família, a criança...

Mas quais conseqüências podem ser apreendidas desta saída? Cidadãos caeteenses afirmam que na atualidade, há na região, alcoolismo, problemas cardíacos, principalmente no bairro José Brandão. Os ex-funcionários da CFB, portadores de boa remuneração, conforme relato dos vários sujeitos entrevistados, têm boa parte de sua renda comprometida com tratamento de saúde (medicação, exames, consultas médicas particulares na Capital). Além de obrigatoriamente investirem na capacitação cultural, profissional de seus filhos. Jovens, sem emprego no local, e também, sem escolas que os preparem para o mercado de trabalho, têm amplas despesas com transporte inclusive para estudar fora de Caeté. Durante o período de funcionamento da CFB, a renda era gerada no próprio município e nele circulava, ampliando os ganhos para a municipalidade. Porém, após o fechamento da empresa, no caso dos aposentados, que tem melhores salários, o dinheiro circula externamente aos circuitos comerciais do município, a exemplo dos investimentos em educação dos filhos na Metrópole..

### **3.2 - A inserção na RMBH via atividades turísticas e minerárias**

Embora se possa afirmar que Caeté cresceu economicamente e sobreviveu durante um grande período – dos anos 40 aos até metade dos anos 90 – a partir da indústria siderúrgica, há que se considerar como causa de tal crescimento, outros fatores. Possivelmente, as influências decorrentes da proximidade espacial de Caeté em relação a cidade de Belo Horizonte, todas as repercussões do lugar que ocupa, ou lhe é permitido ocupar no processo metropolitano e ainda, os recursos minerais, paisagísticos e mesmo o conjunto da Serra da Piedade enquanto patrimônio natural e religioso.

Para Santos (1990) “o processo de metropolização do Terceiro Mundo é contemporâneo ao processo de mundialização da economia e da sociedade” trata-se de um processo que seleciona locais

---

<sup>14</sup> Agente daPMC entrevistado em Caeté em 11/2005.

e parcelas do território, nos quais se instalará a prosperidade e o poder dos segmentos sociais mais abastados, relegando as demais porções à pobreza e ao estigma da ausência do poder do Estado. Nesta ausência, outros poderes podem se instalar como o toque de recolher dos traficantes, engendrando outras formas de regulação.

A Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH instaurada em 14/8/1973, sob o regime militar, contava com 14 municípios, dentre os quais Caeté, na gestão estadual de Israel Pinheiro<sup>15</sup>, um dos proeminentes políticos nascidos na cidade. Segundo Azevedo e Mares Guia (2003) a gestão metropolitana evoluiu desde sua implantação até os dias atuais, de um modelo centralizado na esfera estadual recusando-se a reconhecer a autonomia dos municípios, até modelos mais flexíveis que associam tanto o entrosamento compulsório quanto voluntário. Após a redemocratização e o reconhecimento da autonomia dos municípios, com a “Constituição Cidadã” de 1988, é exemplo deste último estágio, a gestão das bacias hidrográficas que permitem a manifestação dos sujeitos coletivos que surgiram a partir do final dos anos 70. Outra constatação que reforçaria estas parcerias é o “[...] reinício de políticas regulatórias federais para áreas consideradas estratégicas relacionadas - como a do meio ambiente [...]” (AZEVEDO E MARES GUIA, 2003, p. 222) e maior empenho também dos governos estaduais na regulação dos serviços públicos realizados pela iniciativa privada (AZEVEDO e MARES GUIA, 2003).

Ao mesmo tempo, órgãos de escalas múltiplas que atuavam na arena metropolitana atualizam seus papéis, observando-se o concurso de fomento e financiamento de agências internacionais. O financiamento do Plano Diretor de Caeté pela UNESCO/Ministério da Cultura e Ministério das Cidades, pode ser apontado como exemplo.

Entretanto, a RMBH desde os primórdios tem como marca a forte intervenção do Estado e a estruturação social segregadora (MENDONÇA, 2003). A criação do distrito industrial de Contagem nos anos 40 já incitava um grande contingente de trabalhadores a residir em seu entorno, ocupando mais tardiamente, Betim. A pesquisadora mostra ainda que a partir dos anos 70, a capital começa a esvaziar-se e municípios como Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Vespasiano, Igarapé, Contagem e Betim vêm crescer sua população (MENDONÇA, 2003, p.121). Sucintamente, novas determinações econômicas se fazem no contexto nacional com grandes conseqüências para as cidades. Já a partir dos anos 80, tido como a “década perdida”, assiste-se no plano nacional: ao declínio dos investimentos em substituição de importações; descréditos dos governos centralizadores, autoritários e ao fracasso

---

<sup>15</sup> Israel Pinheiro da Silva, nascido em Caeté em, 4/1/1896 vindo a falecer em 6/7/1973 alcançou grande projeção política, chegando inclusive a presidir a NOVACAP, empresa que construiu Brasília-DF. Sendo grande empreendedor soube atrair para Caeté grandes empresas como a Usina de Ferro Gespark e a Usina Gorceix. Foi presidente da Barbará S/A. Porém, seus feitos políticos e administrativos extrapolam a cidade de Caeté e trouxeram avanços tecnológicos, inclusive na instalação de usinas hidrelétricas e estradas. ( CAETÉ, 2005a)

de inúmeros planos econômicos que existiriam para combater altos índices inflacionários e a concentração de renda. Tal situação encaminhou a estratégia das empresas, de modo amplo a promoverem a reestruturação produtiva, onde não somente a inovação tecnológica fez parte das estratégias, mas também o fechamento de unidades fabris (OLIVEIRA *et al.*, 2003). Houve uma desconcentração das atividades para os municípios e concomitantemente do contingente de trabalhadores. Municípios que concentram grande parte das atividades industriais como Belo Horizonte, Betim e Contagem respondem por 85% do PIB metropolitano, conforme (COSTA, 1988) citado por SOUZA e TEIXEIRA (2003), ocasionando tal concentração na criação de dificuldades ao maior entrosamento entre os municípios na gestão metropolitana. Para os três municípios, o investimento na solução de questões comuns representa mais ônus que ganhos, pois a partir das Leis Complementares Estaduais 88 e 89 de 12/1/2006, a gestão compartilhada permitiria o acesso às decisões independente da contribuição ao PIB metropolitano.

Esta desconcentração delimitou o papel de muitos municípios junto à metrópole, pois a alguns caberia a tarefa de abrigar os trabalhadores que rumam todos os dias pela manhã para a Capital e o centro industrial. Municípios como Ibirité e Ribeirão das Neves que também compõem o conjunto de municípios já nos anos 70 aglutinam população de baixa renda e pouca qualificação técnica (ARAÚJO e COSTA, 2006).

Como já mencionado anteriormente, Caeté viveu ciclos econômicos, como o do ouro, o da siderurgia e a partir de 1995/1996, a mineração (em menor escala que outrora), o comércio, a agricultura (hortifrutigranjeiros, produção apícola e de aguardente), produção de carvão e as atividades de pequenas indústrias (alimentícias, material esportivo, insumos para atividades minerárias, borracharia entre outras) associados às várias modalidades de turismo<sup>16</sup>. Esse último em suas modalidades científica; de aventura; ecoturismo; histórico-cultural e religioso que mesmo desenvolvido de forma ineficiente<sup>17</sup> - integra a vida econômica da cidade.

### Valores culturais, históricos de Caeté e ambiente natural na formação socioespacial.

Caeté, cuja formação vem-se consolidando há pouco mais de três séculos guarda valores que remontam à época dos primeiros povoamentos, quando do auge do ciclo do ouro. Em quase todos os distritos, preponderantemente na sede e mesmo nos povoados há templos religiosos que demarcam a

<sup>16</sup> Em entrevista com o Sr. Amâncio em 10/2006, Caeté, informou o mesmo que os turistas que vão à Serra da Piedade sequer sabem existe Caeté após visitarem a Serra da Piedade. Tal fato é confirmado por outros interlocutores.

<sup>17</sup> Conforme as monografias do Curso de Especialização em Turismo e Desenvolvimento Sustentável do IGC/UFMG, Veloso e Matos (2003); Lima (2005); e Paes e Araújo (2003) que discorrem sobre a potencialidade turística de Caeté denunciando a precariedade da atividade turística com respeito à cultura e ambiente locais.

grande adesão da sociedade local à fé católica romana, bem como cultos específicos. Embora em 2007 haja muitos outros templos religiosos em atividade por toda a cidade numa convivência múltipla de cultos.

Mas não somente a religiosidade marca Caeté, também sua formação natural, com belas paisagens, clima ameno, abundância de recursos hídricos enriquecem a cidade. Alguns distritos sobressaem-se como o de Penedia que abriga a Serra da Piedade e todo seu conjunto histórico e natural, bem como Morro Vermelho, merecendo considerações desta pesquisa por sua contribuição para a construção social, cultural e política de Caeté.

No distrito da *Penedia* encontra-se a Serra da Piedade, continuidade geológica e geomorfológica do conjunto denominado *Serra do Curral*, em sua extremidade nordeste. Trata-se de região na qual tem início o povoamento do estado. Abriga o Santuário Nossa Senhora da Piedade (local para reunião de religiosos) com uma igreja abrigo, biblioteca mística, restaurante para romeiros e espaço para manifestações culturais. Recebe um grande afluxo de turistas em peregrinação religiosa, inclusive autoridades políticas do estado de Minas Gerais, em vários períodos, sendo notadamente no jubileu (15 de agosto a 7 de setembro) o ápice das visitas ( ANEXO C - Figura 2).

Encontra-se no cume da Serra: as instalações do Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo – CINDACTA, responsável pela repetição de sinais de rádio a partir de Brasília; o observatório astronômico da Universidade Federal de Minas Gerais; um restaurante para romeiros e a Igreja originária e o templo moderno. O observatório astronômico foi nomeado Frei Rosário Joffily, em homenagem ao religioso que se empenhou em preservar a riqueza natural e o ambiente religioso, conseguindo em 28/9/1956 a inscrição do conjunto no Livro do Tombo Arqueológico, etnográfico e paisagístico do Ministério da Educação e Cultura. Tal tombamento garantiu que no local não mais se desenvolvessem o extrativismo mineral que ameaça o conjunto a partir da vertente Sabarense (PAES e ARAÚJO, 2003). (ANEXO C - Figura 3)

Apesar de toda riqueza paisagística, da importância científica e do grande valor religioso que desperta o local em todo o estado, vários estudos e mesmo relatos da sociedade durante os trabalhos de elaboração do Plano Diretor mostram certo distanciamento entre o conjunto da Serra da Piedade e a cidade. Um dos sob o aspecto da divulgação ao turista do potencial histórico, cultural e natural que possui todo o município. Paradoxalmente ver-se-á mais adiante a mobilização de toda a sociedade em sua proteção por volta de 2001, bem como durante a construção de seu Plano Diretor. Sua população está estimada em 432 habitantes na área urbana e 1.181 habitantes na área rural (IBGE, 2004).

Dentre os distritos de Caeté *Morro Vermelho* - (ANEXO C - Figura 9) é o distrito que se destaca na história de Caeté pelo levante contra a cobrança do quinto do ouro pela Metrópole portuguesa. Mais que isso, revela-se um orgulho para sua sociedade - conforme se pôde observar durante a elaboração

dos trabalhos do Plano Diretor - como um símbolo da união de sua gente. Medida inclusive pela união dos habitantes da localidade quando da manifestação cultura conhecida por “cavalhada”<sup>18</sup>. Nessa e para fazer frente ao pouco empenho da municipalidade em apoiar suas manifestações culturais, religiosas (PAES E ARAÚJO, 2003) reúne-se grande parte da sociedade do distrito para viabilizar tal comemoração. A festa é mantida como patrimônio cultural por seus moradores há quase 300 anos, sendo distinta das demais manifestações religiosas que levam este mesmo nome, tanto no estado como fora do mesmo (VELOSO e MATOS, 2003). Ocorre durante as homenagens à Nossa Senhora de Nazaré, sendo que na sede, a bandeira de N. Sra. de Nazaré percorre algumas casas para a realização de novena, evidenciando a ligação religiosa entre o distrito e a sede. Muito embora sob o aspecto administrativo não haja tanta integração da sede com seus distritos. Os dois templos católicos - igreja de N. Sra de Nazaré e Capela de N. Sra do Rosário - também são orgulho para seus moradores. Possui ainda um hotel, pousada e restaurante (PAES e ARAÚJO, 2003).

Como patrimônio natural apresenta a Cachoeira de Santo Antônio que recebe grande número de visitantes como “jipeiros, motoqueiros e ciclistas” conhecidos como excursionistas ou turistas de um dia (VELOSO e MATOS, 2003, p. 36). Sua população urbana é estimada em 745 habitantes e a rural em 139 (IBGE, 2004).

Outro evento que reúne muitas pessoas no distrito é a “Festa dos Alpes” organizada por um restaurante que promove provas “off-road de pilotos e equipes” com barracas de alimentação e shows musicais, em junho (PAES e ARAÚJO, 2003, p. 57).

Em Roças Novas, (ANEXO C - Figuras 10 e 11), um próspero distrito de Caeté, situado na divisa com o município de Sabará, entrecortado pela BR 381 que liga o município à Belo Horizonte, encontra-se o maior empregador da iniciativa privada no setor de serviços, o Resort Tauá, contando com 250 leitos, além de outros empreendimentos similares como o Campestre, o Free Time, o Emboabas e o Avalon. Outro empregador significativo é a fábrica de doces Dona Nazinha que produz artesanalmente licores, doces, queijos e outras mercadorias. O distrito conta com boa oferta de recursos hídricos que junto ao cultivo da banana compõem a oferta de emprego e renda da região.

Esportes como o arvorismo desenvolvido no Canela de Ema situado na estrada de ligação de Caeté a Barão de Cocais são também empreendimentos que agregam ao município outras oportunidades de crescimento econômico.

---

<sup>18</sup> Conforme Veloso e Matos (2003) esta representação busca remontar os feitos de cristãos europeus em peregrinação pela Terra Santa para livrá-la do domínio dos mouros (pagãos).

A partir dos anos 2000, a atividade mineraria e o turismo representam tanto para a sociedade local quanto para os agentes do Estado possibilidades de um novo momento de pujança para o município.

Alguns interlocutores demonstraram que a saída da grande indústria teve um impacto de peso para a economia local. Como assinala Lefebvre (1999) “A indústria não permanece submetida ao lugar e não obstante depende dele.” Isto é, a indústria transforma o lugar e as relações sociais onde se instala e sua saída também causam outras mudanças. Segundo o sindicalista José Américo<sup>19</sup>, quando do encerramento das atividades da siderúrgica Barbará, em 1995, a cidade era tida como boa para se viver, lugar tranqüilo, mas deseja também o ser para o trabalho e não somente para dormir. Tal sujeito expressa o desejo da população de que a cidade não seja apenas um lugar para acomodar operários que labutam cotidianamente em outros municípios.

Já no primeiro contato com o município, em 26/10/05, o Secretário da SEDEAMA <sup>20</sup> expressa sua expectativa de que por meio do PLANO DIRETOR, apoiado no ZEE, consiga-se uma melhor visão da cidade. Sua meta é o conhecimento de “[...] Qual a potencialidade do município na área rural, na área de indústria, de comércio, no desenvolvimento social [...]”, a integração entre físico e o socioeconômico. Em outras palavras, associa-se crescimento e desenvolvimento, omitindo-se o que significa cada concepção, cada estratégia, revelando, pois que, a gestão do município ainda se pauta nas possibilidades da indústria como setor estruturante da economia local.

As declarações do Secretário atestam:

“Com isto pode-se dizer que se conhece o município realmente, de fato. Pode-se então determinar o quanto crescer, para onde crescer, a situação que está hoje, onde se quer chegar.” (Secretário de meio ambiente)<sup>21</sup>

A princípio suas pressuposições sobre o PLANO DIRETOR, ao menos no plano do discurso a respeito da estruturação do processo a ser realizada pela PMC, são consoantes ao proposto na Lei Magna, art. 182 e com o Estatuto das Cidades, quando em seu art. 2º aponta-se o fim da política urbana: “[...] ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana [...]”.

---

<sup>19</sup> Entrevista concedida ao jornal Diário da Tarde em 6/4/1995, coluna “Grande BH”.

<sup>20</sup> Entrevista concedida em 26/10/05 nas dependências do SAEE, Caeté-MG.

<sup>21</sup> Entrevista concedida em 6/10/2006, nas dependências da SEDEAMA, Caeté-MG.

É traçado como uma das diretrizes gerais para este propósito:

“IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;” (Lei 10.257, 10/7/2001)

No tocante à atividade mineraria Caeté situada no quadrilátero ferrífero região que concentra as maiores jazidas de minério de ferro do Estado. O estado de Minas Gerais possui 60% das reservas brasileiras (dados de 1983) concentrando-se na RMBH 16,83% das reservas estaduais, notadamente Nova Lima, Ibirité, Betim, Belo Horizonte e Sabará<sup>22</sup>. Dados referentes ao levantamento do PLAMBEL/1989 indicam que a atividade vem reduzindo a ocupação de mão-de-obra, dada a escala industrial do processo. Como se trata de produção de matéria-prima para a indústria de transformação, os empregos gerados dão-se para além da escala local, produzindo-se 9 empregos na indústria de transformação para cada emprego na atividade mineraria.

Atenta-se às reflexões de Lefebvre (1999) a respeito do campo cego: não estaria ocorrendo, neste momento em termos do discurso de um agente do Estado a ampliação do campo cego para a elaboração do Plano Diretor? A quantificação, o crescimento econômico em detrimento de todas as demais esferas da existência humana não operaria como cegante/cegador?

Ressaltam-se as características do espaço urbano: é político, reúne visões, sentimentos, representações da cidade. Representações que disputam entre si a produção do espaço enquanto materialização de uma concepção de mundo, de natureza e dos próprios seres humanos. No início do ciclo industrial, por volta de 1936 a 1946 - sob a gestão do prefeito conhecido como Coronel José de Melo “homem rigoroso e que começou a arrumar a cidade” alocando polícia e cadeia para o local conhecido como Mundéus<sup>23</sup> (mundo de Deus), Caeté era uma cidade fortemente cindida. Os moradores do centro histórico - neste início do ciclo industrial siderúrgico - foram apelidados como “coreanos” e tinham de pedir “benção ao Coronel José de Melo” para ter acesso ao Bairro José Brandão, onde residiam os “Chapecós”. Para os estrangeiros a falta de liberdade de ir e vir soava estranha e causava grandes brigas, as quais somente se reduziram a partir da gestão de Jair Dantas, por volta de 1947.

Nos anos 80, construiu-se o ginásio poliesportivo José Brandão exatamente no marco de divisa entre o centro histórico (Caeté) e o bairro José Brandão com o intuito de amenizar as rivalidades ou de circunscrevê-las às disputas esportivas. Esta cisão ainda existe de uma forma mais eufemizada, e

<sup>22</sup> Fonte: Diagnóstico subsidiário ao PLANO DIRETOR da Região Metropolitana, tema: meio ambiente, Secretaria de Estado de Assuntos Metropolitanos - PLAMBEL/1989, vol. 6.

<sup>23</sup> Tal nome refere-se a uma localidade no município, na porção inicial da cidade, a partir do acesso pela rodovia MG 435.

segundo um dos integrantes do Núcleo Gestor, Sr. Diogo ( nome fictício), residente há mais de 50 anos em Caeté, as professoras naquela época já separavam os alunos entre Caeté (os filhos de famílias tradicionais) e os de José Brandão (provenientes de famílias de funcionários da CFB). Para alguns habitantes, principalmente os estrangeiros, ou seja, os que tiveram sua origem fora do município e, portanto, não foram “criados” na cidade há estranhamento e revela-se mais como um empecilho ao desenvolvimento da cidade, como manifestado durante a capacitação do Núcleo Gestor em 18/2/06. Relataram-se dificuldades até na área comercial, pois segundo entrevista com o Sr. Olímpio (nome fictício)<sup>24</sup> investimentos de empresários da região central fora do perímetro do centro histórico, na Pedra Branca<sup>25</sup>, por exemplo, sofrerão boicote – sejam loja ou supermercado - porque se tratam de investimentos de empresários residentes no centro. Neste aspecto não há consenso, se para alguns pode soar como “cultura burra, cultura arcaica, atrasada” que vem sendo repassada a gerações, para outros, como o Sr. Diogo<sup>26</sup> poderia ser vista como riqueza. Para alguns o distanciamento nas relações sociais revela cisão, hierarquia, negação do encontro, simultaneidade – o que para (LEFEBVRE, 1991) caracteriza-se como a essência do *urbano*, para outros habitantes tal distinção soa como uma riqueza do lugar, uma singularidade.

Pode-se inferir que em alguns momentos houve em Caeté certa involução desta cisão. O que se infere retomando o aspecto político da/na cidade, quando em certas situações a convergência dos olhares, não da totalidade dos cidadãos, mas de parcela significativa promove um sentimento de união em defesa de algum pleito. O que evoca uma sobreposição aos momentos de cisão, distanciamento, mesmo que residual. São momentos marcantes para a sociedade, pois se trata de momentos capazes amenizarem os conflitos, isto é, reduzir a divisão social.

Para Lefebvre

“A capacidade de síntese pertence a forças políticas que são na realidade forças sociais (classes, frações de classes, agrupamentos ou alianças de classe). [...] cabe a elas indicar suas necessidades sociais, inflectir as instituições existentes, abrir os horizontes e reivindicar um futuro que será obra sua.” (LEFEBVRE, 1991, p. 123)

A partir do relato de vários agentes dos movimentos socioambientais, bem como de matérias divulgadas nos jornais da época, pode-se constatar que tal momento da vida política, social de Caeté ocorreu em 2001. Naquele momento expressiva parcela da sociedade caeteense mobilizou-se e em torno do Movimento SOS Serra da Piedade, do qual fez parte membros do próprio Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental – Codema e de movimentos sociais locais. A contenda deu-se entorno

<sup>24</sup> Entrevista concedida em 6/10/06, em Caeté.

<sup>25</sup> Denominação atribuída a uma elevação rochosa em torno da qual pouco a pouco vem se erguendo o centro comercial, financeiro e de serviços.

<sup>26</sup> Entrevista concedida em 18/2/06, em Caeté.

da oposição à ampliação da lavra de exploração mineral, licenciada para a vertente sabarense da Serra da Piedade, cujos investidores do segmento de exploração mineral, pleiteavam a expansão irregular para a vertente caeteense.

Recorrendo-se a Pierre Bourdieu (1996a; 1990,1989) e a sua teoria do *campo* pode-se conceber que a atividade mineraria possui uma convergência/divergência de interesses que a apóiam ou se opõem agregando um conjunto de agentes e seus respectivos capitais<sup>27</sup>.

Por parte do capital industrial, têm-se os agentes que necessitam do minério para a atividade industrial, em múltiplas escalas, da estadual à global; e ainda, os agentes voltados à extração mineral, bem como as consultorias ambientais responsáveis pela elaboração dos estudos ambientais que viabilizam parcialmente a atividade, colaborando para a construção simbólica, a sustentabilidade enquanto *doxa*. Os agentes do Estado por sua vez, também voltados à viabilização da atividade mineraria, mobilizando o *metacapital* (BOURDIEU, 1996a) do Estado, orientam a disputa no campo que se dirija ao poder juridificador que lhe é próprio. Tal poder, simbólico, por natureza, garante ao Estado de certo modo, a nomeação do que é justo, correto, legal, e doravante, sustentável. A sociedade ocupa seu lugar no processo e se faz presente na disputa, ora por meio de sujeitos coletivos (movimentos socioambientais), os quais tomam o papel de seus representantes, ora, quando julgue necessário, atuando diretamente.

Esta mobilização de expressiva parcela da sociedade caeteense questionando o metacapital do Estado decorreu de decisões tomadas em 25 de julho de 2001, sob a gestão do prefeito João Carlos Coelho (01/2001 a 12/2004). À época, a sociedade civil organizada requisitou a realização de uma audiência pública à PMC para apreciar um pedido de ampliação do perímetro da lavra de mineração vindo da Mineração Brumafer Ltda. que até então, possuía licenças ambientais para operar somente na vertente da Serra que pertence ao município de Sabará. Nesta audiência tornaram-se mais visíveis para frações da sociedade caeteense as ameaças à preservação do conjunto da Serra da Piedade. segundo artigo intitulado “A luta continua”, disponível no sítio eletrônico do Movimento Artístico, Cultural e Ambiental de Caeté, a M.A.C.A.C. A, entidade criada em 30/3/1999, acessado em novembro de 2006, como

“A maioria não sabia que 40% da água que consome vem da Serra da Piedade e que esse abastecimento pode estar ameaçado a médio prazo. Ficou claro também que não tendo recuperado a parte antiga da lavra, de responsabilidade da Brumafer, ela não teria condições de recuperar os estragos da atual nem de uma nova.”

---

<sup>27</sup> Capital para Bourdieu (1990) representa os recursos que “são ou podem se tornar operantes”, como um “trunfo em um jogo”, assegurando aos portadores destes recursos, destes poderes, a possibilidade de apropriação cada vez maior dos bens raros que existem no espaço social. Os capitais são de naturezas diversas; econômico, cultural, político, estatal e tornam-se capital simbólico, quando reconhecidos pelos demais agentes do campo onde se dá a disputa.

As ameaças ambientais ainda incluíam afetações aos moradores das residências (chácaras, condomínios) que se instalaram no sopé da Serra, no que tange ao abastecimento d'água, à poluição sonora, bem como a desconstrução da atmosfera de sossego (característica deste ambiente e que o torna atrativo), além de possíveis danos paisagísticos e à biodiversidade.

Logo de imediato, alguns cidadãos contestaram a realização de tais atividades na vertente de Caeté, desenvolvendo estratégias jurídicas junto aos poderes constituídos, mobilizando a sociedade tanto na esfera local quanto externa ao município. Em 30/7/2001 o documento contestatório à extensão da atividade mineraria à vertente caeteense foi entregue à Fundação Estadual de Meio Ambiente – FEAM. Continha assinaturas de várias entidades e agentes do Estado: secretários municipais (meio ambiente, cultura, esporte e turismo), da diretoria do Serviço Autônomo de água e esgoto – SAEE; membros de Conselhos municipais (Patrimônio Histórico e Natural de Caeté e Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental – CODEMA) e também de 900 cidadãos.

Registram-se naquele momento muitas mobilizações envolvendo crianças e adultos ao longo do processo - a de maior envergadura, do ponto de vista do montante mobilizado e conseqüentes resultados foi a de 30/8/2001 - conforme relatos do M.A.C.A.C.A. A multidão, entorno de 1.500 pessoas se concentrou no Poliesportivo José Brandão – esta edificação objetivou romper a cisão social entre os moradores do centro histórico e do bairro José Brandão por meio das atividades esportivas, eventos sociais, etc. – gritando... "Ô 'seu prefeitô', como é que é aqui quem manda é Caeté!!". Tais manifestações forçaram o prefeito a se posicionar, adotando postura favorável à desistência da empresa quanto a esta empreitada.

O Movimento SOS Serra da Piedade vem empreendendo esforços para combater outras estratégias dos agentes do capital privado que se aproximam do Estado para concretização de seus investimentos. Outra instituição que também vem atuando na preservação do patrimônio natural, cultural e religioso da Serra da Piedade é a Igreja Católica, lá instalada desde fins do Século XVIII. A área ocupada pelo Santuário de Nossa Senhora da Piedade é tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico, artístico e Cultural – IPHAN, desde 1956, a partir inclusive da luta do Frei Rosário, personagem conhecido dentre os caeteenses por suas vigorosas posições a favor da proteção da Serra.

Conforme documento do movimento SOS Serra da Piedade<sup>28</sup>, em 31 de julho de 1960, na Praça da Liberdade, em Belo Horizonte, diante de 40 Bispos do Estado, do Governador de Minas e autoridades civis e militares, foi lida a bula do Papa João XXIII, nomeando Nossa Senhora sob o título de Nossa

---

<sup>28</sup> Resumo de ações e de mecanismos de proteção do entorno da Serra da Piedade, enviados pelo Movimento SOS SERRA DA PIEDADE, por correio eletrônico ao pesquisador em 10/2006, bem como a outros sujeitos que intentam tornar aliados em sua luta em várias esferas políticas.

Senhora da Piedade, Padroeira de Minas Gerais, oficializando assim o culto existente. Demarcou a Igreja neste ato, frente ao Estado, a legitimação de sua posse do território, a qual vinha ocorrendo como se viu, desde fins do Séc. XVIII. A Serra da Piedade recebeu sucessivas regulamentações de proteção - (ANEXO D – Mapa da Serra da Piedade Monumento Natural e Cultural de Minas Gerais) - em múltiplas escalas<sup>29</sup>. Muito embora tais mecanismos não tenham freado os ímpetos de agentes que buscam a realização de seu capital econômico por meio da atividade mineraria e sua conseqüente contribuição de matéria-prima para abastecer o mercado nacional e o mundial. Portanto, tem-se tornado um território de disputas.

Em fins de 2005<sup>30</sup>, ação civil pública em defesa do meio ambiente (impetrada pelo Ministério Público Federal e Estadual e o Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural – IPHAN) impediu as atividades da empresa Brumafer nas duas vertentes da Serra: Sabará e Caeté (Anexo C - .Figura 3), ocorrido em meados de 2006, persistindo até o presente. Esta empresa vem contestando judicialmente a delimitação da área de tombamento indicada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural – IEPHA, em 1/4/2006. Na ação civil pública cobra-se a responsabilidade pelos danos ambientais e punições ao governo do Estado de Minas Gerais, Feam e empresa. Segundo esclarecimentos do SOS Serra da Piedade, organizaram-se várias tentativas de alterar os limites de tombamento realizado pelo Estado (IEPHA), a fim de que se excluíssem as áreas de interesse das mineradoras. Estas áreas situam-se na vertente caeteense: de interesse da Mineração Brumafer Ltda., aquela contígua à mineração que já se vinha realizando em Sabará; de interesse de empresas como VALLOUREC & MANNESMAM, a “Apa do Descoberto” – (ANEXO B – Mapa da Serra da Piedade Monumento Natural e Cultural de Minas Gerais e ANEXO C – Figura 3) - no sopé da Serra, cruzada pela rodovia MG 435 que dá acesso ao município, desde a BR 381.

As investidas das mineradoras não se fazem somente face aos órgãos licenciadores, seu capital financeiro e cultural (técnico) busca ampliar-se para a esfera do Legislativo. Nessa, mobilizaram-se os membros do legislativo que são afeitos a seus propósitos mesmo estando próximo ao fim de uma legislatura que se encerrou em 2006. Apresenta-se assim na Assembléia Legislativa a proposta de Lei Estadual 16133 de 26/5/2006 que versa sobre temas diversos. Essa Lei, com seus cinco artigos foi assim estruturada: o artigo 1º e 2º legalizam a doação de um terreno do estado ao Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET de Rio Pomba, no município de Lima Duarte. De maneira dissimulada,

---

<sup>29</sup> Elementos jurídicos de proteção ambiental, cultural: a), IPHAN – Instituto do Patrimônio Paisagístico, Arquitetônico, Histórico e Natural - tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico, 1956; b) Assembléia Legislativa de Minas - Constituição de Minas Gerais - Monumento Natural, 1989 ; c) Câmara Municipal de Caeté-MG - tombamento do Conjunto cultural, arquitetônico, paisagístico e natural da Serra da Piedade a partir da cota de 1200 metros até o cume, 2001.

<sup>30</sup> Fonte : documento intitulado “ Resumo dos mecanismos de proteção da Serra da Piedade em 26/6/2006”, bem como mapa legendado da Serra da Piedade, enviado por e-mail ao entrevistador em 10/2006.

tratam os artigos 3º ao 5º, da alteração do perímetro do tombamento já lançado em livro Oficial pelo próprio estado de Minas (IEPHA), pela Lei 15.178 de 16/6/2004, excluindo as áreas de interesse para a atividade mineraria. Infelizmente, a lei foi aprovada e sancionada pelo Governador Aécio Neves. Segundo o próprio Movimento SOS em moções junto ao Governador, prometeu este ao Arcebispo Dom Walmor melhor avaliar o acontecido. Em vários momentos, o Reitor do Santuário tem acompanhado membros do *SOS Serra da Piedade* em busca da ampliação do capital (cultural, técnico, político) deste movimento, solicitando apoio inclusive à agências internacionais que lutam contra os danosos efeitos da mineração, bem como junto ao estado de Minas e demais poderes que o constituem. Conforme documento do próprio Movimento SOS, a gestão atual da PMC encontra-se voltada à retomada das atividades minerarias por entender serem de cabal importância para o desenvolvimento de Caeté.

É importante reconhecer que Caeté não é uma cidade somente de embates. Sobretudo é um lugar também de alegria como durante as festividades do “carnaval de Inverno”, geralmente no último fim de semana de julho, em pleno período de baixas temperaturas. A cidade se transforma ainda durante a comemoração da festa de sua padroeira, Nossa Senhora do Bom Sucesso, cuja matriz situa-se na Praça João Pinheiro. No início do mês de agosto pode-se observar outro ritmo no espaço urbano. Neste período ocorre o “festival do bolinho de feijão” que também traz para a cidade um momento de descontração e convívio com o folclore local (PAES E ARAÚJO, 2003). Registram-se ainda as festividades religiosas em junho, bem como o desfile de 7 de setembro. (ANEXO C - Figura 8).

### **3.3 – A construção do Plano Diretor : (im)possibilidades à participação social**

A Prefeitura Municipal de Caeté - PMC, cujo chefe do executivo, conforme membros dos movimentos socioambientais, atuou como advogado da própria Mineração Brumafer Ltda durante os vários embates junto aos órgãos licenciadores do estado, tanto em discurso quanto na prática, busca dotar seus procedimentos de racionalidade. Segundo o Sr. Amâncio<sup>31</sup> caberia a tal chefe do executivo a tarefa de anular o “discurso ambientalista” no município, o que vem realizando politicamente, não somente através de atos administrativos. Também na conduta dos trabalhos de elaboração do Plano Diretor, consoante interpretação dos sujeitos coletivos que representam a oposição às deliberações da PMC no tocante à mineração.

---

<sup>31</sup> Entrevista concedida em 6/10/06, em Caeté.

## Incongruências na elaboração do Plano Diretor na concepção dos agentes

Na fala de agentes da própria PMC, as falhas do PLANO DIRETOR, inclusive a falta dos secretários às reuniões e seu pequeno ou nenhum envolvimento no processo é dada sua indisposição, negligência ao planejamento das atividades da respectiva secretaria. Tal racionalidade ancora-se também no discurso que se vem realizando pelo espaço a partir das premissas de que é possível que a atividade mineraria seja desenvolvida de forma “sustentável” e que traga emprego e renda para o município. Entretanto, incorre-se na mesma característica do atual modelo de desenvolvimento de prevalência técnico-instrumental e econômico-produtivista, a qual com base na técnica, e, sem questionar sua aplicação privilegia somente um segmento capaz de operá-la: os tecnocratas. Se o PLANO DIRETOR é objeto de descrenças pelos mais variados motivos, o discurso que alardeia a sustentabilidade também o é.

Embasado nos questionamentos de Lefebvre (2007) perguntar-se: o que é sustentável, para quem, para qual uso, em que bases, ou seja, a que serve <sup>32</sup>. Sob tais questionamentos e considerando processos similares que vêm ocorrendo, como veiculado no Jornal Estado de Minas, em 17/12/06, no Caderno Economia, aponta-se a materialização do paradoxo que é realizado, sob licenciamento ambiental em múltiplas escalas: “Mineração fatura alto e cidades pagam caro”. Em tal reportagem evoca-se os efeitos que não somente o ambiente sofre, mas a própria sociedade. Itabira-MG município que sediou por anos a Companhia Vale do Rio Doce, vivenciou em 2006, pressões sobre o abastecimento d’água, severa poluição atmosférica e um processo de adoecimento psíquico ainda a ser estudado, trata-se da elevada taxa de suicídio.

---

<sup>32</sup> Segundo Wolfgang Sachs (2000), A Comissão Mundial sobre Meio ambiente e Desenvolvimento - CMMAD, apresenta ao mundo o Relatório *Nosso futuro comum* que vem promover a conciliação entre a ânsia pelo desenvolvimento e a necessária atenção ao seu efeito sobre o ambiente. Se antes a conservação era um entrave ao desenvolvimento e o meio ambiente era o algoz da pobreza, agora era possível alcançar este desenvolvimento. Mesmo porque, a pobreza era identificada como um obstáculo à conservação do ambiente e a melhoria na renda dos países possibilitaria melhores condições de habitação e práticas ambientais menos degradantes. Desenvolvimento Sustentável passou então a significar o novo paradigma na condução do relacionamento entre sociedade e natureza. Agora se tornava possível o acesso aos recursos naturais, desde que preservado para o uso das gerações futuras, assegurando o atendimento às suas necessidades. Em 1992 a conferência de Meio Ambiente, ECO-92, ocorrida no Rio de Janeiro, Brasil, despertou em todo o mundo a expectativa de construção de documentos que orientassem políticas nacionais e que resultassem em respostas sensíveis por todo o planeta. Para Carneiro (2005, p. 31) “Os trabalhos fundados no discurso do desenvolvimento sustentável apresentam a crise ambiental como conjunto de “problemas ambientais” com o que o homem se defronta ao ameaçar os limites da biosfera”. Tal afirmativa configura para o autor, discurso vazio, mera abstração, pois a atividade humana sempre alterou a natureza e a partir das bases capitalistas, as relações com a natureza são enquanto mediação de relações de reprodução das condições de produção, voltados à acumulação. Pereira (2005) critica a mera adoção do termo “sustentabilidade”, mesmo que no âmbito do Estado, onde através de suas pesquisas na conservação da biodiversidade, tem se deparado com inúmeros insucessos nas políticas públicas. Suas indagações aclaram a profundidade do conceito tão alardeado: “A questão ambiental ultrapassa a relação homem/natureza e se dirige à faceta das relações entre os homens como objeto econômico, político e cultural e principalmente, como luta social.” (PEREIRA, 2005, p. 120).

Em outra publicação, também no Caderno Economia, em 14/1/2007, apresenta-se um débito de 2,2 bilhões de reais das mineradoras para com 23 municípios e a União, cifras contestadas pelo Instituto Brasileiro de Mineração - IBRAM e outras entidades empresariais. A manchete dá conta de que tal dívida refere-se à sonegação de impostos junto aos municípios e ao governo federal. Tal dívida estaria sendo cobrada pelo próprio governo federal, através do Departamento nacional de Produção Mineral - DNPM.

Um constrangimento à democracia relatado pelos sujeitos em Caeté, muito embora não seja privilégio desta, está na concentração de forças políticas pelo prefeito em configurar e conduzir os conselhos gestores de políticas públicas. Gohn (1997) mostra que os conselhos e os orçamentos participativos-OP's resultam de mobilizações da sociedade civil, por meio dos movimentos sociais, nos anos 80 como forma de aproximação do Estado a fim de participarem dos destinos do País. Seriam na opinião da Carvalho (2001, p. 188)<sup>33</sup> “[...] uma das formas de participação mais permanentes e que resistem às mudanças e aos diferentes graus de abertura dos governos à participação social.” Em sua análise a autora deixa claro que os conselhos gestores oferecem resistência à centralização que as políticas antidemocráticas adotam e “[...] mesmo sem apoio significativo de governos, conseguindo inclusive pressionar governos contra atitudes privatistas, obter subsídios financeiros [...]” (CARVALHO, 2001, p. 188). Mas, prossegue a reflexão da autora, sem um mínimo de apoio do Estado, de retorno aos investimentos que os membros do conselho desenvolvem não se consegue avanços significativos: “Quando se quer tomar decisões corporativas, clientelistas, baseadas em acordos políticos privados e escusos, procura-se burlar, esvaziar ou desqualificar os conselhos”. (CARVALHO, 2001, p. 189)

Em Caeté, segundo o Sr. Wilson<sup>34</sup>, somente na gestão do prefeito Raul Messias (01/1997 a 12/2000) os conselhos obtiveram maior apoio, mesmo porque foi naquele momento que tiveram a possibilidade de serem constituídos. Neste período haveria melhor relacionamento entre governo e sociedade civil, dando-se inclusive autonomia para que o conselho pudesse escolher seu próprio presidente, como no caso do Codema. Entretanto o mesmo relato destaca que a partir da atual gestão, iniciada em janeiro de 2005, são observados constantes constrangimentos ao bom funcionamento dos conselhos. Um destes constrangimentos pode-se inferir com base nas reflexões de Carvalho (2001), refere-se a uma estratégia de ausência de membros do poder executivo às reuniões, impedindo o debate e a aprovação de resoluções que contrariem aos anseios do Executivo, mesmo que essas promovam celeridade e eficácia às políticas públicas. Há ainda, conforme o Sr. Wilson (nome fictício), outras estratégias para redução do poder de deliberação dos conselhos municipais como a supressão

---

<sup>33</sup> Cientista política, pesquisadora do Instituto Polis.

<sup>34</sup> Entrevista concedida em 18/1/07, BH-MG.

de apoio logístico ao Conselho Tutelar, por exemplo, criado sob apoio do judiciário local, com quem a atual gestão não teria bom relacionamento. Recorrendo a Carvalho (2001) pode-se ampliar a lista de estratégias de esvaziamento das possibilidades de exercício da autonomia pelos conselhos:

“É grande, portanto, a capacidade dos governos de esvaziá-los, seja tomando decisões “por fora” dos conselhos, seja, desmobilizando-os, retirando-se deste espaço ou indicando para os conselhos funcionários pouco representativos, com grande rotatividade e/ou com pouca capacidade de tomar decisões.” (CARVALHO, 2001, p. 191)

A atual gestão dos municípios foi tema de uma das apresentações do Programa Palavra Cruzada, veiculado na TV Minas, em 27/12/06<sup>35</sup>. Neste debate a partir de recente pesquisa da Controladoria da União, citada pelos entrevistados, apontou-se a existência de conselhos gestores em somente 50% dos municípios brasileiros, sendo eles, em sua maioria, controlados pelo poder Executivo, ou seja, o Prefeito.

Martins (1994) em seu estudo sobre a sociologia de uma “história lenta” que versa sobre as transformações e permanências na histórica política da sociedade brasileira, concebe que

“A dominação política patrimonial, no Brasil, desde a proclamação da República pelo menos, depende de um revestimento moderno que lhe dá uma fachada burocrática-racional-legal. Isto é, a dominação patrimonial não se constitui, na tradição brasileira, em forma antagônica de poder político em relação à dominação racional-legal”. (MARTINS, 1994, p. 20)

Com esta reflexão, no Brasil, o moderno nem sempre é o novo, já que “o novo surge sempre como um desdobramento do velho” (MARTINS, 1994, p. 30). Ademais em muitas práticas políticas municipais brasileiras o clientelismo político ainda é presente e “eficiente”.

O espaço fragmentado, hierarquizado e homogeneizado (LEFEBVRE, 2005) revela a disputa de grupos que nele constroem *campos* onde se digladiam pelo uso do espaço enquanto realização da vida, da experiência humana, ao passo que outros o têm como pura mercadoria. Embates que aproximam a cidade a uma *obra* ou um *produto* (LEFEBVRE, 1999).

A atividade mineraria constituiu-se em um *campo* de embates de representações que pode inclusive ser fruto do que Lefebvre (1999) denomina como *campo cego* no qual o domínio da representação da existência como mera e contínua reprodução das relações capitalistas de reprodução, cega seus integrantes. Estes chegam mesmo a acenar com o discurso da sustentabilidade (SACHS, 2000) como *doxa*. No sentido contrário, também discursam e disputam a *doxa* os portadores da heterodoxia

---

<sup>35</sup> Debatedores: representantes de entidades que acompanham a gestão municipal como a Associação Mineira de Municípios; um professor de direito administrativo da UFMG- Universidade Federal de Minas Gerais, um consultor em administração municipal e outros jornalistas.

(BOURDIEU, 1989). Ambos atritam pela primazia da construção da realidade, pelo poder simbólico de dizer o que é real e como ele se constitui (BOURDIEU, 1996a, 1989).

Tal confronto em Caeté tem criado um divisor de águas: os ambientalistas, os agentes que se opõem a mineração, aparecem como os inimigos da gestão atual da PMC, que em todas as oportunidades, visa reduzir-lhes os *capitais* (BOURDIEU, 1996a) que dispõem. Esses confrontos de representação do espaço, entre os que advogam o *uso* e aqueles que consagram a *troca*, ocorrem na *cidade*, lugar de mediação entre as mediações, lugar de reunião - nas palavras de Lefebvre (1999, p.111) “A cidade atrai para si tudo o que nasce, da natureza e do trabalho, noutros lugares: frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criações, atividades e situações.” E mais, ainda nos esclarece o filósofo, a cidade tem sua especificidade; a *cidade* se relaciona com a sociedade que contém sua composição, dinâmica, enfim, a historicidade e os elementos que a constituem, o campo, a agricultura, indústria, os poderes políticos, sua morfologia. Mas a historicidade, as mudanças que sofre, as contradições que se constroem são também reflexos do que o autor designa por uma *ordem distante*; a Igreja, os códigos jurídicos (formalizados ou não), as grandes corporações, a cultura. Estas se rebatem sobre a *ordem próxima* afetando a realidade prático-sensível (LEFEBVRE, 1991). É neste sentido que se entende a cidade enquanto local da mediação, pois, “o que ela (a cidade) cria? Nada. Ela *centraliza* as criações. E, no entanto, ela cria tudo. Nada existe sem troca, sem aproximação, sem proximidade, isto é, sem *relações*.” (LEFEBVRE, 1999, p. 111).

Todo o percurso que se travou até aqui tenciona vislumbrar o *espaço social* em formas distintas, mas também complementares para Pierre Bourdieu (1996; 1989) e Henri Lefebvre (2007; 2005) constituído em Caeté, anteriormente às deliberações do Estatuto das Cidades e o PLANO DIRETOR.<sup>36</sup>

## Espaço social

Para Bourdieu (1996a, 1996b, 1989) o espaço social é visto a partir da perspectiva *relacional* entre as diferenças dos capitais de cada agente (volume e espécie de capital) e das posições que ocupam o que enseja um dinamismo a se verificar ao longo da história de cada sociedade. Para participar do jogo é preciso ter um sentido prático, uma forma de agir decorrente do acúmulo de experiências passadas e que garante a participação na arena de disputa, este sentido prático constitui o *habitus*. Para os movimentos socioambientais, ele vem se firmando ao longo da história de lutas contra os agentes

---

<sup>36</sup> Segundo noticiado no sítio eletrônico da Câmara Municipal em 6/6/2007, o Plano Diretor foi aprovado em 5/6/2007 e encaminhado para sanção do Executivo para sua implantação. <http://www.camaradecaete.mg.gov.br> (acesso em 28/6/2007).

hegemônicos, o que resulta em sua mobilização e busca de agregação de novos agentes com capacidade de contribuir com o discurso contrário, o qual também representa uma *doxa* (BOURDIEU, 1996a, 1996b, 1989).

Lefebvre (2007) por sua vez, amplia o conceito de espaço social sem desprezo ao que Bourdieu apresenta, considera Lefebvre também a materialidade, o prático-sensível e isso o faz quando evoca o conceito de *produção*. Nesta direção, o espaço social que “[...] implica, contém e dissimula relações sociais” (LEFEBVRE 2007, p. 20) é também o que envolve as relações de propriedade, tornando-se *produto e meio* inseparáveis das “forças produtivas, das técnicas e do saber, bem como da divisão social do trabalho, da natureza, do Estado e das superestruturas” (LEFEBVRE, 2007).

Em Caeté, os embates que vem se travando a respeito das atividades minerárias no território da Serra da Piedade construíram o *campo* que antecede a realização do PLANO DIRETOR. O Campo de referência é o “*campo ambiental*” nos termos do sociólogo Eder Jurandir Carneiro (2005), o qual vem se firmando em Minas Gerais a partir de meados dos anos 70. Seu pilar a “tecnoburocracia ambiental” defende a instituição de fóruns específicos para o tratamento de forma “racional” do desenvolvimento econômico do estado a partir do aproveitamento dos recursos ambientais, transferindo para o domínio técnico, a melhor diretriz para lidar com a questão (CARNEIRO, 2005).

Segundo levantamentos realizados e entrevistas com funcionários da PMC - sujeitos com conhecida atuação sociopolítica local - jornais locais, sítio eletrônico dos movimentos sociais e mesmo pela observação da postura dos agentes do Estado, estes têm se mobilizado por discursar e agir de modo a construir uma certa realidade: o poder de enunciação, o *poder simbólico*, o qual para Bourdieu (1996a) é próprio ao Estado. Não sem um embate com os agentes que lhe contradizem, ou seja, os que constroem a *heterodoxia*, ou a negação da *doxa*. Os posicionamentos políticos, antagônicos em certos aspectos, ensejam nos agentes de Estado, distanciamento em relação aos sujeitos que se unem entorno da preservação da Serra da Piedade.

Esta postura persistirá durante a construção do PLANO DIRETOR, pois o *campo* já está construído.

## Participação social e contradições

O PLANO DIRETOR não representa exatamente as proposições dos ideais da Reforma Urbana, não sendo, este instrumento político e técnico, exigência da sociedade brasileira quando da apresentação da emenda constitucional em 1988 com 130 mil assinaturas (SOUZA, 2003). Contudo, este instrumento de formulação de políticas públicas, embora seja uma resposta consagrada como “tecnocrática de esquerda” (ROLNIK, 1994) foi consagrado pela Constituição de 1988 para trazer à propriedade sua

função social, reorientando o crescimento econômico a partir do planejamento da distribuição destas atividades no espaço, bem como da população. Em suma assegurar a gestão democrática da cidade.

Como o PLANO DIRETOR foi regulamentado pela Lei 10257 de 10/7/2001, é necessário resgatar a legislação vigente em Caeté, entre a promulgação do Estatuto da Cidade e sua aprovação pela Câmara Municipal em 5 de junho de 2007, sendo encaminhado à sanção do Executivo. Segundo informações enviadas ao Ministério da Cultura (Programa Monumenta do de 10/1/2006) o município dispõe dos seguintes instrumentos de planejamento e gestão urbanos: a) Lei de parcelamento; b) Lei do perímetro urbano; c) Lei de Uso e Ocupação do solo; d) Código de Edificações, e ainda, Legislação de proteção do patrimônio cultural. Destaca ainda não dispor o município de um cadastro técnico urbano atualizado o que impede a cobrança do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano. O município não dispõe ainda, de um plano viário consistente para o planejamento da circulação de cidadãos e cargas, tanto na área central quanto nos sítios históricos.

Em Caeté, a Lei Orgânica, lei maior do município, de 14 de agosto de 1990, aponta no Capítulo II – Da ordem econômica da política urbana, seção I Disposições gerais, art. 171, o PLANO DIRETOR dentre outros instrumentos de planejamento urbano para se atingir o “pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e a garantia do bem-estar de sua população [...]”, fins precípuos de sua política urbana, art. 170. Este último assegura a participação comunitária no planejamento e controle da execução de programas que lhe forem pertinentes, adequando-se à Lei Magna de 1988.

### A coordenação do PLANO DIRETOR, antecedentes históricos e legais

Em Caeté-MG como em tantos outros municípios mineiros e brasileiros, o PLANO DIRETOR foi postergado até o tolerável pelo Estatuto da Cidade, pois tanto prefeitos, quanto vereadores podem ser punidos por improbidade administrativa caso não concluíssem o processo até Outubro de 2006. De acordo com informações do Sr. Joélcio <sup>37</sup> ( nome fictício), o município teria tentado iniciar o processo há duas gestões, porém o trabalho ateve-se somente a reuniões internas, sem a participação dos cidadãos. Agentes dos quadros da prefeitura, como outros representantes do Estado e ainda outros segmentos sociais chegaram a acreditar que o PLANO DIRETOR seria um trabalho executado pelo poder público e apresentado à população. Tal processo “uma exigência de Lei” e que não representa a

---

<sup>37</sup> Entrevista concedida em 16/11/2005, Caeté.

“salvação da pátria”<sup>38</sup> - iniciou-se numa cidade que não tem o hábito de planejar suas ações como Caeté. Para este agente do Estado, o PLANO DIRETOR, embora a propaganda o consagre como eficaz, corria o risco de tornar-se um daqueles instrumentos que viram papel, além de estar sujeito à descontinuidade.

A atual gestão municipal (2005/2008)<sup>39</sup> definiu como coordenadora dos trabalhos do PLANO DIRETOR, a Secretaria municipal de desenvolvimento econômico, agricultura e meio ambiente – SEDEAMA. A pasta foi assumida no início do mês de outubro de 2005 e sofreu inúmeras deliberações no sentido de alcançar maior celeridade e eficiência, encontrando vários desafios. Um deles visa a estruturação de procedimentos para a realização de políticas públicas em segmentos correlatos, mas bastante amplos na condução das ações específicas que são; a política agrícola, a política ambiental e, mais abrangentemente, a política de desenvolvimento do município. O planejamento desta pasta alcança a estruturação de procedimentos que nortearão a política ambiental no município. Ressalta-se a estruturação dos procedimentos internos; capacitação da equipe de trabalho, fluxograma de processos internos, rotinas de notificação para infrações ambientais, procedimentos para licenciamento ambiental de empreendimentos diversos. Voltados à atuação externa aponta-se; educação ambiental, planejamento de revegetação de áreas, solução de conflitos na área de exploração de recursos naturais e destinação de resíduos entre outros<sup>40</sup>. Resta lembrar que ainda se desenvolve a política agrícola e pecuária e o desenvolvimento econômico de modo amplo, além de requerer o acompanhamento das atividades do comércio, serviços e indústria. Outra exigência não menor é a coordenação dos trabalhos de elaboração do PLANO DIRETOR, processo bastante complexo por si, tanto pelo aspecto da exigência legal quanto pela exigüidade de tempo que se dispõe para esta realização quanto aos aspectos políticos, jurídicos e econômicos que envolvem. Para tais propósitos; administrativos, econômicos e ainda, para o equilíbrio econômico da taxa de câmbio entre os diferentes capitais, assegurando ao Estado sua superioridade enquanto concentração de capitais num *metacapital* (BOURDIEU, 1996a) foi preciso nomear para tal tarefa um agente à altura de tal desafio. Um agente cujo *habitus* lhe garantisse o *sentido do jogo* (BOURDIEU, 1996a), em curso, mesmo que não se sentisse no jogo de imediato, mas posteriormente. Tal agente, possuidor do discurso tecnoburocrático, seria capaz de lançar mão de todo este capital já adquirido em lutas passadas em

---

<sup>38</sup> Conforme apontou em entrevista o Sr. Getúlio, outro agente do Estado, com grande capital administrativo, político junto à PMC, em 16/11/05, nas dependências da PMC.

<sup>39</sup> Das eleições municipais em 2004 foi eleito como prefeito Ademir C. Carvalho (PL), advogado, a partir da coligação PL / PP / PTB / PMDB / PSBI tendo recebido 11.497 votos (51,55%) dos 22.303 votos nominais. O 2º colocado, Lucas Coelho (PSDB), recebeu os restantes 10.806 votos (48,45%), podendo-se observar uma pequena margem de diferença entre os candidatos. Fonte:< <http://www.tse.gov.br/internet/index.html>> Acesso em jul. 06.

<sup>40</sup> Tais informações foram obtidas ao longo da pesquisa em diálogo com o Secretário de meio ambiente, bem como com seus assessores.

prol de fazer valer a *dominação simbólica* imposta pelo Estado (BOURDIEU, 1996a). Agente este, não somente possuidor de títulos auferidos pelo Estado, o que lhe assegura capital técnico, político, simbólico, porque reconhecido. Mas investido numa posição – Gerente da Apa Sul 41 – a qual ocupa somente quem acumulou conhecimento e habilidades para atuar junto ao poder juridificador – condições essenciais para integrar o campo do licenciamento ambiental (CARNEIRO, 2005) - parte integrante do *Metacapital* do Estado.

Segundo alguns agentes da PMC, o processo de estruturação do PLANO DIRETOR já teria sido iniciado em meados de 2005. Mas, as atividades relativas à operacionalização da elaboração do PLANO DIRETOR somente desenvolveram-se continuamente a partir de fevereiro de 2006<sup>42</sup>. Até então, os trabalhos tinham um caráter preparatório, muito mais voltado à rotinas internas do que à interação com a sociedade. Tal financiamento se deu por meio do PROGRAMA MONUMENTA abrangendo recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, da União, dos Estados e Municípios, sendo realizado pelo Ministério da Cultura e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional com apoio da UNESCO<sup>43</sup>, cujo detalhamento se dá adiante.

Com base na estrutura que a SEDEAMA traçou para o início dos trabalhos - poucos estagiários, um único sujeito responsável por toda a estratégia de realização do PLANO DIRETOR<sup>44</sup>, equipamentos de informática obsoletos e em número inferior à demanda, causando contingenciamento para a realização das tarefas, e até mesmo um sistema inadequado de arquivos (físico e informatizado) - infere-se ineficácia na alocação de recursos diversos por parte do Estado na elaboração do PLANO DIRETOR. O constante acompanhamento do Coordenador, em termos logísticos, administrativos, agendamentos, alocação de outros profissionais necessários aos vários eventos não foi o bastante para assegurar maior êxito nas ações. Concepções arcaicas da diferença entre o público e privado - reveladas pela precariedade da oferta de equipamentos do próprio Estado para a realização dos trabalhos do Plano Diretor - decorrem também do cerceamento de uso promovido por seus agentes. Esses que deliberam

---

<sup>41</sup>A Apa Sul é uma área de proteção ambiental situada ao Sul da RMBH nomeada APA-Sul/RMBH, Proposta e consolidada, em 1981, regulamentada em junho de 1994 (Decreto Estadual nº. 35.624) é composta por 13 municípios e ocupa uma área total de 166.254 ha é um local considerado de relevante interesse, do ponto de vista ambiental, que deve ser manejada de forma a assegurar o desenvolvimento de atividades econômicas locais e o bem estar das populações humanas residentes, num esquema sustentável. A demanda por sua criação partiu inicialmente de uma associação de proprietários de “residências de fins de semana” na localidade de São Sebastião das Águas Claras. Fontes: [http://www.ief.mg.gov.br/images/stories/quadrosUCs/anexo6\\_areaprotecaoambiental.pdf](http://www.ief.mg.gov.br/images/stories/quadrosUCs/anexo6_areaprotecaoambiental.pdf)  
[http://www.semad.mg.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=32&Itemid=46](http://www.semad.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=32&Itemid=46) acessados em 22/6/07.

<sup>42</sup> O Termo de Referência é datado de 10/1/2006.

<sup>43</sup> As informações sobre o programa Monumenta foram obtidas no site <www.monumenta.gov.br> Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura foi fundada em 16 de novembro de 1945, sendo o Brasil estado-membro desde 1946.

<sup>44</sup> Tal sujeito, Sr<sup>a</sup> Luciana, em vários momentos teve de recorrer à ajuda da população para a realização dos eventos, mal podendo contar com estagiários que contam também com outras atribuições que não aquelas do processo em si.

sobre questões ligadas ao Estado como prolongamento de seus domínios pessoais, como se o patrimônio público integrasse seu próprio corpo físico. Desta forma, o uso de um recurso pertencente ao Estado, para uso em benefício da coletividade - como um carro, uma televisão, um retro projetor – utilizado pela SEDEAMA para as atividades de elaboração do Plano Diretor, teria seu uso permitido, consoante o “estado de humor” do agente detentor do respectivo recurso. Deste modo, quando não houvesse interesse desse agente detentor em ceder o equipamento à SEDEAMA, os funcionários desta deveriam buscar outros meios de realizar o trabalho. Inclusive com a ajuda de moradores dos locais onde se realizasse um determinado trabalho, como no caso das oficinas de esclarecimento.

## Comunicação e divulgação

O Programa MONUMENTA está voltado à “integrar a preservação do patrimônio cultural com a política urbana em cidades com sítios históricos, contemplando estudos as questões relativas à preservação do bem cultural”<sup>45</sup>. Inclui-se dentre outras ações, a implementação de medidas educativas, gerenciais e administrativas, capazes de ampliar o retorno econômico e social dos investimentos públicos aplicados na conservação do patrimônio cultural brasileiro.

Para a Unesco <sup>46</sup>, “O patrimônio cultural de um povo é ingrediente de sua identidade e da diversidade cultural. Pode também tornar-se um importante fator de desenvolvimento sustentado, de promoção do bem-estar social, de participação e de cidadania”. Percepção também verificada pelo pesquisador em seu contato com vários sujeitos em Caeté, valendo inclusive como fator motivador para defesa do conjunto da Serra da Piedade. A peregrinação religiosa, bem como as festividades, realizadas nos vários distritos compõe um conjunto de tradições que se quer preservar podendo alavancar o desenvolvimento local. Neste aspecto, o MONUMENTA é um dos projetos que potencialmente viabiliza a conquista do desenvolvimento, compatibilizando os atos de preservação com os temas abordados na elaboração do PLANO DIRETOR Participativo.

Em seu site, o Ministério da Cultura relata que algumas cidades<sup>47</sup> foram escolhidas face a premência na realização de obras de preservação do patrimônio cultural, com base no critério de seleção da Secretaria de Programas Urbanos do Ministério das Cidades por meio da consulta prévia do Programa de Fortalecimento da Gestão Municipal Urbana e Apoio à implementação do Estatuto da Cidade e à

---

45 Vide Site [www.monumenta.org.br](http://www.monumenta.org.br) acessado em 3/1/2007.

46 [www.unesco.org.br/areas/cultura/destaques/monumenta/index\\_html/mostra\\_documento](http://www.unesco.org.br/areas/cultura/destaques/monumenta/index_html/mostra_documento), acesso em 4/1/07.

47 Informe do Site do Ministério da Cultura indica 26 cidades :Alcântara (MA), Belém (PA), Cachoeira (BA), Congonhas (MG), Corumbá (MS), Diamantina (MG), Goiás (GO), Icó (CE), Laranjeiras (SE), Lençóis (BA), Manaus (AM), Mariana (MG), Natividade (TO), Oeiras (PI), Olinda (PE), Ouro Preto (MG), Pelotas (RS), Penedo (AL), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), São Cristóvão (SE), São Francisco do Sul (SC), São Paulo (SP), Serro (MG).

Elaboração dos Planos Diretores do PPA. Assim, almeja-se conquistar conscientização sobre a preservação do patrimônio cultural inclusive fomentando atividades econômicas na escala local, alcançando independência nas ações em relação ao financiamento federal. Tratando-se de um projeto que trata de forma homogênea as sociedades locais, desprezando peculiaridades, políticas e religiosas inclusive, tende a tornar-se um processo burocrático que engessa as ações locais. O próprio Secretário da SEDEAMA queixou-se deste aspecto inflexível e burocrático do Programa até mesmo para liberar verbas.

A obtenção deste financiamento, que envolve de forma transescalar agentes com múltiplos capitais (BOURDIEU, 1989) assegurará durante todo o processo - à Coordenação, portanto, aos agentes do Estado - a ampliação de seu capital simbólico (BOURDIEU, 1989). A *doxa*<sup>48</sup> se instala quando ao discursar o Coordenador aponta a adequação do processo de elaboração do Plano Diretor de Caeté ao modelo internacional, isto é, da Unesco. Esta acumulação dar-se-á a partir do alardeamento da adoção de metodologias, parâmetros internacionais ao desenvolvimento deste processo de planejamento do município, deixando implícito aspectos de modernidade, celeridade e eficiência. Essa acumulação do capital simbólico teve início já na primeira reunião pública<sup>49</sup>, em 8/2/2006, quando se tratou de comunicar a respeito do processo eleitoral de escolha do Núcleo Gestor.<sup>50</sup> Neste evento, embora ainda não constituído o Núcleo Gestor, tampouco o seu regimento interno, já se delimitaria a posição da Coordenação no campo. Posição de supremacia tanto pelo poder assegurado pela nomeação do Estado, quanto do investimento na adoção de um modelo de gestão aceito mundialmente, portanto, símbolo de modernidade e eficiência técnica. Dado que tratou-se de reunião pública, acesso amplo, o discurso dirigiu-se à sociedade como um todo, não somente àqueles agentes integrantes de movimentos socioambientais que participariam da eleição para o Núcleo Gestor.

O processo de divulgação do PLANO DIRETOR, visando mobilizar a sociedade para sua participação deu-se conforme o proposto pela UNESCO, adotando-se como veículos de divulgação:

- mídia sonora (rádio e carro de som, em horários diferenciados).
- mídia escrita: a) jornais locais – Acontece e Opinião; b) cartazes afixados em locais de grande circulação de pessoas (comércio, órgãos públicos, templos religiosos), inclusive nos distritos;

---

<sup>48</sup> *Doxa* significa para Bourdieu (1996a, p. 120): O “[...] ponto de vista particular, o ponto de vista dos dominantes, que se apresenta e se impõe como ponto de vista universal [...]”. Constitui-se no poder de construir a realidade, de construir divisões entre os grupos, mantendo a dominação num campo.

<sup>49</sup> Ressalta-se que dentro dos registros que compõem o “dossiê” PLANO DIRETOR para consulta pública, em ata de 28/11/2005 noticia-se esta reunião seria o marco zero da participação popular no processo.

<sup>50</sup> O núcleo gestor, colegiado que unirá agentes do Executivo, Legislativo e Sociedade civil organizada “atuará como um filtro, instância deliberativa”, conforme assessoria jurídica da PMC. (anotações de caderno)

- c) panfletos entregues pelos agentes de saúde aos moradores durante pesquisa sócioeconômica; d) cartas-convite às lideranças comunitárias.
- palestras – para alunos e seus pais em escolas da rede municipal e estadual.
- Contatos telefônicos entre a Sedeama e as lideranças.

Entretanto, apesar de todo o esforço - pois a SEDEAMA não contou com muitos colaboradores demandando a intensificação do trabalho e até sobrecarga, lembrando-se que somente um agente foi o responsável pela estruturação dos eventos, logística, comunicação e outros – nos contatos do observador com a sociedade de Caeté, sejam servidores municipais, comerciantes, estudantes, idosos, observou-se desconhecimento desse processo já em curso. Desconhecimento esse, tanto do que é o Plano Diretor, sua finalidade, quanto da dinâmica dada pela SEDEAMA. Por inúmeras vezes, em situações e locais distintos, nos veículos de transporte públicos para Caeté durante todo o processo, e até mesmo durante o período das audiências públicas, em dezembro de 2006, ao abordar os cidadãos(as) a respeito de qual conhecimento possuíam sobre o PLANO DIRETOR, a resposta quase sempre era negativa. Revelando-se assim desconhecimento sobre o processo bem como de sua dinâmica. Esta situação de desconhecimento por parte da sociedade local quanto às ações do Plano Diretor em construção também foi confirmada por outros interlocutores como lideranças políticas, membros do Núcleo Gestor dentre outros sujeitos entrevistados.

Eleição dos membros do Núcleo Gestor - “o poder que a sociedade jamais teve”<sup>51</sup>.

Visando atender ao art. 43 da Lei 10257 de 10/7/2001 que trata da gestão democrática da cidade e, ainda o inciso II do art. 2º, e incisos I a III do § 4º do art. 40 da referida Lei, instalou o Poder Executivo, um órgão colegiado com representantes do Estado (Executivo e Legislativo) e a sociedade. Conforme estrutura de trabalho proposta no item 7 do Termo de Referência do Programa Monumenta, o Núcleo Gestor permitirá a composição do Conselho da Cidade.

O processo eleitoral idealizado pela SEDEAMA, o desejava o mais democrático possível e teve início a partir do contato da Secretaria junto às entidades inscritas no cartório de registro de pessoas jurídicas e ainda, a partir da base de dados da própria Prefeitura. Realizou-se reunião pública em 28/11/2005 para esclarecimentos sobre o PLANO DIRETOR, na qual estiveram presentes: membros do poder executivo (Secretarias municipais; da Fazenda, Assistência Social, Obras Transporte e Urbanismo, Saúde e assessoria jurídica da PMC), sociedade civil organizada (Associações comunitárias dos Bairros;

---

<sup>51</sup> Pronunciamento do Coordenador do Núcleo Gestor em 8/2/06 em reunião pública explanatória do processo eleitoral para escolha dos membros da sociedade civil representantes do Núcleo Gestor.

Charneaux, Jardim Bandeirantes, Pedra Branca, Vila Zelinda, São Geraldo, Condomínio Quintas da Serra, Santo Antônio, Condomínio Cedros, Bonsucesso; Loja Maçônica, Associação dos Artesãos, ACIAC/CDL, membros do Movimento SOS Serra da Piedade) cuja divulgação deu-se por meio da imprensa escrita, Jornal Opinião, um dos veículos de circulação do município, ao qual a SEDEAMA dirigiu suas comunicações sobre o PLANO DIRETOR, além de mensagens em uma emissora de rádio local. Ainda assim, alguns membros da sociedade civil questionaram a ausência de outras entidades representativas do município: escolas, religiosas, grupos folclóricos, Conselhos e outras <sup>52</sup>.

Posteriormente, a SEDEAMA remeteu cartas-convite registradas às entidades, definindo inicialmente o dia 5/1/2006 como prazo final para a apresentação de documentação necessária para inscrição no processo de eleição das entidades representantes da sociedade civil e que teriam assento no Núcleo Gestor, sendo prorrogado para 25/1/2006. Em meados de dezembro de 2005, informou-se que 14 entidades já estavam inscritas e que a cada contato com as mesmas, insistia-se para que convidassem outras entidades a participarem do processo eleitoral. Foi relatado ainda o perceptível interesse dos membros das entidades, mas, esses detinham pequeno conhecimento sobre o PLANO DIRETOR (informação verbal)<sup>53</sup>. Em 18/1/2006, a SEDEAMA já registrava 38 entidades inscritas.

Em 12/1/2006, a SEDEAMA publicou no Jornal Opinião, o “Regulamento Eleição Núcleo Gestor do PLANO DIRETOR Participativo”, ANEXO E – Regulamento eleição Núcleo Gestor do Plano Diretor Participativo, programando para o dia 16/2/2006, a eleição das entidades representantes da sociedade civil organizada. Muito embora a SEDEAMA houvesse se reunido com as entidades anteriormente ao início das inscrições e buscado esclarecer como se daria o processo, houve dúvidas e um grupo de entidades apresentou representação ao Ministério Público solicitando maiores detalhamentos. A SEDEAMA os apresentou à Promotoria e o processo seguiu conforme o previsto.

Antecipadamente ao pleito de eleição do Núcleo Gestor, realizou-se em 8/2/2006, no Cine Teatro de Caeté, por volta das 20hs, reunião pública com as entidades inscritas e, aberta ao público em geral, ANEXO F – Ata de reunião pública em 8/2/2006.

O clima que reinava na SEDEAMA, anteriormente à eleição apontava para a prevenção contra possíveis atritos com uma determinada “ala” que é “cliente de briga com a prefeitura”, segundo os sujeitos da Secretaria. Tal crença ante a exposição pública do processo criou tensão e mobilizou seus agentes na construção de salvaguardas. As cisões a que nos referimos anteriormente marcam posições no campo: os integrantes do Movimento SOS Serra da Piedade e mesmo simpatizantes, encontram por sua vez dificuldades em transitar pelos órgãos de Estado, notadamente, quanto ao

---

<sup>52</sup> Conforme consta em ata de reunião da Coordenação do PLANO DIRETOR, ocorrida em 28/11/05.

<sup>53</sup> Entrevista realizada em 15/15/2005, nas dependências da SEDEAMA, Caeté-MG.

poder Executivo já que entorno da atividade mineraria instaurou-se a disputa pela *doxa* (BOURDIEU, 1989). As salvaguardas acima referidas tornam-se necessárias posto que o jogo já em curso força ao cuidado da antecipação de cada ato, gesto ou discurso.

Para Bourdieu (1989, p. 11), “[...] as relações de comunicação são, de modo inseparável, sempre, relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições envolvidas nessas relações) [...]” daí se segue que toda a elaboração do discurso - o qual se entende tanto escrito ou falado - requer cuidados especiais (CHAUÍ, 2003). O discurso também propicia, além da decifração, da compreensão pelos ouvintes, “[...] *signos de riqueza* a serem avaliados, apreciados, e *signos de autoridade* a serem acreditados e obedecidos.” (BOURDIEU, 1996b, p. 53). Entretanto, não somente a competência técnica para discursar garante a eficácia do discurso; é preciso um mercado específico que permita a valorização dos signos ali apresentados e a legitimidade do estatuto. Quanto mais oficial, quanto mais ajustado aos termos que multiplicam o capital dos dominantes, maior legitimidade terá o pronunciamento (BOURDIEU, 1996b).

Desta forma, o início dos trabalhos se deu com a leitura de um texto, empreendida pelo Secretário de meio ambiente, apontando o sentido do planejamento, exaltando novamente, a aprovação pela UNESCO do processo a ser realizado em Caeté, o que equipararia o planejamento de Caeté aos padrões mundiais de planejamento das cidades. Tal atitude desvia as contendas para o terreno da discussão técnica do planejamento, muito embora em sua fala o Secretário tenha afirmado que o Plano ensejará o surgimento da diversidade cultural do município, quando da realização das oficinas de trabalho nas localidades.

Assegurou ainda, o Coordenador, que o processo de construção do PLANO DIRETOR estava em seu início, relatando que os trabalhos efetuados até o momento e o planejado, bem como a publicidade que acompanhará o processo. Objetivou-se nestes esclarecimentos da Coordenação desfazer boatos que circulavam entre os cidadãos a respeito de “os vereadores já estarem votando e mudando o PLANO DIRETOR”, segundo relato de um dos colaboradores da PMC, em reunião interna no dia 31/1/2006.

Outra salvaguarda - tal qual Bourdieu (1996a) aponta, o poder de “estatuto” – reside na alocação de sujeitos da assessoria jurídica, sujeitos também duplamente possuidores de capital específico do Estado: conhecimento técnico sobre a legislação, e ainda, aquele do qual estão investidos pelo cargo que ocupam e portanto por serem representantes do Estado. O evento público inaugural para o processo junto à sociedade, associado à possibilidade de grande afluxo de agentes (de vários segmentos sociais), face à ampla publicidade, local e horário, e ainda, a inevitável presença de membros do Movimento SOS Serra da Piedade, constituiu-se em um *mercado* (BOURDIEU 1996b). Este composto não exclusivamente dos capitais do Estado, mas também daqueles referentes aos

agentes coletivos que representam a sociedade e os próprios cidadãos enquanto integrantes desta. Em relação aos agentes que representam a coletividade, pode-se enumerar: o conhecimento técnico-jurídico, mobilização social e de outras instâncias do próprio Estado para contrapor o discurso *dóxico* (BOURDIEU, 1989), acesso à mídia, entre outras estratégias. Coube aos agentes do Estado fazer valer assim cada vez mais os bens simbólicos que dispõem, pois no campo, em determinados momentos e situações pode haver migração de um determinado capital a outro agente.

Mas não se buscou somente assegurar o *metacapital* do Estado (BOURDIEU, 1996b), o discurso da Coordenação também apontou para a importância da participação indireta da sociedade que estará representada no Núcleo Gestor, bem como diretamente, poderá se fazer ouvida nas oficinas de trabalho nos bairros da sede e nos distritos. Ainda segundo o Secretário, o formato planejado para o Núcleo Gestor dará à sociedade um poder que ela nunca teve, mas também responsabilidades, pois se houver erro, erra-se junto e assim, haverá ônus para Estado e sociedade. Em outras palavras é uma socialização da responsabilidade para as diversas camadas e segmentos da sociedade, uma pulverização que acaba por isentar os verdadeiros responsáveis pelo processo. Assegurou-se também o acesso à documentação do processo, o que também está resguardado no Estatuto das Cidades, art. 40, §4º, item II. Afirmou-se também a busca de uma construção conjunta, democrática para a estruturação do regimento interno do Núcleo Gestor.

A representatividade dos anseios da sociedade também foi alvo de questionamentos. Um ex-vereador e representante do distrito de Morro Vermelho aventou a possibilidade de um munícipe – contando com o apreço dos presentes - participar do Núcleo Gestor como representante de outros munícipes ou mesmo falando por si. Para os agentes do Estado não seria possível a participação direta em todas as fases do processo. Tal alegação tem por base a idéia de que um sujeito pode não estar investido da necessária representação para ser nomeado como interlocutor de uma coletividade e, portanto, a representação ter de se fazer por segmento. Os interlocutores coletivos teriam maior legitimidade para defender os interesses em sua pluralidade, já um cidadão, poderia defender apenas um único interesse, complementou o Coordenador. Neste aspecto, o Estado atuou tanto em discurso quanto na prática, delimitando a participação.

O relevante aqui é que houve limitação à participação da sociedade como um todo, ou seja, nos termos de Rancière (1996), o *demos*, aqueles que não tinham títulos ou propriedades para fazer valer seus anseios, não puderam exercer o direito de peticionar junto ao Estado numa relação de compartilhamento do poder. Sobretudo porque sua voz foi metamorfoseada na voz de movimentos sociais de vários matizes. Não se quer destituir os movimentos sociais da legitimidade de lutar pelo avanço da democracia, da justiça social e a proteção à vida, mas almeja-se deixar bem claro que a

sociedade caeteense, em seu todo, não pôde se manifestar diretamente nos momentos mais decisivos do processo de construção de seu Plano Diretor.

Os impedimentos configuram-se no que Rancière (1996, p. 370) delinea fundamento básico da Política que é a “ausência de todo fundamento de dominação”. Em Caeté configura-se - nesse processo sócio-político que discute aspectos da vida pública e envolve o município como um todo - o deslocamento a que se refere Dagnino (2004), o de se tomar a sociedade civil pelas entidades que a representa.

Apesar das expectativas da SEDEAMA, o evento não se constituiu num campo de embate com troca de insultos, agressividade, “denúncias”, ou seja, o *metacapital* do Estado não foi questionado. Os movimentos sociais não se sentiram desprezados ou em situação de ameaça a seus capitais, embora a reunião tratasse das bases nas quais se daria o processo eleitoral.

Em 16/2/2006, novamente nas dependências da PMC (antigo cinema), convocaram-se as entidades previamente cadastradas e devidamente registradas no Cartório de títulos e documentos, ou seja, plenamente adequadas aos ditames burocráticos do Estado. Tal exigência, aos olhos da Coordenação garantiria a representatividade destas entidades. Em outras palavras, eliminaria a possibilidade de novos movimentos recém surgidos a partir da insatisfação com o próprio processo de elaboração do Plano Diretor – por exemplo - tivessem espaço e tempo para o afrontarem (uma vez que no papel ainda não estavam reconhecidos).

A participação incisiva em momentos de decisão - apesar de que para alguns membros de movimentos socioambientais estes não ocorreram dado que a elaboração do anteprojeto a ser enviado à Câmara Municipal ser construído externamente às reuniões do Núcleo Gestor – coube, portanto, exclusivamente às entidades representantes da sociedade, devidamente registradas na burocracia estatal. As regras do *campo* que se firmou em torno da elaboração do Plano Diretor foram claramente amparadas na racionalidade burocrática e não, por exemplo, no chamamento às entidades que realmente mobilizam-se por questões essenciais para o município, como a defesa do conjunto da Serra da Piedade.

Neste evento, o Estado tem seu *metacapital* questionado, o que se confirma a partir da leitura de um texto que abordou a decepção dos brasileiros com o processo eleitoral para mandatários do Legislativo e do Executivo, realizada por um dos representantes da Associação Comunitária Condomínio Quintas da Serra. Sob o olhar da ciência relacional, disposicional de Bourdieu (1996) o discurso é sempre um ato político com propósitos definidos. Deste modo, o pronunciamento, nunca deve ser desvinculado do sujeito que o profere, posto que “O que fala nunca é a palavra, o discurso, mas toda a pessoa social (é o que esquecem aqueles que procuram a “força locutória do discurso no próprio discurso).” (BOURDIEU, 1983, P. 167). Assim, discursar sobre a decepção do povo brasileiro - em relação ao Estado (representado aqui pelos poderes Executivo e Legislativo) - neste evento visa demonstrar a

expectativa que a sociedade tem das ações do Estado: descrença. O conteúdo político do discurso é de apelo aos membros do Núcleo Gestor para que busquem a eficácia em suas ações.

Após a leitura do regimento do processo eleitoral houve manifestação da dirigente de uma das inscritas<sup>54</sup> dando ciência de que muitas das associações ali presentes, também compõem os vários conselhos do município, havendo sobrecarga de atuações e, portanto, possibilidade de limitações à participação nos trabalhos do Núcleo Gestor.

A Coordenação sugeriu que as entidades se manifestassem sobre sua disponibilidade, e somente se candidatassem aquelas que tivessem maior interesse e disposição em estar presente durante o processo. As entidades que manifestaram disponibilidade em participar foram listadas como candidatas em um quadro à vista de todos. O processo eleitoral deu-se em dois pleitos, seguidos de perto por dois fiscais e sob a coordenação de uma mesa devidamente instalada pela PMC para tal processo. A adição de uma segunda votação justifica-se face o empate de entidades no primeiro pleito. Definidas as efetivas, pediu-se às eleitas que escolhesse seus suplentes, também se levando em consideração a real possibilidade de o suplente acompanhar os trabalhos, e, estar apto quando necessário à representar o efetivo. A configuração final encontra-se no (ANEXO G – Composição do Núcleo Gestor).

## Oficina de capacitação do Núcleo Gestor

A partir da eleição dos membros do Núcleo Gestor, a SEDEAMA promoveu a capacitação desses em 18/2/2006. Atendendo sugestão de um dos integrantes do Movimento SOS Serra da Piedade, quando do processo eleitoral, abriu-se a capacitação ao público. Contudo, a basear-se no contingente presente, tanto pela manhã quanto à tarde, estimando-se em torno de 60 pessoas, não se verificou grande afluxo de cidadãos.

Coordenou os trabalhos, o secretário executivo do núcleo executivo estadual do PLANO DIRETOR Metropolitano<sup>55</sup>, o Sr. José Abílio Bello. Abordaram-se as possibilidades e entraves a que o processo possa constituir-se num momento de reflexão e ampliação do conhecimento da sociedade sobre o território e mesmo, sobre seus anseios, preocupações. Para este sujeito que tem acompanhado outros processos na escala estadual, o PLANO DIRETOR diz mais respeito à sociedade, pode-se ler, é bem mais político que técnico, ainda que da técnica não se possa renunciar. Em suas assertivas, insistiu na participação do poder legislativo, a quem cabe a transformação em lei criando obrigações por sua execução. Um dos membros do Núcleo Gestor criticou o excesso de artigos, de temas que se aborda

---

<sup>54</sup> Tal entidade é a Associação dos proprietários de chácaras na rua N. Sra. Da Piedade.

<sup>55</sup> Este órgão está vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Regional Urbano – SEDRU-MG.

nos planos diretores, tornando-os extensos, enfadonhos à leitura e compreensão dos cidadãos. Tal posicionamento encontrou eco na Coordenação que vê no PLANO DIRETOR de Belo Horizonte mera carta de intenções, tamanha extensão. Esta concepção entende que um Plano mais enxuto encontrará maior facilidade em se tornar domínio público, ou seja, alcançar mais intensamente o cotidiano dos cidadãos.

Outros aspectos também abordados envolvem a apropriação de lucros por agentes privados quando do investimento público nos processos de urbanização. O ônus imputado ao Estado quando o processo de ocupação se dá de forma *espontânea* também foi tratado por agentes do poder Executivo. Realizou-se durante a oficina, o jogo do Estatuto da Cidade, utilizando-se dois dos 3 jogos componentes do Kit do Ministério das Cidades, 2ª edição, O Tesouro de Areia e Santo Expedito. Ambos buscam inserir os participantes da oficina, de maneira lúdica, na busca de aplicar os instrumentos do Estatuto das Cidades a partir de questões do cotidiano. As três histórias refletem situações conflitivas reais das cidades brasileiras, mas sem especificar uma determinada cidade sendo permitida a escolha por situações mais próximas aos desafios vividos pela cidade onde se realiza a capacitação. Segundo o texto de instrução dos três manuais, os participantes devem investir-se em papéis tão diversos quanto sua realidade, permitindo-se o olhar e o agir diversos. A proposta do jogo foi vivenciada com interesse e boa recepção pelos participantes, contudo, por tratar-se de oficina em horário integral, não foi possível uma maior exploração dos temas, bem como o entrelaçamento aos conflitos vividos em Caeté.

Finalizou-se a oficina com um diagnóstico dos problemas, bem como das potencialidades municipais, associando-se à visão do contexto regional de Caeté, ou seja, o que representa a cidade no entorno da Metrópole. Tal atividade de diagnóstico tornou-se freqüente nos trabalhos das oficinas de esclarecimento e de trabalho, a fim de enumerar os problemas, os desafios e as potencialidades do município, nos vários temas e lugares. Entretanto demonstra-se insuficiente ao alcance de melhores condições de vida para um contingente maior de cidadãos a enumeração dos problemas que limitam melhores condições de vida para a sociedade caeteense como um todo. Como se verá a própria limitação à livre exposição das idéias, em oposição aos propósitos da administração atual reduzirá em muito as possibilidades de debate. Em muitas situações do planejamento urbano cria-se uma atmosfera de diagnóstico que pode induzir a uma falsa crença de que a partir do diagnóstico virão mudanças.

O diagnóstico apontado pelos integrantes da oficina de capacitação realizada em 18/2/2006, em Caeté, apontou<sup>56</sup> como **problemas** que impedem o desenvolvimento do município:

---

<sup>56</sup> Os apontamentos a que se refere esta pesquisa compõem o conjunto das anotações de campo do pesquisador.

A falta de um ambiente empreendedor que leve à criação de oportunidades de geração de renda associada ao não delineamento do que seria o desenvolvimento econômico para Caeté. Tal delineamento dirigiria os esforços em direção a decidir: Em que investir? Como? Para que? E o que se pretende a partir de tais propósitos. Sob a ótica da geração de emprego e renda, observou-se inexistência ou pouca eficácia nas ações voltadas à educação profissional ocasionando baixa qualificação para os trabalhadores e conseqüentemente, elevação do número de desempregados. Outro problema que afeta principalmente as atividades do turismo é a inexistência de infra-estrutura como – por exemplo - um bom hotel.

Foi apontada a necessidade de conciliação entre o desenvolvimento econômico, a ocupação urbana, geração de empregos e poluição. Este último vincula-se às questões de preservação/conservação ambiental, as quais em seu conjunto ainda encampam: a necessidade de definição da destinação do lixo e entulhos produzidos no município; a preservação dos mananciais de água que abastecem Caeté, bem como a falta de planejamento da ocupação urbana.

No âmbito da cultura e também da educação foi relacionada a não existência de um plano mais efetivo e abrangente de informação, capacitação e educação do cidadão caeteense para reconhecer e valorizar as riquezas do município (patrimônio histórico, ambiental e cultural. Além do pouco incentivo às ações cidadãs revelado pelo baixo interesse da população em participar dos problemas municipais.

Na área da política habitacional urbana sob o aspecto da ocupação do território foram definidas como situações inibidoras do desenvolvimento a falta de uma política habitacional que trate da ocupação irregular e sem planejamento na área urbana e rural, e, a melhoria dos transportes ,quer dentro do município ou entre este e o entorno. Há dificuldades inclusive no trânsito entre os distritos e a sede, além do transporte para a Capital ser bastante imprevisível no que diz respeito a horário e oferta de assentos para os moradores de Caeté. A esfera da saúde pública também foi identificada como um destes problemas mais graves para Caeté, demandando-se maiores investimentos .

Seguindo-se à identificação de problemas - desafios que deveriam ser tratados pelo Plano Diretor - buscou-se enumerar as **potencialidades** do município. São notórias dentre as demais riquezas de Caeté, o conjunto histórico envolvendo a arquitetura, as manifestações religiosas e demais manifestações culturais, como a música, o artesanato. E sua riqueza natural, quer pelos recursos minerais contidos em seu subsolo ( minérios e recursos hídricos em abundancia), quer pela beleza paisagística propícia às várias atividades turísticas e também a instalação de residências de fim-de-semana. A instalação de um distrito industrial é também contemplada como um fator facilitador ao desenvolvimento. Relacionou-se ainda a própria sociedade local enquanto portadora de vínculos de vizinhança e solidariedade, com seu potencial em atuar como multiplicadora da história e da cultura locais como potencialidade para Caeté desenvolver-se.

Uma vez abordadas as questões locais, solicitou o moderador que se exercitasse o prolongamento do olhar para o contexto regional onde se insere o município. Foram então listadas as seguintes **questões regionais**: a) O uso indevido do solo em razão dos desmatamentos e as diversas formas de poluição descontrolada têm danificado as nascentes; b) Os recursos hídricos são comuns a vários municípios e mereceriam um tratamento em conjunto; c) Demanda-se a melhoria das vias de acesso às cidades circundantes e distritos, bem como do sistema de transporte devido ao alto contingente de pessoas em uso destas vias para viagens turísticas e de trabalho; d) Para as atividades das empresas e organismos, com sede em outros municípios requer-se adequação e estrito respeito à legislação vigente em Caeté; e) O município perdeu sua identidade com o fechamento da CFB e da escola do Serviço Nacional de Ensino Industrial que formava grandes profissionais; f) Pela proximidade à Capital – apesar desta proximidade ser vista como um potencial - haveria grande trânsito de elementos culturais externos aos locais que de certo modo inibem a definição de uma identidade para o Caeteense; h) Há necessidade de um investimento mais inciso na área da saúde; i) Inserir caeté de forma mais efetiva no roteiro turístico, histórico do estado de Minas Gerais (estrada Real) abrindo oportunidades de geração de renda no próprio município; j) Acesso aos recursos naturais ( Mineração; abastecimento de água, saneamento) de modo legal, sustentável e com distribuição de benefícios e ônus para todos os envolvidos; k) Em Caeté e mesmo em alguns outros municípios verifica-se grande potencial em riquezas naturais, recursos hídricos, paisagísticos, grande produção de hortaliças; l) Caeté é uma cidade histórica e secular, dentro da região industrial. Possui assim características de uma cidade do interior dentro da terceira maior região metropolitana do país.

## Oficinas de esclarecimento

As oficinas de esclarecimento ocorreram imediatamente após a capacitação, ou seja, a partir de meados de fevereiro, encerrando-se por volta do dia 10 de abril de 2006. Segundo relatos da Sr<sup>a</sup>. Luciana<sup>57</sup>, as oficinas de esclarecimento adotaram os mesmos procedimentos em sua realização: i) a equipe apresenta-se; ii) é esclarecido o objetivo da oficina, e, a seguir, iii) apresentam-se os filmes; *PLANO DIRETOR participativo – cidade de todos* (2001) e *Dvd das Cidades* (2002), ambos, integrantes do Kit do Ministério das Cidades, intercalados ao diálogo sobre o significado do PLANO DIRETOR para o desenvolvimento do município. O diagnóstico dos problemas e potencialidades da localidade, a exemplo do realizado na capacitação é realizado em grupos que discutem e os relacionam em fichas separadas. Findos os trabalhos de levantamento, cada grupo apresenta sua visão sobre os problemas

---

<sup>57</sup> As informações junto ao sujeito foram colhidas durante todo o processo, ou seja desde o mês 2/2006 a 11/2006.

e potencialidades da localidade, quando então, são as mesmas afixadas em colunas distintas, além de também abordar outros temas apresentados pela Coordenação.

## Oficinas de trabalho

Ocorreram entre os meses de maio, junho e julho de 2006, (ANEXO M – Cronograma das Oficinas de Trabalho) com o propósito de através de metodologias participativas, possibilitarem ao núcleo gestor maiores conhecimentos a cerca das potencialidades e problemas enfrentados por todo o município. Elas foram desenvolvidas, na área urbana, em 8 regionais<sup>58</sup>, envolvendo as seguintes localidades: 1) Mundéus, Vila das Flores, Vila Rato, Bairro Europeu; 2) Charneaux, Morgan, Maria da Costa, Cidade Jardim; 3) Quitandinha, Campo Miranda, Funil e Bairro Americano; 4) Vista da Serra, Bonsucesso, Dechamps, Jardim Bandeirantes, Vila Zelinda; 5) Dom Carmelo, Vila Paineiras, Pedra Branca, Bela Vista, Santo Antônio; 6) Barro Preto, Centro, Córrego Machado, Santa Frutuosa, Fonte da Clara, Forno, Pito Aceso, 7) Caixinha, Catita, Emboabas, São Geraldo, Juca Vieira, e, 8) Penedia e Quintas da Serra. E na área rural, nos distritos de Roças Novas, Morro Vermelho e Antônio dos Santos.

A proposta da SEDEAMA é construir o PLANO DIRETOR de forma temática.

Os resultados alcançados pela oficina foram estruturados em relatórios, e, posteriormente, após discussão desses levantamentos no âmbito do Núcleo Gestor, consolidaram-se as propostas com o devido tratamento jurídico, normativo.

O trabalho foi orientado pela seguinte seqüência de levantamentos:

a) Delineamento da situação atual da localidade - envolvendo elementos culturais, econômicos, ambientais, equipamentos públicos, acessos e transporte, saneamento, políticas públicas nas áreas da saúde e educação, lazer. Com o olhar sobre estes elementos foram apontados pelos participantes, as potencialidades e os impactos indesejáveis oriundos das várias atividades comerciais, industriais. Ainda construindo a realidade local, foram abordados, os conflitos pelo uso do espaço e acesso aos bens ambientais, concluindo-se esta primeira etapa, com o levantamento dos diversos constrangimentos sofridos pela população, cotidianamente, ante, o atual estágio de urbanização que se encontra a localidade.

b) Visão de futuro – reflexo da construção coletiva da “cidade que queremos” como propõem inúmeras vezes as abordagens dos materiais integrantes do Kit do Ministério das Cidades. Nesta aponta-se para a concretização dos anseios da sociedade em relação ao espaço de sua reprodução, a cidade.

---

<sup>58</sup> A divisão em regionais segue critério de divisão de atuação do PLANO DE SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF, financiado pelo Governo Federal, envolvendo por vezes os bairros por inteiro, ou fragmentos deste, e ainda, os distritos. O critério de divisão seguiu a possibilidade de melhor acesso dos pacientes ao Posto de Saúde.

c) Propostas – concentram um esforço em sistematização das ações no intuito de se adequarem à organização normativa. Foi traçada a diretriz geral da oficina e a divisão em eixos temáticos, tratou-se das políticas públicas: diretrizes e ações estratégicas, voltadas à desenvolvimento econômico e social, desenvolvimento humano e qualidade de vida, meio ambiente e desenvolvimento humano, e por fim, políticas de desenvolvimento urbano. Em algumas oficinas foi possível definir a priorização das propostas, último tema abordado.

Aponta-se aqui um questionamento a esta prática: poder-se-ia extrapolar os limites do diagnóstico, do mero levantamento das representações do espaço, dos constrangimentos e sonhos de quem sobrevive à precariedade, à distância dos centros de poder? Lefebvre (2005) propõe que se trate do percebido, concebido e vivido de maneira integrada e associados à materialidade, à concretude na qual estão envoltos os sujeitos. Contempla-se com maior aproximação da realidade, a análise que associa as relações sociais de reprodução, bem como as relações de produção; não se deveriam isolar as relações entre sexos, idades, a estrutura familiar e ainda, a hierarquização do trabalho (LEFEBVRE, 2005).

Um dos inúmeros exemplos, desta correlação proposta por Lefebvre, consta do Relatório da oficina de trabalho em Rancho Novo 59 (ocorrida em 20/5/06),

“[...] As crianças ficam agressivas sem as mães durante a semana; Muitas mães solteiras jovens que saem para trabalhar e as crianças são criadas pelas avós. As crianças brincam no córrego infectado [...]”.

Neste trecho do Relatório pode-se constatar claramente a associação da hierarquização do trabalho, na qual as mães, em busca de sustento para suas famílias, são forçadas, pois a circunstância não deixa alternativa, a compartilhar a educação de seus filhos com as avós. Não bastasse tal constrangimento, o ambiente ainda lhes oferece outros desafios que comprometem a vida de seus filhos e lhes frustram emocionalmente.

Poder-se-ia nestes momentos - nos termos propostos por Mouffe (2003) – alargar a esfera do político, multiplicando-se as possibilidades de eclosão das diferenças, já que “poder e antagonismo são indissociáveis” (MOUFFE, 2003). Neste sentido, a autora propõe que o poder é inseparável das relações sociais e que “[...] a questão principal da política democrática não é como eliminar o poder, mas como constituir formas de poder compatíveis com valores democráticos” (MOUFFE, 2003, p. 4). Nesta direção seria possível como assegura a autora estabelecer bases de convivência do

---

<sup>59</sup> Oficina ocorrida em 20/5/06, Escola Israel Pinheiro (Municipal), relatório enviado ao pesquisador por e-mail em 21/9/06.

antagonismo, eliminando ou reduzindo cada vez mais, as pressões ao autoritarismo que um consenso racional pode levar.

Uma alternativa corresponderia ao uso de técnicas de dramatização destes antagonismos como relata Dantas (1993) quando da realização do PLANO DIRETOR de Angra dos Reis – R. J., em 1990. Naquela experiência, adotou-se o “Teatro do Oprimido” de Augusto Boal como metodologia de representação da situação de exclusão social vivenciadas pela comunidade em encenações teatrais. Tais peças retratavam a história do lugar num período em que ocorreram os processos de transformação da cidade e que mais opressões causaram (Verolme Estaleiros Reunidos e Furnas Centrais Elétricas). Dividiram-se as apresentações que ocorriam regionalmente, em dois momentos; no primeiro, expressou-se objetivamente o processo de instalação da indústria e a expulsão dos nativos para os morros de Angra dos Reis, tornando-os proletários. No segundo momento, os moradores eram convidados a participar da encenação, quando então lhes era permitido expor seus sentimentos. Neste momento, vários moradores conseguiram construir coletivamente o conceito de “injustiça” e criando um “nós” em contraposição a “eles” (MOUFFE, 2003) passando a politizar a interpretação do ocorrido. Necessitou-se a intervenção da coordenação para acalmar os ânimos dos que tanto se envolveram nesta vivência e que desejavam agredir os atores que representavam os opressores, cercando-se dos objetos à mão para lançá-los.

## Atuação do Núcleo Gestor

Visando atender ao art. 43 da Lei 10257 de 10/7/2001 que trata da gestão democrática da cidade e, ainda o inciso II do art. 2º, e incisos I a III do § 4º do art. 40 da referida Lei, instalou o Poder Executivo um órgão colegiado com representantes do Poder Executivo, do Legislativo e a sociedade. Conforme estrutura de trabalho proposta no item 7 do Termo de Referência do Programa Monumenta, o Núcleo Gestor - NG permitirá a composição do Conselho da Cidade. As atribuições do Núcleo Gestor são assim descritas:

“Art. 1º - O Núcleo Gestor do PLANO DIRETOR Participativo do município de Caeté/MG, órgão encarregado da mobilização social, transparência e compatibilização de trabalho técnico com a leitura comunitária e elaboração das diretrizes do PLANO DIRETOR Participativo [...]”

“Art. 2º - O Núcleo Gestor do PLANO DIRETOR Participativo do município de Caeté, doravante denominado Núcleo Gestor, tem por finalidade mobilizar a sociedade e garantir a transparência dos trabalhos, ouvindo os anseios da população e observando os diagnósticos técnicos especialmente o zoneamento ecológico econômico e a pesquisa sócio-econômica municipal, assessorando o Executivo Municipal na elaboração do Projeto de Lei que será encaminhado à Câmara Municipal, tendo, ainda, como objetivos básicos a transparência, o acompanhamento,

a avaliação e o controle da confecção das diretrizes de ordenamento urbano e rural de todo o território do município de Caeté". (PMC, Decreto N°077/06 de 5/4/2006. Regulamenta o regimento interno do Núcleo Gestor do PLANO DIRETOR Participativo do município de Caeté/MG, e dá outras providências.)

Como se depreende, no âmbito da legislação, o Núcleo Gestor é a instância responsável pelos aspectos técnicos e políticos de elaboração do projeto de lei a ser enviado à apreciação do poder Legislativo e ainda, pela sensibilização da população para envolvimento no processo de construção do PLANO DIRETOR. No artigo 6º novamente são apontadas estas atribuições acrescidas da responsabilidade pela assessoria técnica, administrativa e ainda pela publicidade do processo junto à sociedade.

Segundo membros do jurídico da PMC, configurou-se o Núcleo Gestor tal qual têm sido estruturados os conselhos municipais previstos na Lei Orgânica do município. A instituição se deu por meio do Decreto acima referenciado 60 contemplando: 8 membros efetivos e respectivos suplentes representando a sociedade civil de Caeté (eleitos pelos próprios sujeitos coletivos em 16/2/06); 4 membros efetivos do poder Executivo (indicados pelo prefeito, dentre os quadros da PMC) e outros 4 do Legislativo (apontados pelos vereadores, dentre os 9 que compõem a Câmara) e seus respectivos suplentes, totalizando 16 membros, ANEXO G – Composição do Núcleo Gestor.

O art. 3º traz a definição das diretrizes que estruturarão os trabalhos do Núcleo Gestor que são; os art. 182 e 182 da Constituição Federal, regulamentados pela Lei 10.257 (O Estatuto das Cidades) e art. 173 da Lei orgânica Municipal que trata do PLANO DIRETOR especificamente.

Já se afirmou que o *campo* está construído, a disputa patrimonialista pelo acesso aos bens naturais do município, tanto minerais ferrosos quanto os hídricos, desdobra-se em lutas *transescalares* (VAINER, 2001), alcançando o processo de construção do PLANO DIRETOR. Independente de ele estar eivado de descrenças em seus desdobramentos sobre a materialidade por parte tanto do Poder Público quanto da sociedade e até mesmo do ambiente de pesquisa acadêmica<sup>61</sup>.

O Estado, por meio da SEDEAMA coordenou os trabalhos do NG cujo início deu-se em 22/2/2006. Ressalta-se desde esta 1ª reunião, (ANEXO I – 1ª reunião do Núcleo Gestor do Plano Diretor de Caeté), a constante ausência dos membros do Legislativo e a mobilização de todos os presentes, no intuito de no momento da elaboração do Regimento Interno do Núcleo Gestor, seja dado idêntico tratamento aos membros ausentes aos trabalhos; quer da sociedade civil, do Legislativo ou do Executivo. Tal ausência despertou o desejo de se elaborar manifesto verbal, mesmo sendo manuscrito

---

<sup>60</sup> Ata de reunião realizada em 3/4/2006, livro de Atas (SEDEAMA).

<sup>61</sup> Para maiores esclarecimentos sugere-se pesquisar trabalhos do Professor Flávio Villaça, Arquiteto pela FAU/USP.

ali naquele momento, a ser encaminhado à Presidência da Câmara. Tal não ocorreu devido à pane elétrica verificada naquela região da cidade, durante uma tempestade. Discutiu-se inclusive qual seria a porcentagem que garantiria a representatividade do legislativo junto ao NG, pois, foram indicados 2 membros efetivos e 2 suplentes. Definiu-se que estando presente às reuniões um dos vereadores integrantes do Núcleo Gestor, este representaria os votos do Legislativo. Segundo o Sr. Getúlio <sup>62</sup>, o vereador é um administrador distrital e sua função é fiscalizar o cumprimento das leis 63, o que exige “conhecimento” para tal fim. Entretanto, segundo ele não se exige tal conhecimento para o vereador, então, haveria em Caeté-MG, uma maior contribuição do Ministério Público à administração do município do que dos membros do poder Legislativo.

O Ministério das Cidades - MC, o Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura – CONFEA e a Frente de Vereadores pela Reforma Urbana - FRENVRU, conjuntamente, editaram uma cartilha intitulada “Os vereadores no processo de elaboração de planos diretores participativos” voltada a “[...]informar os vereadores sobre suas responsabilidades na elaboração de planos diretores participativos e capacitá-los para exercer com responsabilidade e competência essa que é uma das atribuições mais importante do Legislativo.”(MC, 8/2006, p. 1) Segundo seus editores, deseja-se capacitar os vereadores a acompanhar todo o processo que é iniciado pelo Executivo, porém sempre, ombreado pelo Legislativo, a quem compete inclusive, a garantia de que o processo de construção do PLANO DIRETOR seja amplamente participativo. Outro de seus apelos vai de encontro a possíveis ganhos: “[...] uma grande oportunidade para os vereadores mostrarem sua competência, espírito público e sensibilidade com o futuro da sua cidade e do meio ambiente.” (MC, 8/2006, p.1). Neste processo em análise, nem mesmo sob o risco das penalidades previstas pela Lei 8429 de 2/6/1992 (sobre improbidade administrativa) e o art. 52 da Lei 10.257 de 10/7/2001, os vereadores fizeram-se presentes e exerceram as funções a que foram eleitos. Para o Sr. Getúlio, trata-se de uma falta de visão de planejamento, mal que também afetaria o secretariado, sendo distinto o planejamento para os órgãos públicos e para os privados. Estes últimos primar-se-iam pela competência ao utilizarem conhecimentos científicos para os realizarem. Já os órgãos públicos teriam sua eficácia limitada ante o não planejamento suas ações.

Os levantamentos realizados junto a agentes diversos; empresários, dirigentes de associações, sindicalistas, ex-vereadores apontam para outras reflexões.

A relação que alguns habitantes de Caeté têm com o Estado, parece não ser uma relação de constituição da cidadania (DAGNINO, 2004). Nesta, o *usuário* (LEFEBVRE, 1999) é um sujeito portador

---

<sup>62</sup> entrevista concedida em 11/2005, nas dependências da PMC.

<sup>63</sup> Ver art. 80, inciso XIX, Lei Orgânica, 18/12/91.

do direito a ter direitos, e não uma relação de troca de favores, ou seja, trocar seu direito a livre escolha de seu representante por benefícios. Em várias entrevistas estas características vieram à tona. Segundo o Sr. Paulo Celso <sup>64</sup> há uma grande frustração quando se atua no legislativo e se planeja bons projetos para mudar a qualidade de vida da população, pois em cidade onde não há tempo para a politização, cai-se no atendimento cotidiano das necessidades mais prementes da população. Assim,

“[...] Não tendo esse tempo para a politização, então você leva um prejuízo danado. Você chega ao parlamento achando que através de bons projetos você vai mudar a qualidade de vida da população, você chega lá e vê que é diferente! [...] vou dar um exemplo [...] paga minha conta de luz, paga minha conta de água, meu pai morreu e tá lá na funerária, lá em Belo Horizonte, [...] será que o senhor não dá um jeito não? Isso é todo dia, toda hora.”<sup>65</sup>

Relata o Sr. Paulo Celso (nome fictício) que quando realiza a “politização” - esclarecendo ao cidadão que este não é papel do vereador, invocando inclusive a Lei de responsabilidade fiscal, esclarecendo que as funções do vereador são outras - aquele que pede o favor assim se manifesta: “[...] Ocês é assim mesmo... aquilo é só conversa fiada! Na época da eleição, cês vão lá em casa, quando a gente chega aqui e pede, ocês é só discurso....[...]”. Em sua fala observam-se indícios de melancolia, frustração, porque haveria um sentimento de que a cidadania enquanto reconhecimento do direito a ter direitos está longe de se tornar corrente, cotidiana.

Já para o Sr. Diogo <sup>66</sup> (nome fictício) esta relação de trocas ocorreria antes mesmo do pleito:

“[...] Ganha na política aqui, quem dá as coisas pros outros, quem faz assistencialismo. [...] Por que isso? O cara tá lá feito miserável. A imagem política é aquela imagem que o cara é um corrupto. Então o povo quer tirar o mais dele: quando ele ganhar não vai dar nada pra mim (referindo-se aos motivos desta exigência de favores antes das eleições)...” (grifos nossos)

Para Chauí (1994) a sociedade brasileira é autoritária. Nela não floresceu os ideais da Revolução Francesa de igualdade de direitos, sempre há, na maioria das relações sociais, a verticalização e hierarquização. Quer se trate de relações com o Estado, família, trabalho, instituições de ensino, cultura e outras. Postula seus estudos que se reproduzem pela sociedade brasileira, valores propícios à fundação do populismo como a anulação da relação política mediada pelas instituições, afastando-se a mediação dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e abrindo-se caminho para uma relação direta entre governantes e governados. O governante que assume o poder nestas bases encarna todo o conhecimento do mundo jurídico, social e político, tomando toda a sociedade por

<sup>64</sup> Entrevista concedida em 6/10/06 na residência do entrevistado, Caeté-MG.

<sup>65</sup> Paulo Celso, entrevista concedida em 6/10/06, na residência do entrevistado, Caeté-MG.

<sup>66</sup> Entrevista concedida em 6/10/06, Caeté-MG.

incapaz de decidir. Deste modo, possui tutelados a quem distribuir favores. Realiza-se uma fusão entre o corpo político, lugar do poder a ser preenchido por um indivíduo escolhido pelo voto dos seus eleitores a quem deve prestar conta de seus atos, pois governa para realizar os propósitos destes. E a pessoa do governante com voltado a realizar seus objetivos próprios, nem sempre em consonância com aqueles para os quais foi eleito. Essa fusão, associada à concepção de que o governante foi eleito por graça da “divina providência” consolida-o como um “[...] pastor do rebanho divino e dele cuidar como um pai severo e amoroso.” (CHAUÍ, 1994, p. 27). Tal situação habilita o governante a tratar do patrimônio público como se privado fosse, dispondo conforme seus julgamentos, interpretações e preferências políticas, sociais. Os governados por sua vez não se vêem como sujeitos sócio ativos (DAGNINO, 2004), mas como tutelados, onde “Uma carência é sempre específica e particular, não conseguindo generalizar-se num interesse comum nem universalizar-se num direito sem tornar-se privilégio. Um privilégio é sempre particular e específico, não pode generalizar-se num interesse comum nem universalizar-se num direito sem deixar de ser privilégio.” (CHAUÍ, 1994, p. 28). A democracia aí não encontra terreno para florescer e florescendo poder evocar novas relações sóciopolíticas. O que mantém a estrutura de relações de dominação.

No depoimento do Sr. Diogo também se pauta a troca do voto por vários materiais: saco de cimento, caminhão de areia e até mesmo valores econômicos. Ainda, um outro sujeito entrevistado, A Sr<sup>a</sup> Rita<sup>67</sup> ( nome fictício), esclarece que até mesmo a filiação religiosa elegeria prefeitos e vereadores, além de “pequenas ajudas” como cestas básicas. Carvalho (1999, p. 134) busca aclarar o que significam práticas clientelistas em relação ao mandonismo e ao coronelismo, afirmando que o clientelismo

“[...] De modo geral, indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, vantagens fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto.”

Segundo o autor, haveria uma confusão com o mandonismo, característica da política tradicional, onde o mandão, o chefe, senhor de propriedades imobiliárias ou de algum outro bem estratégico, impediria a sociedade de deliberar sobre questões políticas e/ou econômicas. Seria para o autor, o clientelismo, uma visão bilateral do mandonismo, este último decrescente e já o clientelismo, prática que se verifica tanto nos primórdios da história brasileira, quanto nos dias atuais. Esta atualidade também é apontada por Martins (1994) para quem a relação de favor ainda cria “[...] fortes suportes da legitimidade política no Brasil”. Na visão do Sr. Olímpio <sup>68</sup> ( nome fictício), a “Câmara praticamente não participou” dos trabalhos do NG, “o que seria fundamental” criando dúvidas se o Plano terá efetividade para o

---

<sup>67</sup> Entrevista concedida em 16/10/06, Caeté-MG.

<sup>68</sup> Entrevista concedida em 6/10/06, Caeté-MG.

município, ainda mais por somente poder ser revisto em 5 anos após sua promulgação. Em muitas cidades a composição do Legislativo não leva em consideração o preparo que os cidadãos devem ter para serem investidos no poder de legislar em seus municípios. Relações de amizade, troca do voto por favores prestados antes mesmo da investida na legislatura marcam o compromisso dos cidadãos com aqueles que os representarão. Em relação à visão da relação da sociedade com o Legislativo, se expressa um dos entrevistados,

“[...] Porque é aquela cultura assistencialista. Às vezes, a maior parte da população pode ter uma visão melhor da realidade. Mas pela carência que tem Caeté, saúde, educação, essas coisas todas (políticas públicas sociais) eles procuram o vereador, então o vereador é o pai da população mais carente! Então eu já questionei muito esta questão do assistencialismo, hoje eu não questiono tanto, porque a população é órfã! Quando eles têm um problema familiar eles vão procurar quem? É o vereador.” (grifos nossos)

A fala do Sr. Amâncio <sup>69</sup> ( nome fictício), reflete a visão de outros sujeitos, segundo a qual, a atual legislatura seria comparativamente inferior à gestão passada no quesito capacidade para legislar:

“[...] quem é eleito vereador? Quem tem um bom relacionamento com o prefeito, e aí... tem um problema em tal rua e ele pede pro prefeito para asfaltar uma rua e o prefeito resolve o problema e ele vai se sustentando [...]”.

Este aspecto, o da necessária independência para decidir em relação ao Executivo, é salientado por este sujeito:

“[...] isso tira a independência do Legislativo, porque quando eles não têm essa capacidade de legislar, eles conseguem se eleger em virtude dessa negociação com o prefeito, mas ficam devendo favores ao prefeito”. Então, legislam de acordo com o que o executivo manda... [...]”.

Outro depoimento sintomático da submissão do Legislativo ao Executivo pode-se observar na fala do Sr. Olimpio:

“[...] em Caeté hoje não existe oposição. A única vez que vi acontecer uma oposição forte da Câmara com relação ao Executivo, foi na votação da taxa de iluminação pública, porque os vereadores sentiram que ali eles poderiam perder voto. Porque a população não quer ter aumento de custo [...]”.

O Sr. Wilson <sup>70</sup> ( nome fictício) amplia o elenco das formas de barganha: os eleitores apoiariam os vereadores que após eleitos, realizassem premiações como titulações de cidadão honorário, honra ao mérito, homenagem póstuma, em sua maioria dirigida a famílias numerosas, portanto, ampliando o contingente de seus eleitores. Esses sujeitos, conforme o Sr. Wilson, sequer sabem “em que direção

---

<sup>69</sup> Entrevista concedida em 6/10/06, Caeté-MG.

<sup>70</sup> Entrevista concedida em 18/01/07, BH-MG.

está a Câmara” e por vezes, são até mesmo transportados para a cerimônia de entrega do título, por quem lhes concede o título, os vereadores. Novamente reporta-se às postulações de Martins (1994) para quem o passado se esconde, por vezes até insuficientemente, deixando-se perceber como moderno. Reporta Martins (1994, p. 23) que no País, por volta do Séc. XVII,

“[...] as relações entre o vassalo e o rei ocorriam como troca de favor. A lealdade política recebia como compensação retribuições materiais, mas também honorárias, como títulos e privilégios, que, no fim, resultavam em poder político e, conseqüentemente, em poder econômico.”

Conforme avaliação dos sujeitos entrevistados, a atual legislatura é adjetivada como incompetente para legislar de forma independente e condizente com as necessidades do município. Interroga-se se tal ineficácia para legislar reside na insuficiente capacitação dos eleitos, ou se deve às arcaicas relações de troca de favores que estabelecem, tanto com o Executivo quanto com a sociedade. Tais relações, arcaicas por não reconhecer os cidadãos como sujeitos possuidores de direitos, seriam o expediente adotado para garantir a investida no cargo e levaria a não autonomia para decidir questões polêmicas, cruciais para a vida dos municípios.

A ausência dos vereadores no processo de elaboração do PLANO DIRETOR, não se fez somente a partir da primeira reunião do Núcleo Gestor em 22/2/06. Já em 31/1/2006, deu-se ciência, em reunião interna na SEDEAMA, (ANEXO J – Ata de reunião do Plano Diretor em 31/1/2006) a respeito do quanto os vereadores estavam reticentes à participação direta. Esses agentes do Legislativo municipal sentir-se-iam “os vigilantes da lei, fiscais do município” razões que justificariam sua distância em relação ao processo. Buscava-se desde já uma estratégia de envolvimento dos vereadores, o que facilitaria a aprovação do PLANO DIRETOR. Levou-se em conta também o entendimento segundo o qual os vereadores conhecem bem os problemas do município. Planejava-se uma ação que suplantasse o poder de um mero “ofício” dirigido do Executivo para os mesmos, o qual se supunha, seria barrado pela assessoria jurídica que recusaria a participação. Possivelmente, a interferência direta do chefe do Executivo - expressa pelos advérbios “lá em cima” ou “de dentro” - seria mais efetiva, era o argumento defendido naquele momento.

A articulação destes elementos pode aos olhos dos demais parecer desinteresse, desprestígio pode estar ocultando uma estratégia do *habitus*, tendo em Bourdieu (1996a, p. 149) outro significado: “Cada campo, ao se produzir, produz uma forma de interesse que, do ponto de vista de um outro campo, pode parecer desinteresse (ou absurdo, falta de realismo, loucura, etc).”. Pode-se entender que na esfera do NG, o Legislativo não dispõe de *capital simbólico* (BOURDIEU, 1996a), porque nesta esfera não é cognitivamente, conhecido e reconhecido, seja por seu *capital cultural*, como já o disseram outros interlocutores, ou daquele que dispõe como legisladores.

Embora Bourdieu (1989, 1996a) considere que nem toda ação é fruto de um cálculo estratégico, pois, os agentes não agem sempre como se estivessem totalmente diante de um objeto, ou problema a se investigar intelectualmente, ainda assim é possível aventar esta hipótese. O que ocorre é um *deslocamento do campo* onde se dá a disputa (BOURDIEU, 1996a; 1989): como não dispõe de capital cultural (aqui se pode dizer conhecimento técnico) para lidar com as investidas dos movimentos sociais ali presentes e mesmo frações do Executivo, os legisladores conduzem o jogo para uma outra arena. Na Câmara, possuem um *mercado* próprio aos *bens simbólicos* que dispõem, bem como, competência lingüística, aqui entendida não somente como falar bem a língua oficial, mas a partir dos poderes que lhes são conferidos no papel de legisladores, falam como se o Estado se pronunciasse, ou seja, estão em seus domínios! Como visto, na esfera do poder Legislativo, os bens simbólicos como títulos, honrarias e outros favores encontram melhor *mercado*, pois garante aos mesmos a sobrevivência no *jogo*, trata-se de um universo de grandes ganhos junto aos eleitores. Já no âmbito do NG, pode-se entender que estes “bens simbólicos” não encontram *mercado* (BOURDIEU, 1996a; 1989).

A ausência de membros do Estado não se restringe àqueles da esfera Legislativa, alcança também, a do Executivo. Com exceção da coordenação, possuidora de grande capital cultural e simbólico, sustentáculo principal da *doxa* construída pelo discurso do “desenvolvimento sustentável” para o município como promessa de uma nova realidade, verifica-se desde as primeiras reuniões, sua apatia.

Desde o início da pesquisa de campo, fins de outubro de 2005, a SEDEAMA demandava a cada Secretário municipal que construísse uma pauta de projetos, com temas que poderiam e deveriam ser tratados no âmbito do PLANO DIRETOR. Foi solicitada inclusive a indicação de um representante para acompanhar as reuniões da Coordenação, até 16/12/05, sem surtir efeito <sup>71</sup>. Excetuando-se as Secretarias de saúde, educação e Fazenda, esta última presente à umas poucas reuniões, houve um verdadeiro boicote aos apelos do Coordenador do PLANO DIRETOR. Em reunião de todo o gabinete da prefeitura, em 16/2/06, novamente o Coordenador do PLANO DIRETOR cobrou a integração dos Secretários ao processo. Chegando mesmo a insistir na necessidade de se constituir um “núcleo executivo paralelo” para apoiar o NG, na estruturação do anteprojeto de lei do PLANO DIRETOR a ser enviado à Câmara, (ANEXO K – Ata de reunião, 16/2/06). Mas a respectiva cobrança não foi muito eficaz, apesar de nesta reunião participar até mesmo o prefeito. Em entrevista, a Sra. Luciana<sup>72</sup> (nome fictício) relata que a ausência dos secretários decorre da não disponibilidade de recursos de suas pastas para realizar as obras do PLANO DIRETOR, e também, a exemplo do que expôs o Sr. Getúlio,

---

<sup>71</sup> Verifica-se na ata de reunião de 20/12/2005 esta ausência, renovando-se a solicitação para que em 3/1/2006, os mesmos se façam presentes com seu planejamento.

<sup>72</sup> Entrevista concedida em 23/5/06, Caeté-MG.

desprezam o planejamento. Entretanto, nas reuniões do NG, grande parte dos representantes do Executivo esteve presente, mesmo porque um deles é o próprio Coordenador.

A descrença dos próprios membros da prefeitura em relação às possibilidades de transformação do Plano Diretor causou constrangimentos durante o processo de elaboração. Como por exemplo: a falta de melhores informações em tempo hábil para discussão durante as reuniões do NG, e ainda, a recusa do Sr. Getúlio em permitir o uso do “datashow”, e aparelhos de TV, equipamentos essenciais para a exibição dos filmes constantes do Kit do MC, conforme relatou o Sr. Elcio <sup>73</sup> ( nome fictício). Tais equipamentos por vezes foram emprestados pela população, como no caso da Oficina de Esclarecimento do distrito de Penedia.

Para os movimentos sociais ligados ao Movimento SOS Serra da Piedade, os membros do Poder Executivo em todos os momentos em que foram questionados, evitaram o diálogo e agiram com certo autoritarismo. Relatam por exemplo, o tratamento recebido ao questionarem a não realização do Zoneamento Econômico Ecológico, paralelamente à elaboração do PLANO DIRETOR, procedimento que segundo tais sujeitos, fora contemplado no discurso da SEDEAMA. E ainda, quando se levou ao âmbito do NG a discussão sobre a alteração da configuração e da dinâmica de escolha do presidente do Codema local. Julgam tais agentes que o tratamento que lhes foi dado pela Coordenação não foi cordial, democrático, mas de enfrentamento, discussão e desmerecimento às questões apontadas. Tais constrangimentos levaram a protestos junto à sociedade, (ANEXO L – Comunicado à população de Caeté). Segundo alguns integrantes dos movimentos socioambientais, a Coordenação sempre buscou se defender invocando a autoridade que lhe concede o regimento. Tal atitude é vista por Chauí (1982, p.7) como o *discurso competente*, modalidade de discurso instituído, no qual se afirma a competência para proferi-lo: “[...] não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância. [...] é aquele que pode ser proferido, ouvido e aceito como verdadeiro ou autorizado [...]”. Assim, segundo os interlocutores da Sociedade Civil entrevistados <sup>74</sup> a fala foi cerceada, bem como os temas abordados pelo NG.

Quanto à construção do Plano Diretor, podemos distinguir momentos em que houve participação direta, respectivamente, nas oficinas de: Esclarecimento nas regionais da sede e distritos, Capacitação do Núcleo Gestor e Oficinas de trabalho, ainda que limitado, mas também durante as audiências públicas na Câmara, entretanto, é preciso deixar claro que somente como consulta às demandas. De forma indireta, a Sociedade Civil atuou junto aos representantes do Executivo e do legislativo, por meio de representantes coletivos que a representaram nos trabalhos do NG, conforme

---

<sup>73</sup> Entrevista concedida em 10/7/06 em Caeté-MG

<sup>74</sup> Entrevista concedida em 12/9/06, em Caeté-MG, pela Sras. Nilda e Madalena ( ambos nomes fictícios).

eleição em 16/2/2006. A sociedade civil não elaborou diretamente o Plano Diretor, mas sim seus representantes.

Nos momentos em que foi permitida a participação direta, buscou a PMC, dentro dos limites orçamentários, divulgar as oficinas de esclarecimento e trabalho, inclusive com cartas às lideranças. Como já relatado, parcelas da sociedade de Caeté também participaram através das crianças e seus pais que foram convidados à palestra nas escolas. Tal fato ensejou convite ao município, para através da Sra. Luciana apresentar seu planejamento e os resultados parciais na Assembléia Legislativa, em 25/5/06, bem como a prefeitura de Itauna, no âmbito das discussões sobre a participação social no Plano Diretor Metropolitano. No evento buscou-se multiplicar as experiências positivas com elaboração participativa de Planos Diretores, onde se apontou também a possibilidade desta ocorrer quando da elaboração do PLANO DIRETOR Metropolitano. De certo modo, a Coordenação do PLANO DIRETOR, baseou-se no número de assinaturas como um indicativo de participação. Esta avaliação de alcance dos trabalhos do PLANO DIRETOR junto à sociedade de Caeté, por meio do número de assinaturas em lista de presença foi contestada pelos membros de Movimentos sociais inclusive, representantes do NG que revelaram haver pouco entrosamento da sociedade com o processo. Segundo a Sra. Luciana <sup>75</sup> a partir de um momento, a Coordenação deixou de se preocupar com o número de participantes e dedicou-se mais a encontrar multiplicadores. Ela acredita que o clima foi de aproximação e que sujeitos pertencentes aos segmentos sociais mais carentes demonstraram maior interesse pelos temas tratados. Possivelmente, essa aproximação revela-se momento para apresentação dos pleitos coletivos por serviços coletivos, infra-estrutura, principalmente nos distritos locais distantes do centro do poder não somente espacialmente, mas no sentido da participação na gestão do município.

Em relação à participação indireta da Sociedade Civil, ou seja, no âmbito do NG, a Sr<sup>a</sup> Madalena <sup>76</sup> tem grandes críticas, pois a partir de sua percepção teria havido um simulacro de um colegiado que construiria o PLANO DIRETOR. Em suas palavras

“[...] Na realidade foi formado um Núcleo Gestor, somente para se dizer que é participativo, na realidade estão levando as coisas prontas para lá, igual na última reunião, levaram para lá um monte de artigos já elaborados, quer dizer, na realidade o Núcleo Gestor é que deveria elaborar a lei. Na realidade ela está sendo elaborada fora, por um grupo que não tem nada a ver com o Núcleo Gestor, que não discutiu com o Núcleo Gestor e está elaborando a lei. Ele (o Coordenador) chegou lá, sequer levou cópias para os que estavam lá. Passou uma lâmina (no retroprojeter ou equipamento equivalente) não sei quantas páginas e já deu a lei por elaborada [...]”

---

<sup>75</sup> Entrevista concedida em 6/10/06, Caeté-MG.

<sup>76</sup> Entrevista concedida em 12/9/06, Caeté-MG

Na avaliação da Sr<sup>a</sup> Madalena (nome fictício) foi montado um cenário no qual se ensaia uma mera apresentação de leis já aprovadas automaticamente, assegurando à PMC futuramente, reportar-se ao Plano Diretor “construído participativamente”. Uma das questões graves por ela exposta é o cerceamento à discussão sobre o Codema, pois entende que a temática ambiental deve ser discutida, inclusive o envolvendo e o NG poderia ser um dos espaços. Sua crítica ainda é dirigida á convocação da Sociedade, de modo ineficaz e mais, as pessoas eram convidadas, no momento, sem saber a razão da reunião, entravam, assinavam e saiam. Sua fala esclarece melhor

“[...] a pessoa ia passando lá na rua e se dizia: assina aqui ó, ta tendo uma reunião. [...] Na primeira que teve que foi lá na Penedia (distrito) só estavam os membros do NG e mais duas pessoas da comunidade, e, no entanto, depois da relação saiu uma lista com 30 pessoas, porém, essas pessoas que estavam lá fora, eram chamadas só para assinar[...]”

A sr<sup>a</sup> Nilda (nome fictício) complementa que na verdade as pessoas ficavam nas reuniões, por pouco tempo, “uns 30 minutos porque tinham curiosidade, depois iam embora”. Certamente, por não estarem cientes da proposta do Plano Diretor. Aventa-se a possibilidade, segundo a qual, mesmo cômicos do que se tratava nessas reuniões, na cultura local inexistente o hábito do pleito coletivo, pois, baseado nos relatos coletados, há uma firme convicção de que o contato com os vereadores é mais eficaz para a conquista de melhores condições de vida.

Na última reunião do NG, em 13/9/06, uma preocupação compartilhada entre os membros da Sociedade Civil foi a incerteza de o Zoneamento Econômico Ecológico respeitar as decisões tomadas pelos membros do Núcleo Gestor. Em outros termos, a questão seria: as decisões técnicas vão respeitar o anseio popular?

Souza (2003) propõe em sua obra “Mudar a cidade” que se considere tanto a dimensão técnica, quanto a política. Pois a primeira é suporte para as deliberações políticas, pois, o aspecto essencial deste “mudar a cidade” é a ação coletiva, politicamente equacionada dentro de balizas democráticas. Sob este aspecto, esclarece: “O papel do indivíduo versado em técnicas e teoria de planejamento e gestão assume, visto sob essa luz, contornos que o tornam, de certo modo, simultaneamente modesto e importante [...]” (SOUZA, 2003, p. 518-19). Tal como o autor elucida, é modesto porque a obra maior é coletiva e politicamente conduzida, importante porque seu conhecimento apóia, dá sustentação às decisões que serão tomadas. Contudo, tais posicionamentos dependem do entrosamento tanto de aspectos políticos quanto técnicos na condução das políticas públicas, instâncias que nem sempre podem ter harmonia ou consenso.

## Esforço de síntese

A proposta deste trabalho é refletir sobre as contradições advindas da instauração da racionalidade industrial, organizacional sobre a cidade, espacializando relações de produção capitalistas de amplo alcance (LEFEBVRE, 2005; 1999). Esta lógica, a lógica da mercadoria, da troca que se estende sobre a cidade, dividindo-a, fragmentando-a, hierarquizando seus usos e funções, também tem promovido a cisão da sociedade e sua conseqüente despolitização (CHAUÍ, 2003). É esta subsunção do valor de uso pelo valor de troca, estendida às relações sociais, que são sempre autoritárias, de dominação (LEFEBVRE, 2007; CHAUÍ, 2003), a qual tem alimentado e ampliado o *campo cego*. Campo aqui entendido por Lefebvre (1999, p. 41) como “modos de pensamento, de ação, de vida” e que se multiplica pela cidade, segregando a sociedade, convertendo a natureza em “recursos naturais” a guisa de transformar a cidade em local de mera distribuição da mais-valia. É ainda Lefebvre (1999, p. 44) que aclara que a cegueira insiste, persiste e se amplia nesta extensão da racionalidade que a “tudo deve integrar-se numa ordem (aparente e fictícia) fortalecida pelas coações. Em alguns momentos, em certas situações tolera-se um “resíduo de liberdade” um pouco de espontaneidade e rebeldia. É no sentido da construção de uma *urbanização crítica* (LEFEBVRE, 1999) na qual as possibilidades do urbano, - para o autor ainda uma virtualidade - possa acontecer e transformar dialeticamente o espaço e a sociedade que nele se reproduz.

Esta possibilidade ainda se encontra em fase germinal em Caeté. O que se observa no rebatimento das disputas do campo do licenciamento ambiental em torno do acesso aos bens naturais, sobressaltando-se a atividade mineraria e a exploração dos recursos hídricos, sobressaindo a mobilização dos agentes hegemônicos, com seus capitais financeiro e cultural sobre o processo de elaboração do Plano Diretor. Esses agentes hegemônicos cada vez mais buscam ampliar seus ganhos por intermédio da mobilização de recursos do Estado - seu *metacapital* (BOURDIEU, 1996a) - visando circunscrever o *campo*, de modo a limitar/impedir qualquer transferência deste *metacapital* para outros agentes que representam a sociedade. Utilizando-se do discurso da sustentabilidade, tomado como possível acesso aos bens naturais de modo a resguardar o usufruto das gerações futuras, agentes do Estado negam, desconhecem ou dissimulam a privatização que os poderosos fazem de bens coletivos. Ancoram-se no discurso da ciência, da tecnologia como salvação, mantendo/ampliando a cegueira (LEFEBVRE, 1999) já que o motor de suas ações, a quantificação, exerce o controle de todos os processos sociais, econômicos, políticos que lhes garantam a realização de seus investimentos. Contudo, importa retomar Bourdieu (1996a; 1996b; 1989), bem como Lefebvre (2007; 2005; 1999) e entender que o espaço social é constituído de conflitos, e se há um discurso hegemônico, construtor do

poder simbólico, e que amplia, aumenta o *campo cego* (LEFEBVRE, 1999), por outro lado, há também o contra discurso, aquele que disputa a *doxa* (BOURDIEU, 1989).

Não estariam aí, as possibilidades de redução gradual da cegueira a que se refere Lefebvre (1999)?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contribuição desta pesquisa à Geografia diz respeito à elaboração de reflexões sobre as formas de participação da sociedade em processos políticos que decidem sobre os destinos de sua cidade, qual seja o planejamento urbano. O processo aqui focado constitui-se na experiência do compartilhamento entre Estado e sociedade civil na elaboração do **Plano Diretor** consagrado pela **Constituição Federal** de 1988 como instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, posteriormente regulamentado pelo **Estatuto das Cidades** (Lei 10.257 de 10/7/2001). Tais reflexões foram realizadas a partir da análise deste processo no município de Caeté, situado na Região metropolitana de Belo Horizonte, desde 1973.

A pesquisa foi iniciada no final do mês de outubro de 2005, antecipadamente às ações do poder público para a elaboração do Plano Diretor. Ocasão na qual a SEDEAMA iniciava sua reestruturação, a cargo de um novo secretário, o qual fora incorporado tanto por seu conhecimento técnico de temas ambientais, como por sua capacidade de articulação política entre os vários agentes do licenciamento ambiental em suas múltiplas escalas. Tal agente é possuidor de expressivo *capital político* além do *habitus* (BOURDIEU, 1996; 1989) incorporado como gerente da Apa Sul, unidade de conservação que ocupa 7,23% (3.921,72 ha.) do território de Caeté-MG. A pesquisa revelou-se oportuna naquele momento tendo em vista a possibilidade de acompanhamento do processo desde os primeiros passos. Com o avançar da pesquisa, mostrou-se relevante considerar a grande luta dos movimentos sociais até a consolidação - senão na *práxis*, pelo menos na esfera jurídica, no plano das leis - do direito da sociedade em participar da gestão das cidades. Luta iniciada desde a formação das cidades brasileiras, ganhando corpo nos anos 60, com o surgimento de novos personagens (SADER, 1988) com uma gama de direitos múltiplos. Já em 1979, a Lei 6766 busca responsabilizar a realização irregular de parcelamentos de solo, dando-se início em 1983, por meio do PL 775/83 que trata do desenvolvimento urbano à “saga do Estatuto da Cidade” (Maricato *apud* Gustin, 2006). A pressão dos movimentos sociais urbanos levou também a outra conquista na esfera federal: a criação do Ministério das Cidades em 2003.

Embora o Plano Diretor não tenha composto a pauta da Reforma Urbana foi-lhe consagrado o papel de “definir as condições a que a propriedade deve conformar-se, para que cumpra sua função social”. (BRASIL, 2004). Para cumprir este papel são apontados instrumentos jurídicos e a forma na qual esses instrumentos devem passar a estruturar as políticas públicas para as questões urbanas. Segundo a publicação da Câmara dos Deputados, “Estatuto da cidade - guia para implementação pelos

municípios e cidadãos” (BRASIL, 2002, 2ª ed.), o Estatuto das Cidades atua como uma “caixa de ferramentas” voltado à política urbana local, favorecendo o surgimento da “cidade que queremos”. Ele refere-se à gestão democrática, depositando no envolvimento da sociedade a responsabilidade pelo uso desta “caixa de ferramentas”, nos seguintes termos: “É, portanto, no processo político e no engajamento amplo (ou não) da sociedade civil, que repousará a natureza e a direção de intervenção e uso dos instrumentos propostos no Estatuto.” (BRASIL, 2002, 2ª ed., p. 22). Entretanto quais cidades a sociedade brasileira concebe em face da diversidade que a constitui?

Em Caeté o Estado por meio de seus agentes barrou a participação direta da sociedade promovendo o deslocamento do termo “sociedade civil” para as “organizações não governamentais-Ongs”. Considerou-se deste modo a sociedade civil de Caeté como representada por aqueles que em nome dela atuaram no Núcleo Gestor. Dagnino (2004) alerta para os equívocos deste deslocamento que impedem a participação direta, como no processo em análise. Muitas vezes tais deslocamentos realizados pelos governos locais atendem preceitos do projeto neoliberal que embora também necessite de uma sociedade participativa, propositiva como no projeto político democratizante, busca através desta forma de participação a *despolitização* (DAGNINO, 2004)

Na reflexão aqui desenvolvida é essencial considerar as proposições de Henri Lefebvre (2005, p. 84) a respeito do espaço urbano e da produção das cidades: “O espaço deixou, há muito tempo, de ser um meio geográfico passivo ou um meio geométrico vazio. Ele tornou-se *instrumental*”. Nesta concepção a “caixa de ferramentas” a que se refere o Estatuto das Cidades, pode tomar as cidades à feição de um instrumento para a contínua reprodução das relações de produção capitalistas, tornando-as *produto* (LEFEBVRE, 1999). Ou em outra direção, torná-las o espaço do encontro, da simultaneidade, do convívio das diferenças (ainda que nem sempre para a festa, o laser, mas também para o embate) *o urbano*, assegurando assim a democracia concreta (LEFEBVRE, 2005,1991), aproximando a cidade a uma *obra* (LEFEBVRE, 1999).

Considera-se neste esforço de análise, o processo de elaboração do Plano Diretor, como um momento da história da vida da cidade onde, potencialmente, possa eclodir uma nova sociabilidade, um compartilhamento maior da cultura, das aspirações dos moradores do meio urbano e rural. Ou ao contrário, evidenciar o acirramento de disputas que levem ao crescente distanciamento grupos e discursos.

O processo de elaboração do Plano Diretor em Caeté não conseguiu evidenciar o que é Caeté. A cidade é concebida/capturada muito mais em funções de suas possibilidades de realização para o capital dos empreendedores ( seja pela mineração ou pelo turismo) do que como possibilidade de apropriação de tempo e espaço diferentemente da mera reprodução de relações de produção capitalistas no cotidiano. As propostas contidas no Plano Diretor possivelmente operam outro

deslocamento apontado por Dagnino (2004) que é o de tomar a cidadania como mera inclusão no mercado de trabalho. A

Partindo da perspectiva legal - na qual tal processo deve desenvolver-se na esfera pública, com ampla divulgação e transparência de informações e requerer a convocação ao diálogo e a escuta da sociedade - lançou-se mão da sociologia *relacional* e *disposicional* de Pierre Bourdieu (1989). Ela permitiu compreender como os sujeitos se lançam no processo com seus respectivos *capitais* (cultural, econômico, dentre outros) disputando e fazendo valer seus princípios, suas crenças, enfim, abrindo as perspectivas ao seu *capital simbólico*. (BOURDIEU, 1989) Relembrando que capital é compreendido por Bourdieu (1996a, 1989) como recursos (bens e a possibilidade de realizar determinadas práticas) que assegurem a distinção entre os agentes e com isto a posição de cada um no espaço social (BOURDIEU, 1996a, 1989).

Caeté, nos últimos anos tende a se refazer de uma grande perda econômica e política. Econômica porque ao ter encerrada as atividades da indústria que lhe dava vida – Companhia Ferro Brasileira – CFB, teve reduzida a receita local, pelos impostos arrecadados, bem como, em curto prazo, a possibilidade de reprodução das atividades comerciais, industriais. E devido ao fato também das atividades agropecuárias encontrarem na formação geomorfológica do município o óbice a seu desenvolvimento mais amplo.

Politicamente, a cidade perdeu participação na geração de riquezas junto à metrópole e a teve reduzida ainda mais, no cenário nacional. A penúria da sociedade caeteense se agrava por impossibilitar ainda mais a superação da *infracidadania* (DAMIANI, 2006). Além das dificuldades de superar as precárias condições de transporte, habitação, geração de emprego e renda alia-se à quase impossibilidade de outras apropriações da cidade como a festa, o jogo, o que levaria seus cidadãos a se reconhecerem como parte da cidade, despertando o prazer em viver no local. Como *infracidadão* (DAMIANI, 2006) há somente a penúria dos espaços que se prestam ao trabalho e negócio, ao deslocamento para a Capital em busca de melhores condições de vida, ou os territórios da violência, da escassez de esperança. O que extenua e afasta o homem do convívio com a família, com a natureza, enfim, de outras formas de apropriação de tempo e espaço que envolva além do trabalho, o ócio, o lazer, a arte, a religião.

A atividade mineraria conduzida pelos atuais empreendedores vem pouco a pouco se constituindo, através do discurso do Estado e notadamente da SEDEAMA, em atividade altamente promissora para a recuperação econômica e política da cidade. O turismo aí também encontra investimentos, porém, aquém daquele maior, ou seja, a mineração. Contraditoriamente, a atividade exercida nos limites do Santuário da Serra da Piedade de forma contestável - como afirmam órgãos de defesa do patrimônio ambiental e cultural, Ministério Público municipal e Estadual, bem como o Poder

Judiciário – tem constituído polarizações em torno das possibilidades dessa atividade representar melhores dias para a cidade.

A partir dos postulados sociológicos de Bourdieu (1989, p. 14) infere-se que vem ocorrendo em Caeté a disputa pela *doxa*, ou instauração do poder simbólico. A *doxa* é representada pelas vantagens do desenvolvimento sustentável que a atividade mineraria pode oferecer ao município, possivelmente, numa tentativa de retomar o padrão de vida de alguns segmentos sociais aos patamares do período no qual o município vivia sob o signo da siderurgia.

O *campo* da atividade mineraria cujos embates tornaram-se acirrados a partir de 2001, estrutura-se a partir de dois grandes agentes: as mineradoras que buscam amparo no Estado para garantir a reprodução do capital econômico investido a partir do aporte do *metacapital* (BOURDIEU, 1996a) do Estado, e, aqueles que se insurgem, elaborando o contra discurso - os movimentos socioambientais aglutinados em torno do Movimento SOS Serra da Piedade. O domínio da *doxa* se faz no âmbito do Estado, a partir de todas as vantagens de seu *Metacapital*, notadamente, seus agentes<sup>1</sup> na esfera do Poder Executivo, sem menosprezo ao capital daqueles atuantes no Legislativo. Esses últimos, conforme os movimentos sociais, pouco ou nenhuma oposição fazem ao Executivo. O contra discurso, a *heterodoxia*, também um poder simbólico, mas que desafia, disputa o capital em mãos do Estado vem sendo construído em sucessivos embates. Notadamente mais acirrados ante a atual gestão municipal que tem cerceado a livre expressão, inibindo as possibilidades da cogestão - a participação direta da sociedade na gestão da cidade. Têm-se voltado tais agentes à mobilização de outros atores em escalas que ultrapassam a estadual e nacional, pois os agentes que vêm disputando a *doxa* da mineração em Caeté têm suas bases na Europa.

É vital considerar os embates neste *campo*, pois ele se rebateu sobre o Núcleo Gestor – em sua configuração e dinâmica – já que nele se assentam representantes da sociedade civil e Estado, tal divisão constitui motivações para atuações estratégicas de ambas as partes.

O discurso é uma dessas estratégias que disputam a todo o momento, e, principalmente no espaço público um *mercado* (BOURDIEU, 1996a) propício a ampliação do *capital simbólico* (BOURDIEU, 1996a) de cada agente - o que não fazem de modo intencional. E o processo de elaboração do Plano Diretor constituiu-se num *mercado*.

Um desses embates se dá sobre a própria conceituação e avaliação da participação popular feita pela PMC e os movimentos socioambientais. Para os agentes do Estado a participação é medida pelo critério numérico, ou seja, pelo número de assinaturas na lista de presença nos vários eventos. Ainda

---

<sup>1</sup> Ressalta-se a figura de dois agentes: o secretário de meio ambiente, coordenador do Núcleo Gestor, presidente do vitalício do Codema em sua nova configuração e gerente da Apa Sul, e o prefeito, apontado pelos movimentos sociais como ex-representante da empresa que hoje se encontra em litígio com os movimentos ambientais locais, poder judiciário, Ministério Público (Estadual e Municipal).

que não se meça o conhecimento e envolvimento dos presentes ao debate, bem como as posteriores implicações para a cidade do que significa o Plano Diretor. Para a SEDEAMA, nas 97 reuniões públicas, estariam presentes, 3000 pessoas, não somente como assinantes<sup>2</sup>.

Já para os movimentos socioambientais, trata-se de mera interpretação estatística para fazer frente à outros municípios, pois muitos dos que assinaram, sequer sabiam do que tratavam as reuniões. Após a redemocratização do País, afirmar-se que um determinado processo deu-se democraticamente, garante de certo modo, a legitimidade, ampliando o *capital simbólico* do Estado e de seus agentes.

A prevalência da quantificação à todas as esferas da existência, inclusive ao planejamento urbano mostra-se a partir das elaborações de Lefebvre (1999) um *campo cego* a ampliar práticas e representações inibidoras à realização do *urbano* (2007; 2005; 1999; 1991). A disputa no campo da mineração resvalou-se sobre o processo de elaboração do Plano Diretor de tal sorte a impedir que esse processo pudesse trazer à tona e a toda a coletividade o que é Caeté, a alma da cidade, o que a anima. Para os movimentos socioambientais que cobram do Estado uma postura mais aproximada aos valores da sociedade local, preservando sua cultura, o ambiente e compartilhando o poder de decidir presente e futuro, houve um hiato entre prática e discurso. O discurso pregou a democracia e a participação popular, a prática revelou os limites que o discurso ocultou.

No âmbito do Núcleo Gestor a desigualdade de capitais somada à exigüidade de tempo para análise de detalhamentos da legislação urbana<sup>3</sup> ensejou preocupações causando incerteza, a alguns membros, quanto às determinações que orientariam o Zoneamento Econômico Ecológico – ZEE a ser realizado a posteriori com financiamento de empresas do ramo minerário. Esta questão persistirá. Em audiência pública na Câmara Municipal, dia 11/12/2006 (anotações de campo) questiona-se o porquê do ZEE não ter sido executado em paralelo à leitura comunitária vindo a realizar-se exatamente ao fim dos trabalhos e sob o financiamento de empresas com interesse em acesso aos recursos minerais do município. Associa-se tal questionamento às preocupações de que o ZEE se dê em bases democráticas, com participação popular e não somente técnica, científica.

A audiência pública enquanto espaço público de manifestação da sociedade e do Estado tornou-se mercado hábil para avaliar bens simbólicos e ampliar capitais, constituindo-se campo de embate de capitais dos movimentos socioambientais e do Estado, uma vez que “[...] as relações de comunicação são, de modo inseparável, relações de poder [...]” (BOURDIEU, 1983). Para fazer face à tal questionamento dos representantes da sociedade civil, imediatamente ocupou o microfone o

---

<sup>2</sup> Afirmativas do Coordenador do Núcleo Gestor do Plano Diretor durante audiência pública em 11/12/06, Câmara Municipal, Caeté-MG (anotações de campo).

<sup>3</sup> Esta exigüidade de tempo e ainda a premissa do “Plano enxuto” como proposto na oficina de capacitação do Núcleo Gestor pelo Sr. José Abílio foi a justificativa utilizada pelo Coordenador do NG para evitar maior detalhamento do zoneamento urbano. Alegou ainda que outras leis - Lei Orgânica, código de posturas, Lei de uso e ocupação do solo – já abordam o ordenamento territorial.

Coordenar do NG posto não dispõem os membros do Legislativo de capital técnico apropriado para a disputa. Utilizando-se de seu capital, duplamente enriquecido - enquanto *campo* onde o Estado é majoritário em relação à sociedade<sup>4</sup>, instância onde o Executivo não encontra resistências significativas e ainda, o capital da legitimação oficial, da nomeação – tratou-se de reduzir o capital dos movimentos socioambientais, ali representados por um de seus integrantes. A estratégia utilizada foi a deslegitimação do discurso oponente, adjetivando-se a postura desse representante por incoerente. A adjetivação é justificada – conforme explanação do Coordenador do NG – em razão de tal representante ter acordado de se fazer o ZEE ao final dos trabalhos de elaboração do Plano Diretor, e uma vez concluídos os trabalhos, tal representante questionar o porquê do ZEE não ser executado paralelamente à elaboração do Plano Diretor. Como aponta Bourdieu (1996b, p. 27) “[...] não existem palavras inocentes”, tal discurso, sugere um insulto, tenta reduzir o capital simbólico e impedir a realização da *heterodoxia*. Essa disputa é sintomática do que ocorreu em outra esfera pública, o Núcleo Gestor. Em todos os momentos que se constituiu a heterodoxia que coloca em xeque, o *poder simbólico* (neste contexto, o desenvolvimento sustentável pela via das atividades minerárias como possibilidade de acesso aos bens naturais, sem agressão ao patrimônio histórico, natural, religioso com oferta de renda e emprego, trazendo desenvolvimento ao local), atestam os *dominados* (movimentos socioambientais) que ações percebidas como autoritárias, nos limites do “discurso competente” (CHAÚÍ, 1982) constrangeram o processo previsto legalmente e afirmado pelos *dominantes* como democrático.

*Cidadania* está definida nesta pesquisa, tal como Dagnino (2004) a entende, como direito a ter direitos, direito à diferença, inclusive de olhar sobre a realidade posicionando-se politicamente, a requerer o que se entende como necessário e justo e não ser um “favorecido”, e mais, a discutir sobre novas possibilidades além do sistema capitalista. Aqui incluímos como bem postula Lefebvre (2007; 2005; 1991), o direito à cidade, ao *urbano* enquanto possibilidade de reunião, de fazer parte de, de estar junto a, quebrando a fragmentação que se tem construído com os espaços centralizados pela riqueza, pela informação, pelo conhecimento. Para tal conquista, adota-se o *dissenso* (RANCIÈRE, 1996) como premissa à realização da reunião, de constituição de arenas onde as diferenças não sejam somente conflitos em busca de consensos, mas realmente a dimensão política a se vivenciar. Muito embora a reunião, o convívio de múltiplas formas de vivenciar a cidade, olhares diversos sobre natureza, cultura, economia e política, por vezes possa levar a agressivos embates.

---

<sup>4</sup> Tal conclusão se aduz da submissão do Legislativo ao Executivo, aprovando-se em dois turnos, unanimemente, a alteração dos quadros do Codema, bem como da dinâmica interna que assegura a presidência vitalícia ao representante do Executivo.

Participação Popular é considerada nesta pesquisa como compartilhamento do poder decisório do Estado, co-gestão da cidade pela sociedade e o Estado, ou seja, a “desprivatização das ações do Estado” (BAVA, 2000) ampliando-se os espaços coletivos para negociação dos conflitos (DAGNINO, 2004) num processo que alcançaria a própria democratização da sociedade (TELLES, 1999). Villaça (2005) e Gondim; Lima e Moreira (2006) entendem a participação nos processos de construção e implantação de Planos Diretores como a atuação da sociedade enquanto sujeito sócio-ativo, com capacidade política para agir e decidir os rumos de sua cidade, de seu país, e não apenas comparecer como “convidada”.

Para a Geografia, tempo e espaço são indissociáveis, seja, para Milton Santos (2002 a, 2002b, 2001), Edward Soja (1993), Carlos (2006; 2001), Damiani ( 2006; 2001; 2000) e outros pesquisadores – e mesmo para a Filosofia como propõe Lefebvre (2007, 2005, 1999, 1991). Neste sentido há que se questionar o porquê do processo de construção do Plano Diretor de Caeté ser executado nos limites de prazo legais - sem penalidades para prefeitos e vereadores, posto que tal instrumento de planejamento urbano é consagrado desde 1988 pela Constituição Federal.

E mais, há que se entender quais motivos levaram a atual gestão dos poderes Executivo e Legislativo, em seu segundo ano de mandato a não o realizarem logo em 2005 quando tomaram posse de seus cargos públicos. Desde sua consagração até o momento de sua realização, passaram-se quase 18 anos e a cidade não teve seu Plano Diretor realizado com ampla e exaustiva discussão com a sociedade. Se a atual gestão realmente valorizasse o planejamento - e entre eles, o planejamento urbano - como se refere um de seus agentes haveriam maiores possibilidades de apropriação do tempo para a cogestão. Inclusive na própria realização do ZEE. Tais práticas de protelação - revelam a *lentidão* da história que resiste a mudar práticas arcaicas (MARTINS, 1994). Esta lentidão reflete-se sobre a cidade. Nota-se a restrição de maior disponibilidade de tempo necessário ao aprofundamento dos debates, para tratar de uma nova espacialidade na cidade que leve ao estabelecimento de relações sociais mais solidárias, pois o processo teve seu princípio em 2/2006, findando-se em fins de agosto de 2006, para remessa à Câmara.

Para uma cidade com quase 40.000 habitantes (IBGE, 2004)<sup>5</sup> administrativamente configurada em 4 distritos além da sede, deliberar sobre tão importantes assuntos para a vida dos habitantes (LEFEBVRE, 1999), discutindo a consolidação dos trabalhos em duas audiências públicas na sede, à noite, sem nenhum transporte especial para acesso dos habitantes dos distritos é agir com desprezo à participação direta. Não se trata de compartilhamento do poder, mas mero cumprimento burocrático, do acordado junto ao Programa Monumenta por exigência do Estatuto das Cidades. Não que seja

---

<sup>5</sup> Extraído do Termo de Referência do Programa Monumenta, firmado em 10/1/2006.

demérito tais discussões no espaço das audiências públicas, ao contrário, demérito é desconsiderar a possibilidade de a sociedade ocupar mais espaço nas audiências públicas para dividir o poder. As audiências públicas, em que pesem seu valor como espaço de manifestação direta da vontade popular não representam pelo ritual e muitas vezes pelo ambiente onde são realizadas um ambiente acolhedor, estimulador à livre manifestação. Pois a linguagem é sempre cifrada, técnica, e os agentes que tomam a palavra, principalmente os do Estado, possuem larga experiência na defesa de seus argumentos revelando domínio técnico-jurídico do tema em pauta, partindo inclusive para insultos se preciso. Situação que inibe a participação mais aberta, voluntária dos habitantes, mesmo aqueles com bom nível cultural.

Tais espaços de exercício democrático deveriam possibilitar a realização da “Política” como define Rancière (1996) devendo alcançar uma nova dinâmica, bem como um outro espaço de realização. No caso de Caeté, não seriam bem vindas se também realizadas nos distritos?

As práticas do Estado em Caeté no processo de elaboração do Plano Diretor são práticas de despolitização (CHAUÍ, 2000; 1994), pois a todo o momento o *tempo* é responsabilizado pela impossibilidade da ampliação dos debates a respeito do presente/futuro da cidade. Há que se questionar porque o Plano Diretor veio realizar-se no limite de prazo que o Estatuto das Cidades determina e no papel do Estado (Executivo e Legislativo) para tal protelação?

Se Villaça (2005) afirma que o Plano Diretor não atrai os carentes, os excluídos da cidade ilegal, porque a pauta não inclui seus anseios, seus pleitos, não atrai também a elite porque esta utiliza atalhos para realizar seus projetos. Esse autor considera irrisório o potencial de tal instrumento vir a se tornar um momento de transformação social. Em Caeté, ambos se ausentam. A elite utiliza o *capital* que dispõe junto ao *mercado* e *Estado*, já os subalternos, pedem favores, os pedem não somente aos vereadores - que por vezes, negociam os funerais e se negam a tratar a vida. Também os pedem ao Executivo que os realiza pela via do Legislativo, já que este, em Caeté é na maioria das vezes percebido pela sociedade como extensão do Executivo, portanto, um poder sem autonomia.

Estes constrangimentos, esta história que teima em não acontecer impedem a realização do *urbano*, pois sendo ele, reunião, simultaneidade das diferenças, poderia instaurar práticas participativas mais humanas, mais condizentes com o respeito à vida, não somente do homem, mas dos seres com quem compartilha sua jornada. Sem ambiente para o reconhecimento da diferença, do contraditório - pois há receio em responder até mesmo um questionário socioeconômico sobre a cidade<sup>6</sup> - não é possível existir a Política, o *dissenso* ( RANCIÈRE, 1996). Nestas bases não há participação enquanto deliberação, somente consulta, portanto, não há cidadania. Este é o sentimento daqueles que

---

<sup>6</sup> Faz-se referência aqui ao questionário utilizado pela SEDEAMA para levantamentos socioeconômicos que embasariam o PLANO DIRETOR.

diretamente participaram dos trabalhos de elaboração do Núcleo Gestor e que de certo modo atritam com a visão dos agentes do Estado. Para aqueles que se alinham mais ao discurso desses agentes do Estado o resultado foi de certo modo satisfatório. Ao menos até o ponto em que se encerrou o contato com estes interlocutores, momento no qual a Câmara Municipal recebeu o anteprojeto de lei para sua apreciação. Uma vez que o anteprojeto de lei do Plano Diretor migra dos domínios do Poder Executivo para o Poder Legislativo há uma outra dinâmica, pois os vereadores que pouco estiveram presentes ao seu processo de elaboração, certamente se fazem presentes durante sua avaliação e aprovação. Suas representações sobre a cidade, as relações de compromisso ou de desprezo aos anseios de seus eleitores, o grau de autonomia que possuem ante o Executivo, a própria credibilidade que dão ou não a este instrumento de planejamento urbano influenciarão o processo.

A cidade torna-se assim refém de intermináveis discursos a cada momento sob novos matizes. Lefebvre (2007) deixa claro que espaço e tempo não se dissociam - e é sob as balizas de suas reflexões, ousa esta pesquisa crescer que - de discurso também não!

Toda pesquisa erige-se a partir de uma ótica, de uma metodologia que é própria à verificação ou refutação das hipóteses em causa, sendo ainda delimitada por tempo e recursos para tal empresa. Para uma estratégia autonomista como pretende Souza (2003) deve-se construir novas e reais possibilidades de aproximação da sociedade à esfera política, não como demandante de favores, e, portanto devedora. Mas como uma sociedade composta de sujeitos políticos, legítimos, capazes. Estas devem contemplar a possibilidade de transferência de capital técnico à sociedade. O aprofundamento das relações da sociedade e o espaço que produz os valores que cultua e preza como riqueza, as relações entre os homens e a natureza em suas múltiplas formas de manifestação da vida, também devem ser cotejados. Este propósito somente se realiza a partir da pesquisa entre os “usadores, habitantes” (LEFEBVRE, 2007), ou melhor, do espaço vivido (LEFEBVRE, 2007).

Ainda que a sociedade caeteense - que se manifestou durante os trabalhos de elaboração do Plano Diretor, em sua maioria - somente tenha atuado como “convidada” (VILLAÇA, 2005) a apresentar seus anseios e ser ouvida em ambiente público e que esse “convite” não leve à concretização de sujeitos sóciopolíticos (CHAUÍ, 2003), cidadãos portadores de direitos (DAGNINO, 2004; TELLES, 1999) importa considerar que a democracia se implanta paulatinamente. É cotidianamente que se revela como prática capaz inclusive de renovar as relações sociais de competição, egoísmo, do “salve-se quem puder”. O Plano Diretor, embora seja um instrumento “politizado” é um dos caminhos, uma das ferramentas para a construção da democracia urbana (LEFEBVRE, 1999, 1991). Mesmo sendo considerado instrumento máximo para implantação de mais justiça social, nas cidades, divide tal mister com outros mecanismos legais (orçamento participativo, iniciativas populares de projetos de lei, plebiscito, consulta, conselhos municipais e outros).

Ademais, conforme pronunciamento da professora Cristina Villefort, o Plano Diretor tem seu início agora, a partir de sua implantação - processo subsequente à elaboração/aprovação pela Câmara Municipal. Uma vez formado o “Conselho da Cidade” de forma paritária entre o Poder Público e a sociedade civil organizada, destinado a acompanhar a implementação das políticas e diretrizes especificadas<sup>7</sup> e com maior aproximação da sociedade aos espaços públicos é que pode se configurar uma nova fase para a vida política da cidade. Novos desafios ao exercício da cidadania (DAGNINO, 2004; TELLES, 1999; CARVALHO, 2001) irão permitir o amadurecimento das relações entre sociedade e Estado em direção a uma relação de autonomia da sociedade e não de subordinação, heteronomia.

---

<sup>7</sup> Artigo 266, capítulo I das disposições finais do anteprojeto de lei 036/2006 a ser sancionado pelo prefeito.  
Fonte: <http://www.camaradecaete.mg.gov.br/projetos/2006/projlei0362006.html>, acesso em 22/6/2007.

## REFERÊNCIAS

### 1) Livros, Periódicos, Dissertações

ANDRADE, Manoel Correia de. **Uma geografia para o século XXI**. Campinas: Papyrus editora, 1994, p. 9-66.

ANTUNES, Ricardo Luís Coltro. **Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1998, p. 15-55.

ARAÚJO, Carlos Eduardo Flores de; COSTA, Geraldo Magela . A expressão socioeconômica e espacial da dinâmica ocupacional na Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH. In: COSTA, Heloísa Soares de Moura Costa(org.) **Novas periferias metropolitanas- a expansão em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no Eixo Sul**. Belo Horizonte: C/Arte, 2006, p. 35-46.

ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro.: Forense universitária, 1995, p. 31-88.

AZEVEDO, Sérgio de; MARES GUIA, Virgínia Rennó dos . Dilemas da gestão metropolitana em Belo Horizonte. In: GODINHO, Maria Helena de Lacerda; MENDONÇA, Jupira Gomes de. **População, espaço e gestão na metrópole: novas configurações, velhas desigualdades**. Belo Horizonte: PUCMINAS, 2003, p. 207-226.

Bava, Silvio Caccia. **Informação é poder**. 2004a. Disponível em [http://www.polis.org.br/arquivos\\_para\\_downloads.asp](http://www.polis.org.br/arquivos_para_downloads.asp) acesso em 21/6/2007.

Bava, Silvio Caccia. **Participação e representação** 2004b. Disponível em [http://www.polis.org.br/arquivos\\_para\\_downloads.asp](http://www.polis.org.br/arquivos_para_downloads.asp) acesso em 21/6/2007.

Bava, Silvio Caccia. **Participação para quê?** 2004c. Disponível em [http://www.polis.org.br/arquivos\\_para\\_downloads.asp](http://www.polis.org.br/arquivos_para_downloads.asp) acesso em 21/6/2007.

Bava, Silvio Caccia. **Dilemas da gestão local**. 2000. Disponível em [http://www.polis.org.br/arquivos\\_para\\_downloads.asp](http://www.polis.org.br/arquivos_para_downloads.asp) acesso em 21/6/2007.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p. 13-35.

BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Graal, 1982

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992, p. 49-65.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, Nº 19, p. 20-28, Jan/Fev/Mar/Abr 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Magalhães, Lucy (trad.). Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 38-150.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 1996a, p. 9-33; 48-52; 91-124 ; 137-156.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1996b.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. SILVEIRA, Cássia R. da; PEGORIM, Denise Moreno ( trad.) 1ª reimpressão. São Paulo, Brasiliense, 1990, p. 149-168.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989, p1-106; 132-161.

BOURDIEU, Pierre; ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983, p. 157-183

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. MICELI, Sergio (trad.) São Paulo: Perspectiva, 1974.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidades:Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana**. 2ª ed. Brasília: Coordenação de publicações, 2002.

BRASIL, Flávia de Paula Duque. Participação cidadã e reconfigurações nas políticas urbanas nos anos 90. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6 n. 2, p. 35-51, nov. 2004.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Sociedade civil: sua democratização para a reforma do Estado. In **SEMINÁRIO SOCIEDADE E REFORMA DO ESTADO**, São Paulo: UNESP/ENAP, 1999, p. 67-116.

CAETÉ. Secretaria de Desenvolvimento, agricultura e meio ambiente - SEDEAMA. **Relatório de acompanhamento do Plano Diretor Participativo**. Caeté, jun. 2006.

CAETÉ. Secretaria de Desenvolvimento, agricultura e meio ambiente - SEDEAMA. **Termo de referência do Programa Monumenta**. Firmado em 10 de Janeiro de 2006.

CAETÉ, Prefeitura Municipal. **Atlas escolar histórico e geográfico do município de Caeté**. Caeté: Ed. Gráfica Daliana Ltda, 2005a.

CAETÉ, Biblioteca Municipal Dr. Hezick Muzzi. **Compilação histórica de Caeté**. [2005b?] (data provável), p. 8-12.

CAMPOS FILHO, Cândido Malta. **Cidades brasileiras: seu controle ou o caos**. São Paulo, Nobel, 1989, p. 5-28.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Apresentando a metrópole na sala de aula. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri(Org). **A geografia na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 79-91.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço e tempo na metrópole – a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001, p. 11-43; 329-350.

CARNEIRO, Eder Jurandir. **Política ambiental e a ideologia do desenvolvimento sustentável**. In: LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros; ZHOURI, Andréa (orgs.). *A insustentável leveza da política ambiental - Desenvolvimento e conflitos sócioambientais*. Belo Horizonte: autêntica, 2005, p. 27-47.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2002, p. 7-13; 199-217.

CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e Bordados: escritos e história e política**. 1ª reimpressão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, p. 83-153.

CARVALHO, Maria do Carmo A. A. **Participação social no Brasil hoje**. In: ARAUJO, FARIA, SOUKI (ORGS.). Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 171-206.

CEF; INSTITUTO POLIS; FAPESP; PUC Campinas. **DVD DAS CIDADES**. São Paulo: Instituto Polis, 2002. 1 vídeo disco: NTSC: son. ; color.

CHAUÍ, Marilena. Participação e representação. In: **Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortez, 2003, p. 273-309.

CHAUÍ, Marilena. Ideologia neoliberal e universidade. In: **Os sentidos da democracia – Políticas do dissenso e hegemonia global**. OLIVEIRA, Francisco e PAOLI, Maria Célia ( orgs.) Rio de Janeiro, Vozes, 2000, p. 27-51.

CHAUÍ, Marilena. Prefácio. In: SADER, Eder S.. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. 3ª reimpressão, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-16.

CHAUÍ, Marilena. Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: ed. Brasiliense, 1994, p. 19-30.

COMPANHIA Ferro Brasileira - CFB – **Dossiê apresentação da empresa**. Caeté, [1962?]( data provável)

COSTA, Geraldo Magela. A atual política urbana e suas possíveis contribuições à produção de um ambiente construído democrático: O caso do Plano Diretor de Belo Horizonte. In: THE PRODUCTION OF THE BUILT ENVIRONMENT 13, 1992, São Paulo, Brasil. **Proceedings of the bartlett international summer school**, São Paulo: Universidade de São Paulo, 1992, p.112-117.

COSTA, Heloísa Soares Moura. **Vale do aço: da produção da cidade moderna sob a grande indústria à diversificação do meio-ambiente urbano**. 1995. 324f. Tese (doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Cedeplar, Demografia, Belo Horizonte.

COSTA, Rogério Haesbaert da. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro. 2004, p. 372.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando ? In: MATO, Daniel (Coord.). **Políticas de ciudadanía y sociedade civil em tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, p. 95-110.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.279-303.

DAMIANI, Amélia. A geografia e a construção da cidadania. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri(Org). **A geografia na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 50-61.

DAMIANI, Amélia. As contradições do espaço: da lógica (formal) à (lógica) dialética, a propósito do espaço. In: DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima (orgs.). **O espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 2001, p. 48-61.

DAMIANI, Amélia Luísa. **A metrópole e a indústria: reflexões sobre uma urbanização crítica**. Terra Livre, São Paulo, n.15, p.21-37, 2000.

DANTAS, A. C. M. **Planejamento urbano e construção cotidiana da participação social: o caso de Angra dos Reis**. Cadernos Ippur, ano VII, n.3, 1993.

DÉAK, Csaba e SCHIFFER, Sueli Ramos (orgs.) **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora da universidade de são Paulo, 1999, p. 171-243.

DEMO, Pedro. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas: Autores associados, 1995.

FURTADO, Bernardino-Mineração fatura alto e cidades pagam caro. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, caderno Economia, 17 dez 2006, p. 1-2.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997, p. 211-383.

GONÇALVES, Carlos Walter. Reflexões sobre Geografia e Educação: notas de um debate. **Terra Livre**, São Paulo, 2 de julho de 1987, p.25.

GOMES, Glaucia Carvalho. **A realização da economia política do/no espaço e as (im) possibilidades do Urbano na metrópole contemporânea**. 2006. 396f. Dissertação. Universidade Federal de Minas Gerais, IGC, Geografia, Belo Horizonte.

GONDIM, Linda M.. Quando os movimentos sociais se organizam: burocracia versus democracia nas associações de moradores. In: ALENCAR, Irllys; BARREIRA, F. e NASCIMENTO, Elimar P. do (orgs.). **Brasil Urbano: cenários da ordem e da desordem**. Fortaleza: Sudene e Universidade Federal do Ceará, 1993, p. 67-91.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Souza – **O espaço de anulação da cidadania**. In: **As cidades da cidade**. Belo Horizonte: UFMG, 2006, p. 157-169.

HARVEY, David. **A produção Capitalista do Espaço**. ZLAK, Carlos (trad.). São Paulo: Annablume, 2005, p. 97-126.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. SOBRAL, Adail Ubirajara; GONÇALVES, Maria Stela ( trad.). São Paulo: Edições Loyola, 1994, p. 117-184.

HENRIQUE, Giovana Maria Nassif. **Escritos de rua - O grafite em Sabará: uma representação do "outro"**. 2005, 136 f. (Dissertação de Mestrado), UFMG/ IGC, Departamento de Geografia, Belo Horizonte.

HISSA, Cássio Eduardo Viana - **A mobilidade das fronteiras**. Belo Horizonte: UFMG, 2002, p. 13-13; 257-316.

LACERDA, Norma *et al.* Planos diretores municipais: aspectos legais e conceituais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 7 n. 1, p. 55-71, maio 2005.

LEFEBVRE, Henri – **A produção do espaço**. MARTINS, Sérgio; PEREIRA, Doralice Barros (trad.) Belo Horizonte, ( no prelo), [2000] 2007, p.3-118.

LEFEBVRE, Henri – **Espaço e Política**. ANDRADE, Margarida Maria de; MARTINS, Sérgio ( trad.), São Paulo:Hucitec, ( no prelo), [1972] 2005.

LEFEBVRE, Henri – **A revolução urbana**. Trad. Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri – **O direito à cidade**. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Moraes Ltda., [1968] 1991, p. 45-49; 103-145.

LIMA, Fernanda Palhares de. **O estado da arte do turismo em Caeté: diretrizes para a reestruturação da atividade turística numa cidade às margens do circuito do ouro**. 2003, 53 fls. ( Monografia de Especialização)- Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, Departamento de Turismo, Belo Horizonte.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O. et al. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 121-192.

MARICATO, Ermínia. Reforma Urbana: Limites e possibilidades, uma trajetória incompleta. In: JÚNIOR, Orlando Alves S. e RIBEIRO, Luiz César Queiroz Ribeiro (orgs.). **Globalização, fragmentação e Reforma Urbana – O futuro das cidades brasileiras na crise**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 1994, p. 309-325.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da História Lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 11-51.

MARTINS, Sérgio. O urbanismo, esse (Des) conhecido saber político. **Revista Brasileira de Estudos urbanos e Regionais**. Recife: n.3, p. 39-59, nov. 2000.

MARTINS, Sérgio. Crítica à economia política do espaço. In: DAMINANI, A. L.; CARLOS, A. F. a.; SEABRA, O. C. L. **O espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999, p. 13-41.

MENDONÇA, Jupira Gomes de. Belo Horizonte: a metrópole segregada. In: GODINHO, Maria Helena de Lacerda, MENDONÇA, Jupira Gomes de (org.). **População, espaço e gestão na metrópole: novas configurações, velhas desigualdades**. Belo Horizonte: PUCMINAS, 2003, p. 119-158.

MICELI, Sergio (org.). Introdução: a força do sentido. In: BORDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974, p. VII-LXI.

MINAS GERAIS. MINISTÉRIO PÚBLICO. **Relatório Cultural do conjunto cultural, arquitetônico, paisagístico e natural da Serra da Piedade**. Dossiê de tombamento, 14.7.2003 p 19-21.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Plano diretor participativo – cidade de todos**. Brasília: 2001, 1 fita de vídeo, son., color.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Meio ambiente e ciências humanas**. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 9-43.

MOREIRA, Ruy - Para **onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

MOUFFE, chantal - Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. **Política & Sociedade**. PRUDÊNCIO, Kelly ( trad.)Florianópolis, n.3, out. 2003.

MOVIMENTO ARTÍSTICO, CULTURAL E AMBIENTAL DE CAETÉ – M. A. C. A. C. A. – **A luta continua**. 2002. Disponível em <[http: /br. geocities.com/macacainformativo](http://br.geocities.com/macacainformativo)> Acesso em nov. 2006.

NOGUEIRA, Marco Aurélio - Sociedade civil, entre o político-estatal e o universo gerencial. **Revista brasileira de ciências sociais**. São Paulo, Vol. 18 nº. 52 junho/2003, acessível em [www.scielo.br/scielo.php acesso em 10/1/07](http://www.scielo.br/scielo.php?acesso=em/10/1/07).

OLIVEIRA, André Mourthé. Trabalho e cidade: o caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: GODINHO, Maria Helena de Lacerda, MENDONÇA, Jupira Gomes de (org.). **População, espaço e gestão na metrópole: novas configurações, velhas desigualdades**. Belo Horizonte: PucMinas, 2003, p. 72-93.

OLIVEIRA, Francisco de. O capital contra a democracia. In: SEMINÁRIO “ OS SENTIDOS DA DEMOCRACIA E DA PARTICIPAÇÃO” 2004a, São Paulo, 1/7/2004. **Anais**, São Paulo, Instituto Polis, acessível em [www.polis.org.br](http://www.polis.org.br), acesso em 1/11/06.

OLIVEIRA, Francisco de. As contradições do Ao: Globalização, Nação, Região, Metropolização. **UFMG/Cedeplar**, 2004b. Disponível em

<http://www.integracao.gov.br/publicacoes/desenvolvimentoregional/publicacao/Cedeplar/IICA%20-%20NOV%2004%20-%20FranciscoOliveira.pdf> acesso em 14/4/2005.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. **Metodologia das Ciências Humanas**. São Paulo: Hucitec/Unesp, 1998, p. 17-26.

OLIVEIRA, Régis Fernandes de. Comentários ao Estatuto da cidade. **Revista dos tribunais**. São Paulo: 2ª ed., 2005, p. 136-142.

PAES, Cássia Eulindina de Castro; ARAÚJO, Wélida Benita. **Turismo, desenvolvimento e integração da Serra da Piedade –Caeté-MG**. 2003, 63 fls. ( Monografia de Especialização)- Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, Departamento de Turismo, Belo Horizonte.

PEDROSA, José Geraldo. A natureza do trabalho na dialética materialista. **Boletim Mineiro de Geografia**. Belo Horizonte, ano 8 n. 13, p. 41-66, jan./jun.2005.

PERDIGÃO, Catcylandia Fernandes Pessoa – **Plano Diretor**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por [marlonresende@gmail.com](mailto:marlonresende@gmail.com) em 29 jan 2006.

PEREIRA, Doralice Barros. **Paradoxo do papel do Estado nas unidades de conservação**. In: **A insustentável leveza da política ambiental-desenvolvimento e conflitos socioambientais**. ZHOURI, Andréa ( org.). Belo Horizonte: autêntica, 2005, p. 119-168.

PEREIRA, William César Castilho. **Nas trilhas do trabalho comunitário e social: teoria, método e prática**. Petrópolis: Editora Vozes: PUC Minas, 200, p. 116-137.

PINHEIRO, Otilie Macedo e ROLNIK, Raquel (Coord. geral). **Plano Diretor Participativo: um guia para elaboração pelos municípios e cidadãos**. 2ª ed. Brasília: Ministério das Cidades; Confea, 2005.

PINTO, Louis. **Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social**. MONJARDIM, Luiz Alberto (trad.). 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

PIQUET, Rosélia. **Cidade-empresa: presença na paisagem urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editores, 1998, p. vii-viii; 1-42.

PLANO DIRETOR REGIONAL METROPOLITANO. **Diagnóstico**. vol. 6, 1989, Belo Horizonte: SEMETRO - Secretaria de Estado de Assuntos Metropolitanos.

POMPERMAYER, Malori J. Os movimentos sociais em MinasGerais - emergência e perspectivas. In: POMPERMAYER, Malori José (org.). **Os movimentos sociais em Minas Gerais - emergência e perspectivas**. Belo Horizonte: editora UFMG, 1987, p. 9-24.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. Tradução João Minhoto Marques, Maria Amália Mendes e Maria Carvalho. 2ª ed. Lisboa: Gradiva, 1998.

RANCIÈRE, Jacques – **O dissenso**. In: **A crise da razão**. NOVAES, Adauto (org.). São Paulo: companhia das letras, 1996, p. 367-382.

RAGO, Margareth Luzia. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1985]1987, p. 163-203.

ROCHA, Alexandre Souza da. Espaço e política na centralidade da periferia. In: DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima (orgs.). **O espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 2001, 160-164.

ROLNIK, Raquel. Planejamento urbano nos anos 90: Novas perspectivas para velhos temas. In: JÚNIOR, Orlando Alves S. e RIBEIRO, Luiz César Queiroz Ribeiro (orgs.). **Globalização, fragmentação e Reforma Urbana – O futuro das cidades brasileiras na crise**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 1994, p. 351-360.

SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. JOSCELYNE, Vera Lúcia M.; GYALOKAY, Susana de; CLASEN, Jaime A. (trads.). Petrópolis: Vozes, 2000, p. 11-17; 117-131.

SADER, Eder S.. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. 3ª reimpressão, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 9-202.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Edusp, 2002a, p. 165-219; 235-269.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2002b, p. 17-26; 89-110; .331-339.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura (orgs.). **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 19-22 e 289-307.

SANTOS, Milton. Prefácio. In: PIQUET, Rosélia. **Cidade-empresa: presença na paisagem urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editores, 1998, p. vii-viii.

SANTOS, Milton. A metrópole: modernização, involução e segmentação. In: VALLADARES, LÍCIA DO PRADO; PRETECEILLE, EDMOND. **Reestruturação urbana: tendências e desafios**. São Paulo: Nobel, 1990, p. 183-191.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo: Editora Hucitec, 1988, p. 87-93.

SEABRA, Odette Carvalho Lima. **Urbanização e fragmentação. Cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir de estudo do bairro do Limão**. 2003. 453p. Tese

(Livre-docência em Ciências Humanas: Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA, Maria Dulce. Movimentos sociais urbanos e Estado: Efeitos político-institucionais e consolidação democrática. In: ALENCAR, Irllys; BARREIRA, F. e NASCIMENTO, Elimar P. do (orgs.). **Brasil Urbano: cenários da ordem e da desordem**. Fortaleza: Sudene e Universidade Federal do Ceará, 1993, p. 235-256.

SOJA, Edward W. - **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993, p. 7-16; 97-116; 145-167.

SOUZA, José Moreira de; TEIXEIRA, João Gabriel. Espaço e sociedade na grande BH. In: GODINHO, Maria Helena de Lacerda, MENDONÇA, Jupira Gomes de (org.). **População, espaço e gestão na metrópole: novas configurações, velhas desigualdades**. Belo Horizonte: PUCMINAS, 2003, p. 19-42.

SOUZA, Marcelo José L. de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 155-168, 217-219; 519-531.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

THIOLLENT, Michel J. M. **Crítica metodológica, investigação social e enquête operária**. 5ª ed. São Paulo: Polis, 1987, p. 79-99.

TITTONI, Jaqueline; JACQUES, Maria da Graça Corrêa. Pesquisa. In: STREY, Marlene Neves et al. **Psicologia Social Contemporânea**. 7ª ed., Petrópolis: Vozes, 2002, p. 73-85.

VAINER, Carlos B. .As escalas do poder e o poder das escalas: O que pode o poder local ? In: **IX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR**. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001 Anais, v. 1, p. 140-151.

VAINER, Carlos B. .Pátria, empresa e mercadoria. In: Arantes, O. et alli. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: vozes, p. 75-103.

VELOSO, Éder Marcos de Melo; MATOS, José Augusto Vargas de. **Um olhar sobre as potencialidades da cultura como atrativo turístico na antiga “Vila Nova da Rainha”**. 2003, 55 fls. ( Monografia de Especialização) - Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, Departamento de Turismo, Belo Horizonte.

VILLAÇA, Flávio. **As ilusões do Plano Diretor**. São Paulo: (No prelo), 2005. Disponível em [http://www.usp.br/fau/fau/galeria/paginas/0508\\_a\\_ilusao\\_do\\_pd\\_villaca.pdf](http://www.usp.br/fau/fau/galeria/paginas/0508_a_ilusao_do_pd_villaca.pdf). acessado em 10 ago. 2006.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento no Brasil. In: DÉAK, Csaba e SCHIFFER, Sueli Ramos (orgs.) **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora da universidade de são Paulo, 1999a.p.171-243.

VILLAÇA, Flávio. Dilemas do Plano Diretor. **O Município no Século XXI: cenários e perspectivas**. São Paulo, Fundação Prefeito Faria Lima, 1999b, p 237-248. Acessado em 22/2/2007 em <http://www.ongcidade.org/site/arquivos/artigos/dilemas436f9e94d59fb.pdf>

VITORIANO, João Nicodemus. **Compilação da história de Caeté**. Contagem: Multipress, 1985.

## 2) consultas ao Jornal Opinião e ao Site Caetenews

BAHIA, Jairo – **O Fechamento da Barbará**. Disponível em <http://www.caetenews.com.br>. Acesso em: 17 ago. 2006.

BARBARÁ: as demissões são inevitáveis. **Opinião**, Caeté, 24 mar 2005, p. 15.

BARBARÁ chega ao fim. **Opinião**, Caeté, 20 out. 1995a, p.7.

BARBARÁ de Caeté fecha terça-feira. **Opinião**, Caeté, out. 1995b.

BÁRBARA põe Caeté sob o domínio do medo. **Diário da Tarde**, 6 abr. 1995c, p. 9.

J. S. BRANDÃO, CFB, Barbará. **Opinião**, Caeté, 15 jan. 1999.

BARBARÁ nasceu em Caeté. **Opinião**, Caeté, 8 jan. 1999.

CAETÉ. Prefeitura Municipal. Regulamento eleição Núcleo Gestor do Plano Diretor Participativo. **Opinião**, Caeté, 12 jan. 2006, p.6.

## 3) Legislação

### 3.1 – Leis municipais

CAETÉ. Prefeitura Municipal. **Decreto n. 077/06, de 5 abr. 2006**. Regulamenta o Regimento Interno do Núcleo Gestor do Plano Diretor Participativo do município de Caeté, e dá outras providências. SEDEAMA, 4 p.

## 4) Mapas

CAETÉ – divisão político-administrativa. Belo Horizonte: Resende, 2007. 1 mapa color, A4, Escala: 1.500000.